

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Salah Hassan Khaled Junior

**A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NACIONAL BRASILEIRA: A ESCRITA DA
NAÇÃO EM BARBOSA, MARTIUS E VARNHAGEN**

PORTO ALEGRE
2007

Salah Hassan Khaled Junior

A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Dra. Cláudia Wasserman.

PORTO ALEGRE
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Salah Hassan Khaled Junior

TERMO DE APROVAÇÃO

A construção da narrativa nacional brasileira: a escrita da nação em Barbosa, Martius e Varnhagen

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada com conceito “A” em 18 de julho de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Emilia da Costa Prado (UERJ) – Conceito A

Dra. Regina Weber (UFRGS) – Conceito A

Dr. Cezar Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS) – Conceito A

Porto Alegre
2007

Para Aline de Almeida Motta Khaled, meu amor para todo o sempre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Aline, minha esposa, pelos sacrifícios, pelo amor e pela compreensão.

Agradeço à professora Cláudia Wasserman, pela inestimável orientação.

Agradeço aos professores Cezar Guazzelli e Regina Weber, pelas contribuições prestadas no colóquio, que uma vez internalizadas, se mostraram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço aos meus antigos mestres e amigos Véra Barroso e Ricardo Fitz, pela contribuição à minha formação.

Agradeço a todos os professores deste PPG com quem tive o privilégio de conviver ao longo dos últimos anos, pelo conhecimento adquirido nas disciplinas cursadas.

Agradeço ao professor Aury Lopes Jr por ter me ajudado a encontrar novamente algo que eu julgava ter perdido. Trata-se de uma dívida impagável.

Agradeço aos colegas do curso de Ciências Jurídicas e Sociais, por terem me auxiliado a concluir a graduação, em meio às responsabilidades com o mestrado em História.

Agradeço aos colegas de mestrado que tornaram 2005 um ano inesquecível, certamente o mais intelectualmente proveitoso de minha vida acadêmica.

Agradeço aos meus alunos e ex-alunos dos colégios Protásio Alves e Ernesto Dornelles, pela compreensão diante da exaustão e pelas contribuições que emprestaram indiretamente ao meu trabalho. Em especial, agradeço por me tornarem mais humano e por me lembrarem constantemente de porque escolhi ser professor.

Finalmente, agradeço a Deus, que me deu forças para suportar a pesada carga de trabalho e a multiplicidade de compromissos e responsabilidades que assumi nos últimos anos.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a construção da narrativa nacional pela historiografia oitocentista, articulando esta elaboração discursiva a um horizonte pragmático que, efetivamente, pretendia, através de um grande relato da nacionalidade, eliminar a heterogeneidade a partir da construção de um modelo de conduta a ser seguido pelos habitantes da nação. Esta pesquisa, portanto, se propõe a investigar a narrativa elaborada pela historiografia oitocentista, através dos textos de Januário da Cunha Barbosa, Karl Friedrich Von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen, que, efetivamente, inventaram uma nação brasileira.

palavras-chave: IHGB; Martius; Varnhagen; narrativa nacional; nação; nacionalismo; historiografia brasileira; Brasil.

ABSTRACT

This research has as objective to evaluate the construction of the national narrative by the 19th century historiography, articulating this discursive elaboration to a pragmatic horizon that effectively intended, through a great story of the nationality, to eliminate the heterogeneity through the construction of a behavior model to be followed by the inhabitants of the nation. This research investigates the narrative elaborated by 19th century historiography, through the texts of Januário da Cunha Barbosa, Karl Friedrich Von Martius and Francisco Adolfo de Varnhagen, who, effectively, invented a Brazilian nation.

keywords: IHGB; Martius; Varnhagen; national narrative; nation; nationalism; brazilian historiography; Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ERGUENDO OS ALICERCES DA NARRATIVA NACIONAL FACE À HETEROGENEIDADE DA “NAÇÃO”: O IHGB E MARTIUS.....	16
2.1 O LEGADO COLONIAL: FRAGMENTAÇÃO, HETEROGENEIDADE E UMA IDENTIDADE PORTUGUESA.....	16
2.1.1 o Brasil independente e o Brasil-nação.....	28
2.2 O IHGB E SUA MISSÃO: INVENTAR A NARRATIVA NACIONAL.....	39
2.2.1 Por que é preciso inventar a nação?.....	39
2.2.2 O IHGB e o poder.....	42
2.2.3 O discurso fundador de Januário da Cunha Barbosa e seu sentido exemplar.....	48
2.2.4 a narrativa nacional escrita pelo sujeito nacional: o brasileiro.....	61
2.3 MARTIUS: COMO ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL.....	65
2.3.1 O marco fundador da nação.....	65
2.3.2 As três matrizes e o assimilacionismo.....	68
2.3.3 A exaltação dos feitos portugueses e a repulsa aos atos de rebeldia.....	72
2.3.4 O todo e a parte: questão-chave da problemática nacional.....	74
3 O MONUMENTO VARNHAGEN E O ENREDO DA NAÇÃO: A NARRATIVA NACIONAL.....	79
3.1 O QUE REPRESENTOU VARNHAGEN?.....	79
3.1.1 biografia.....	81
3.1.2 convicções pessoais.....	86
3.1.3 a providência.....	100
3.2 AS PARTES SE TORNAM UM TODO A PARTIR DA NARRATIVA NACIONAL: UMA HISTÓRIA GERAL DA NAÇÃO BRASILEIRA.....	108
3.3 A TRAGÉDIA, O INIMIGO E O HERÓI: A FUNÇÃO PARADIGMÁTICA DA NARRATIVA NACIONAL.....	128
4 O ESTADO-NAÇÃO: PROTAGONISTA DA NARRATIVA NACIONAL.....	165
3.1 A RELAÇÃO COM PORTUGAL NA NARRATIVA NACIONAL.....	165
3.2 O ESTADO DENTRO DO ESTADO: OS JESUÍTAS.....	173
3.3 REVOLTA E (I)LEGITIMIDADE: OS MOVIMENTOS E SUA APREENSÃO.....	180
3.4 TRANSFERÊNCIA E PRESENÇA DO ESTADO PORTUGUÊS: UM BRASIL INDEPENDENTE EM AFIRMAÇÃO?.....	188
3.5 UMA TEORIA DA NAÇÃO NA OBRA DE VARNHAGEN?.....	202
3.6 VARNHAGEN: ADVOGADO DO ESTADO E JUIZ INQUISIDOR DO TRIBUNAL DA HISTÓRIA	218
5 CONCLUSÃO.....	235
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	241

1 INTRODUÇÃO

Meu objetivo nesta pesquisa é analisar a construção da narrativa nacional por Januário da Cunha Barbosa, Karl Friedrich Von Martius e Francisco Adolpho de Varnhagen no século XIX, durante a primeira etapa de constituição da nação brasileira. A investigação deste processo de construção identitária a partir da escrita da história é realizada através do estudo de três obras significativas para a sua compreensão: O discurso fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Januário da Cunha Barbosa; o artigo “*Como se deve escrever a História do Brasil*” de Martius; e a “*História Geral do Brasil*” de Varnhagen. Dentro de tal proposta, um horizonte de análise é privilegiado nos textos referidos: a preocupação com a construção da nação e da identidade nacional a partir de uma narrativa, enfatizando um recorte de natureza política. Sendo assim, analiso a narrativa nacional construída no século XIX, buscando compreender o seu sentido propriamente identitário, através de uma pesquisa pautada pelos critérios de procedimento da História Intelectual. A opção pelo tratamento conjunto dos textos referidos relaciona-se à existência de um fio de continuidade entre o discurso fundador do IHGB, o guia para escrita da história nacional de Martius e a concretização de tais ideais através do grande relato da nacionalidade de Varnhagen, que é o produto mais elaborado do esforço discursivo de construção da nação brasileira nos oitocentos.

Uma vez que a abordagem do problema refere-se à construção de identidades nacionais, se torna importante destacar que o recorte é sobretudo político e não historiográfico, estando a pesquisa voltada para as questões-chave da definição identitária brasileira nos autores referidos e nas suas respectivas obras. Logo, não se trata de uma investigação sobre método, escrita, paradigma ou utilização de fontes pelos autores, embora tais questões possam ser incidentalmente abordadas. O que me preocupa, sobretudo, é o conteúdo das respectivas falas. Minha atenção está centrada no caráter da narrativa nacional por eles proposta e na relação entre a realidade externa e o seu discurso, que se dá a partir de um horizonte decididamente pragmático. Este é o objeto de estudo desta pesquisa. Portanto, a idéia é fazer uma leitura das obras como integrantes de uma narrativa fundadora da nacionalidade e da nação, e não como obras de história em sentido estrito.

O enfoque do trabalho é político, pois se refere à invenção do Brasil-nação pela historiografia oitocentista. Sendo assim, o componente privilegiado de análise é a identidade nacional e a nação, na forma com que a narrativa nacional busca estabelecê-los. Entretanto, estes são elementos que não se evidenciam facilmente, pois a obra de Varnhagen, por exemplo, privilegia o Estado, tendo inclusive sido taxada no passado de uma história administrativa do Império Português. Todavia, percebe-se – de forma subjacente – uma série de elementos que permitem ao observador inferir uma teoria da nação na obra do autor. Além disso, há construção de sentidos ao longo da narrativa, através do estabelecimento de uma pedagogia social que busca determinar condutas a partir de exemplos. Para o enfoque proposto para a minha análise, é interessante observar a dinâmica dessa função exemplar inserida no discurso intelectual, principalmente no que se refere à sua inserção na narrativa nacional.

Como a narrativa nacional desenvolvida nos oitocentos é o meu objeto, analisado a partir do fio de continuidade anteriormente citado, me proponho a discutir as obras a partir dos referenciais oferecidos pelos vários elementos que compõem a teoria do nacionalismo, bem como pelos comentadores de Barbosa, Martius e Varnhagen. Sendo assim, como se espera do tema da identidade nacional, o trabalho se vale de uma série de autores para fins de embasamento teórico. As considerações de ordem teórica são aproveitadas como parâmetros que orientam e fundamentam a pesquisa, norteando a própria leitura do discurso intelectual, sendo este o sentido de sua utilização. Dessa forma, procuro pensar a partir dos teóricos da nação e dos comentadores, sem, no entanto, me limitar a eles. Este é, portanto, um trabalho que se vale exclusivamente de fontes de ordem bibliográfica para a formação dos elementos de convicção que lhe são pertinentes.

A contribuição que busco prestar encontra-se ligada à construção de identidades nacionais, através da narrativa nacional e, em particular, do modo como a historiografia buscou construir tais identidades. Portanto, a dimensão de análise em questão privilegia a forma com que a constituição de um passado histórico, a partir de recortes específicos e exemplos delimitados, trabalha para formar o tipo de consciência que é típico de uma identidade nacional. Nesse sentido – e acredito que este seja o diferencial da pesquisa – minha intenção é descer ao nível do discurso e das suas estratégias de convencimento e, dessa maneira, contribuir para a discussão em torno da

elaboração do Brasil-nação nos oitocentos.¹ As avaliações sobre a obra de Varnhagen costumam se reportar aos mesmos pontos, destacando-se, principalmente, a questão da nação. Nesse sentido, acredito que o meu diferencial está na forma de abordar o objeto, ou seja, no enfoque adotado para problematizar a narrativa nacional. Pretendo revelar a existência de um sistema de pensamento dotado de considerável sofisticação e alicerçado por um pragmatismo político cuja intenção é, efetivamente, moldar o cidadão nacional.

Em virtude desta opção analítica, a utilização de citações é abundante, uma vez que creio que é interessante permitir que os autores falem por si mesmos e na sua própria forma de se expressar. Esta opção se deu, inclusive, em função da leitura de alguns comentadores terem me dado a impressão de que eles, por vezes, se afastam demais dos autores.² Minha intenção, ao contrário, é permitir que o leitor conheça não apenas a minha interpretação sobre os textos escolhidos, mas que também, efetivamente, os conheça, ainda que, obviamente, dentro do recorte por mim estabelecido.

Quando digo que pretendo revelar um sistema de pensamento, me refiro a uma compreensão no que toca ao conteúdo e sentido do que é posto através da historiografia. Enfatizo que não se trata de uma refutação factual ou de uma afirmação de superação de um modelo em tese, defasado de historiografia – até porque isto já foi feito –, mas sim, da busca de um entendimento abrangente do que, de fato, se pretendia, como se fazia e o que se realizava ao constituir-se um passado para a nação brasileira no século XIX. Em outras palavras, pretendo apreender o sentido por trás da narrativa nacional inserida dentro de uma obra descritiva como a de Varnhagen. Portanto, o que move esta pesquisa é uma reflexão crítica sobre os textos que encaminharam a narrativa nacional e a obra de Varnhagen, que por fim a constituiu, e dessa forma, inventou, legitimou e celebrou a nação.

É importante que estes questionamentos fiquem claros para que seja evidenciada a diferença deste estudo em relação ao trabalho realizado por outros comentadores de Varnhagen, cujo enfoque é geralmente, historiográfico. Varnhagen é um autor que já foi observado por uma

¹ Os demais estudiosos de Martius e Varnhagen trataram de outros aspectos de suas produções intelectuais, de forma que esta me parece ser uma questão onde ainda há espaço para discussão.

² É o caso, por exemplo, de Nilo Odalia, José Carlos Reis e José Honório Rodrigues.

série de autores. Dentre a extensa literatura, podem ser citados os trabalhos de Arno Wehling, Temístocles Cezar, Nilo Odalia, José Carlos Reis, José Honório Rodrigues, Manuel Salgado Guimarães e Capistrano de Abreu, entre outros. São autores de renome, que não tenho a pretensão de superar. Procuro apenas contribuir para esta extensa discussão a partir de uma análise que conta com um enfoque diferenciado em relação aos trabalhos até então realizados. Tais autores são, inclusive, muito utilizados no desenvolvimento da minha pesquisa.

Também é importante salientar que, diferentemente dos autores acima referidos, não pretendo realizar um extenso levantamento da obra de Varnhagen, mas sim, em sintonia com o recorte previsto, verificar os elementos importantes para o estudo da identidade, de acordo com a estrutura da presente pesquisa, em “*História Geral do Brasil*”. Além disso, é interessante referir que, enquanto objeto, a HGB tem uma particularidade, que é a existência de duas edições distintas, sendo que há diferenças significativas de posicionamento do autor em ambas. Quanto à minha pesquisa, embora em certa medida a primeira edição seja contemplada quando considerada relevante, minha opção foi pela segunda edição, por entender que nela se encontram mais cristalizados os pontos de vista de Varnhagen, em especial sobre a questão nacional, que é o aspecto que, sobretudo, me interessa.

Um outro ponto que considero que não pode deixar de ser apontado é a questão do contexto. Para a análise aqui proposta, e em busca de respostas para uma série de questões levantadas, me parece fundamental verificar de que forma uma série de fatores concorreram para a realização dessa historiografia dos oitocentos. Nesse sentido, a pesquisa pretende levar em consideração os elementos contextuais integrantes do processo histórico onde se deu a invenção da narrativa nacional, além das obras dos autores. No meu entender, a observação dos elementos materiais que compõem este contexto não pode ser ignorada, sob pena de incorrer-se em um empobrecimento injustificado do objeto de pesquisa. Logo, uma vez que para esta pesquisa o contexto é imprescindível, o seu estabelecimento se dá através da utilização da historiografia contemporânea que se reporta às questões pertinentes para a investigação do meu objeto, bem como ao próprio período em que Varnhagen escreveu sua obra. A importância do contexto está ligada ao entendimento de que, sendo todo o texto, por excelência, datado, não há possibilidade

de compreensão proveitosa de uma obra sem considerar o devido marco temporal e espacial em que se deu sua escrita.³

Como se trata de uma pesquisa cujo elemento central é uma análise de discurso intelectual, isso levanta questões de ordem metodológica. Sendo assim, pela natureza do objeto selecionado e pela forma de sua abordagem – uma vez que se preocupa com a relação entre os intelectuais e o poder político – esta pesquisa insere-se dentro da metodologia da História Intelectual, cujo projeto é pautado pela busca de uma elucidação das obras dos pensadores dentro de sua historicidade.⁴ Em síntese, a História Intelectual em sua versão francesa “procura inscrever historicamente o discurso dos intelectuais, tentando ultrapassar a alternativa entre explicações internas e externas”.⁵

Para que essa ambição analítica da História Intelectual seja bem sucedida, se faz necessária a superação da dicotomia entre uma análise interna e externa, observando as duas escalas de análise.⁶ Portanto, tanto o contexto histórico integra o seu enfoque, como os paradigmas intelectuais e os modelos dominantes que integram o pensamento científico da época, ainda que a apreensão de tais modelos não seja tão simples.⁷ Nesse sentido, uma análise determinada por tais critérios leva em consideração a trajetória pessoal dos autores, assim como o contexto histórico em que estão inseridos, para efeito de análise de seu discurso e decifração de

³ Nesse sentido, é relevante a afirmação de Hobsbawm, que afirma que “conceitos, certamente, não são parte de discursos filosóficos flutuantes, mas são histórica, social e localmente enraizados e, portanto, devem ser explicados em termos destas realidades”. HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.18.

⁴ O historiador francês François Dosse afirma que a História Intelectual se estabeleceu em um espaço vazio entre a história clássica das idéias, a história da filosofia, a história das mentalidades e a história cultural. Como afirma o autor, este novo espaço de investigação tende a adquirir autonomia, pois a história intelectual tem como ambição a convergência em sua análise, das obras, seus autores e o contexto em que haviam nascido, dentro de um processo que rechaça a alternativa empobrecedora entre, de um lado, uma leitura internalista das obras e de outro, uma aproximação externalista que privilegia somente as redes de sociabilidade. DOSSE, François. Regreso al país de la historia intelectual In: **Contrahistoires. La otra mirada de elio, n. 3**, setembro de 2004-fevereiro de 2005. p.87.

⁵ SILVA, Helenice Rodrigues. A História Intelectual em questão In: LOPES, Marco Antônio (org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p.15.

⁶ A idéia é ir “além de uma abordagem que privilegie a relação entre a análise externa dos acontecimentos (históricos, sociais, políticos) e a análise interna da obra (a hermenêutica ou a análise do discurso), a História Intelectual deve levar em consideração, simultaneamente, a dimensão diacrônica (história) e sincrônica (‘os aspectos diferentes de um mesmo conjunto em um mesmo momento de evolução’). Ibid., p.19. Para Dosse, “[...] é a vontade de manter juntas estas dimensões que caracteriza o objeto da história intelectual”. DOSSE, op cit. p.87.

⁷ SILVA, op cit, p.20.

seus sistemas de pensamento, bem como de sua relação com o poder e o poder que exercem através da ciência.⁸ Este entendimento parte da noção que aponta que uma análise de produção intelectual não pode ser realizada fora de um contexto social, político, econômico e cultural, uma vez que nenhum fenômeno/objeto será compreendido se analisado de forma isolada e independente dos demais.⁹

Este é, em linhas gerais, o espírito de investigação através do qual o problema da narrativa nacional será abordado dentro do objeto escolhido. Tendo como base tais norteadores, para que a avaliação da trajetória e do caráter da construção da narrativa nacional brasileira no século XIX seja realizada com sucesso, dentro do espírito aqui proposto, se faz necessário que sejam percorridas algumas etapas, que se refletem na estrutura da dissertação.

No primeiro capítulo, procuro, sobretudo, estabelecer as bases em torno das quais foi elaborada a narrativa nacional. Dessa forma, abordo questões como: a condição política de ex-colônia; o que havia de identificação com o país; por que era necessário inventar a nação; e, finalmente, qual o sentido da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e como ele se articula com o poder. A partir do estabelecimento deste contexto, passo a analisar o discurso fundador de Januário da Cunha Barbosa e como ele busca estabelecer os parâmetros de uma narrativa nacional. Finalmente, desloco a discussão para o artigo de Karl Friedrich Von Martius, que, efetivamente, se constitui em um guia para a elaboração da invenção discursiva da nação.

No segundo capítulo, passo, em definitivo, para Varnhagen. Assim, em um primeiro momento, busco discutir a trajetória do autor do grande relato da nacionalidade oitocentista, expondo a sua biografia e avaliando as suas convicções pessoais. Em um segundo momento, desloco a análise para o discurso, enfocando dois pontos marcantes da sua obra: a idéia de uma história geral – que é por excelência negadora da diferença e promotora da integração – e a

⁸ Helenice Rodrigues da Silva afirma que “[...] a História Intelectual, domínio pluridisciplinar por excelência, como o dos contextos de produção de idéias, o dos agentes socioprofissionais e o das correntes de pensamento. [...] ela parece visar dois pólos de análise: de um lado o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual (o ‘campo’, na versão de Pierre Bordieu), isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus *habitus*; e de outro lado, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades específicas de pensar e de agir de uma comunidade intelectual”. *Ibid.*, p.16.

⁹ Ou seja, para Silva, “em outras palavras, a história intelectual [...] teria por principal pressuposto restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra”. *Ibidem*.

construção de sentidos exemplares, paradigmáticos, através das categorias “tragédia”, “nossos” e “inimigo”.

No terceiro capítulo, me preocupo com o personagem central da narrativa nacional de Varnhagen: o Estado-nação. Assim, avalio como Varnhagen se posiciona diante de questões que envolvem tal personagem, como: o relacionamento com Portugal; os jesuítas e a idéia de Estado dentro do Estado; os movimentos rebeldes; e finalmente, a transferência do Estado português para o Brasil. A partir de tais elementos, procuro em seguida esboçar uma teoria da nação que ao meu ver, transparece na obra de Varnhagen, ainda que de forma difusa ou subjacente. Finalmente, no último trecho, discuto como o pragmatismo de Varnhagen acaba por lhe conferir dois papéis que ele mesmo repudiava: o de advogado (no meu entender, do Estado-nação) e o de juiz inquisidor (do tribunal da história).

2 ERGUENDO OS ALICERCES DA NARRATIVA NACIONAL FACE À HETEROGENEIDADE DA “NAÇÃO”: O IHGB E MARTIUS

Minha proposta neste capítulo consiste em demonstrar o esforço necessário para inventar o Brasil-nação no século XIX e as primeiras iniciativas nesse sentido, com a fundação do IHGB e o artigo de Karl Friedrich Von Martius. A estruturação do capítulo desenvolve-se em três etapas, atendendo a esta proposta. Em um primeiro momento, esboço um quadro da problemática nacional que precede à fundação do IHGB, utilizando as contribuições mais recentes da historiografia sobre a questão identitária brasileira. Em um segundo momento, passo a me preocupar com o Instituto propriamente dito: seu surgimento, sua associação com o poder, seus objetivos e seu discurso fundador, onde já são delineados os parâmetros teóricos e políticos da escrita da história da nação. Finalmente, no terceiro trecho, analiso o artigo de Martius, “*Como se deve escrever a história do Brasil*”, o qual funciona como verdadeiro guia para a elaboração do produto mais acabado do esforço de invenção da nação: a “*História Geral do Brasil*” de Varnhagen, que passo a abordar no segundo capítulo.

2.1 O LEGADO COLONIAL: FRAGMENTAÇÃO, HETEROGENEIDADE E UMA IDENTIDADE PORTUGUESA

A invenção da nação se tornou, por excelência, a missão da história como ciência no século XIX. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se propôs a elaborar um passado para a nação, a construir este passado discursivamente e, portanto, a compor uma narrativa nacional. Nesse sentido, parece interessante verificar quais eram os elementos sobre os quais a nação poderia ser construída discursivamente e porque a invenção da nação se fazia tão necessária à viabilidade do país. Qual era a situação do Brasil enquanto colônia e enquanto país recém independente, e de que forma este passado poderia – ou não – ser moldado para promover, através de uma narrativa nacional, um sentimento de identificação com o todo da nação?

Se antes dos oitocentos havia alguma identidade brasileira, era somente de forma tímida e embrionária, e mesmo assim era difícil separá-la de sua vinculação lusitana. As elites do país

preservavam, sobretudo, a sua origem branca e europeia e isso implicava em uma falta de identificação com a colônia. Afinal, era essa herança que os diferenciava de índios e negros e, portanto, não havia como abrir mão dessa vinculação. De fato, tudo indica que o Brasil pouco representava enquanto foco de identificação.¹⁰

Além disso, a própria percepção e sentido atribuídos à colônia, pelos colonizadores, não lhe era própria. O Brasil não era reconhecido por suas características, mas sim, como uma extensão da cultura portuguesa localizada no além-mar.¹¹ Em essência, pode ser dito que o Brasil era tido pelos portugueses como uma espécie de reprodução de Portugal.¹² Evidentemente, essa não era a realidade concreta da colônia, ainda que os colonizadores pudessem ter tal compreensão.¹³

Desde os primórdios de sua existência, portanto, o Brasil não foi instituído pelos portugueses para ser algo novo, mas sim, para existir em função das necessidades e dos modelos determinados pela metrópole.¹⁴ Em função disso, parece claro que o ambiente colonial não era nada propício ao surgimento de algo que, mesmo remotamente, lembrasse uma identidade nacional. Pensando a partir da categoria de protonacionalismo¹⁵, de Hobsbawm, percebe-se que mesmo de forma embrionária, não havia, por parte dos portugueses, uma ligação com o Brasil. O que havia de identificação remetia à metrópole. Além disso, sequer havia um Estado propriamente dito e localizado em seu território, em virtude da condição colonial. Como um dos

¹⁰ De acordo com Evaldo Cabral de Melo, o sentimento no primeiro século de colonização (1532-1630) não era de originalidade, mas sim, de orgulho pela lusitanidade da nova terra. MELO, Evaldo Cabral de. **Uma nova Lusitânia**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo. Senac, 1999.

¹¹ Jorge Couto, em sentido semelhante, observa que os visíveis progressos alcançados no final do século XVI levaram muitos a considerar a promissora província sul-americana como uma *Nova Lusitânia* ou um *Outro Portugal*. COUTO, Jorge. **A gênese do Brasil**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.48. grifos do autor.

¹² O jesuíta Fernão Cardim proclamava: “este Brasil já é outro Portugal”. MELO, Op cit., p.73.

¹³ Couto considera que o Brasil “trata-se de um componente do Império português que possuía características bem vincadas e que – apesar da prevalência, sobretudo nas áreas urbanas, de elementos da matriz cultural, lingüística e religiosa lusitana – não poderia, desde o início do processo de colonização, ser automaticamente associada ao padrão metropolitano”. COUTO, Op cit., p.65.

¹⁴ É nesse sentido que Stuart Schwartz afirma que “em termos sociais ou religiosos, o Brasil foi criado para reproduzir Portugal, não para transformá-lo ou transcendê-lo”. SCHWARTZ, Stuart B APUD MELO, Evaldo Cabral de. **Uma nova Lusitânia**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo. Senac, 1999. p.73.

¹⁵ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.63.

fatores para a promoção do sentimento nacional é o Estado, percebe-se o quanto o Brasil estava distante de ter um sentido próprio para os seus habitantes. Isto representa um problema com que a elaboração discursiva da nação tem que lidar, pois um dos elementos que por excelência legitimam uma nação é a sua antiguidade, o fato de sua existência já estar longamente solidificada pelo decurso do tempo.

Embora fosse desejável para a invenção da narrativa nacional que um sentimento de identificação com o Brasil já estivesse presente desde os primórdios da colonização, o fato é que durante séculos, a única perspectiva identitária realmente existente, para as próprias elites, era a portuguesa. O sentimento de identidade nacional – se é que pode ser entendido assim – em pleno Brasil, era luso ou inexistente. Isso dificultava o surgimento de uma identidade brasileira, uma vez que nada vinculava subjetivamente os portugueses – mesmo os não reinóis – ao Brasil. A relação dos colonizadores era, na realidade, de espoliação. O que se buscava era o enriquecimento individual e o retorno a Portugal.¹⁶ Dentro dessa perspectiva, a percepção dos índios e negros em relação à colônia pouco importava para as elites, pois o Brasil era, por excelência, uma invenção do homem europeu, e cabia a ele atribuir sua significação.

Somente no final do século XVIII começou a surgir, ainda que de forma inicial, uma espécie de identificação com o Brasil dentro de tais elites. Para que isso ocorresse foi necessário que fosse operada uma inversão de significado, em que o conquistador passasse a se enxergar como nativo, um processo nada simples. Esta constatação faz com que transpareça a imensidão da tarefa a ser realizada através da invenção da nação nos oitocentos. Para os intelectuais que elaboravam a narrativa nacional no século XIX, não bastava que o Brasil fosse uma nova nação. Ele devia estar prefigurado desde os tempos coloniais, pois este passado podia se constituir em um cimento importante para um país que tinha a integridade do seu território ameaçada.

Fica, portanto, a pergunta: como deixar de lado a identificação com Portugal – fonte de orgulho e prestígio – e assumir uma proximidade com um território satélite do império português

¹⁶ Como assinala Schwartz, “apesar do reconhecimento do potencial econômico do Brasil, este era visto pela maioria dos portugueses como um lugar de exílio e perigo; um lugar para enriquecer ou progredir na carreira, mas um lugar a ser evitado a qualquer custo”. SCHWARTZ, Stuart B. “**Gente da terra brasileira da nação**”. **Pensando o Brasil: a construção de um povo**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.109.

que detinha pouca importância além de uma lógica de exportação de produtos tropicais? O pouco que havia de identificação era, sobretudo, regional. Justamente a identificação que teria que ser ferrenhamente combatida no século XIX para estimular o sentimento nacional. Havia identidade local no Brasil colônia, mas não nacional. A identificação era regional, ou então, com Portugal. Jancsó e Pimenta, por exemplo, afirmam que os colonos de São Paulo, ao mesmo tempo que se reconheciam como paulistas, eram percebidos pelos espanhóis como portugueses, e assim se sentiam ao confrontá-los. Paulista, baiano ou pernambucano, significava ser português – ainda que uma forma diferenciada de sê-lo – mas não brasileiro.¹⁷ Tais constatações dão uma boa amostra do quanto era limitado o sentido de Brasil para aqueles que passariam a ser considerados como brasileiros no futuro, pela historiografia dos oitocentos. O exemplo demonstra o quanto é difícil pensar o Brasil antes da independência – e mesmo depois – como uma nação a partir de critérios subjetivos, a partir da idéia de vontade, de adesão ao todo da nação.

A que fatores pode ser atribuída essa condição? Por que era tão difícil a identificação com o Brasil? Será que a manutenção de uma identidade portuguesa se restringia ao diferencial em relação a negros e índios? A questão não parece limitar-se a este aspecto, pois não abrange o florescimento de uma identidade regional, em função da convergência de interesses locais. Nesse sentido, é importante salientar que antes de fruto do mero acaso, a fragmentação era propositalmente engendrada: os funcionários da Coroa referiam-se à América portuguesa como Brasil, mas jamais a seus habitantes como brasileiros. Todo o cuidado era tomado para evitar o surgimento de uma identidade coletiva que ultrapassasse o âmbito regional.¹⁸ Ou seja, a própria metrópole tratou de dificultar o surgimento de uma identificação que fizesse com que os habitantes do Brasil se voltassem contra ela. Isso significa que Portugal, apesar de além-mar, não

¹⁷ Para os autores, o que interessa ressaltar é a concomitante emergência de três diferenças. A primeira é aquela que distinguia o português da América (por exemplo, um baiano) de todos que não fossem portugueses (holandeses, franceses, espanhóis). A segunda, simultânea com a anterior, é a que lhe permitia distinguir-se, ao baiano, de outros portugueses (por exemplo, do reinol, do paulista). Finalmente, uma terceira diferença é a que distingue, entre os portugueses, aqueles que são americanos dos que não partilham essa condição. JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.137.

¹⁸ Segundo Jancsó e Pimenta, “A força coesiva do conjunto luso-americano era indiscutivelmente a Metrópole, e o continente do Brasil representava, para os coloniais, pouco mais que uma abstração, enquanto para a Metrópole se tratava de algo muito concreto, unidade cujo manejo impunha esta percepção. É por isso que é correto afirmar que ‘a apreensão de conjunto de partes que genericamente se chamou de ‘Brasil’ estava ‘no interior da burocracia estatal portuguesa.’” Ibid., p.140.

deveria ser percebido, de forma alguma, como um outro. Os outros deveriam ser os espanhóis, e não os portugueses. Tais constatações aprofundam o entendimento por trás da manutenção, no campo subjetivo, de uma identidade portuguesa. Mas e quanto ao campo objetivo?

A extensão do que implicava a condição colonial para o surgimento de uma identificação nacional é bem demonstrada por impedimentos que são de ordem político-administrativa. Além do âmbito subjetivo, encontrava-se a própria questão do espaço colonial, da disparidade de seu desenvolvimento e de sua delimitação política.¹⁹ Enquanto na costa, entre Pernambuco e Rio de Janeiro, havia uma pretensão a constituir uma réplica da Europa, no interior e nas periferias da colônia, a composição da sociedade e a estrutura do governo eram muito afastadas desse padrão civilizatório. São Paulo permaneceu uma região rústica até bem avançado o século XVIII.²⁰ O Estado do Maranhão era, em essência, uma colônia independente (1621-1777) e as capitanias do Sul eram tratadas como região separada, embora as tentativas de criação de um governo a parte do Rio de Janeiro (1573-1578, 1608-1612) tivessem fracassado. Percebe-se que a coesão não era sequer política e a fragmentação era a regra.²¹ A própria diversidade, que depois – com a independência – teria de ser erradicada, era antes, de certa forma, incentivada.

Este processo se manteve em curso de forma eficaz durante séculos. A própria heterogeneidade da colônia e as diferenças regionais implicavam em uma pluralidade de horizontes identitários, e nesse sentido, de expectativas não correspondidas que explodiriam com toda a força nas primeiras décadas após a Independência. Em meio a tanta heterogeneidade, o que havia de comum era o laço que prendia a colônia a Portugal.²² Não por acaso, este aspecto foi enfatizado pelos inventores da narrativa nacional oitocentista, pois promovia certa coesão.

¹⁹ Como Schwartz afirma, “é preciso considerar, também, a dimensão geográfica desse processo. O Brasil não era, em realidade, apenas um, mas era constituído por uma série de colônias. Os Ingleses tinham razão quando falavam, nos séculos XVII e XVIII, dos ‘Brasis’, pois havia de fato mais de uma colônia”. SCHWARTZ, Stuart B. **“Gente da terra brasileira da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias.** São Paulo: Senac, 1999. p.112.

²⁰ Ibid., p.112-113.

²¹ O estado do Maranhão se reportava diretamente a Lisboa, e não a Salvador. Da mesma forma, as capitanias do Sul embora não independentes, tinham pouco controle por parte do governo na Bahia. Em ambos os casos, as populações de origem europeia eram bem pequenas e predominavam os missionários já desaparecidos das zonas de exportação. Enquanto isso, na costa entre Pernambuco e Rio de Janeiro, predominavam os modelos culturais europeus.

²² Odalia afirma que “a unidade da colônia se perde no momento mesmo em que se desvincula do Império que a assegurava; em vez dela o que se tem é a heterogeneidade, a divisão, a discriminação em todos os níveis”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.** São Paulo: UNESP, 1997. p.41.

Tais questionamentos dão uma boa dimensão do esforço necessário para inventar uma narrativa nacional no século XIX. De alguma forma, esse todo inteiramente disperso devia ser reunido. Na medida em que a fragmentação se dava tanto no âmbito objetivo quanto na própria esfera subjetiva, fica evidente o esforço monumental que teria de ser dado para tornar a antiga colônia uma nação no século XIX. Não seria uma tarefa fácil superar a pluralidade que era intencionalmente incentivada – com inegáveis êxitos – como demonstra a fragmentação política, o poder pulverizado localmente e a permanência de uma identificação com Portugal. Além disso, ainda restava o problema de toda uma população segregada socialmente, a qual, em maior ou menor grau, deveria ser integrada de alguma forma ao projeto de nação que o horizonte identitário oitocentista gostaria de ver concretizado.

Esta tendência à fragmentação e à não identificação com o Brasil não se sustentou, entretanto, em virtude de uma série de circunstâncias que modificaram, ao menos parcialmente, a percepção dos habitantes da colônia em relação a ela e a si mesmos. No século XVIII, o surgimento de uma articulação comercial interna – que se deveu principalmente ao ciclo do ouro – fez com que várias províncias incrementassem a realização de trocas comerciais, o que integrou, por exemplo, de forma mais pronunciada, a região sul à colônia. Isso subverteu em certo sentido a lógica colonial, ainda que o Estado luso tenha se feito mais presente no país a partir de então, reforçando a sua autoridade administrativa em virtude da riqueza que o ouro representava.

Ironicamente, foi justamente a partir do momento que Portugal intensificou sua ação na colônia que a integração regional mais se dinamizou. Subitamente, a presença do Estado português no território brasileiro se fez sentir de forma inédita, e com ela, uma dimensão de controle a que a colônia não estava habituada. Desta súbita contraposição mais acentuada de interesses começou a surgir uma compreensão de que as elites coloniais, enquanto tais, sendo dotadas de ambições diversas de suas contrapartes metropolitanas, constituíam-se em algo diverso. Ou seja, os portugueses de além-mar começavam a ser percebidos como um outro, uma alteridade fundamental para a idéia de nação. Entretanto, ainda que um componente importante, a mera identificação do outro não bastava para a existência de um sentimento nacional. Era ainda necessário que este antagonismo se intensificasse ao limite do insuportável, e que a identificação

passasse a ser nacional e não regional em relação aos portugueses. Isso em certa medida se verificou nas lutas pela Independência, que, todavia, não se deram dentro de um clima de unanimidade, mas sim de diversidade imensa de interesses e horizontes identitários.

O surgimento de uma identidade nacional sempre ocorre dentro de um processo truncado, desconexo e descontínuo. Existe uma tendência a enxergar uma evolução provida de linearidade e continuidade, o que não é verdadeiro, ainda que para um setor considerável da historiografia, uma nação brasileira já estivesse prefigurada antes da independência.²³ Um primeiro indício – para esta corrente – da suposta continuidade seria a Inconfidência Mineira, em 1789. Nesse sentido, para Schwartz ainda que de maneira difusa, no final do século XVIII “[...] vários membros da sociedade colonial começaram a reivindicar o lugar de ‘filhos da terra’ e a constituir o ‘povo’ do Brasil, mas agora sob a influência da Revolução Francesa, com um novo significado

²³ De acordo com Richard Graham, esta vertente relaciona-se com a idéia de nativismo, onde se enxerga, nos séculos que antecederam a emancipação política, uma identidade brasileira e uma consciência nacional. José Honório Rodrigues, argumenta em *“Independência: Revolução e contra-revolução”* (Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975) que a nação já existia há muito tempo. De acordo com o autor, D. Pedro I descobriu que os brasileiros estavam animadamente preparados para endossar sua declaração de independência do Brasil e que permaneceram unidos, a partir de então, por um sentimento nacional. O autor refere-se a um sentido profundo da história nacional, onde a unidade é o tema central, a motivação permanente. Dessa forma, Rodrigues afirma que desde o princípio a unidade nacional foi uma aspiração partilhada por todos. O sonho de um Brasil único e indivisível teria dominado todos os brasileiros, evidenciando o orgulho nacional nascente. Rodrigues segue a trilha aberta por Manuel de Oliveira Lima (1867 – 1928), o qual afirma que, antes da separação de Portugal, o Brasil já tinha seu objetivo, aquilo que já passara a ser, expressa ou latente, sua aspiração comum, a independência: Ver *“O movimento da independência. O Império brasileiro (1821 – 1889), 2ª ed. (São Paulo: Melhoramentos, 196(?) [1ª ed. 1922])*, p. 22.)” Essa visão é predominante nos primeiros trabalhos publicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como pode se observado em Manuel Luiz Lima Salgado Guimarães, no artigo “A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1835-1857) : Fazendo a história nacional”, em *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Idéias filosóficas e sociais e estrutura do poder no segundo reinado*, organizado por Arno Wehling (Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1989) p. 21-41; e também em Lilia K.Moritz Schwarz, “Os guardiões da nossa história oficial: Os institutos históricos e geográficos brasileiros”, em *História das Ciências Sociais*, no. 9 (São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo [IDESP] , 1989) , p. 7-32. Também é um ponto de vista que recorre em histórias intelectuais, como a que E. Bradford Burns escreveu sobre o nacionalismo brasileiro: “O crescimento da consciência nacional [...] teve seu triunfo inevitável na proclamação da independência do Brasil [...] o Brasil apareceu e cresceu como uma nação unificada graças, pelo menos em parte, ao nativismo viril ou nacionalismo precoce”. Esse “sentimento nacional” e “sentimento de devoção à sua terra natal”, acrescenta Burns, “ajuda a explicar porque aquele gigantesco país, diferente das outras enormes áreas administrativas da América Latina colonial, não se fragmentou após a independência” E. Bradford Burns, *Nationalism in Brazil : A Historical Survey* (Nova York: Praeger, 1968), p. 28. A opinião comum dos brasileiros de hoje (excluindo historiadores profissionais) é refletida nas palavras de um crítico literário que escreveu: “Se existe um fenômeno verdadeiramente maravilhoso na história do Brasil, este deve ser o sentimento nacional, que se manifesta desde os primeiros dias (coloniais) e tem mantido a união das províncias (estados)”, Wilson Martins, “Brazilian Politics” , *Luso-Brazilian Review*, 1:2 (Inverno de 1964), p. 33. Rodrigues, Oliveira Lima e Burns tomam como certa a unidade brasileira. Eles precisam apenas estabelecer que alguns brasileiros nativos vêem a si mesmos como diferentes e oprimidos por parte daqueles que nasceram em Portugal e, pronto, aí está a nação, única e unida. GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado.** In: Diálogos, Maringá, v. 5, 2001.

inclusivo”.²⁴ Assim, os jovens que participaram do movimento inconfidente fracassado no Rio de Janeiro, em 1794, começavam a se considerar brasileiros e a conceber um Brasil de outro tipo.²⁵ Para Schwartz, ainda que tais conspiradores pertencessem à elite colonial, quatro anos depois, na Bahia, uma conspiração de artesãos, escravos, brancos, pardos e negros, manifestou preocupações semelhantes, com uma nítida preocupação social que não estava evidente nos movimentos anteriores. De acordo com Schwartz, para eles e muitos brasileiros do século XIX, não restava dúvida de que o Brasil tinha um povo.²⁶ Todavia, parece questionável atribuir a essa visão dos estratos inferiores uma perspectiva propriamente nacionalista, ainda que dotada de alguns de seus indícios.²⁷ A interpretação de tais movimentos constitui-se, sem dúvida, em uma das maiores polêmicas da historiografia nacional, e Varnhagen, por exemplo, os condenou, por motivos que serão discutidos posteriormente.

De qualquer forma, para expor outra interpretação, Jancsó e Pimenta não compartilham do entendimento de Schwartz, pois afirmam que a Conjuração Baiana não pode ser considerada como um movimento de caráter nacional, o que parece ser o entendimento mais acertado.²⁸ E sendo assim, não há que se falar em uma identidade brasileira já existente, pois os supostos movimentos precursores da independência no Brasil, as conspirações tramadas em Minas Gerais

²⁴ SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra braziliense da nação”. **Pensando o Brasil: a construção de um povo**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.123.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibid., p.123-124. Graham indica que Schwartz também expressa a visão de que os habitantes coloniais tinham uma identidade distinta de Portugal em “*The Formation of a Colonial Identity in Brazil. In: Colonial Identity in the Atlantic World, 1500- 1800*”, Nicholas Canny e Anthony Pagden (org). (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987.pp.15-50)”. GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado**. In: Diálogos, Maringá, v. 5, 2001.

²⁷ Claro que quem de fato fez a separação e deu início efetivo ao processo de constituição da nação foi a elite. Mas isso está longe de ser uma especificidade do país. Como diz Hobsbawm, “em muitos casos, a ‘nação política’ que originalmente formulou o vocabulário do que, mais tarde, tornou-se o povo-nação compreendia uma pequena fração dos habitantes de um Estado, a sua elite privilegiada ou a nobreza e a aristocracia”. HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.88.

²⁸ Os autores afirmam que “[...] é inútil procurar alguma ideologia nacionalista entre os sediciosos baianos de 1798. A nova ordem que propugnavam não buscava sua legitimidade em direitos históricos ou em ancestral trajetória comum, típicos dos nacionalismos europeus emergentes no século XVIII. O confronto delineado em 1798 na Bahia colocava frente a frente a monarquia absoluta e uma comunidade que afirmava ter configuração específica; o *povo baiense* instituidor potencial de um novo Estado que viria a ser nacional mediante um pacto de cidadãos [...] o inimigo do povo não tinha uma configuração nacional, a opressão não era percebida como a de uma nação estrangeira [...] a privação de liberdade do *povo baiense* não advinha da sujeição à nação portuguesa, mas ao trono”. JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.147. grifos dos autores.

e na Bahia, tentaram libertar do domínio português somente aquelas áreas específicas e não visaram a independência de uma “nação” brasileira.²⁹ Portanto, embora as considerações sobre os movimentos anticoloniais sejam relevantes, parece haver um perigo, inclusive apontado por Jancsó Pimenta, que é a tendência a enxergar uma continuidade entre o que costuma ser chamado de nativismo e a eventual Independência. Partindo desse enfoque, o regional é visto sob uma perspectiva nacional e, portanto, afirma-se a existência de uma identidade brasileira ou consciência nacional nos séculos anteriores à Independência, o que para Jancsó e Pimenta não passa de um mito, ainda que enraizado na memória coletiva e na historiografia.³⁰ O processo certamente é muito mais complexo do que uma mera continuidade pode sugerir e, de qualquer forma, a divergência de interpretação entre autores de renome sinaliza a imensa problemática envolvida e, inclusive, indica que tais movimentos foram utilizados posteriormente, de uma forma ou de outra, com conotação nacional.

Se já existe tal percepção em relação aos movimentos anticoloniais, evidentemente que a transferência do Estado português para o Brasil também seria vista por muitos como um indicativo que aponta para a afirmação da nacionalidade brasileira. Afinal, com a vinda da família real ao Brasil, foi extinto o exclusivo metropolitano, através da Abertura dos Portos. Dessa forma, praticamente chegava ao fim o Pacto Colonial, pois o que configurava a própria idéia de Metrópole passou a estar presente no Brasil. Esse detalhe permite uma percepção melhor do que representavam os próprios fundamentos do sistema. Como a subordinação era ao monarca, e não a Portugal, não há nada de contraditório na medida, pois uma vez que a sua pessoa se faz presente fisicamente no território, o seu quinhão pode ser coletado diretamente. Embora a separação política só tenha ocorrido em 1822, a principal característica da colonização, o

²⁹ Jancsó e Pimenta apontam, através de jornais da época que “nos termos dos pasquins o povo é baiense, pelo que é inútil procurar o brasileiro. Este é o povo que configura a comunidade imaginada, a nação pensável, opondo-se ou aliando-se a outras nações conforme seus interesses”. JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.144. Graham afirma que ponto de vista semelhante pode ser encontrado em Kenneth R. Maxwell “A devassa da devassa : a inconfidência mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808. (3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1995)“ ; Luís Henrique Dias Tavares, “História da sedição intentada na Bahia, em 1798 – A conspiração dos alfaiates. (São Paulo: Livraria Pioneira, 1975); e István Jancsó “Na Bahia, contra o Império: História do ensaio de sedição de 1798 (São Paulo: HUCITEC; e Salvador: EDUFBA, 1995)”. GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado**. In: Diálogos, Maringá, v. 5, 2001.

³⁰ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. Op cit., p.133-134.

monopólio, estava extinta.³¹ Poderia ser e inclusive foi afirmado algumas vezes que a transferência do governo português para o Brasil representou a independência de fato, senão de direito, da colônia, pois encerrou o monopólio comercial ultramarino, elemento central da relação colonial. A presença do Estado português no Brasil conferiu certa unidade administrativa ao país, na medida em que passou a haver uma estrutura de poder organizado, para controlar diretamente os pontos mais distantes da Colônia. Quando chegou a hora de realizar a separação política em definitivo, essa maquinaria de poder já estava à disposição das elites, motivo pelo qual se optou pela estratégia de romper o vínculo, mas manter a Monarquia. Mas será que isso equivale ao surgimento ou à libertação da nação brasileira?

A própria afirmativa de uma independência de fato, a partir da Abertura dos Portos, já carrega a pressuposição de que havia um “Brasil-nação” que ansiava por essa liberdade, o que não parece muito provável. Embora realmente houvesse uma quantidade considerável de pessoas que se regozijavam com o término do controle exercido por Lisboa, isso não implicava que, necessariamente, celebrassem uma autoridade centralizada no Rio de Janeiro e apreendessem esse momento como de afirmação nacional. As conseqüências foram muito mais complexas do que esse raciocínio indica, pois a instalação do Estado português no Brasil paradoxalmente reforçou os vestígios de identidade brasileira sob alguns aspectos, e os negou sob outros. De um lado, em decorrência da presença do Estado português no Brasil, foram encerradas formalmente as distinções entre portugueses nascidos de um e de outro lado do Atlântico, borrando ainda mais a definição do que poderia representar ser brasileiro, e também, português. Mas por outro lado, a busca de favores diretamente através do governo que se encontrava instalado no Brasil levava a uma “aportuguesação” dos brasileiros de elite. Em um momento onde o horizonte identitário era de pragmatismo, valorizava-se a identidade e a descendência portuguesa.

³¹ D. João VI também anulou o Alvará de 1785, de D. Maria, o qual proibia a fabricação de manufaturas na colônia. Entretanto, não pode escapar um detalhe: a partir de 1810, com os Tratados de Comércio, Navegação e Amizade, instituiu-se um imposto alfandegário favorável à Inglaterra, que era inclusive inferior ao que pagariam as próprias mercadorias portuguesas para entrar no país. Dessa forma, um novo ciclo de dominação econômica tinha início. Assim sendo, além do próprio entrave que representava a escravidão e a falta de tecnologia apropriada para uma industrialização, as poucas metalúrgicas e manufaturas de tecidos foram incapazes de enfrentar a concorrência que os produtos ingleses representavam, a partir de tais tratados. Uma incipiente modernização “nacional” via-se assim rapidamente abortada, pois se fazia evidente que o Brasil estava sendo atrelado a economia inglesa. Por outro lado, a criação do Banco do Brasil em 1808 também favorecia, sob alguns aspectos, uma idéia nacional, embora seja uma mera suposição imaginar que sua existência pudesse ter esse efeito sobre os habitantes do país.

De fato, a materialização concreta do Estado no território da colônia representava, ainda que simbolicamente, maior unidade política, o que, em alguma medida, poderia promover a coesão necessária à idéia de nação. Entretanto, com exceção da Abertura dos Portos, as medidas tomadas por D. João VI em pouco favoreciam um “nacionalismo” brasileiro, como é o caso da criação da Imprensa Régia, configurando o primeiro jornal impresso no país, cujo caráter, entretanto, era de louvor a reis e princesas. D. João VI criou uma série de instituições para dar ares “europeus” ao país.³² Todavia, havia um limite claro para as ações modernizadoras do monarca.³³

Apesar de tais restrições, foi o término do exclusivo metropolitano que rompeu os laços que prendiam materialmente o país a Portugal, possibilitando o florescimento de certa identidade e de um interesse comum à boa parte das elites. Essa condição se acentuou com a mudança de status da antiga colônia em 1815, que permitiu pela primeira vez, em um sentido político, começar a pensar na possibilidade de uma nação brasileira.³⁴ Afinal, pode ser afirmado – com certa margem de segurança – que o nacionalismo depende de um Estado Nacional para ser

³² Como a Biblioteca real, o Museu Nacional, o Jardim Botânico, a Academia Militar e a Escola de Medicina.

³³ Ao mesmo tempo que adotar em toda a extensão os princípios do liberalismo econômico significaria destruir as próprias bases sobre as quais se apoiava a Coroa, manter o sistema intacto era impossível sob as novas condições, e em alguns aspectos, até inviável. Daí as contradições da política econômica joanina, um misto de liberalismo e mercantilismo, onde de um lado D. João agradava os colonos com medidas que eles gostariam de ver ampliadas e de outro, se via diante o desejo dos metropolitanos de restringi-las. Nesse sentido, ele também tomou algumas medidas em favor dos portugueses, como baixar as tarifas alfandegárias para os vinhos, reduzir a tarifa alfandegária para portugueses a 15% com o Alvará de 1818, bem como o monopólio de comércio com o Oriente. VIOTTI, Emília. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Além disso, Pernambuco, exportador de açúcar e algodão, continuava submetido ao monopólio dos comerciantes portugueses, o que teve peso na revolta de 1817.

³⁴ Jancsó e Pimenta apontam que “O novo reino transformara, ainda que apenas no plano simbólico, um conglomerado de capitanias atadas pela subordinação ao poder de um mesmo príncipe numa entidade política dotada de precisa territorialidade e de um centro de gravidade que, além de sê-lo do novo reino, era-o também de todo o império. Portanto, mesmo que no tocante à trajetória das identidades políticas no universo americano as variantes anteriormente apontadas tenham se mantido, seus significados tornaram-se passíveis de alteração substantiva. A partir de então a anterior identidade luso-americana poderia tornar-se *brasileira* e como tal se autonomizar, somando-se ao elenco de identidades políticas que já então coexistiam – a portuguesa e as outras ancoradas em trajetórias instauradas pela colonização, cada qual expressando uma possibilidade de projeto de nação incompatível, no limite, com aquelas que as outras encerravam. A partir daí a *nação brasileira* tornava-se pensável se referida ao Estado – o Reino do Brasil – que definia seus contornos como uma comunidade politicamente imaginável, retornando novamente aos termos de Benedict Anderson. JANCÓSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 1999. pp.154-155. grifos dos autores.

concretizado, o que certamente era o caso do Brasil.³⁵

Ainda que a mudança de status da antiga colônia não implicasse diretamente na existência de um Estado Nacional em sentido estrito, a relativa independência do país deixava de ter caráter transitório. Não era apenas uma condição temporária, mas sim uma realidade concreta: o Brasil não estava mais subordinado politicamente a Portugal, e isso não tinha relação com a presença do monarca no país, mas sim, com a própria condição de reino irmão assumida. Todavia, apesar de tais mudanças, a configuração identitária permanecia sendo regional, e não nacional. Quando nacional, o vínculo era Portugal. Em 1815, um observador francês, Horace Say, em um sentido político, concluiu que o “Brasil” era simplesmente “a designação genérica das possessões portuguesas na América do Sul”.³⁶

Um nacionalismo brasileiro praticamente inexistia no início do século XIX. Se existia, caracterizava-se muito mais – a partir do movimento pela independência – por um sentimento anti-lusitano do que brasileiro e, mesmo assim, ambíguo. Tal ambigüidade entre os dois sentimentos esteve presente no seio do movimento revolucionário pernambucano de 1817, reprimido em poucos meses por tropas leais ao governo. Mesmo buscando a independência em um âmbito separatista e marcado por uma identidade regional, manifestava preocupação com os riscos de abrir mão da identidade portuguesa.³⁷ Afinal, isso significaria igualdade entre a elite branca e os homens negros e pardos que compunham a maioria da população do país.

O sentimento de identidade brasileira no período se torna ainda mais complexo de ser

³⁵ O que certamente não é uma característica exclusivamente sua. Como afirma Hobsbawm, “Os EUA e a Austrália são exemplos evidentes de Estados-nações nos quais *todas* as características nacionais específicas e critérios de existência de nação foram estabelecidos desde o final do século XVIII, e de fato poderiam não ter existido antes da fundação de seus respectivos Estados e países. Todavia, não precisamos lembrar que o mero estabelecimento de um Estado não é suficiente, em si mesmo, para criar uma nação”. HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.93.

³⁶ Holanda, Sérgio Buarque de (org.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962- 72. v.3.p.16. APUD GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado**. In: *Diálogos*, Maringá, v. 5, 2001.

³⁷ Graham indica que a perspectiva regional do movimento é evidente em Carlos Guilherme Mota, “*Nordeste 1817: Estruturas e Argumentos, Estudos No. 8* (São Paulo: Perspectiva, 1972)”; e Glacyra Lazzari Leite, “*Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais, Estudos e Pesquisas, 52* (Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Massangana, 1988)”. Um outro enfoque, que afirma que o movimento não era separatista, mas buscava a independência republicana para todo o Brasil, unido, pode ser encontrado no poeta pernambucano Gonçalo Barros Carvalho e Mello Mourão, em “*A revolução de 1817 e a história do Brasil - Um estudo diplomático*. (Editora Villa Rica)”. *Ibidem*.

avaliado, pois Kenneth Maxwell considera que em virtude do Estado português estar presente no Brasil, Portugal declarou sua independência do Brasil, na Revolução do Porto, fazendo queixas comuns às das declarações de independência coloniais no seu manifesto.³⁸ A ambigüidade do movimento era evidente: poderia ser considerado liberal de um lado, por buscar o fim do absolutismo português, mas, por outro lado, era conservador, uma vez que pretendia recolonizar o Brasil.³⁹ De certa forma, a vinda da família real e a posterior extinção dos privilégios de além-mar pareciam ter gerado uma espécie de “nacionalismo” português. Portanto, a Revolução do Porto, em 1820, tornou ainda mais complexo o quadro identitário do momento. Com a convocação da Assembléia Constituinte, estava sendo derrubado o absolutismo, pois a partir daí D. João VI teria que se submeter à constituição elaborada pelas Cortes portuguesas, o parlamento. Quando foi exigido o retorno do rei a Portugal, as províncias do norte do Brasil aprovaram, enquanto as do sul protestaram, insistindo para que ele ficasse. Várias províncias, inclusive, passaram a vincular as suas lealdades ao Estado reformado e não mais ao rei.⁴⁰ D. João acabou retornando, e seu filho, D. Pedro, permaneceu no Brasil como príncipe regente. O processo de independência e rompimento se iniciava, o que poria em conflito, por definitivo, os interesses portugueses e “brasileiros”, trazendo conseqüências diretas para a questão da nação brasileira.

2.1.1 O Brasil independente e o Brasil-nação

³⁸ Como afirma Maxwell, o “Manifesto da Nação Portuguesa aos soberanos e povos da Europa”, promulgado pelos rebeldes do Porto em 1820, soava como e continha muitas das queixas comumente encontradas nas declarações de independência das colônias. Maxwell afirma que em 1820 Portugal declarou sua “independência” do Brasil, e em 1822 o Brasil declarou sua “independência” de Portugal. MAXWELL, Kenneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo. Senac, 1999. pp.187-188.

³⁹ Nesse sentido, além da exigência do retorno do rei, começaram a ser desmontados os órgãos da administração que D. João VI havia trazido para o Brasil. Foi decretado que as províncias teriam um governador de armas independente das juntas governativas. O contingente de tropas portuguesas foi reforçado no Rio de Janeiro e Pernambuco, e os impostos de importação dos produtos ingleses foram elevados para 30%.

⁴⁰ Militares se revoltaram em Belém e Salvador, formando governos provisórios: as juntas governativas. Dessa forma, manifestavam que somente obedeceriam às cortes de Lisboa. Os comerciantes e militares portugueses imaginavam que a revolução reestabeleceria o monopólio colonial. Por outro lado, os fazendeiros e os comerciantes “brasileiros”, assim como os altos funcionários da Coroa, com interesses locais já estabelecidos, esperavam que a Revolução acabaria de vez com os monopólios restantes e permitiria uma representatividade brasileira nas Cortes para defender seus interesses. Entretanto, dos setenta e setenta e cinco deputados previstos em universo de duzentos, apenas quarenta e nove acabaram indo para Lisboa.

Torna-se particularmente difícil definir a questão identitária em um quadro tão rico e contraditório como o que se formou durante o confronto direto estabelecido entre os interesses do Brasil e de Portugal. Para que se tenha uma idéia da complexidade da questão, a ida de representantes da ex-colônia a Portugal – para participar do processo de elaboração de uma constituição liberal – levou à identificação dos mesmos como brasileiros, o que até então era inédito. Todavia, essa vinculação não era necessariamente ao Brasil, mas sim, apenas indicadora de que tinham nascido no além-mar.⁴¹ No entanto, à medida que os interesses conjuntos dos deputados das mais diversas províncias se viam confrontados pelas Cortes, começavam a aproximar-se uns dos outros, pois tinham propósitos em comum, dentre os quais, a continuidade do sistema escravista era o mais evidente. Agora sim, o outro – entendido como inimigo comum – começava, mesmo que indiretamente, a promover coesão dentro da fragmentação que era típica do Brasil. Este princípio de espírito nacional pode ser claramente percebido na frase de um deputado: “o Brasil é um reino bem como Portugal; ele é indivisível e desgraçados daqueles que atentarem contra a sua categoria e grandeza, desmembrando suas províncias para [aniquilá-lo]”.⁴²

Entretanto, o fantasma da condição colonial e a descendência portuguesa tornavam esse quadro confuso. De fato, o sentimento de identidade brasileira, ainda que embrionário, começava a se afirmar, em oposição àquele que surgia como outro, o português. No entanto, a complexidade da questão não pára por aí. Dois deputados das províncias brasileiras, em meio à elaboração da Constituição portuguesa, consideravam, por exemplo, o Brasil como seu país, mas afirmavam que a nação a que pertenciam era a portuguesa.⁴³ Uma carta publicada no Revérbero Constitucional Fluminense, em 1822 (em pleno processo de independência) afirmava que a convocação de uma Constituinte no Brasil era a única forma de salvar a Nação em ambos os hemisférios, e se referia aos que aclamavam o imperador na América como “portugueses do Brasil”.⁴⁴ Ou seja, tratava-se de uma manifestação de “nacionalismo” português em pleno Brasil. Até as vésperas da proclamação da Independência, as elites brasileiras ainda pensavam em manter uma Monarquia dual, com o rei de Portugal sendo rei do Brasil, e com o país sendo

⁴¹ JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.167.

⁴² Deputado Lino Coutinho, sessão de 3 de jul. de 1822. *Ibid.*, p.167.

⁴³ *Ibid.*, p.130.

⁴⁴ *Ibid.*, p.131.

governado por um regente, situação onde seria mantida a autonomia e o livre comércio. Entretanto, uma vez que os interesses se mostraram irreconciliáveis, esta solução acabou inviabilizada. A insistência na recolonização, com a busca de extinção da liberdade de comércio e autonomia administrativa conquistadas no período joanino, colocava uma situação política complexa, que por sua vez, exigia posicionamento por parte dos habitantes da antiga colônia.⁴⁵

É inegável que havia, de fato, uma vontade de persistir como comunidade por parte das elites que comandaram o processo de independência. Mas será que essa vontade pode ser entendida como pretensão a uma comunidade nacional? Na realidade, sequer havia essa consciência de pertencimento. Havia uma vontade de persistir em um *status quo* alcançado a partir da Abertura dos Portos, mas isso não equivale a uma consciência nacional e a uma vontade de pertencer à nação, embora possa ser percebida dessa forma. Parece evidente que as elites brasileiras foram empurradas para a Independência pela força das circunstâncias, sendo muito questionável a idéia de que já havia uma nação imanente clamando pela realização de seu espírito nacional como país independente. Ao que tudo indica, o Brasil era tido em 1822, às vésperas da independência, como um conjunto disperso, um agregado de “Províncias [que] são tantos outros reinos que não têm ligação uns com os outros, não conhecem necessidades gerais, cada uma [governando-se] por leis particulares de municipalidade”.⁴⁶

O que havia de “coesão” era em torno de um Estado estabelecido, e uma vez que o clima político-moral se mostrou favorável a partir do conflito de interesses com os portugueses de além-mar, se colocou uma relação onde as elites – em essência, o Partido Brasileiro – se dirigiram ao Estado, personificado na figura do príncipe regente – vide o dia do Fico, em janeiro

⁴⁵ Em síntese, os vários interesses se configuravam através de grupos políticos que apesar do nome, não tinham a estrutura de partidos. O Partido Português, avesso à independência, como o nome indica, reunia comerciantes interessados no retorno do Pacto Colonial e também militares portugueses e alguns funcionários da Coroa; O Partido Brasileiro, que incluía alguns portugueses, reunia latifundiários, altos funcionários da burocracia estatal e comerciantes ligados ao comércio inglês ou francês, bem como traficantes de escravos. Desejava o fim das restrições coloniais, mas certamente temia os excessos democráticos do liberalismo. Seu líder era José Bonifácio de Andrada e Silva. Finalmente, os chamados radicais eram compostos por um grupo com influência nos setores médios urbanos: pequenos comerciantes, advogados, padres, professores, farmacêuticos, funcionários públicos de baixo escalão, enfim. Para esse grupo, o modelo era a Independência dos EUA ou a Revolução Francesa.

⁴⁶ Palavras de Lino Coutinho na sessão de 6 de mar. 1822. Extraído de JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.167.

de 1822 – para através dele, então, encaminhar o país para a independência. Logo em seguida foi nomeado um ministério, que tinha a frente José Bonifácio e, em fevereiro, D. Pedro convocava o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil. Em essência, a idéia era preparar a união de todas as províncias e evitar a fragmentação política. A partir do “cumpra-se”, os decretos das Cortes portuguesas só valeriam com a autorização do príncipe. O caminho começava a tornar-se irreversível, como a convocação para uma Assembléia Constituinte demonstra.⁴⁷ Sendo assim, a exigência do retorno de D. Pedro a Portugal – e a negativa melodramática “independência ou morte” – formalizou o que já era evidente: o Brasil era um país independente.

Com a Independência, o Brasil havia conquistado sua autonomia política através de uma mudança conservadora, que mantinha o vínculo com Portugal, através de um governante português e da dinastia de Bragança.⁴⁸ Dentre os vários projetos, a opção foi por aquele que garantiria a maior estabilidade e manutenção da ordem, o que garantiu a exclusão dos radicais e do próprio povo. Dessa forma, o “nacionalismo” utilitário das elites se articulou através do Estado para conformar uma relação eminentemente pragmática, onde a nação era uma preocupação subsequente. Portanto, será que pode ser afirmado que o nascimento do Brasil independente coincide com o da nação brasileira?⁴⁹

Embora a pergunta pareça simples, sua resposta está longe de sê-lo. Com a proclamação da Independência, os jornais afirmavam que o Brasil constituía-se em uma nação separada de Portugal, apesar de vários “brasileiros” ainda vincularem suas lealdades à nação portuguesa. Percebe-se claramente que a questão identitária – longe de estar assentada – era multifacetada, marcada por vários horizontes identitários.⁵⁰

⁴⁷ Onde a perspectiva do Partido Brasileiro preponderou, pois foi estabelecido o voto indireto e censitário.

⁴⁸ Dessa forma, por mais estranha que pareça a afirmativa, o Brasil não tinha um Estado Nacional brasileiro, mas sim, um Estado português que ainda persistia após a independência. O contexto histórico do período demonstra este ponto de vista com certa segurança.

⁴⁹ No que se refere a esse momento de transição política, Jancsó e Pimenta argumentam que a eventual relação de simultaneidade entre a emergência desse Estado e a nação em que ele foi instituído é uma das questões mais controversas da nossa historiografia, e que a equação entre ambas as partes do problema certamente não é tão direta quanto pode parecer. JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999.pp.133-134.

⁵⁰ Como afirmam Jancsó e Pimenta “[...] a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressado trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro”. Ibid., p.132.

Dentre os vários projetos, a opção política foi por aquele que garantiria a maior estabilidade e manutenção da ordem, ou seja, a Monarquia.⁵¹ O preço a pagar por essa manutenção era a continuidade, a percepção de que no Brasil havia uma sociedade, afinal, portuguesa. Um preço alto demais a pagar para alguns, mas até mesmo desejado por outros, pois implicava na continuidade de uma hierarquia excludente no âmbito interno e garantia um limite claro para o potencial revolucionário embutido na desvinculação com Portugal.⁵² Dentro desse contexto, o liberalismo se restringia a um desejo de acesso a mercados, à proteção da propriedade e a garantias de que as dívidas seriam pagas. Esta opção resultou em uma situação contraditória, onde o rompimento político se via acompanhado de uma continuidade no campo identitário. Portanto, a questão da contradição entre as identidades brasileira e lusa não foi resolvida após a proclamação da Independência. A dimensão de significação identitária ainda se encontrava vinculada à ancestralidade portuguesa. Havia um sentimento de nacionalidade, mas incipiente, mal resolvido. Na verdade, em virtude das alforrias e do crescente número de escravos livres, muitos membros das elites se apegavam cada vez mais à sua identidade portuguesa.⁵³

As identidades regionais superavam qualquer identificação nacional com o Brasil. A mera existência de um Estado “nacional” e de fronteiras definidas, ainda que compondo dois dos critérios objetivos mais básicos do que consiste uma nação, era insuficiente. Para Carlos Guilherme Mota, “sem unidade constitucional ou cultural consolidada, sem ter resolvido, ou

⁵¹ Para Maxwell “O Brasil havia sido independente, para todas as intenções e propósitos, desde 1808; desde 16 de dezembro de 1815 o Brasil fazia parte de um reino unido, em pé de igualdade com Portugal. O que estava em jogo no início da década de 1820 era mais uma questão de monarquia, estabilidade, continuidade e integridade territorial do que de revolução colonial”. MAXWELL, Kenneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo. Senac, 1999.p.186.

⁵² Nesse sentido, a ameaça a ser evitada era o que representavam os perigosos ideais revolucionários dos jacobinos franceses. A Revolução Francesa havia assumido na memória coletiva das elites conformação de perigo e exemplo negativo do potencial revolucionário.

⁵³ Como consideram Jancsó e Pimenta, “Não era simples para as elites luso-americanas despirem-se de algo tão profundamente arraigado como a identidade portuguesa, expressão sintética de sua diferença e superioridade diante dos muitos para quem essa condição estava fora de alcance. Saberem-se portugueses constituía o cerne da memória que esclarecia a natureza das relações que mantinham com o restante do corpo social nas suas pátrias particulares, aquela massa de gente de outras origens com a qual, sobre a qual caberia organizar o novo corpo político.” JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira).** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.173.

sequer equacionado, alguns de seus problemas básicos, *posto que não era uma nação*, o Brasil emerge em 1822-1823 como entidade política no cenário internacional”.⁵⁴

Ainda que a Independência definitivamente não se misture com o nascimento da nação, é inegável que foi um momento marcante de mudança da relação das elites com o território do país, com o Brasil. Passou a imprimir de forma mais contundente a necessidade de um conjunto, de uma homogeneidade, anseios que podiam ser atendidos plenamente pela criação de uma identidade, como forma de garantir a integridade do território brasileiro, o bem maior a ser buscado. No entanto, essa integração não era tão simples de ser obtida quanto parecia. Tendências estabelecidas por séculos conspiravam contra tais intenções. Como visto anteriormente, a metrópole sempre tomou todos os cuidados necessários para impedir a articulação de uma unidade colonial e o poder do governador geral e dos vice-reis era geralmente limitado. A própria elite colonial esteve durante muito tempo ligada a Europa, porque era nascida lá, ou porque estava vinculada por experiência ou interesse a Portugal. A colônia cresceu e se formou sob esse espírito desagregador, uma tendência que irrompeu com força enorme na primeira metade do século XIX. Revertê-la não era tarefa nada fácil.

Dessa forma, o Brasil esteve longe de conhecer a estabilidade após a separação política.⁵⁵ Quando D. Pedro I declarou a Independência do Brasil, em 1822, a Bahia e a maior parte das províncias do norte foram contra e permaneceram leais a Portugal, e somente aderiram após empreendimentos militares. Portanto, como fica a vontade de persistir como nação se a convivência e a própria união política se deu, ao menos parcialmente, através do uso da força? A resposta é simples: não fica. Muito pouco unia o Brasil, um novo país que parecia caminhar para a desagregação, como havia sido o caso da antiga América espanhola. A sobrevivência implicava, sobretudo, na eliminação da diferença, na supressão da diversidade. Nesse sentido, José Bonifácio de Andrada e Silva dá uma boa dimensão da tarefa que devia ser realizada ao afirmar que

⁵⁴ MOTA, Carlos Guilherme. **Idéias de Brasil: formação e problemas**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999. p.199. grifos meus.

⁵⁵ Como Odalia afirma, “[...] a liberdade política traz uma série de problemas relacionados com a emergência do país independente”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.30.

[...] é da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários, e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *Todo* homogêneo e compacto, que não se esfarele ao pequeno toque de qualquer convulsão política.⁵⁶

Reservas à parte, é impressionante a visão demonstrada por Bonifácio no ideal expressado acima.⁵⁷ Todavia, isso levanta questões sobre quem deveria amalgamar o quê e em que proporção. As propostas de Bonifácio nesse sentido eram por demais ousadas, e logo, não foram executadas, pois não condiziam com os reais objetivos dos protagonistas da separação política do país.⁵⁸ Nesse sentido, como consideram Jancsó e Pimenta, “[...] não parece irrelevante destacar que a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo social do país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno”.⁵⁹

Embora Bonifácio tivesse feito uma série de alertas, de fato, o objetivo imediato e primordial era a integração, a manutenção do território nacional.⁶⁰ O sentido da identidade brasileira a ser criada era, portanto, justamente o de unir as elites nacionais em torno de uma

⁵⁶ JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999.p.173. grifos dos autores.

⁵⁷ Kenneth Maxwell afirma que Bonifácio também advertiu “[...] seus contemporâneos, logo no início da independência nacional, sobre os efeitos negativos de longo prazo que o fracasso em lidar com a questão da escravidão e da reforma agrária traria para o futuro do Brasil”. MAXWELL, Kenneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo. Senac, 1999.p.185.

⁵⁸ Richard Graham indica que José Honório Rodrigues chega a sustentar a tese de que a Independência deveria ter sido um processo revolucionário, que daria início à construção da nacionalidade brasileira em bases popular e liberal. O ato de demissão de Bonifácio por D. Pedro teria abortado o processo revolucionário, instaurando um movimento contra-revolucionário mais contundente, por meio do qual os interesses oligárquicos sobrepujaram-se às aspirações populares. RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. APUD GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado**. In: Diálogos, Maringá, v. 5, 2001.

⁵⁹ JANCÓS, István e PIMENTA, Op. cit., p.174. Curiosamente, embora a frase tenha um certo sentido ambíguo, Jancsó e Pimenta parecem ter se confundido nesse ponto, pois a afirmação implica na existência de uma nação antes do Estado, que é exatamente a posição oposta a que os autores defendem.

⁶⁰ Nesse sentido, José Murilo de Carvalho aponta que a busca pela integração “tratava-se antes de tudo, de garantir a sobrevivência da unidade política do país, de organizar um governo que mantivesse a união das províncias e a ordem social”. O autor aponta que embora “José Bonifácio já tivesse alertado para o problema de formação da nação, mencionando particularmente as questões da escravidão e da diversidade racial, tudo isso ficou em segundo plano, pois a tarefa mais urgente a ser cumprida era a da sobrevivência pura e simples do país”. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.23.

mesma identidade que garantisse não somente a integridade do território nacional, mas também, a manutenção de uma estrutura social excludente. Tratava-se de um processo de homogeneização que deveria ser implantado o mais rápido possível, para construir o Estado-nação de forma efetiva e superar as inúmeras dificuldades já relacionadas.

Entretanto, a autoridade central encontrava problemas em se impor, e as identidades regionais permaneciam problemáticas. Pernambuco novamente se revoltou em 1824 e ao obter a adesão do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, formou-se a Confederação do Equador, que foi reprimida através do uso da força.⁶¹ A autoridade continuava a buscar sua afirmação através da coerção e a fragmentação parecia iminente, pois as províncias recusavam a sujeição ao poder central.⁶²

Um dos motivos para a manutenção da Monarquia no processo de independência foi devido ao fato de garantir a continuidade da estrutura social e afastar os perigosos ideais revolucionários franceses, bem como reduzir os possíveis questionamentos sobre a legitimidade da “nova” ordem.⁶³ Mesmo assim, o regime passou por uma fase tumultuada durante o Primeiro

⁶¹ A intenção do movimento era clara: uma vez que o Nordeste permanecia subordinado ao Sudeste e ao poder central, um novo país deveria ser criado, independente do Brasil e formado pelas províncias nordestinas, com a adoção provisória da Constituição da Colômbia. A repressão por parte do governo central foi extremamente severa, com centenas de prisões, espancamentos, enforcamentos e fuzilamentos, como foi o caso do Frei Caneca. Os horizontes identitários que não se conformavam à nova ordem deveriam ser subordinados à força. Essa situação evidencia o caráter do período do Primeiro Reinado. Em essência, tratou-se de uma história de violência por parte das forças conservadoras, que prenderam, baniram e condenaram a morte os opositores, configurando um período marcado por devassas por delito de opinião, censura à imprensa, suspensão de garantias individuais e instalação de comissões militares. Richard Graham aponta que “O frei Caneca, líder intelectual do movimento, disse que o Brasil havia se tornado “independente, não apenas como um todo, mas em cada uma de suas partes ou províncias, e estas, independentes uma das outras [...] Uma província não tem o direito de forçar qualquer outra província a fazer nada”. Roderick J. Barman, *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988. p.121 APUD GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado**. In: *Diálogos*, Maringá, v. 5, 2001.

⁶² O embaixador britânico Henry Chamberlain, em carta para George Canning, Rio de Janeiro, 22 de abril de 1826, acreditava numa provável fragmentação do Brasil, uma vez que: “grande parte da população daquelas províncias distantes (do Pará e do Maranhão), e até mesmo do Pernambuco e da Bahia estão contra o governo imperial e inclinadas [...] a separar-se dos estados do sul”. *Ibidem*.

⁶³ Para Odalia, a independência “[...] nada mais é do que um pacto e um consenso em que se achavam envolvidos tão somente os senhores de terra e de escravos e que visava preservar o que lhes interessava basicamente, a saber, um modo de produção escravista e a propriedade da terra. Assim, os regionalismos se acomodam, momentaneamente, e os grupos sociais, limitados e pouco numerosos, que manifestavam idéias revolucionárias puderam ser facilmente dominados [...] a interpretação mais próxima dos fatos é a de ver o movimento da independência como um movimento não traumático, cuja característica maior é o de ser conduzido por uma cúpula dirigente que em nenhum momento abriu mão de suas próprias prerrogativas, esvaziando-se assim as possibilidades de uma independência

Reinado, em virtude dos choques entre os interesses dos grupos mais poderosos do país e o autoritarismo de D. Pedro, eventualmente levando à sua abdicação.⁶⁴ Em suma, não havia a menor condição da população brasileira de então imaginar-se como uma comunidade nacional, mesmo em um âmbito reduzido, restrito às elites. O máximo que ocorria era uma espécie de deslocamento para D. Pedro e seus aliados do antagonismo em relação aos portugueses, configurado durante o processo de independência. O que representou, afinal, a independência do Brasil por si só?

Maxwell aponta que, “A emancipação política do Brasil, é, portanto, um longo e cumulativo processo, que manteve sua continuidade ao longo do caminho; 1808, 1816 [sic], 1822 e até 1831 são todos momentos importantes na afirmação dessa gradual separação e na definição da nacionalidade”.⁶⁵ Para Maxwell “do ponto de vista administrativo, o país não foi ‘nacionalizado’ até o fim do curto reinado de D. Pedro, em 1831”.⁶⁶ Portanto, é a partir desse momento que pode começar a ser cogitada a idéia de o país ter, de fato, um Estado Nacional. É importante rever a cronologia dos acontecimentos: em um primeiro momento, a colônia passou a ter o Estado materializado em seu território; em um segundo momento, deixou de ser colônia e assumiu o Estado como “seu”; em um terceiro momento, alcançou a independência política, ainda que o poder efetivamente só passasse às mãos das elites com a abdicação, configurando, finalmente, um Estado “nacional”, ainda que a monarquia e o príncipe herdeiro demonstrassem

armada e revolucionária”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.27-28.

⁶⁴ O contínuo desprestígio de D. Pedro com as elites em virtude de seu autoritarismo – vide a Constituição outorgada – e uma série de equívocos levaram a sua abdicação. A invasão e anexação da província Cisplatina, ainda durante a presença de D. João VI no Brasil resultou em desastre, pois a partir de 1825 teve início uma luta pela libertação do jugo brasileiro que envolveu a Argentina e acabou estabelecendo o Uruguai como país independente, em 1828, com apoio da Inglaterra. Em 1829, os sucessivos empréstimos junto a banqueiros ingleses – em parte para custear a guerra fracassada – levaram o Banco do Brasil à falência. O autoritarismo de D. Pedro, bem como envolvimento com a sucessão lusa, desagradava profundamente às mesmas elites que, ainda presas a uma identidade portuguesa, entretanto, não cogitavam a hipótese de sofrerem o revés econômico que uma reintegração política poderia acarretar. Isso demonstra claramente o quanto havia de identidade nacional no país, seja ela portuguesa ou brasileira. D. Pedro havia se isolado de tal forma que os próprios latifundiários que o apoiaram no passado deixavam certo espaço para os radicais agir, e as massas urbanas foram incluídas no processo de confrontação com o imperador – vide a noite das garrafadas – lhe restando pouco espaço de manobra. Acuado frente à multidão, às elites, aos políticos e até mesmo face às tropas que outrora lhe foram leais, não restou outra alternativa ao imperador que não fosse a abdicação.

⁶⁵ MAXWELL, Kenneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo. Senac, 1999. p.193.

⁶⁶ *Ibid.*, p.194.

uma continuidade com Portugal. Nenhum desses momentos se confunde com o surgimento da nação, que ainda precisava ser inventada.

Quais seriam as conseqüências do afastamento de D. Pedro? Em primeiro lugar, com o término do Primeiro Reinado, as elites locais obtiveram pela primeira vez o controle político do Brasil. A perspectiva era de estabilidade e solidificação do país independente. No entanto, os vários regentes encontraram problemas enormes em afirmar a legitimidade de suas administrações, e o país se viu sacudido por uma série de revoltas. Nesse sentido, percebe-se que a Monarquia, ainda que *sui generis* no contexto das Américas, era um – talvez o único, ou no mínimo, o mais forte – fator de coesão que havia no Brasil. Se na Monarquia já havia tensão e revolta, na Regência esse clima político foi elevado ao limite extremo. A Monarquia oferecia um elemento de estabilidade, o que foi demonstrado pelo caos ocorrido na ausência de uma identificação clara da figura do governante. Daí a necessidade de retomar este elemento com a maioria.

A Regência foi a fase mais tumultuada da história do país, onde face a um quadro de desagregação iminente, a ordem somente foi imposta através da força, pois nada parecia unir um todo tão heterogêneo como o Brasil. Desse modo, se fazia imprescindível para o projeto conservador em curso no final da Regência dar cabo de tanta diversidade e fazer com que os habitantes do país assumissem uma identidade, um sentido de todo, justamente para evitar a desintegração do território brasileiro. A opção pelo retorno – em termos práticos – da Monarquia é um reflexo dessa preocupação em manter a união territorial. Tal preocupação não era em vão, pois como é observado por inúmeros teóricos do nacionalismo, de acordo com os critérios do século XIX, a extensão do território era um dos definidores da legitimidade de uma nação independente. Daí a obsessão em manter a antiga América portuguesa unida. A construção da nação era necessária, quase que uma obrigatoriedade histórica. Sua invenção estava ligada a necessidades claras e identificáveis das elites do centro do país e do projeto que defendiam. Para Wehling, a contextualização do período referente a 1838-1854 tem como eixo “[...] a questão da unidade nacional conforme solucionada pela política conservadora desencadeada a partir da

política do regresso, ao final das Regências”.⁶⁷ Em sentido semelhante, Odalia afirma que “a sobrevivência do país independente se confunde, pois, com a capacidade política de suas classes dirigentes realizarem com sucesso a missão política fundamental do século XIX – estruturar e tornar efetivo um projeto de nação”.⁶⁸

Em 1838, antes mesmo do término da Regência, um passo importante para a realização deste objetivo foi dado, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A ele coube desempenhar papel instrumental nesta missão sagrada de constituir a nação, como será observado a seguir.

⁶⁷ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.32.

⁶⁸ ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.31.

2.2 O IHGB E SUA MISSÃO SAGRADA: A INVENÇÃO DA NARRATIVA NACIONAL

A fundação do Instituto, veio, pois, dar-nos grande valor para a empresa, desde que o augusto Chefe de Estado resolveu colocar-se a frente dele, apreciando altamente os trabalhos acerca da história pátria, pelos auxílios que podem prestar (independentemente dos que proporcionam à erudição e à literatura) ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao administrador, ao diplomata, ao estratégico, ao naturalista, ao financeiro, e aos vários artistas; e talvez prevendo que com serviço nenhum melhor do que os que tivessem relação com a história e geografia (e aqui cabem todos os produtos naturais) poderiam os seus súditos ser úteis ao saber humano em geral, entrando na grande comunhão científico-literária européia, de que por outro lado tantos auxílios recebemos, por meio da oferta de novos dados, que inclusive venham a ser aí debatidos, em proveito da ilustração do país.

Francisco Adolfo de Varnhagen

2.2.1 Por que é preciso inventar a nação?

A elaboração de uma narrativa nacional se tornou condição *sine qua non* para legitimar a Monarquia e satisfazer as pretensões de alçar o Brasil à condição de país ordeiro, integrado e desenvolvido na segunda metade dos oitocentos. A missão de escrever a história do país também era uma missão de modernizá-lo e de garantir a sua sobrevivência.⁶⁹ Entretanto, havia uma série de fatores desfavoráveis à constituição de uma nação, em um país que atravessaria todo o século XIX marcado pelo atraso em relação ao padrão europeu que desejava alcançar.⁷⁰ Havia um verdadeiro descompasso entre um tempo marcado pela aceleração e transformação – que era o caso da Europa no século XIX – e o Brasil que, ao contrário, permanecia engessado pelo conservadorismo e alheio a um processo que, em certa medida, gostaria de se integrar.

Entretanto, havia, antes de tudo, uma questão de prioridades: ainda que o progresso fosse um objetivo caro às elites oitocentistas, ele sempre cedeu espaço aos esforços pela manutenção da

⁶⁹ Como diz Cezar “essa tarefa histórica, essa espécie de *dever cívico*, consistia também em *civilizar a sociedade*.” CEZAR, Temístocles. **Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista.** In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org). Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp.79-80. grifos do autor.

⁷⁰ Odalia afirma que a longínqua Europa era o paradigma a ser imitado. Em suma, “A Europa, com tudo que significa em termos de cultura e civilização, será eternamente o modelo a que se deve apegar a nova Nação.” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.** São Paulo: UNESP, 1997. p.46.

ordem e da hierarquia social. O Estado Nacional brasileiro estava comprometido com as necessidades de manutenção do território, mas também, do *status quo* no país. Era necessário construir não somente a nação, mas também a ordem, entendida como respeito pela autoridade e pela hierarquização social. Para os inventores da história nacional, não bastava apenas coesão, mas também, a manutenção de um modelo excludente de sociedade, que deveria ser legitimado a partir da narrativa nacional. Tudo isso passava pela invenção da nação.

Desde a sua fundação, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez da construção da nação brasileira o lugar central do discurso histórico oitocentista. A fundação do instituto esteve longe de ser um fato isolado. Pelo contrário, integrava um movimento de refluxo conservador face às excessivas liberdades do período da Regência.⁷¹ O IHGB estaria inserido, portanto, em um impulso conservador cujo objetivo era garantir a integridade do território nacional e a afirmação do regime monárquico, estando articulado a uma série de medidas promovidas pela elite de então.⁷² Tratava-se de uma solução conservadora, marcada pelas idéias de centralização, unidade nacional, neutralização dos liberais, isolamento dos jacobinos, procrastinação do problema escravo e afirmação diplomática do país.⁷³ A elaboração de uma narrativa nacional estava em conformidade com tais intenções.

Para que o esforço de centralização promovido por esta elite fosse bem sucedido, era importante o estímulo ao sentimento nacional para garantir a integridade do território brasileiro, então ameaçada pela instabilidade política do período. Dessa forma, o IHGB assumiu a tarefa de elaborar um passado em comum para a nação, ou melhor, a tarefa de construir a própria nação, ao

⁷¹ Para Wehling, o IHGB fazia parte do endurecimento e centralização conservadora em curso na segunda metade da década de 1830. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁷² Segundo Wehling, A ação dessa elite política “regressista” demonstrou-se em variados aspectos, todos tendentes a reforçar a autoridade central e a garantir a monarquia constitucional: reação às revoltas regionais, Lei Interpretativa do Ato Adicional, reforma do Código de Processo Criminal. A fundação do Instituto insere-se neste processo e, por isso, os textos são muito claros na defesa da Monarquia constitucional e sistema unitário como regime político ideal para o país”. *Ibid.*, p.36.

⁷³ Wehling afirma que a conjuntura de 1838 a 1856 (fundação do IHGB e publicação da História Geral do Brasil de Varnhagen, respectivamente) caracterizava-se pela existência do que ele chama de um projeto que buscava a consolidação do Estado Imperial. Para ele, “[...] a elite política ali representada, quase toda vinculada à burocracia monárquica “central” e ideologicamente identificada ao movimento do “Regresso” – por sua vez centrado no eixo Rio–São Paulo– Minas Gerais – encarou como tarefa indispensável à consolidação da unidade política o fortalecimento do sentimento nacional.” *Ibid.*, p.111. Para Wehling, o exemplo do IHGB é a mais concreta realização, no plano cultural, de um conjunto de objetivos conservadores em relação ao desenvolvimento do país. *Ibid.*, p.18

menos discursivamente, sendo este o sentido de sua própria fundação. Vocação científica e vocação nacional somavam-se na atividade do Instituto e na sua missão de construir discursivamente a nação.⁷⁴ Esta dimensão pragmática pode ser percebida a partir de alguns pontos fundamentais que estão presentes nos textos do IHGB.⁷⁵ Em suma, inventava-se a nação, de acordo com intenções políticas bem definidas.

A idéia de invenção da nação ainda soa estranha fora dos círculos acadêmicos. Entretanto, já foi estabelecido que as nações são uma invenção da modernidade, apesar de sua aparente antiguidade.⁷⁶ Este é, sem dúvida, um dos consensos mais aceitos entre os teóricos do nacionalismo.⁷⁷ O próprio termo nação, ao menos em seu significado atual é, inclusive, historicamente recente.⁷⁸ No sentido moderno, a sua utilização vincula-se a um Estado Nacional, que promoveu de cima para baixo a invenção da nação, pois foi o Estado que construiu a nação, e não o contrário.⁷⁹ A força dessa vinculação é inegável, “pois o Estado era a máquina que tinha que ser manipulada se uma ‘nacionalidade’ quisesse transformar-se em uma ‘nação’, ou mesmo

⁷⁴ Guimarães aponta que “O interesse pela história, que marcaria a vida intelectual das diversas sociedades do século XIX, articulava-se na verdade a uma questão central para aquele século: a problemática nacional. A pesquisa histórica estava diretamente comprometida com a busca e fundamentação, segundo acreditavam, objetiva da nação”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história**. In: Acervo, v.04, n. 01. p.137.

⁷⁵ De acordo com Wehling, destacam-se: “[...] a monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho de Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, ‘aceitando desigualdades funcionais’, as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para assegurar liberdades contra o mandonismo local.” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.34-35.

⁷⁶ Benedict Anderson caracteriza o problema como “a modernidade objetiva das nações aos olhos do historiador vs. sua antiguidade subjetiva aos olhos dos nacionalistas”. ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.13.

⁷⁷ Hobsbawm diz que “a característica básica da nação moderna e de tudo que está ligado a ela é a sua modernidade. Isso, agora, é bem compreendido, embora a suposição oposta – a de que a identificação nacional seja tão natural, fundamental e permanente a ponto de preceder a história – ainda seja tão amplamente aceita [...]” HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.p.27.

⁷⁸ Hobsbawm afirma que no século XIX houve um deslocamento de significado, onde o que representava unidade étnica passou a significar independência e unidade política. Diz ele que “qualquer que seja o significado ‘próprio e original’ (ou qualquer outro) do termo ‘nação’, ele ainda é claramente diferente de seu significado moderno. Podemos, portanto, sem ir mais além no assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de *nação* é historicamente muito recente”. Ibid., p.30. grifos do autor.

⁷⁹ Hobsbawm é taxativo em sua opinião: “não considero a ‘nação’ como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. [...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Ibid., p.19.

se seu presente status tivesse que ser protegido contra a erosão histórica ou a assimilação”.⁸⁰ O Estado brasileiro assumiu, dessa forma, a gerência do processo de construção da nação.⁸¹ Conseqüentemente, como a narrativa nacional é parte integrante de um processo verticalizado de constituição da nação, contempla viés decididamente estatal.⁸²

2.2.2 O IHGB e o poder

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a sua trajetória nos oitocentos estiveram intimamente ligadas ao poder, ao Estado. O IHGB foi um instituto verdadeiramente oficial, no conteúdo e na forma, e essa característica se manifestou de maneira evidente na narrativa nacional por ele elaborada.⁸³ É importante destacar o sentido dessa relação. O vínculo entre a ciência e o poder não é de exterioridade. A história, enquanto ciência, enquanto área do saber em constituição, não foi simplesmente apropriada ou usada, no sentido de servir aos interesses de dominação e controle social. Pelo contrário, seu surgimento e desenvolvimento estavam profundamente associados a estratégias de poder que instrumentalizavam, que potencializavam e que viabilizavam a sua ação, a sua escrita. Havia uma profunda articulação entre a elaboração da narrativa nacional e o poder, onde a ciência acabou por assumir uma função eminentemente pragmática.⁸⁴ Em sentido semelhante, Cezar diz que a função mais evidente da

⁸⁰ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.116.

⁸¹ Para Odalia, “[...] assumindo o Estado a dimensão de um poder educador, sua face mais odiosa, a de força repressora, camufla-se e se torna mais poderosa, pois sua ação é mais insidiosa. Ele passa a ser confundido como o lugar privilegiado, o manancial de onde emanam as condições políticas e intelectuais para a constituição da Nação”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.111.

⁸² Para Odalia, “Nação e Estado foram sempre concebidos como tarefa de uma minoria culta e esclarecida que deveria reger os destinos de ambos, orientando, corrigindo, pela educação, pela força, a massa considerada incapaz e incompetente de se reconhecer e de reconhecer, no projeto idealizado pela camada dirigente, seu destino”. Ibid., p.33.

⁸³ Odalia afirma que “Ao Estado deve incumbir preencher o vazio de idéias em que se processara a nossa independência, pois esse vazio aparecia em toda a sua profundidade e em toda gama de conseqüências. Era-se tão apenas uma ex-colônia, pobre de idéias e, ainda, mais pobre economicamente”. Ibid., p.41.

⁸⁴ Para Odalia, a nação é “[...] a resultante natural tanto de uma ação pragmática como de uma interpretação pragmática da história”. Ibid., p.45

constituição da história como disciplina era a de esboçar uma visão da nação brasileira.⁸⁵ Wehling afirma que “cabia, assim, à intelectualidade promover, por meio dos estudos históricos, o desenvolvimento desta consciência, tornando-se um acelerador da história”.⁸⁶ Para Odalia, “os historiadores atenderam ao apelo e procuraram atender a essa necessidade básica das nações que estavam em vias de formação”.⁸⁷

Portanto, em função dessa necessidade e de acordo com os objetivos do Estado, o IHGB se propôs a elaborar um grande relato da nacionalidade, que atribuiria sentido, significado e unidade ao todo imperfeito e heterogêneo da nação, garantindo a adesão e fidelidade dos cidadãos. Tratava-se de um esforço de homogeneização da sociedade no plano cultural, de erradicação da diversidade regional.⁸⁸ A elaboração de uma narrativa nacional é um elemento central ao processo de constituição da nação, fornecendo a um território delimitado geograficamente um passado comum e, portanto, uma cultura nacional, procurando subordinar e erradicar a diferença.⁸⁹

A história científica, sob a chancela institucional do Estado, procurou estabelecer esse relato fundador de identidades, de significados e de orientações.⁹⁰ Portanto, a historiografia dos

⁸⁵ CEZAR, Temístocles. **Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.79.

⁸⁶ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.112.

⁸⁷ ODALIA, Op. cit., p.34.

⁸⁸ Como afirma OLIVEN, “[...] o processo de unificação nacional que acompanha o Estado e que, além de centralizar o poder tem-se mostrado historicamente contrário à manutenção de diversidades regionais e culturais” OLIVEN, Ruben George. **Mitologias da Nação.** In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (org) Mitos e heróis : construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p.28.

⁸⁹ Stuart Hall define a cultura nacional como “um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações como a concepção que temos de nós mesmos”. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.pp.50-51.

⁹⁰ GUIMARÃES afirma que “[...] a associação entre História e Identidade sempre se fez presente no ofício de historiador, num procedimento em que muitas das vezes estas identidades foram como que naturalizadas e a História serviu de respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as provas necessárias que sustentariam uma memória acerca de identidades de construção recente. Uma identidade que parecia encontrar através da história seu porto seguro e sua plena justificação, encobrindo o penoso processo de invenção desta mesma identidade, que como parte da experiência humana só pode ter história.”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.p.14.

oitocentos, através do IHGB, assumiu a importante tarefa de constituir um passado para o país.⁹¹ Um passado que legitimasse o ordenamento social vigente e colaborasse para a construção de uma nação e de uma identidade nacional brasileira, através da constituição de algo fundamental: uma dimensão de origem comum, que apontasse para um futuro de glórias.⁹² O grande relato da nacionalidade, portanto, ofereceria, na verdade, um sentido para o presente e o futuro, pautado por um projeto de cunho político e pragmático.⁹³ Aos historiadores caberia a dupla função de definir e moldar a nação.⁹⁴ A partir desta perspectiva a escrita da história seria, por excelência, a escrita da nação.⁹⁵ Os membros do IHGB estavam conscientes da sua importante participação no processo de elaboração discursiva da narrativa nacional.⁹⁶ Estavam engajados, sobretudo, na tarefa de elaborar um projeto de nação, em conformidade com os objetivos do Estado.⁹⁷

Este enfoque privilegiava politicamente a manutenção da ordem e afirmação do poder do Estado, e era indissociável de sua forma de fazer ciência.⁹⁸ Sendo assim, a narrativa nacional por

⁹¹ Odalia aponta que “dividem-se, naturalmente, as funções: ao homem político cabe a direção da prática política; ao intelectual, especialmente ao historiador, incumbe suprir essa ação com os elementos teóricos e históricos necessários para a consecução dos ideais estabelecidos”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.44.

⁹² De acordo com Reis, “A nação recém-independente precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.25.

⁹³ Guimarães afirma que “O nascimento da história como disciplina científica não pode assim ser dissociado de um projeto político em gestação, quando paralelamente à definição de métodos de trabalho para a pesquisa histórica espera-se obter por esta via um sentido de orientação para o futuro, desvendando-se, desta maneira, um papel central para o trabalho do historiador. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.p.12.

⁹⁴ Como diz Odalia, a atividade do historiador é, portanto, muito mais ampla e profunda do que, à primeira vista, pode parecer. O autor afirma que “se, num primeiro momento, a ele cabe a criação de um passado uno, que dá sentido à Nação; num segundo, a sua participação é muito mais vigorosa porque a ele também deve caber a tarefa de modelar o futuro”. ODALIA, Op. Cit., p.38.

⁹⁵ Cezar comenta que colocava-se, dessa forma, a nação em primeiro lugar, como um pré-conceito que orientava a construção discursiva da história e “assim, no plano epistemológico, a nação não é somente uma maneira de se pensar a política no quadro dos códigos científicos, mas sobretudo uma maneira de se pensar a ciência em uma estrutura de poder nacional”. CEZAR, Temístocles Américo Correa. **A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império : escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista**. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul Vol. 11, n. 1 (jan./jun. 2005). P.88.

⁹⁶ Odalia afirma que os historiadores “[...] se admitiram como forjadores da nacionalidade. Agiram premidos e impulsionados pela urgência e pela consciência da tarefa que tinham a realizar”. ODALIA, Op. Cit., p.34.

⁹⁷ Para Odalia, um projeto “[...] é fruto – tanto em sua elaboração quanto em sua execução – de uma vontade e de uma consciência. O projeto assim compreendido não se circunscreve ao âmbito de uma tarefa de cunho político administrativo. Sua verdadeira face se revela quando o percebemos como a expressão de uma visão de mundo em que o fator político ganha relevo”. *Ibid.*, p.44.

⁹⁸ Como assinala Cezar, o Imperador participava das reuniões do IHGB, e inclusive, ocasionalmente, as presidia, fazendo sugestões, como por exemplo, de que fosse feita a história dos seus feitos e gestos. CEZAR, Temístocles.

eles produzida não deixou de ser um reflexo de seu relacionamento com o poder, o que, se não comprometia inteiramente a sua cientificidade, ao menos a colocava em permanente tensão. Uma tensão que, longe de ser exclusiva ao IHGB, era condição inerente à construção discursiva da nação a partir do Estado, nos oitocentos.⁹⁹

O resultado desta associação entre o poder e o discurso científico da história é uma narrativa que, de forma sutil e sugestionada, busca induzir comportamentos a partir de exemplos retirados dos aspectos sobre o passado que se vêem privilegiados. Afinal, o passado composto pela história dos oitocentos não é o passado do todo; é o passado de um grupo – por excelência do colonizador português – e porque não dizer, até a memória desse grupo; o que implica em um recorte específico em tais representações.¹⁰⁰ Tal recorte assumia uma característica de função de ordenamento do corpo social, em conformidade com uma missão que a história encontrava-se incumbida de cumprir.¹⁰¹ Dessa forma, a história constituía-se em uma verdadeira pedagogia política encarregada de nortear os posicionamentos dos brasileiros quanto a questões centrais à constituição da nação.¹⁰² A utilização da história, como forma de intervenção social, era inteiramente justificada e inerente ao próprio espírito de formação desta disciplina. Não havia qualquer constrangimento: construir a história a partir do interesse da nação era condição inerente a sua própria escrita.

Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp.46-47. Reis ressalta que “O jovem imperador, aliás, precisava muito da história e dos historiadores [...] o imperador precisava de historiadores para se legitimar no poder.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.25. Como reflete Wehling, “os fundadores do Instituto objetivavam reconstituir a História pátria para consolidar o ideal nacional”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.36.

⁹⁹ Como afirma Guimarães, “Da associação entre interesses nacionais e projeto científico para a História nascera uma poderosa cultura histórica, ainda a nos marcar coletivamente, e que viria a afirmar e garantir a centralidade da História no processo de definição de sentidos para o homem contemporâneo”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.11.

¹⁰⁰ Odalia afirma que “ao historiador, como expressão intelectual do grupo social a que pertence, incumbe diligenciar para traduzir os anseios que o revelam, os objetivos que o caracterizam, nos termos de nacionalidade, inteligibilidade e plausibilidade [...]” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.** São Paulo: UNESP, 1997. p.47.

¹⁰¹ Odalia comenta que ao historiador cabe “[...] o trabalho delicado de cirurgião plástico, extirpando, suturando, acrescentando os elementos esparsos de uma nacionalidade ainda em formação. Todas as operações são realizadas sob o critério das expectativas que se tem a respeito da futura nação”. Ibid., p.45.

¹⁰² Odalia refere que “elaborar idealmente uma nação significa primeiramente a escolha de opções. São valores que deverão ser escolhidos e atingidos são opções sociais, étnicas, políticas, econômicas, antropológicas etc. que deverão ser feitas. Uma nação não é um simples aglomerado de indivíduos; não é somente uma presença territorial ou uma unidade e continuidade espaciais. Ela é algo mais amplo e sofisticado”. Ibid., p.35.

A história, portanto, deveria ser verdadeiramente escrita a partir da nação¹⁰³, mas não qualquer nação; importava construir a nação a partir da égide da ordem centralizada através da Monarquia. Eis a missão e a participação do IHGB no projeto conservador: era necessário, sobretudo, inventar a nação e provê-la de um passado que apontasse para este fim imanente. O termo invenção não deve, entretanto, induzir em equívocos. Dizer que nação foi inventada não significa dizer que ela foi criada pura e simplesmente do nada.¹⁰⁴ Os autores recorriam a fontes, recorriam a elementos recolhidos da realidade concreta. De fato, havia uma preocupação em construir a nação por parte daqueles intelectuais, de acordo com sua visão de mundo e de sociedade. Mas o IHGB era, sobretudo, um lugar de ciência, de acordo com os parâmetros da época, os quais implicavam em uma associação íntima com o poder.¹⁰⁵ Portanto, o IHGB – ainda que, de fato, oficial – não era um lugar de panfletagem política, exclusivamente. Era um lugar de ciência. O que pode ser dito é que, lugar de ciência ou não, inegavelmente havia uma relação profunda entre a própria constituição do campo disciplinar e o desejo de concretização do Brasil-nação. A história fez parte de um projeto de afirmação de identidades nacionais ao longo do século XIX e esteve longe de ser imparcial ao fazê-lo, apesar da neutralidade científica ser tão cara aos cientistas da época.

O passado transposto para uma narrativa nacional, através de tais pressupostos, constituiu-se assim em um recurso inestimável para as nações em construção nos oitocentos, na medida em que configurava uma cultura nacional que, em alguma medida, contribuía para a coesão interna. Nesse sentido, Hall considera que embora exista toda uma intenção de uniformidade e

¹⁰³ CEZAR, Temístocles Américo Correa. **A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império : escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista.** In: Ágora. Santa Cruz do Sul Vol. 11, n. 1 (jan./jun. 2005). P.88.

¹⁰⁴ Hobsbawm lembra que “Embora os governos estivessem plenamente engajados em uma engenharia social ideológica consciente e deliberada, seria um erro ver esses exercícios como pura manipulação do alto. De fato, eles eram muito bem sucedidos quando podiam ser construídos sobre sentimentos nacionalistas não-oficiais já presentes[...]” HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.113.

¹⁰⁵ Odalia afirma que “o homem político na prática diária deve evitar que se produzam o separatismo, a desunião, a fragmentação do território e dos homens; o historiador se impõe como missão a tarefa de secundá-lo com razões e argumentos históricos, oferecendo do passado os elementos que possam orientar e consolidar na prática política a consecução do ideal. Daí ser um salto relativamente simples o fato de o historiador envolver-se na teias do oficialismo. Nessa opção ele não vê nenhum mal e, quando dele vem o reconhecimento, ele se transforma na sua suprema realização.” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.** São Paulo: UNESP, 1997. p.37.

homogeneidade cultural, “uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica”.¹⁰⁶ Para o autor, a cultura nacional também é uma estrutura de poder cultural. Portanto, a historiografia desempenhou papel preponderante no processo de afirmação da nação, pois a ela coube não somente inventar a nação, mas, dessa forma, atuar como legitimadora de um determinado projeto de sociedade com o qual estava em conformidade e, assim, estabelecer uma memória nacional.¹⁰⁷ Coesão, unidade, integração e força na união são expressões recorrentes no vocabulário do IHGB e que encontram ressonância no objetivo de construção de uma nação una e indivisa. Hall afirma que

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural.¹⁰⁸

Para que essa “unificação” ocorresse, segundo afirma Wehling, era necessária a afirmação de uma cultura nacional, por meio do culto e da criação de uma memória nacional, o que era pressuposto para a consolidação do Estado Imperial.¹⁰⁹ O Brasil independente, portanto, precisava da história e dos historiadores para se oferecer um passado e abrir-se um futuro.¹¹⁰ Portanto é evidente que a historiografia do IHGB, apesar de científica, era também engajada.¹¹¹ Havia, de fato, um processo de configuração da fisionomia nacional para o qual a história era

¹⁰⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p.59.

¹⁰⁷ Hobsbawm afirma que “[...]a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas[...] o passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo.[...] O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar”. HOBBSAWM. Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.17

¹⁰⁸ HALL, Op. Cit., pp.61-62.

¹⁰⁹ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.33.

¹¹⁰ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.26.

¹¹¹ Para Odalia, o historiador obedecia a uma série de objetivos em seu trabalho: “em primeiro lugar, colaborar na Administração do Estado, por meio do levantamento histórico de dados que lhe possam ser úteis; em segundo, favorecer a unidade nacional; e, em terceiro, complementando o segundo, fomentar e “exaltar” o patriotismo, enobrecendo o espírito público”.ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.38.

parte central.¹¹² A história cumpria, assim, uma função política, associada como estava ao poder e colocando-se, inclusive, como instância de legitimidade do mesmo.¹¹³

2.2.3 O discurso fundador de Januário da Cunha Barbosa e seu sentido exemplar

Embora não existisse uma idéia inteiramente clara do papel da história e da sua delimitação enquanto campo de saber, o discurso inaugural de Januário da Cunha Barbosa – primeiro secretário perpétuo do IHGB – oferece vários elementos que demonstram as intenções do recém fundado Instituto, ou seja, seu plano de ação. Barbosa circunscreveu em seu discurso parâmetros que norteariam o ofício exercido pelos membros do IHGB. Um ofício que implicaria em um verdadeiro esforço de invenção da nação, de acordo com critérios políticos claros e critérios científicos não tão bem definidos.¹¹⁴

A missão de escrever a narrativa nacional era de suma importância, verdadeiramente imperativa face à iminente desagregação do território nacional. A consolidação da nação exigia a realização desta empresa científica.¹¹⁵ Não restava dúvida quanto ao que deveria ser feito¹¹⁶, mas

¹¹² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história**. In: Acervo, v.04, n. 01. p.141.

¹¹³ É nesse sentido que Wehling reflete que “[...] o Instituto realizaria sua obra, como apontaram Januário da Cunha Barbosa, o Visconde de São Leopoldo e Martius, visando consolidar o sistema unitário e a forma de governo monárquico-institucional”. Segundo o autor, “a realização desse programa nas décadas seguintes – cujo melhor exemplo foi a *História Geral do Brasil*, de Varnhagen – deu o tom da aliança entre a intelectualidade e o poder no Segundo Reinado [...]”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.44. grifos do autor.

¹¹⁴ Cezar considera que o discurso de Barbosa evidencia que as razões para se estudar a história eram de ordem política e epistemológica. CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.16.

¹¹⁵ Odalia aponta que “O século XIX é o momento da nossa independência, ele marca o início de um processo lento e de longa duração que busca forjar a nacionalidade e a Nação . É um problema comum do século XIX, como também do século XX: países novos ou velhos, antigas colônias, que buscam encontrar, em alguns casos, ou reencontrar, em outros, sua identidade, seu projeto de vida como Nação uma, indivisível e independente”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. pp. 34-35. Cezar afirma que desde a sua fundação, o IHGB teve como principal tarefa a descrição da história da nação. CEZAR, Temístocles Américo Correa. **A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império : escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista**. In: Ágora. Santa Cruz do Sul Vol. 11, n. 1 (jan./jun. 2005). P.79.

¹¹⁶ Guimarães reflete que “Caberia à história, agora como disciplina submetida aos rigores do conhecimento científico, a tarefa de fundar no passado a origem da Nação, produzindo para o século XIX as biografias

havia, entretanto, muito a pensar sobre o ‘como’. Ainda não haviam sido estabelecidos os parâmetros da escrita de uma narrativa nacional, em um momento onde o IHGB vivia conjuntamente a busca de marcas de cientificidade e a pretensão de construção da nação através da representação histórica.¹¹⁷

A filiação intelectual do IHGB, bem como do próprio Varnhagen, é objeto de grande especulação. O estabelecimento desse vínculo não é um dos objetivos dessa pesquisa, mas sim, sobretudo, investigar a construção de uma narrativa nacional pelo discurso histórico oitocentista. De qualquer forma, para não ignorar inteiramente a questão, cumpre ressaltar que o assunto foi abordado por vários autores. Cezar preocupou-se com a vinculação entre os critérios do Instituto e os modelos da historiografia clássica grega, especialmente a idéia de uma *historia magistra vitae*.¹¹⁸ Wehling aproximou Varnhagen do romantismo e do historicismo, bem como de Vico, Hegel e Hobbes.¹¹⁹ Odalia percebeu em Varnhagen uma concepção pragmática da história, vizinha à de Maquiavel.¹²⁰

Por outro lado, o discurso fundador do Instituto, proferido pelo seu primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa, evoca alguns elementos que são típicos da modernidade, como a noção de progresso e a noção de razão: “A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que acelere os seus passos”.¹²¹ Trata-se de uma frase imbuída de ideais modernos, aos quais a história buscaria corresponder. De forma semelhante, o programa histórico do instituto, redigido pelo Visconde de São Leopoldo, diz que o IHGB é “o

sistematizadas das Nações como parte fundamental da nova pedagogia para o cidadão nacional. Como parte deste novo currículo, a História deveria contribuir para assentar em bases seguras as demandas formuladas socialmente de fidelidade a este novo personagem histórico: a nação.” GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.p.18.

¹¹⁷ Para CEZAR, a meta era “[...] estabelecer um projeto historiográfico capaz de organizar os recursos e os procedimentos para se escrever a história da nação. O problema é que assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer?” CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.12.

¹¹⁸ CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen**. v.1 e v.2 [manuscrito]. 2002

¹¹⁹ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹²⁰ ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.71.

¹²¹ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

representante das idéas de ilustração, que em diferentes epochas se manifestarão em nosso continente.” A própria idéia de uma história geral em si contempla uma ambição explicativa totalizante que é tipicamente moderna por definição. No prólogo da segunda edição de sua *História Geral do Brasil*, Varnhagen citou Tocqueville como justificativa para a importância do estudo da história nos tempos coloniais.¹²² Portanto, parece haver uma filiação híbrida, não claramente identificável com uma única corrente de pensamento. Varnhagen, inclusive, expressou o seu desejo de não aderir especificamente a qualquer modelo.¹²³

Independentemente da questão teórica e das suas implicações, não havia grandes dúvidas quanto à missão a ser cumprida. Ou seja, a ciência poderia estar em definição, mas a dimensão pragmática encontrava-se bem assentada. Não se escrevia apenas história; se escrevia para dizer algo que seria em última instância, útil, para intervir na realidade, mesmo que de forma indireta. Uma missão que, longe de ser simples, apresentava uma série de escolhas e definições, de posições a tomar. A começar pelo recorte. O que devia integrar a narrativa nacional? No que devia constituir o passado que sinalizava de forma prefigurada a formação da nação?

A empreitada da qual o IHGB se encarregou era, sobretudo, para o Instituto, uma empreitada de resgate.¹²⁴ Barbosa abre a sua fala dizendo que “Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os factos notáveis da sua história, acontecidos em diversos pontos do império, sem dúvida ainda não bem consignados.”¹²⁵ Sendo assim, a história deveria tratar, fundamentalmente, de fatos notáveis. Fatos que trariam glória à pátria, e que haviam ocorrido em vários pontos do Império. O que é notável e pode produzir a coesão desejada, deve ser resgatado do esquecimento para o presente. Evidente que a própria definição do que é notável ou não já inclui uma valoração inteiramente subjetiva, que, entretanto, está de acordo com a dimensão pragmática da função de historiador.

¹²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927. p.VII.

¹²³ Ibid., p.XI.

¹²⁴ Odalia afirma que na tarefa de constituir a nação, “[...] é delegado um papel essencial à história: esquadrihar o passado, peneirá-lo, resolvê-lo, buscar em suas cinzas ainda fumegantes, entre as mazelas da servidão e da desunião, os desvãos camuflados, as pequenas reentrâncias, os minúsculos acontecimentos em que se inserem os primeiros gestos tímidos de identidade, os primeiros acenos de união, os primeiros sonhos de uma pátria livre”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.34.

¹²⁵ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

Para Barbosa

O talento dos historiadores e dos geographos he só quem póde offerecer-nos essa galeria de factos, que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e lugar, levão-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro.¹²⁶

O passado seria constituído, a partir de tais princípios, como uma verdadeira prefiguração do presente no passado e, inclusive, sinalização do futuro.¹²⁷ Cezar reflete que “Apesar do cuidado dos brasileiros por sua pátria, eles tinham, até aquele momento pelo menos, esquecido os fatos notáveis. Era necessário, então, ressuscitá-los”.¹²⁸ Ressuscitá-los, portanto, através de uma narrativa nacional, de um grande relato da nacionalidade. Uma narrativa que, por excelência, teria como característica marcante sua vocação para unir e integrar, inspirando e aspirando coesão dentro do todo da nação.

A história proposta por Barbosa é uma história de conquista e defesa do território brasileiro e, principalmente, uma história geral, o que até então não havia sido feito. Ou seja, segundo ele, havia histórias particulares das províncias e não “[...] huma historia geral, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido criterio, com deducção philosophica, e com luz pura da verdade.”¹²⁹ Uma história que, uma vez configurada como grande relato da nacionalidade, passaria a dar sentido e coesão, contribuindo para produzir homogeneidade onde havia heterogeneidade.¹³⁰ A narrativa nacional seria, portanto, produto de um esforço intelectual corretivo e integrador, exercido por homens patriotas, os sócios do IHGB.

Percebe-se nas diretrizes estipuladas por Barbosa a contemplação dos objetivos por trás

¹²⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

¹²⁷ De acordo com Odália, “Uma nação não é apenas o que ela foi em seu passado colonial, esta é a matéria-prima, o ponto de partida para uma projeção em direção ao futuro em que deve se realizar o seu ideal de nação”. ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.38

¹²⁸ CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.13

¹²⁹ BARBOSA, Op. cit., pp.09-18..

¹³⁰ Quando isso ocorre com sucesso, “[...]os homens querem estar politicamente unidos com todos aqueles, e apenas aqueles, que partilham a sua cultura. Então as organizações políticas estenderão as fronteiras até os limites das respectivas culturas para protegerem e imporem essas culturas até as fronteiras do seu poder. A fusão da vontade, da cultura e da organização política transforma-se na norma, uma norma rara ou dificilmente desafiada.” GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993. p.88.

da fundação do IHGB. Seria uma história encarregada de englobar o todo do Império, ocupando-se de acontecimentos que teriam serventia por enaltecer a nação e suas instituições. Tratava-se, sobretudo, de reunir os elementos espalhados através das províncias, através da superação de tal dificuldade por um esforço patriótico, pois cabia ao patriota escrever a história do Brasil.¹³¹

Para a elaboração desta narrativa nacional, o passado era fundamental, pois é, por excelência, fundador de sentidos.¹³² Em última instância, a narrativa nacional é um relato de legitimação da autoridade central, que busca favorecer a estabilidade desejada pelas elites dirigentes do país e construtoras da nação. Este efeito é o obtido a partir dos sentidos construídos pela narrativa nacional, que implicam em lições de valor cívico e moral.¹³³ A intenção de quem elabora uma narrativa nacional é promover a unificação e logo, anular e subordinar a diferença cultural.¹³⁴ Portanto, a elaboração de uma narrativa nacional fornece um pano de fundo onde se desenrola o drama da nação e o seu destino, onde todos são partícipes e ninguém é relegado ao papel de mero coadjuvante, ainda que aos heróis caiba adoração quase religiosa. Para Hall,

[...] há uma narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal “comunidade imaginada” nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado a nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após a nossa morte.¹³⁵

A existência humana, portanto, se vê provida de significação por esse manancial de glórias passadas e de um futuro brilhante que é reservado para a nação, de onde se extraem lições para o presente. Lições de devoção, lealdade, fidelidade e sacrifício em nome da glória da pátria.

¹³¹ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839, pp.09-18.

¹³² HALL afirma que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p.51.

¹³³ HALL identifica na cultura nacional “uma fonte de significados culturais, um foco de identificação e um sistema de representação”. *Ibid.*, p.58.

¹³⁴ Ou seja, “[...] não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo a uma mesma e grande família nacional”. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p.59.

¹³⁵ *Ibid.*, p.52.

O poder político de tal representação, demonstrado pela sua capacidade de induzir um arrefecimento nas contradições internas, é inegável. Percebe-se, dessa forma, a utilidade de constituir um passado que era, na verdade, projeção daquele presente, a partir dos sentidos que lhe eram caros.¹³⁶ As ambições do presente eram, em grande medida, projetadas no passado, onde se viam prefiguradas no grande relato da nação.¹³⁷

O IHGB – enquanto instituição oficial – foi o lugar privilegiado do discurso histórico no século XIX e, portanto, de constituição do passado e de fundação de tais sentidos.¹³⁸ A historiografia do Instituto nasceu comprometida com a questão da constituição da nação. A fundação do IHGB e a missão a ele encarregada revestiam-se, portanto, de forte conotação política. Tal comprometimento político se refletia, dessa forma, no fato de que a construção nacional teria componentes valorizados desproporcionalmente, ou então inventados, para compor uma narrativa nacional. O estudo do passado se tornava uma caça por referências úteis ao que se buscava dizer através da narrativa nacional, no presente. Por isso são importantes as figuras exemplares.¹³⁹ Os exemplos são necessários, pois indicam o caminho a seguir e o modelo de comportamento a adotar. A idéia de narrativa nacional se caracteriza por uma função exemplar, pedagógica, que constantemente remete ao passado, um passado datado, extraído de fontes, mas “romanceado” e heroicizado. O exemplo do passado é extraído para legitimar o presente e construir o futuro da nação. Em suma, procurava-se no passado o que poderia ser útil no presente.

¹³⁶ GUIMARÃES afirma que “Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, posto que o lugar por excelência da plena existência daquilo apenas insinuado neste tempo presente, a História é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.17.

¹³⁷ Odalia considera que “[...] o que anima vivamente o historiador a trabalhar o passado é nele encontrar a matéria viva e incandescente que permite manipular experiências e elementos históricos, para moldar o futuro da Nação. O passado, então, aparece como o despertar da consciência da Nação e da nacionalidade para um certo tipo de Nação”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.38. Na definição de Guimarães, uma [...] cultura histórica atrela inevitavelmente ao passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar por excelência de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência no presente. Por este procedimento que veio a se consagrar após longa e acirrada disputa pela significação do passado, o presente estaria de certa maneira contido no passado de forma prefigurada”. GUIMARÃES, Op. Cit., p.11.

¹³⁸ Como aponta Guimarães, o Instituto, sem sombra de dúvida, lançou as bases da nossa historiografia. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A invenção do passado**. In: *Nossa História*. v.3 p.24.

¹³⁹ Não é por acaso Reis aponta que “Era preciso encontrar no passado referências luso-brasileiras: os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e pelas grandes qualidades, enfim, os luso-brasileiros exemplares, cujas ações pudessem tornar-se modelos para as futuras gerações.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.25.

Tal processo não envolvia uma intenção maquiavélica, mas sim, um reflexo dos valores dos homens daquele tempo enquanto grupo, e da tarefa que lhes cabia realizar: inventar a nação. A narrativa nacional é o mecanismo apropriado para esta finalidade, pois borra a diferença e produz coesão dentro de uma determinada circunscrição territorial, embora nunca seja inteiramente bem sucedida nesta finalidade. No Brasil dos oitocentos, esta coesão – típica de uma comunidade imaginada¹⁴⁰ – era mais do que desejável, era fundamental diante da instabilidade regional característica do período da Regência e o desejo de manutenção da integridade territorial do Brasil. A desintegração da antiga América espanhola – em uma série de territórios independentes entre si – era uma constante lembrança do esforço necessário para viabilizar a integridade do território nacional. Para que este feito fosse realizado, o país deveria se constituir como nação o quanto antes e logo, se fazia necessária uma homogeneização que erradicasse as singularidades regionais dentro de seus limites políticos, evitando, dessa forma, a ameaça de fragmentação.¹⁴¹

Para atingir tais fins, os heróis são muito úteis, pois representam bastiões de sacrifício à nação. Como diz Barbosa, aludindo ao “literato patricio” Alexandre de Gusmão, a história é um fecundo seminário de heróis.¹⁴² Tratava-se de estabelecer um passado constitutivo da nação e para tanto, os modelos exemplares de comportamento eram simplesmente indispensáveis. O primeiro secretário do IHGB não hesita em dizer que “A nossa historia abunda de modelos de virtudes ; mas hum grande numero de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes.”¹⁴³ Este esforço de identificação e constituição de heróis foi

¹⁴⁰ Para Anderson [...] a nação é imaginada como uma *comunidade* porque, sem considerar a desigualdade e a exploração que prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos séculos, que tantos milhões de pessoas, não só matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas. Essas mortes lançam-nos abruptamente cara a cara com o problema fundamental proposto pelo nacionalismo: o que faz com que as minguadas imaginações da história recente (pouco mais de dois séculos) dêem origem a sacrifícios tão colossais? ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.16. grifos do autor.

¹⁴¹ Odalia afirma que “nesse estado de coisas, a tarefa é unir o que está disperso, assegurar os direitos adquiridos, acomodar as divergências, projetar para o futuro o que ainda não existe e erigir o Estado como mentor e arquiteto onipotente que presidirá como magistrado e educador a consecução dos trabalhos de tornar realidade o que projeta”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.64.

¹⁴² BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

¹⁴³ Ibidem.

caracterizado por Odalia como tentativa de construção de um panteão nacional¹⁴⁴ e por Guimarães, de uma verdadeira cultura de heróis prometéicos formulada no século XIX.¹⁴⁵ Portanto, parte central da missão do IHGB, abertamente estipulada pelo seu primeiro secretário, era a de elaborar verdadeiros monumentos nacionais.¹⁴⁶

O engajamento do IHGB no projeto de nação é demonstrado pela própria escolha de modelos a que Barbosa se refere. Ao citar os benefícios que advirão de um instituto que irá tratar da história, o autor reporta-se a Cícero e à idéia de uma história testemunha dos tempos, luz da verdade e escola da vida.¹⁴⁷ Justamente o que Cezar se refere como *historia magistra vitae*, a história mestra da vida.¹⁴⁸ Barbosa demonstra isso claramente ao afirmar que “Não duvidamos, Srs., que as melhores lições que os homens podem receber, lhes são dadas pela historia”.¹⁴⁹ Logo, os heróis – na verdade os homens constituídos como tais pelo tribunal da história – são exemplares e cabe “[...] seguir os seus passos nos caminhos da honra e da gloria nacional”.¹⁵⁰ Barbosa considera que

A fama dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado a nós com os documentos de seus meritos acrisolados pela historia : ella assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo à veneração dos homens a memoria daquelles que della se fizerão dignos.¹⁵¹

Os termos utilizados por Barbosa assinalam a característica de verdadeira devoção ao altar da pátria que é sintomática ao esforço de construção nacional. A narrativa construída a partir da historiografia do período busca assumir um caráter de fundo emotivo, cuja característica é de uma veneração a monumentos nacionais, o que aproxima a questão da identidade nacional de um

¹⁴⁴ ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979.

¹⁴⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.11.

¹⁴⁶ BARBOSA, Op. cit.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Para Cezar, “a *historia magistra vitae* não é apenas um adágio erudito, ela é também um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio.” CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.14.

¹⁴⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem.

sentido religioso.¹⁵² Os símbolos, as bandeiras, os hinos, os heróis, enfim, tudo isso relaciona de tal forma o sentimento nacional à religião, que o nacionalismo já foi inclusive definido como religião moderna.¹⁵³ A proximidade entre a definição do herói supostamente laico e o santo reside no fato de ambos assumirem papel de paradigma. Ou seja, é através da comparação dos atos meramente humanos com tais paradigmas, que se obtém sentido, propósito e valor. O passado torna-se objeto de veneração. A idéia de culto aos ancestrais revela a proximidade com a religião que é inerente ao sentimento nacional, e que expressa a motivação por trás da devoção em que o mesmo implica.¹⁵⁴ O nacionalismo que a narrativa nacional estimula, em essência, é um mecanismo capacitado e privilegiado para promover a lealdade cívica, através de uma ligação de caráter emotivo.¹⁵⁵

Assim, dentro de um espírito de lealdade cívica, o IHGB seria uma instituição, “encarregada, como em outras nações, de eternisar pela historia os factos memoraveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos [...]”.¹⁵⁶ Logo, Barbosa explicita o sentido da afirmação do exemplo, pois “na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as applicações da honra,

¹⁵² Gellner, Baseando-se em Durkheim, diz que “no culto religioso, o que a sociedade adora é a sua própria imagem camuflada”. A proximidade é reveladora: “numa era nacionalista, as sociedades adoram-se de forma aberta e descarada, desprezando o disfarce. Em Nuremberg, a Alemanha nazi não adorava a si própria fingindo adorar Deus ou mesmo *Wotan*; adorava-se abertamente”. Sobre o assunto, Gellner afirma que[...] a auto-idolatria social, às vezes violenta e impetuosa e outras moderada e evasiva, é agora uma auto-idolatria coletiva abertamente declarada [...] os nacionalismos tem idéias próprias e seleções que mesmo quando são rigorosamente laicas, podem ser profundamente deformadoras e enganadoras. GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993. pp.89-90.

¹⁵³ Pode ser considerado – ainda que com algumas reservas – que o nacionalismo é a religião da modernidade. Nesse sentido, o relativo declínio das religiões “sobrenaturais” contribuiu para a emergência da religião civil. Há uma sacralização de certos aspectos da vida em comunidade, por meio de ritos públicos, liturgias políticas ou civis e devoções populares, elaborados para conferir poder e fortalecer a identidade e a ordem em sociedades heterogêneas. GINER, S. **La religion civil**. In: Diálogo Filosófico, set/dez 1991. n.21 pp.359-360. APUD GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo do séc. XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997. p. 55.

¹⁵⁴ Em concordância, Hobsbawm afirma que houve uma “crescente identificação do nacionalismo com a religião [...]”e que “os liames entre a consciência nacional e a religião podem ser estreitos [...]”.Essa semelhança não é surpreendente, já que “a religião é um antigo e experimentado método de estabelecer uma comunhão, através de uma prática comum e de uma irmandade entre pessoas que de outro modo não teriam nada em comum”. Sendo assim, exercia a mesma função que Stuart Hall atribui à narrativa nacional. HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp.82-83.

¹⁵⁵ Nesse sentido, Hobsbawm afirma que “mesmo que o Estado ainda não enfrentasse ameaças sérias à sua legitimidade e coesão, nem forças poderosas reais de subversão, o mero declínio dos liames sócio-políticos tornava imperativo formular e inculcar novas formas de lealdade cívica (‘uma religião cívica’ nas palavras de Rousseau) , visto que outras lealdades potenciais eram agora capazes de expressão política. Pois que Estado poderia sentir-se seguro na era das revoluções, do liberalismo, do nacionalismo, da democratização e da ascensão dos movimentos operários?”. Ibid., p.106.

¹⁵⁶ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

apreciar a glória e a afrontar os perigos, que muitas vezes são causa de maior glória”.¹⁵⁷ O primeiro secretário do IHGB estava lançando a pedra fundamental de uma verdadeira missão de fé. O culto à nação estava por ser instaurado.¹⁵⁸ Sua base estava em um modelo tradicional de *historia magistra*, onde o trabalho dos historiadores devia, antes de tudo, servir à nação, a partir da exibição – ou ressurreição – de figuras exemplares.¹⁵⁹

Barbosa literalmente deplorava o que ele chama de “fria indiferença sobre os pontos de tanto interesse a glória nacional”.¹⁶⁰ Ele questiona se “não terão aparecido, neste fértil continente, varões preclaros por diversas qualidades que mereçam os cuidados do circunspecto historiador, e que se possam oferecer às nascentes gerações como *typos* de grandes virtudes?”¹⁶¹ Parece haver um sentido pedagógico na confecção desse passado, pois Barbosa entendia que história verdadeira do país ofereceria profícuas lições aos cidadãos brasileiros no exercício de seus deveres.¹⁶² A história estava longe, portanto, de apenas narrar ou representar o passado, pois introduzia um conjunto de estímulos à vocação cívica.¹⁶³ Barbosa diz que

Elles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a historia da patria, expurgada de tantos erros, enriquecendo os seus espiritos de conhecimentos interessantissimos, que lhes servirão nos empregos a que forem chamados pelos votos de seus concidadãos. Da combinação dessas idéas, assim adquiridas, nascerão principios de que deduzão novos conhecimentos, que illustrem a carreira de sua vida, tornando mais proficuos os seus serviços em beneficio da patria.¹⁶⁴

Esta história decididamente nacional, de acordo com um viés específico, tinha, portanto,

¹⁵⁷ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

¹⁵⁸ De acordo com RENAN, a nação, assim como o indivíduo, é o ponto culminante de uma série de eventos, sacrifício e devoção. Nesse sentido, o autor afirma que de todos os cultos, o dos ancestrais é o mais legítimo, pois são eles que nos fizeram o que somos. É através de um passado repleto de glórias, grandes homens e heróis que se constitui o capital social no qual se baseia a idéia nacional, assim como na expectativa de um futuro em comum. RENAN, Ernest. **Que és una nación?** Madrid: CEC, 1982.

¹⁵⁹ CEZAR afirma que “Portadora de *exempla*, todos positivos, a biografia dos grandes homens é um projeto de ordem historiográfica muitas vezes provado anteriormente. Não se trata de uma posição irrefletida, mas de um sinônimo aproximado do movimento da história. O mundo se transforma graças aos grandes homens.” CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.25.

¹⁶⁰ BARBOSA, Op. cit.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Tratava-se, segundo Guimarães, de consolidar um imaginário nacional capaz de fundamentar ações concretas. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história**. In: Acervo, v.04, n. 01. p.138.

¹⁶⁴ BARBOSA, Op. cit.

vocação essencialmente formativa, preparatória para o serviço público.¹⁶⁵ Ora, evidente que se a história passava a ser a encarregada da pedagogia que constrói o sujeito desejado pelo Estado-nação, ela devia fazer isso a partir da noção de exemplo. O passado exercia, portanto, a partir de uma visão pragmática que o constituía, verdadeira função exemplar e pedagógica sobre o presente. Eis aí a fundação de sentidos que uma narrativa nacional permite.¹⁶⁶

Para constituir este passado histórico, munido de uma pretensão exemplar, os diversos autores que colaboravam para a missão patriótica do IHGB recolheram uma série de elementos objetivos concretos e elementos extraídos da dimensão da memória, que depois foram submetidos a uma reordenação de modo a oferecer um sentido à nacionalidade, e através de uma narrativa nacional, construir uma verdadeira memória nacional.¹⁶⁷ Ou seja, o passado era investigado a partir de escolhas que implicavam em critérios, de acordo com os objetivos do presente.¹⁶⁸

Sendo assim, ao compor-se uma narrativa nacional, é fundada a memória coletiva deste grupo particular que é a nação, cuja característica é de profunda ligação com uma instituição específica: o Estado Nacional. Funda-se, assim, o sentimento de identidade do indivíduo em torno dessa memória nacional, a qual configura uma identidade nacional, garantindo que o

¹⁶⁵ Nesse sentido, Wehling ressaltou o aspecto verdadeiramente pragmático e até mesmo profético da atividade do historiador: “Januário da Cunha Barbosa chega a afirmar que a interpretação da história brasileira permitiria a previsão do futuro do país [...] o conhecimento histórico, ademais, devia ser aplicado ao aperfeiçoamento da realidade social [...] os instrumentos para isso eram os próprios estudos monográficos sobre a história brasileira e as monografias biográficas, que tinham declaradamente cunho pedagógico, em especial para o exercício de funções públicas.” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.43.

¹⁶⁶ Para Reis, a narrativa do IHGB “[...] deveria eternizar os fatos memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos. Para isso, deveria coletar e publicar os documentos relevantes para a história do Brasil, incentivar os estudos históricos, [...] o IHGB será o lugar privilegiado da produção histórica durante o século XIX, lugar que condicionará as reconstruções históricas, as interpretações, as visões do Brasil e da questão nacional.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.26.

¹⁶⁷ Em relação ao trabalho do IHGB e à obra de Varnhagen, GUIMARÃES afirma que trata-se de uma “História submetida a uma memória, que lê o passado segundo as construções e demandas do presente. Através deste procedimento de transformar as lembranças do passado em um relato organizado e coerente, produz-se sentido e significado para a vida coletiva pela via de valores como os de pertencimento a um grupo, legitimidade e autoridade da nova ordem em constituição assim como a confiança capaz de sedimentar os projetos para a vida coletiva no futuro, quer no sentido de manutenção, quer no sentido de transformação.” GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar**. In: PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.23.

¹⁶⁸ Odalia comenta que “uma Nação, para ser considerada como tal, deve ter unidade. Surpreendamos, portanto, essa unidade nos escaninhos em que se esconde; mexamos todos os recantos em que ela pode se esconder e depois a revelemos”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.49.

plebiscito diário¹⁶⁹ seja continuamente favorável, devido a uma memória de caráter afetivo, que vincula e que une o que antes era disperso.¹⁷⁰ Sem dúvida, o poder exercido pelos historiadores era verdadeiramente assombroso.¹⁷¹ Um poder que se articulava, fundamentalmente, à idéia de construção da nação através da narrativa nacional, que configurava uma memória nacional.¹⁷²

Como afirmado anteriormente, parte fundamental da constituição de uma nação é dotá-la de uma tradição, de um passado comum e porque não dizer, da promessa de um futuro brilhante.¹⁷³ Entretanto, como lembra Oliven, “[...] a construção de uma memória nacional e de

¹⁶⁹ RENAN afirma que são dois os elementos que constituem o que ele chama de princípio espiritual definidor da nação: de um lado, o passado, a posse de um rico legado de memórias; de outro, no presente, o consentimento, o desejo de viver em conjunto, a vontade de perpetuar a herança recebida. Conforme o autor, uma nação é uma solidariedade em larga escala, constituída pelo sentimento sobre os sacrifícios feitos no passado e aqueles que se está preparado para fazer no futuro. Ela pressupõe um passado; no entanto, no presente se faz tangível por um fato, o consentimento, claramente expressado no desejo de desfrutar de uma vida comum. Para Renan, a nacionalidade é algo sentimental e a nação, uma alma, um princípio espiritual. Daí decorre a sua famosa definição: a existência de uma nação é um plebiscito diário. Sendo assim, o autor afirma que uma grande congregação de homens de mente saudável e bom coração cria o tipo de consciência moral que chamamos de nação. Desde que essa consciência moral dê prova de sua força pelos sacrifícios que exige do indivíduo em troca de benefícios para a comunidade, ela é legítima. Logo, o que determina a existência de uma nação é a vontade de persistir como comunidade que uma população demonstra. RENAN, Ernest. **Que és una nación?** Madrid: CEC, 1982.p.38.

¹⁷⁰ Por isso Guimarães pondera que sendo a história oitocentista “narrativa por excelência da legitimidade nacional [...] deve ensinar de forma organizada o passado necessário para a produção de sujeitos nacionais que se acreditam parte de uma comunidade que tem, em comum, tradições culturais e um passado de realizações”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.p.18.

¹⁷¹ Nesse sentido, Cezar afirma que “Se a história faz os grandes homens, então os historiadores que fazem a história (que a “purificam”) são os verdadeiros mestres do jogo. Fazedores da história, eles controlam os destinos dos grandes homens, ou, dito de outro modo, os vivos controlam os mortos e os mortos servem aos vivos. Eis uma variação da religião historiadora adotada no IHGB. Resta saber se o grande homem é um herói acabado ou um candidato a herói. Independente da resposta, os historiadores do IHGB têm o poder de decidir. Eles se colocam, assim, em uma posição quase divina. Criam sua própria providência.” CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: *Diálogos, DHI/UEM*, v. 8, n. 1, p.18.

¹⁷² Como diz OLIVEN, “[...] a memória nacional refere-se a uma entidade mais ampla e genérica (a nação) aproximando-se mais da ideologia, e por conseguinte, estendendo-se à sociedade como um todo e definindo-se como universal”. OLIVEN, Ruben George. **Mitologias da Nação**. In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (org) *Mitos e heróis : construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p.30. Cezar afirma que “Não há dúvida que o IHGB produziu uma memória nacional [...]” CEZAR, Temístocles. **Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.55. Segundo Guimarães, coube ao instituto, portanto, elaborar uma “forma específica de lembrança, própria das culturas ocidentais no momento da construção dos diferentes projetos nacionais”. GUIMARÃES, Op. cit., p.23.

¹⁷³ Como diz Anderson “se é amplamente reconhecido que os Estados-nação são ‘novos’ e ‘históricos’ as nações a que eles dão expressão política assomam de um passado imemorial, e ainda mais importante, deslizam para um futuro ilimitado. A mágica do nacionalismo consiste em transformar o acaso em destino”. ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989. p.21. Stuart Hall também faz afirmação semelhante ao dizer que o discurso nacional “[...] constrói identidades que são colocadas de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em

uma identidade nacional, longe de ser consensual, está ligada aos grupos que são vistos como detendo poder e autoridade legítima para se erigirem nos guardiões da memória”.¹⁷⁴ A narrativa nacional, desta forma, gera uma memória manipulada, que sacraliza, que celebra e que comemora a nação. Uma memória que forma e dirige a identidade nacional, que se transforma em tradição, com significação quase religiosa.¹⁷⁵ Em outras palavras, buscava-se a instauração de um verdadeiro culto à memória nacional, garantindo a consolidação da ordem pela elite imperial, a partir de um pensamento conservador que organizava, disciplinava e sistematizava a memória, conferindo a ela o sentido que lhe interessava promover: a idéia de adesão à nação.¹⁷⁶

Eis o sentido da narrativa nacional: formar, orientar e convencer, através do exemplar e, assim, incentivar fidelidade à nação.¹⁷⁷ O discurso da narrativa nacional objetiva o prazer do ouvinte/leitor, a sua sedução. Pretende obter o seu comprometimento emocional e identificação pessoal. Dessa forma, a partir da identificação, a individualidade se dilui em um organismo maior, unido por laços de filiação sentimental aos antepassados e compatriotas e parte integrante de um glorioso porvir. Como já frisado anteriormente, a significação é praticamente religiosa.¹⁷⁸

O IHGB revestia-se assim de uma verdadeira missão de fé: cabia a ele, conforme o discurso fundador de Barbosa, “[...] salvar da indigna obscuridade, em que jazião até hoje, muitas

direção à modernidade”. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.p.56.

¹⁷⁴ OLIVEN, Ruben George. **Mitologias da Nação**. In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (org) **Mitos e heróis : construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p.30.

¹⁷⁵ Para obter esta significação, de acordo com Cezar, “o principal é que a conversão de uma memória ou de um passado qualquer seja uma lembrança de glória” CEZAR, Temístocles. **Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.57.

¹⁷⁶ De acordo com Cezar, se poderia dizer que o IHGB tentou organizar todos os traços dispersos da memória do Brasil e os representar à sua maneira, isto é, historicamente.” Como o autor lembra, tratava-se, portanto, mais do que uma preservação, mas sim, de uma construção. Estabelecia-se um recorte de acordo com o “interesse maior da nação” e a partir daí era escrita a história. Cezar afirma que “A própria historiografia do período colonial, tal como ela foi concebida pelo IHGB, foi marcada por um conjunto de esquecimentos, ausências e supressões cujo resultado, paradoxalmente, conferiu um sentido histórico à história brasileira [...]” Cezar fala em disciplinarização e arquivamento da memória. *Ibid.*, p.56.

¹⁷⁷ Cezar salienta que a história era um campo disciplinar em formação. Seu discurso era marcado por uma retórica da nacionalidade, “[...] um discurso historiográfico e político extremamente persuasivo, praticado tanto no IHGB como fora dele, tanto na história como em outros domínios”. CEZAR, Temístocles Américo Correa. **A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império : escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista**. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul Vol. 11, n. 1 (jan./jun. 2005). P.95.

¹⁷⁸ Não é por acaso que Nora faz a seguinte afirmação: “História santa porque nação santa. É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado” NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p.11, dezembro de 1993.

memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos [...]”.¹⁷⁹ Para Barbosa, esta missão sagrada atrairia, inclusive, vários contribuintes de renome, que se juntariam aos esforços do instituto pela glória nacional.¹⁸⁰ Dessa forma, organizavam-se os esforços para a invenção de uma fundamentação histórica para existência do Estado-nação, que passava a estar munido de um referencial que potencializava, em certa medida, a coesão inerente ao nacionalismo moderno.

O otimismo exaltado por Barbosa é, sem dúvida, contagiante: “As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e quando os que se reúnem em tão nobre associação aparecem possuídos do mais encendido patriotismo, eu não duvido preconizar hum honroso successo à fundação do nosso instituto historico e geographico”.¹⁸¹ Diante desta frase, não há como deixar de constatar que a glorificação não era somente do passado, mas também, do presente.¹⁸²

2.2.4 A narrativa nacional escrita pelo sujeito nacional: o brasileiro

Escrever a narrativa nacional não significa apenas fundar a noção de uma nação internamente, mas também, obter reconhecimento junto ao mundo civilizado. Trata-se de um esforço de construção e justificação da nação perante a si mesma e, também, perante o restante do mundo, como demonstra o discurso de Barbosa:

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e desta arte mostramos às nações cultas, que também presamos a gloria da patria, propondo-nos a concentrar, em huma litteraria associação os diversos factos da nossa historia, e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possão ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexactidões que os manchão em muitos impressos, tanto nacionaes como estrangeiros.¹⁸³

¹⁷⁹ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*.

¹⁸² Cezar reflete que “[...] pode-se pensar que o próprio IHGB, enquanto instituição, encarne uma figura de herói; um herói que seria um agente coletivo. Seus gestos heróicos seriam sua fundação, suas tarefas históricas consistiriam em salvar o passado nacional e em construir uma memória nacional. Em resumo, fornecer à nação as luzes de que ela precisa.” CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.23.

¹⁸³ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

A história, portanto, é vista pelo IHGB como objeto de estima por parte das nações cultas e o Brasil, como aspirante a tal condição, deve promover o seu conhecimento. Percebe-se uma intenção de alçar o país ao progresso e o investimento na história faz parte de tal movimento, no âmbito da intelectualidade. Além disso, a história do IHGB também exerce função corretiva. De acordo com esta pretensão, cabe ao IHGB estabelecer uma história purificada em conformidade com o projeto do Brasil-nação em andamento, o qual não se compatibiliza com as versões anteriores, elaboradas por estrangeiros.¹⁸⁴

A necessidade de um esforço corretivo e de uma história nacional no sentido pleno da palavra leva Barbosa a reiterar o assunto, com pesar: “O nosso silencio, reprehensivel, de certo, em materia que tanto affecta a honra da patria, tem dado occasião a que os historiadores huns de outros se copiem, propagando-se por isso muitas inexactidões, que deverião ser immediatamente corrigidas”.¹⁸⁵ Para o autor, os erros causavam inclusive, que o coração do verdadeiro patriota se apertasse no peito.¹⁸⁶ Barbosa não tinha dúvida que escrever a história do Brasil, a história nacional, devia ser uma missão encarregada aos brasileiros.¹⁸⁷ Afinal, pondera ele, “deixaremos sempre ao genio especulador dos estrangeiros o escrever a nossa historia, sem aquelle acerto que melhor póde conseguir hum escriptor nacional ?”¹⁸⁸ Cumpre ressaltar que não havia uma História do Brasil, além da escrita pelo poeta inglês Robert Southey, a qual contava uma história que não interessava às elites veicular e que, com certeza, não era propícia ao fomento da identidade nacional.¹⁸⁹ A história proposta por Barbosa, ao contrário, é sobretudo, brasileira, ainda que não

¹⁸⁴ Cezar afirma que “esse processo de *purificação* é o primeiro passo rumo à transformação daquilo que outrora era lido como história em fonte histórica, com a meta de servir de base à escrita da história da pátria.” CEZAR, Op. cit., p.14. grifos do autor. Escrita esta que é considerada por Cezar uma invenção. Para o autor, “As primeiras disposições epistemológicas que devem dirigir esse processo inventivo são: a correção dos trabalhos já publicados, a definição do que é uma fonte e a narração das ações históricas em um plano que apreenda o geral.” CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no brasil do século XIX.** In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, pp.16-17

¹⁸⁵ BARBOSA, Op.cit.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Para CEZAR, “Porém - e essa é a especificidade do caso brasileiro -, antes é preciso *inventar* a história dessa nação, pois tudo o que existe até aquele momento são produções feitas sem as diretivas corretas.” CEZAR, Op. cit., pp.16-17. grifos do autor.

¹⁸⁸ BARBOSA, Op. cit.

¹⁸⁹ A História do Brasil de Robert Southey, escrita sem que o autor jamais estivesse estado no país, era repleta de críticas ao experimento português nas Américas. Apesar de admirar a miscigenação racial e o que ele via como uma política de integração étnica no Reino Português, censurava duramente os vícios da aristocracia escravocrata, o poder dos potentados locais e a ausência de laços comunitários. Viu com otimismo a chegada da Corte portuguesa, cuja missão, de acordo com ele, seria civilizar o país para o comércio com a Inglaterra.

negue o vínculo com Portugal.¹⁹⁰ O diferencial necessário entre brasileiros e portugueses na proposta de Barbosa revela-se, por exemplo, a partir da seguinte reflexão:

Nos tempos da passada monarchia, os escriptos brasileiros, que assim então se publicavão, punhão a gloria de seus autores em communhão com a dos Portuguezes; e, como, por tantas difficuldades erão em muito menor numero, ficavão absorvidos pelo credito litterario da metropole, que bem pouco reflectia sobre o Brasil.¹⁹¹

A relação com Portugal é um permanente ponto de tensão para a historiografia dos oitocentos, como será visto posteriormente. Se, de um lado, a ancestralidade portuguesa representa o vínculo com o mundo civilizado e o diferencial entre a elite e o restante dos habitantes do país, de outro lado, é necessária a distinção entre brasileiros e portugueses para produzir a diferença que caracterizaria o Brasil como a nação independente que se deseja construir. Esta tensão fazia com que Portugal sempre fosse um ponto limítrofe na narrativa nacional, exigindo grande cuidado, especialmente em momentos onde se estabelecia o conflito entre a metrópole e a colônia.¹⁹²

De qualquer forma, em meio a esta e a tantas outras tensões, os membros do IHGB se lançavam à missão sagrada – definida por Cezar como sacerdotal – do historiador: erigir a nação a partir do seu passado de glórias. Isso fica evidente nos trechos finais do discurso de Barbosa, pensado pelo autor como instrumento apto a despertar a vocação cívica, a ser exercida pela escrita da história:

Ah! o meu coração se dilata dentro no peito só à idéa de que este IHG se occupará desveladamente em erguer à gloria do Brasil hum monumento que lhe faltava, e do qual emanará néao pequena honra aos que agora aqui reunidos se offerecem às vistas da nação como opifices do magesto edificio da nossa historia. [...] Desculpai-me, Srs., se na fraca exposição das vantagens que podem emanar da fundação do nosso instituto, eu mais tive em vista a gloria nacional, que sempre me fez bater o coração em peito brasileiro, do que a difficuldade das emprezas a que nos enderessamos. Este magestoso edificio tem por fundamento o amor da patria e o amor das letras. [...] Sem trabalho, sem persistencia nas grandes emprezas, jamais se conseguirá a gloria que abrilhanta os nomes dos bons servidores da patria.¹⁹³

¹⁹⁰ Cezar reflete que “[...] em uma nova fase de sua história, na qual o Brasil é independente de Portugal, o brasileiros estão, finalmente, capacitados a empreender a recuperação de seu passado.” CEZAR, Op. cit., p.18.

¹⁹¹ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

¹⁹² Wehling ressalta a orientação “moderada” do IHGB: “[...] criticando na colonização portuguesa as distorções e abusos mais evidentes, mas elogiando grande variedade de aspectos”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.41.

¹⁹³ BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

Como Cezar afirma, a lição de Januário da Cunha Barbosa mostra como a retórica da história pode ser útil, pode servir. Servir em primeiro lugar – e acima de qualquer outra coisa – à nação.¹⁹⁴ O IHGB dava, assim, os primeiros passos para o desenvolvimento de um saber que, na verdade, é muito mais caracterizado pela sua pretensão transformadora da realidade do que pela capacidade de, efetivamente, conhecer o objeto por ele investigado. Faltava apenas delimitar melhor este objeto, os parâmetros da sua escrita e os norteadores em torno das quais as intenções pragmáticas do Instituto e do Império poderiam ser contempladas. O artigo de Karl Friedrich Von Martius correspondeu a tais expectativas, como será discutido a seguir.

¹⁹⁴ CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX.** In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.27.

2.3 MARTIUS: COMO ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL

[...] o texto de Martius é apreendido pelos historiadores brasileiros do século XIX como uma espécie de manual de introdução aos estudos históricos.

Temístocles Cezar

2.3.1 O marco fundador da nação

O discurso de Januário da Cunha Barbosa, ainda que provido de valor fundacional e diretivo, não constituiu, a rigor, um guia para a elaboração da história da nação. Sua vocação é quase que inspiradora, uma missão de fé, ou um chamado às armas. Portanto, uma lacuna deve ser preenchida. Parte de uma pretensão científica implica na definição de um objeto e na sua delimitação. Portanto, havia necessidade de um marco fundador teórico para os encarregados de construir simbolicamente a nação. Este guia eventualmente veio a ser ofertado aos membros do Instituto e se constituiu, de fato, no parâmetro para a escrita da história nos oitocentos, pois correspondeu a uma série de anseios que os sócios do Instituto tinham.

Havia uma vontade de construir a nação. Assim como na Europa dos oitocentos, a história tinha papel importante e até mesmo fundamental a desempenhar na elaboração de uma narrativa nacional. Entretanto, a narrativa nacional brasileira teria que levar em conta uma série de particularidades locais, tais como o passado colonial, o regime monárquico em afirmação, a existência da escravidão e de uma população mestiça.¹⁹⁵ Seria este o pano de fundo onde haveria de se desenrolar o enredo da narrativa nacional brasileira. Dentro de um quadro que se apresentava problemático, um dos pontos mais delicados era, provavelmente, a condição de ex-colônia. Condição esta que havia legado ao país um quadro identitário complexo e desfavorável à constituição de uma nação brasileira. Portanto, o projeto de constituir o Brasil-nação em sintonia

¹⁹⁵ como Cezar afirma, “as relações entre as noções de história e nação [...] não são homogêneas e variam de acordo com o país” CEZAR, Temístocles. **Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp.43-44.

com o progresso em moldes europeus teria que lidar com obstáculos consideráveis, o que não era ignorado pelas elites do país.¹⁹⁶

Em 14 de novembro de 1840, foi proposto um concurso acadêmico por Januário da Cunha Barbosa. Seu objetivo era escolher um plano para escrever a história do Brasil. A existência de tal concurso demonstra o quanto os membros do Instituto se encontravam angustiados diante da imensa tarefa a realizar.¹⁹⁷ Fazer do Brasil uma nação, munidos da pretensão de atingir um modelo idealizado de civilização européia, estava longe de ser simples, pois o país reunia uma série de condições problemáticas.¹⁹⁸

O sentido do concurso era o de definir um caminho, um roteiro que permitisse a superação de tais obstáculos, que contemplasse as diversas ambições por trás da escrita da história, e também, satisfizesse a sua ambição científica. O naturalista bávaro Karl Friedrich Philippe Von Martius venceu a disputa em 1847 com o artigo intitulado “*Como se deve escrever a história do Brasil*”.¹⁹⁹ Considerou-se que o artigo satisfazia plenamente os objetivos dos quais se encarregava o Instituto.²⁰⁰ Originalmente publicado na revista do IHGB em 1844, o texto de Martius estabeleceu, de fato, as bases do que deveria ser uma história científica da “nação” brasileira, projeto que coube posteriormente a Varnhagen executar.

O artigo de Martius já foi submetido a uma série de análises, as quais são demasiado

¹⁹⁶ Odalia afirma que “[...] a inteligência – não a sabedoria – dessas classes dominantes foi perceber imediatamente que sua falta de vínculos, por sua inércia e desinteresse, com o país que herdavam de uma situação colonial lhes augurava um futuro difícil”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.109.

¹⁹⁷ Odalia afirma que era um grande problema transformar a ex-colônia numa nação, pois não seria por um passe de mágica que se poderia converter uma colônia marcada por séculos de servidão e rapinagem em uma nação independente e soberana. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.16.

¹⁹⁸ Para Wehling, “A diferença estava na própria formação histórica brasileira: passado colonial recente; instituições públicas escassas e, em muitos aspectos inexistentes; populações marginalizadas. Homens livres pobres, indígenas e escravos eram, respectivamente, cidadãos passivos, habitantes não-cidadãos e habitantes-objeto de propriedade.” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.88.

¹⁹⁹ O naturalista já havia estado no Brasil em missão científica, tendo inclusive publicado uma obra chamada Viagem pelo Brasil, conjuntamente com Johann Baptst Von Spix, que também havia integrado a missão. Apesar da formação e do interesse pelas ciências da natureza, era herdeiro da tradição iluminista e sócio do IHGB desde os primórdios da instituição. Ainda que um estrangeiro, estava longe de ser um desconhecido. CEZAR, Temístocles. **Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp.176-177.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 176.

numerosas para que seja pertinente remontá-las aqui.²⁰¹ Para Cezar, já foi produzido certo consenso epistemológico sobre o texto, considerado o primeiro a teorizar sobre a forma de escrever a história do Brasil e pelo estabelecimento de um modelo que teria sido seguido por Varnhagen e seus sucessores.²⁰² Para Guimarães, o texto de Martius forneceu as pistas que permitiram a elaboração de uma narrativa dotada de um enredo, de uma fisionomia própria para a nação.²⁰³ Reis afirma que o texto de Martius “[...] considera o que deverá fazer uma história da unidade brasileira. A história do Brasil deverá ser centralizada no imperador. Apesar da variedade de usos e costumes, dos climas, das atividades econômicas, das raças e da extensão territorial, o historiador deverá enfatizar a unidade”.²⁰⁴

Para efeito do recorte aqui proposto, interessa, sobretudo, verificar em que medida o artigo de Martius suscitou uma série de questões que posteriormente marcariam a narrativa nacional de Varnhagen, a começar pela própria formação da população brasileira.²⁰⁵ O desafio colocado diante do IHGB era de consideráveis proporções. Como elaborar uma narrativa nacional que permitisse a integração de um todo caracterizado por uma disparidade tão grande como era o caso do Brasil? A magia da nação está na crença. Está no fato de acreditar na sua civilização, na sua história, na sua cultura nacional. É uma ligação de cunho afetivo que une e que independentemente de sua natureza, é forte e viva. O Brasil estava muito longe disso. Qual seria o laço a integrar um país que havia chegado perigosamente próximo da desintegração territorial durante a Regência, e cujas identidades eram, sobretudo, regionais? Um país que tinha uma composição étnica diversificada, onde as questões indígena e negra afastavam do padrão que se desejava atingir? Hall afirma que

²⁰¹ Cumpre mencionar, entre outros, Sílvia Romero, José Honório Rodrigues, Alice Canabrava, Pedro Moacyr Campos e Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães, bastante referido nesta dissertação.

²⁰² CEZAR, Temístocles. **Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

²⁰³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação.** *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2000. p. 406.

²⁰⁴ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.27.

²⁰⁵ Reis afirma que “O problema político que os historiadores brasileiros enfrentavam teoricamente nos anos 1840-50 era o da transformação da ex-colônia em uma nação. A colônia tinha legado uma sociedade heterogênea incompatível social e etnicamente. Parecia impossível estruturar uma nação a partir desse legado colonial. [...] Era preciso criar uma idéia de homem brasileiro, de povo brasileiro, no interior de um projeto de nação brasileira.” *Ibid.*, p.31.

[...] na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que uma nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação : elas participam da *idéia* de nação tal como é representada em sua cultura nacional.²⁰⁶

Para Odalia, essa representação poderia ser melhor chamada de uma ficção, o que, entretanto, não impede que seja percebida como a realidade de um consenso.²⁰⁷ Mas qual seria a idéia de Brasil que poderia promover esta coesão dentro de uma narrativa nacional?

2.3.2 As três matrizes e o assimilacionismo

O artigo apresentado por Martius correspondeu, em grande medida, às expectativas dos membros do Instituto, pois forneceu um mapa que contemplava boa parte das questões que os atormentavam. Além de oferecer um guia para a narrativa nacional, o texto deveria de alguma forma lidar com a tensão maior da sociedade brasileira: a questão racial. Martius fez deste tema a base e o problema inicial a ser atacado em seu plano para a escrita da narrativa nacional. O autor estruturou seu pensamento sobre a história do Brasil a partir dos elementos que concorreram, de acordo com ele, para a formação do homem brasileiro. Para Martius, “Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem”.²⁰⁸ Ele estava preocupado, sobretudo, com a questão da formação histórica. Ao desenvolver seu raciocínio, apresentou solução até então inédita²⁰⁹ para um dos problemas centrais da questão nacional brasileira:

²⁰⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. pp.48-49. grifos do autor.

²⁰⁷ Odalia afirma que a nação se apresenta “[...] como uma realidade concreta com que temos de nos haver continuamente, pois dela decorre uma série de deveres e obrigações que dimanam, aparentemente com uma força irresistível e não contestável, de existirmos no interior da coletividade. A nação aparece pois, como uma realidade com a qual mantemos uma relação direta e imediata [...]”.ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.

²⁰⁸ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411

²⁰⁹ Apesar de Southey ter anteriormente elogiado a política de integração étnica através da miscigenação.

São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.²¹⁰

A ênfase na idéia de uma história com cunho particular demonstra a tentativa de estabelecer o que há de propriamente nacional no Brasil. Não é só a composição racial o problema, mas a falta de uma identidade que seja brasileira, especificamente do país.²¹¹ O reconhecimento da formação peculiar do brasileiro serve a um propósito claro. Estabelece uma distinção que revela a singularidade do brasileiro diante do português, o que é importantíssimo para constituir uma nação brasileira.²¹² Entretanto, por outro lado, o reconhecimento da contribuição negra e indígena é quase que instantaneamente relativizado, pois a herança do colonizador deve ser valorizada:

[...] o Português, que, como descobridor, conquistador e Senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o Português, que deu as condições e garantias morais e físicas para um reino independente; que o Português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. Mas também de certo seria um grande erro para com todos os princípios da Historiografia-pragmática, se se desprezasse as forças dos indígenas e dos negros importados, forças estas que igualmente concorreram para o desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população. Tanto os indígenas, como os negros, reagiram sobre a raça predominante.²¹³

No mesmo instante que ocorre o reconhecimento por parte de Martius, este afirma que há um predomínio do branco europeu, ou seja, do português. Esta posição é necessária, pois é a herança portuguesa que liga o país ao continente europeu, local por excelência da civilização e parâmetro ao qual o Brasil pretendia atingir.²¹⁴ A jovem nação não poderia abrir mão dessa

²¹⁰ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411

²¹¹ Odalia afirma que “A história deve ser o espelho em que os homens de uma comunidade devem se olhar e se reconhecer. Nela, o que vão buscar são os traços comuns, que permitem a cada indivíduo olhar o outro e reconhecer-se nele; são as peculiaridades que permitem ao grupo reconhecer-se como grupo nacional e diferenciar-se dos grupos não nacionais”. **ODALIA, Nilo. As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.37.

²¹² MARTIUS afirma que “Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de Portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças Etiópica e Índia.” MARTIUS, Op. cit.

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Como diz Reis, “O Brasil independente queria, portanto, continuar a obra de Portugal, pois a colonização portuguesa era vista como bem-sucedida, trouxera a civilização européia, a religião cristã e tornara produtiva uma região abandonada e desconhecida. Portugal integrou o Brasil na rota da “grande história””. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.32.

ancestralidade, pois era justamente ela que garantia o seu *pedigree* e, logo, a possibilidade de ingresso no mundo civilizado.²¹⁵

O Brasil Império, entretanto, não se contentaria em ser apenas uma extensão de Portugal. O Brasil seria superior a Portugal, até mesmo etnicamente. Para Martius, a mescla não é negativa: ao contrário, fortalece e engrandece a raça.²¹⁶ Assim, a miscigenação seria, inclusive, um propósito arquitetado pela própria Providência. Dessa forma, Martius afirma que “Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla.”²¹⁷ Portanto, não havia o que se envergonhar, pois tratava-se de desígnio divino.²¹⁸

Talvez o ponto mais importante no raciocínio desenvolvido por Martius é que, eventualmente, a mescla resultaria na eliminação das raças inferiores, inteiramente absorvidas pela raça superior.²¹⁹ Portanto, os brasileiros não deveriam se alarmar diante da composição étnica do país, pois a síntese através da miscigenação viria, efetivamente, a erradicar a diferença.²²⁰ Martius reconhece a existência de um problema na constituição da nação – a diversidade racial – e sinaliza para um futuro onde este obstáculo será removido. Desta forma, resolve dois problemas inerentes à configuração de uma narrativa nacional brasileira, com apenas um golpe, através da lógica assimilacionista:

²¹⁵ De forma semelhante, Guimarães afirma que “[...] O Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política. Os portugueses são os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores.” APUD REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.31.

²¹⁶ MARTIUS afirma que “Tanto a história dos povos quanto a dos indivíduos nos mostram que o gênio da história (do Mundo), que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação Inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão e normando!” MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ MARTIUS diz crer que “[...] um autor filosófico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um cristianismo esclarecido, nada achará nessa opinião que possa ofender a susceptibilidade do Brasileiros.” Ibidem.

²¹⁹ É importante apontar que Odalia equivocadamente atribuiu a Varnhagen a formulação original de uma teoria do branqueamento da população brasileira, quando, de fato, quem o fez primeiro foi Martius. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.96.

²²⁰ Odalia afirma que “A etnia se purifica pela conquista que legitima. Os senhores da terra são também os senhores que podem impor sua etnia. A Nação assim se define por uma etnia – a do grupo vencedor. O grupo vencido participa da história pela única porta que se lhes deixa aberta, a miscigenação”. Ibid., p.39.

O sangue Português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças Índia e Etiópica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população Brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.²²¹

Martius, desta forma, atribuiu sentido ao que parecia caótico: o problema da miscigenação racial. O modelo apresentado por Martius efetivamente reconhece, para depois, entretanto, sinalizar a anulação da diferença. A diferença precisava ser eventualmente anulada, para que o brasileiro pudesse pensar-se como ocidental, como europeu, único modelo civilizado. Ao mesmo tempo que outro, o Brasil aspirava à condição de mesmo. Há uma inclusão das demais matrizes na narrativa nacional, mas não um reconhecimento da diversidade, pois o reconhecimento implica na sua eventual eliminação por completo.²²² Mesmo assim, em certa medida, em Martius há o desenvolvimento de um modelo para o Brasil, e não a mera adaptação de um modelo alienígena e inadequado. Portanto, o texto fundador da narrativa nacional ofereceu uma explicação para uma condição inquietante às pretensões nacionais, que agora era elevada à condição de sustentáculo às próprias ambições que o país tinha, com conotação positiva, pois implicava no aperfeiçoamento da raça.²²³ Martius forneceu aos brasileiros uma nova forma de ver o Brasil e de se ver no Brasil.

Ao fazê-lo, Martius inaugurou uma longa tradição que, posteriormente, ficou conhecida como “democracia racial” e o estabeleceu de forma muito sólida. Ao que parece, foi o primeiro a fazer isso. Varnhagen, apesar de escrever em sintonia com as idéias de Martius sobre o tema, dedicou pouco espaço ao assunto em sua obra, e se limitou a reproduzir a esperança de eventual assimilação e desaparecimento das raças inferiores.

²²¹ MARTIUS, Karl Friederich Phillippe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411

²²² Odalia afirma que “A Nação se esboça, portanto, como a realização de uma etnia em que as outras serão lenta e deliberadamente absorvidas, de maneira que o futuro da Nação se confunde com essa etnia e seus valores. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.39

²²³ Odalia reflete que aos vencidos só resta “[...] uma participação passiva no projeto da nova Nação e apenas na medida em que se deixarem ou forem absorvidos e integrados, racial e culturalmente, pelo branco – única fonte de legitimação, pois dele decorrem os valores básicos da nova nacionalidade”. Ibid., p.47.

Se as “raças inferiores” deveriam ser integradas, o mesmo deveria valer para a sua história. De forma que Martius defendia a integração da história indígena à história nacional. Para ele, os índios – a que se referia como raça cor de cobre – e sua história, faziam parte da história do Brasil.²²⁴ Este foi um ponto seguido com certa relutância por Varnhagen, que somente tratou especificamente dos índios no oitavo capítulo da primeira edição de sua História Geral do Brasil, e mesmo assim, em outros termos.²²⁵ Por outro lado, a teoria desenvolvida por Martius de uma degeneração – por ele referida como ruína dos povos – foi devidamente incorporada por Varnhagen. Esta idéia essencialmente articula-se em torno do princípio de que os índios encontrados pelos portugueses seriam um resquício decadente de uma civilização outrora próspera, que constituiria um grande e único povo.²²⁶ Para Martius, caberia ao IHGB desvendar essa história. Varnhagen explorou essa hipótese a partir da audaciosa afirmação de que havia uma relação entre os tupis e os egípcios. Entretanto, Reis assinala que, para Varnhagen, o passado indígena deveria ser sepultado ou lembrado com horror.²²⁷

2.3.3 A exaltação dos feitos portugueses e a repulsa aos atos de rebeldia

A exaltação da virtude dos portugueses, de suas imensas capacidades e vocações heróicas, encontram raízes no texto de Martius. Quando fala nos portugueses, o autor não poupa elogios, a começar pelo relato do triunfo civilizatório frente à adversidade. Martius diz que

Quando os Portugueses descobrirem o Brasil, e nele se estabeleceram, acharam os Indígenas proporcionalmente em tão diminuto número e profundo aviltamento, que nas

²²⁴ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411

²²⁵ Certamente que essa colocação não era fruto de mero acaso. Para Reis, “[...] o Brasil queria continuar a ser português e para isso não hesitará em recusar ou reprimir o seu lado brasileiro. Esse Brasil português será defendido e produzido pelas elites brancas, pelo Estado, pela Coroa. O novo país será uma continuação da colônia. A diferença é que a coroa não é mais exterior, mas interior. E é portuguesa ainda”. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.32.

²²⁶ Para Wehling, há aqui uma crítica ao naturalismo de Rousseau: em vez de caracterizar o índio como o homem primitivo, foi visto como o final de um processo de degradação cultural. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.38.

²²⁷ Segundo Reis, Varnhagen pensa que “Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. Deverá ser preservado como antimodelo, como modelo daquilo que o Brasil não quer ser”. REIS, Op. cit., p.37.

suas recém fundadas colônias podiam desenvolver e estender-se quase sem importar-se dos autóctones. Estes exerceram sobre os colonos uma influência negativa tão somente, por quanto só os forçaram a acautelarem-se contra as suas invasões hostis, e por isso criaram uma instituição singular de defesa, *o Sistema das Milícias*.²²⁸

A idéia de triunfo e feito heróico no processo de colonização do país é outra característica que, presente em Martius, foi explorada até a exaustão na obra de Varnhagen. Martius vê a colonização como um feito heróico, que

[...] era antes uma conseqüência das grandes descobertas e empresas comerciais dos Portugueses sobre a Costa Ocidental da África, do Cabo, Moçambique e Índia. As mesmas razões gerais e poderosas, que imprimiram a uma das nações mais pequenas da Europa um movimento tão poderoso, que a impeliram para uma atividade que faz época na história universal, induziram-na igualmente à emigração para o Brasil.²²⁹

Varnhagen não apreciava a associação que era feita entre a sua HGB e o artigo do naturalista alemão.²³⁰ Entretanto, o fato é que mesmo que Varnhagen detestasse a comparação, ou melhor, a relação direta que se fazia entre a sua obra e o artigo de Martius, é inegável que a estrutura de seu texto reflete as estratégias que Martius estipulou.²³¹ Isto se exemplifica facilmente pela leitura de ambas as obras. Por exemplo, Martius discutiu as vantagens oferecidas pelo Sistema das Milícias, como os “[...] sucessos das armas portuguesas contra diversos invasores, os Franceses no Maranhão e Rio de Janeiro, os Holandeses em uma grande parte da Costa Oriental”.²³² Portanto, exaltou o triunfo e o heroísmo dos conquistadores, deparados com a ameaça representada pelo outro. Estabelecidos os portugueses no litoral,

²²⁸ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411. grifos do autor.

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Segundo Wehling, “Sua própria disposição, aliás, era de não seguir ‘servilmente’ nenhum modelo em matéria historiográfica, lastimando que associassem sempre sua obra ao plano de Martius”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.138.

²³¹ Varnhagen apenas citou de passagem Von Martius em dois trechos da História Geral do Brasil, e mesmo assim, como um naturalista, e não como pesquisador interessado em história, autor de um roteiro que ele, Varnhagen, ao menos em grande parte, seguiu. As interpretações sobre a influência variam desde as mais radicais, que consideram a obra de Varnhagen uma verdadeira extensão do que foi delineado por Martius, até as posições mais relativas como a de Wehling, que considera que houve uma influência mas não tão determinante quanto já foi dito. O próprio Varnhagen enfrentou pessoalmente uma certa polêmica a respeito, afirmando uma coincidência de propósitos e não influência direta. CEZAR, **Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 179. pp.180-181.

²³² MARTIUS, Op. cit.

[...] onde ao princípio se estabeleceu a civilização Européia mais e mais para o interior, aonde ninguém reconheciam acima de si, venciam os Índios à força de armas, ou induziam-nos com astúcia para servi-los. Assim vemos que a posição guerreira, em que se colocou o colono Português para com o Índio, contribuiu muito a rápida descoberta do interior do país, como igualmente para a extensão do domínio Português.²³³

O português é duplamente glorificado, tanto pela sua astúcia, quanto pela sua disposição para a guerra, que inclusive explica a extensão territorial do país. Entretanto, para Martius, essa autonomia e disposição favoreciam “[...] o desenvolvimento de instituições municipais livres, e de uma certa turbulência e até desenfreamento dos cidadãos, capazes de pegar em armas em oposição às autoridades governativas, e poderosas ordens religiosas.”²³⁴ A condenação dessa autonomia é indicativa dos intuitos pragmáticos e paradigmáticos do texto. A partir de uma contraposição entre atos louváveis e censuráveis, constrói-se um sentido de orientação cívica para os habitantes do país. O exemplo funciona, assim, em dupla dimensão: positiva e negativa.

Esta estratégia argumentativa desenvolve-se em torno de um binômio extensivamente trabalhado por Varnhagen: de um lado uma disposição para atos heróicos cobertos de glória e dignos de rememoração; e de outro lado, a ameaça constante do perigo desagregador. Quando a iniciativa não se coloca em defesa do todo da nação projetado no passado, mas sim, em defesa de interesses regionais, ela é condenada. Se de um lado a iniciativa é louvada quando contribui para a argumentação de uma nação em construção desde a vinda portuguesa, de outro lado, é refutada com forte caráter pejorativo quando assume nuances semelhantes ao perigo de desagregação territorial que o país enfrentava em meio à invenção da nação, no presente. Dessa forma, o plano não estipulava apenas diretrizes para a invenção da nação no passado, mas também, para a garantia do seu sucesso no presente e no futuro, de acordo com os valores das elites encarregadas de assegurar a estabilidade política.

2.3.4 O todo e a parte: questão-chave da problemática nacional

²³³ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411.

²³⁴ *Ibidem*.

Se há uma vinculação direta entre Martius e Varnhagen, o plano apresentado por Martius se mostrou muito mais abrangente do que a sua execução posterior, onde houve um privilégio do aspecto político. Para Varnhagen o evento histórico era essencialmente político e estatal.²³⁵ O recorte se encontra, provavelmente, ligado a uma questão de formação e não somente a preferências pessoais. Martius era um naturalista, enquanto Varnhagen era um historiador, e nos oitocentos, a história se notabilizou por ser um relato do passado da nação, com ênfase no político. Entretanto, apesar de não ser um historiador, em Martius já havia uma noção de história geral:

Sobre a forma que deve ter uma história do Brasil, seja-me permitido comunicar algumas observações. As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Elas abundam em fatos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; contudo não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiografia, porque se ressentem demais de certo espírito de crônicas.²³⁶

Portanto, no artigo de Martius já havia uma disposição para a seleção, para o recolhimento dos detalhes pertinentes a uma história do todo nacional e, portanto, de um grande relato da nacionalidade, deixando de lado o que não tivesse o padrão de relevância exigido para uma narrativa nacional. Entretanto, apesar de Martius já preconizar uma história geral, a forma de história geral que ele propõe era muito diferente da que foi realizada posteriormente por Varnhagen. Martius e Varnhagen lidam com a questão do geral e do particular de maneira bem diferente. O maior diferencial entre ambos encontra-se na importância reservada à parte no enredo do todo da nação. Pois Martius, ainda que defendendo a idéia de uma estratégia discursiva que englobasse o todo, considerava que o historiador deveria dar atenção à parte. Ele observava, por exemplo, um conflito entre o reconhecimento das particularidades locais e o risco desse reconhecimento resultar em uma série de histórias provinciais somadas. Dessa forma, Martius propõe que

Para evitar este conflito, parece necessário que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a Mãe Pátria, e as mais partes do Mundo; e

²³⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.62.

²³⁶ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411.

que, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história.²³⁷

Para Varnhagen, em oposição, tudo que ressalte o que Martius chamou de um “tom local” deveria, até certo ponto, ser erradicado. Martius considerava o tom local como um elemento importante da narrativa, pois a capacitava a atrair a atenção, a seduzir o leitor. Um elemento que certamente é essencial a uma narrativa nacional. Entretanto, valorizar a parte em detrimento do todo em um momento de possível desagregação do território nacional poderia ser perigoso.²³⁸ Logo, a história geral de Varnhagen, como será demonstrado posteriormente, é uma história que homogeniza a diferença por excelência. Mesmo que a totalidade do Brasil não pudesse ser mais do que uma abstração discursiva devido a sua imensa diversidade regional, é assim que Varnhagen busca tratar do tema. As partes regionais devem ser constituídas como pouco mais que representações parciais do grande todo.²³⁹

Certos tipos de afirmações que Martius faz a respeito do assunto soariam inteiramente alienígenas no texto de Varnhagen. Um bom exemplo se evidencia quando Martius afirma: “Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões e por conseguinte outras conjunturas históricas.”²⁴⁰ Este é o tipo de diferença que Varnhagen desconsidera, ou intencionalmente elimina, dependendo da circunstância. Por exemplo, Varnhagen lamentou que fosse cedido poder às capitanias, enquanto na Europa ocorria a centralização do poder. De fato, Varnhagen operava uma projeção das dificuldades do unitarismo imperial no Brasil colonial – luta entre poder local e central – e, logo, era crítico do poder local e simpático à centralização do poder público.²⁴¹ Isso significa dizer que Varnhagen foi radical ao perseguir um objetivo que na verdade, Martius já manifestava:

²³⁷ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411.

²³⁸ Para Odalia, “a heterogeneidade da sociedade colonial – alimentada e incentivada pelo colonialismo português – resultava num enfraquecimento inclusive daqueles que detinham formalmente, o poder na colônia”. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.16. Para Wehling, entendia-se que “[...] o destaque ao regionalismo poderia transformar-se em arma contra o projeto de unidade nacional do Império” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.180.

²³⁹ Wehling constatou que “[...] Varnhagen praticamente não se refere aos tipos regionais nas suas diversas obras.” Ibid., p.179.

²⁴⁰ MARTIUS, Op. cit.

²⁴¹ WEHLING, Op. cit., p.181.

Ainda reinam muitos preconceitos entre as diversas Províncias: estes devem ser aniquilados por meio de uma instrução judiciosa; cada uma das partes do Império deve tornar-se cara às outras; deve procurar-se provar que o Brasil, país tão vasto e rico em fontes variadíssimas de ventura e prosperidade civil, alcançará o seu mais favorável desenvolvimento, se chegar, firmes os seus habitantes na sustentação da Monarquia, a estabelecer, por uma sábia organização entre todas as Províncias, relações recíprocas. [...]deve o historiador patriótico aproveitar toda e qualquer ocasião a fim de mostrar que todas as Províncias do Império por lei orgânica se pertencem mutuamente, que seu propício adiantamento só pode ser garantido pela mais íntima união entre elas. Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que os seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e grandeza do país.²⁴²

Martius não deixava de ser um teórico da história que somente via sentido em um todo enriquecido pelas suas partes. Varnhagen, por outro lado, parecia não tolerar a própria noção de parte e fez de tudo para suprimir a sua importância face à autoridade do poder central.²⁴³ Dessa forma, trabalhava constantemente pela união e supressão da diversidade.²⁴⁴ Ainda que exista essa diferença, no que se refere ao sentido que devia ser dado à história e a sua dimensão pragmática, havia uma concordância. Tanto Martius quanto Varnhagen seguiram tais princípios à risca:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ela pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores Brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. Ali vemos Republicanos de todas as cores, Ideólogos de todas as qualidades. É justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos; por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma Monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil a sentir-se como um Todo Unido.²⁴⁵

Há perfeita concordância com os objetivos do IHGB, apontados pelo discurso de Barbosa.

²⁴² MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411.

²⁴³ Para Odalia, o processo de homogeneização na obra de Varnhagen “[...] é um recurso heurístico de que se vale para compor a imagem desejada do Estado e da Nação”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.67.

²⁴⁴ Odalia pondera que “em sua tarefa, o historiador deve homogeneizar o passado para que as peculiaridades sejam traços distintos de um povo e não no interior de um povo. O passado deve ser retomado, reconstruído em razão do interesse maior já definido, a Nação”. Ibid., p.37.

²⁴⁵ MARTIUS, Op. cit.

A narrativa nacional deveria enfatizar uma concepção de identidade reforçada dentro de uma racionalidade de coesão, valores de fidelidade, lealdade e devoção à nação e à Monarquia. A questão da identidade era, sobretudo, politizada. Este perfil de uma história nitidamente engajada politicamente não escapou aos comentadores do autor.²⁴⁶

As idéias de integração e de pedagogia nacional através da história são extremamente fortes nos trechos finais do texto de Martius. Uma integração e um fim político que Varnhagen perseguiria com verdadeira obsessão ao longo de sua extensa obra, de acordo com os ensinamentos de Martius: “Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor Monárquico-Constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra”.²⁴⁷

Com o marco fundador de Martius, estava dado o passo inicial para a constituição através da historiografia de uma imagem do Brasil, de uma representação do passado, de uma narrativa nacional que conferisse sentido ao todo heterogêneo da nascente nação. O projeto para a execução dessa narrativa já estava colocado e legitimado pela chancela institucional do IHGB, estando aberta a estrada para a invenção da nação. Missão esta que caberia a Varnhagen desempenhar, em função da negativa de Martius, que considerou a empreitada além das suas forças e disposição, recusando em suas palavras, à glória de empresa tão árdua.²⁴⁸ O próximo capítulo, portanto, passará a tratar de Varnhagen e da elaboração da narrativa da nação, a *História Geral do Brasil*.

²⁴⁶ Cezar afirma que “Martius propõe uma história calculada, mensurada, bem refletida para combater os oponentes do regime. Esta história militante é o ponto máximo a que a história pragmática pode chegar”. CEZAR, Temístocles. **Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 206. Reis pondera que de acordo com Martius, um enfoque é esperado do historiador: “Seu texto deverá ser patriótico, despertando o amor ao Brasil. Em sua defesa do Brasil unido, monárquico, cristão, precisará lutar contra a desconfiança entre as províncias, contra a fragmentação do território e a agitação republicana”. De acordo com Reis, “Eis a história de que o Brasil recém-independente precisava, ou seja, de que as elites brasileiras precisavam para levar adiante a nova nação, nos anos 1840-60. Uma história que realizasse um elogio do Brasil, dos seus heróis portugueses do passado distante e recente, que expressasse uma confiança incondicional em seus descendentes. Uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à fragmentação; isto é, abortaria o Brasil que lutava para se constituir em uma poderosa nação.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.28.

²⁴⁷ MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed. pp.389-411.

²⁴⁸ CEZAR, Op. cit. p. 208.

3 O MONUMENTO VARNHAGEN E O ENREDO DA NAÇÃO: A NARRATIVA NACIONAL

Olhar a obra de Varnhagen com simpatia e compreensão é abrir-se à sua contemporaneidade, aceitar o diálogo com ele, ouvi-lo com paciência, apesar do “desejo que se tem às vezes de fechar o volume” como Capistrano afirma ter tido.

José Carlos Reis

Neste capítulo, encaminho a discussão da construção da narrativa nacional para Varnhagen e sua obra: a *História Geral do Brasil*. Para tanto, em um primeiro momento, me preocupo com o próprio Varnhagen; ou seja, sua trajetória e o que integra o seu sistema de pensamento, para depois analisar dois aspectos importantes da sua narrativa: a elaboração de uma história geral da nação brasileira e os sentidos exemplares estabelecidos pelo seu texto.

3.1 O QUE REPRESENTOU VARNHAGEN?

Francisco Adolpho de Varnhagen – a quem coube executar o plano desenvolvido por Martius – é considerado por muitos o Heródoto brasileiro.²⁴⁹ João Francisco Lisboa, outro historiador brasileiro do século XIX, chamou Varnhagen de pai da nossa história.²⁵⁰ Capistrano de Abreu, que anotou a *História Geral do Brasil*, chamou Varnhagen de o historiador da pátria.²⁵¹ Afrânio Peixoto disse que o esforço de Varnhagen culminou numa *História do Brasil*, ainda a melhor das nossas.²⁵² Oliveira Lima o chamou de criador da história pátria, mas também de historiador pragmático.²⁵³ José Honório Rodrigues o considera incomparável, o maior historiador da sua época e mestre da história geral do Brasil, cujo grande tema foi a colonização do Brasil

²⁴⁹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.23.

²⁵⁰ Biografia de Varnhagen no sítio da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=796&sid=346>> Acesso em: 17/06/2007.

²⁵¹ Mesmo vendo problemas na sua obra, como a resistência a movimentos populares e rebeliões, Capistrano considera que é difícil exagerar os serviços prestados por Varnhagen a história nacional. ABREU, Capistrano de. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878]**. In: *Ensaio e estudos: crítica e história*, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, pp.81-91

²⁵² Biografia de Varnhagen no sítio da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=796&sid=346>> Acesso em: 17/06/2007.

²⁵³ Biografia de Varnhagen no sítio da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=796&sid=346>> Acesso em: 17/06/2007.

pelos portugueses.²⁵⁴ Nilo Odalia diz que sua obra foi um marco, e que se transformou em um monumento histórico do século XIX, porque constitui um dos seus mais importantes documentos.²⁵⁵ Alice Canabrava afirma que Varnhagen foi um verdadeiro monumento da história brasileira do século XIX.²⁵⁶ Para Reis, Varnhagen foi o primeiro grande inventor do Brasil.²⁵⁷ De acordo com ele, Varnhagen tem valor de modelo, pois é paradigmático.²⁵⁸ Wehling afirma que “Varnhagen deixou delimitado um terreno de construção da memória nacional” e que emanava dele um culto à brasilidade.²⁵⁹ Para Guimarães, Varnhagen foi aquele que primeiro deu um passado à nação brasileira.²⁶⁰ De acordo com Cezar, Varnhagen foi historiador, por excelência, da nação.²⁶¹

Os juízos sobre Varnhagen são, portanto, dos mais diversos, variando de comentador a comentador, ainda que algumas características consensuais estejam presentes. Minha proposta na parte inicial deste capítulo se limita a investigar a biografia de Varnhagen e as suas convicções, recolhendo uma série de subsídios que são importantes para a compreensão da sua obra. Um juízo propriamente dito sobre Varnhagen, e a narrativa por ele, elaborada ficará reservado para o trecho final do último capítulo.

²⁵⁴ Entretanto, o autor também vê um verdadeiro “oficialismo” em Varnhagen. Ou seja, o Estado é prioritário; o povo é secundário. RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.123.

²⁵⁵ Segundo ele, sua obra, na época, representava um fato novo, demonstrado pela seriedade que impunha ao seu trabalho e a preocupação em fazer uma história apoiada na erudição. A obra de Varnhagen abria perspectivas a jovem nação. Para Odalia, Varnhagen é um historiador típico do século XIX e é importante como testemunho valioso da sua época. Todavia, é um autor superado devido a suas limitações e pelo fato da História do Brasil ser outra, hoje. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. pp.11-12.

²⁵⁶ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.33.

²⁵⁷ *Ibid.*, p.28. Segundo Reis, “A sua *História Geral do Brasil* refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, com a documentação sobre o passado brasileiro, que o recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro representava. A *História Geral do Brasil* foi possível porque as condições históricas do Brasil, o processo da independência política e a constituição do Estado nacional amadureceram nos anos 1850. E foi no interior desse processo histórico que ocorreu outra condição favorável ao surgimento da obra de Varnhagen: a institucionalização da reflexão e pesquisa históricas no IHGB. A independência política consolidada, e reprimidas as lutas internas geradas por ela, o Brasil possuía um perfil do qual ainda não tinha conhecimento. Nos anos 1850, Varnhagen desenhará o perfil do Brasil independente, oferecerá à nova nação um passado, a partir do qual elaborará um futuro.” *Ibid.*, pp.23-24.

²⁵⁸ *Ibid.*, p.30. Entretanto, Reis afirma que Varnhagen foi um historiador aristocrata e elitista, pois sua história prioriza as ações dos heróis portugueses e brasileiros brancos. *Ibid.*, p.32.

²⁵⁹ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.73-74.

²⁶⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. A invenção do passado. In: Nossa História v.3. São Paulo: 2005. p.25.

²⁶¹ CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen**. v.2 [manuscrito]. 2002. p.388.

3.1.1 Biografia

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em São João de Ipanema – à época pertencente à Sorocaba – no Estado de São Paulo, em 17 de fevereiro de 1816. Foi diplomata, militar e historiador, filho de Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen e de Maria Flávia de Sá Magalhães. Seu pai, engenheiro alemão, veio ao Brasil com o propósito de restaurar e ampliar a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em 1809. Com apenas seis anos, em outubro de 1823, Varnhagen deixou o Brasil rumo a Portugal, juntamente com a mãe, portuguesa de nascimento. Lá inclusive reencontrou o pai, que havia deixado o Brasil um ano antes.

Varnhagen realizou os primeiros estudos no Real Colégio Militar da Luz de 1825 a 1832. Ainda em 1832 ingressou na Academia de Marinha, onde estudou matemática.²⁶² Também realizou estudos em áreas relacionadas com sua posterior atividade de historiador, tais como diplomacia, paleografia e economia política. Iniciou a carreira militar à época das Guerras Liberais, como voluntário nas tropas de Pedro IV de Portugal que lutavam contra Miguel I de Portugal. Foi tenente de artilharia e aperfeiçoou-se em assuntos de natureza militar e de engenharia.

Sua carreira de historiador teve início com a admissão como sócio-correspondente na Academia de Ciências de Lisboa, instituição que publicou seu primeiro trabalho científico-literário, *Reflexões Críticas*.²⁶³ Escrito entre 1835 e 1838, trata-se de um ensaio sobre o colono e cronista quinhentista Gabriel Soares de Sousa. Varnhagen chegou a colaborar com *O Panorama*, dirigido pelo historiador português Alexandre Herculano. Além disso, divulgou – como fruto das primeiras pesquisas sobre a época do descobrimento do Brasil – o *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa*. A boa acolhida junto à Academia de Ciências de Lisboa certamente serviu de incentivo para suas futuras realizações como historiador. Pesquisador aplicado e incansável, embora nem sempre revelasse a procedência dos documentos encontrados, coube-lhe a descoberta do jazigo de Pedro Álvares Cabral no presbitério do Convento da Graça, em Santarém

²⁶² ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.10.

²⁶³ CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen. v.2** [manuscrito]. 2002. p.392.

(Portugal), em 1838. Formou-se como engenheiro militar em 1839, na Real Academia de Fortificação.

Já licenciado do exército português, Varnhagen tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 18 de julho de 1840. Ele inclusive confessa que ainda em 1838, sem saber da fundação do Instituto Histórico, já tinha o pensamento atrevido de implementar a empresa de uma História Geral do Brasil.²⁶⁴ Ainda em 1840, viajou ao Brasil e conheceu o Imperador, que tinha então apenas 14 anos de idade, marcando o início de um longo relacionamento.²⁶⁵ Ao retornar a Portugal, em junho de 1841, exigiu ser promovido e tendo a sua pretensão recusada, demitiu-se em outubro do mesmo ano.²⁶⁶ Varnhagen tinha então 25 anos, justamente a idade da maioridade civil na época. Ele veio a obter a nacionalidade brasileira, por decreto real, em 24 de setembro de 1841, apesar da irregularidade de ter servido no exército de outro país.²⁶⁷ Curiosamente, Varnhagen afirmava ter feito uma opção em detrimento de uma brilhante carreira. Sua opção pela nacionalidade brasileira era algo do qual ele se servia como argumento em seu favor, pois “escolheu” ser brasileiro, o que marcou toda sua vida e obra.²⁶⁸

Após o reconhecimento da nacionalidade brasileira, Varnhagen foi nomeado adido à delegação de Lisboa, em 1841, ingressando no corpo diplomático brasileiro, função que ocupou

²⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927. p.XIX.

²⁶⁵ Segundo Guimarães, D. Pedro II foi um “[...] soberano que se interessava pela escrita da história nacional e que manteria, ao longo de aproximadamente 25 anos, uma correspondência ativa com Francisco Adolpho de Varnhagen [...]”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **A invenção do passado**. In: Nossa História v.3. São Paulo: 2005. p.25.

²⁶⁶ CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen. v.2** [manuscrito]. 2002. p.393.

²⁶⁷ Ibid., pp.393-394.

²⁶⁸ Para Wehling, “A opção de Varnhagen pela nacionalidade brasileira simboliza a passagem para uma fase importante de sua vida, quer como esteta, quer como historiador: a busca de uma consciência histórica brasileira”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.64. Odalia afirma que a sua opção pela nacionalidade brasileira não pode ser interpretada como uma manifestação de patriotismo, pois só viveu no país até os seis anos. Para ele, a opção parece se originar de uma necessidade vivencial e intelectual – fruto de seu desenraizamento. Para o autor, a escolha de Varnhagen pela nacionalidade brasileira está muito relacionada com o clima mental da época, marcado profundamente pelo romantismo. Trata-se de uma condição limite e de um modo de ser determinante de um intelectual. Era uma época em que aflorava com toda a força a questão do nacionalismo e de pertencimento a um povo. Assim, Odalia conclui que “para um jovem da época, pertencer a uma dessas nações, percorrer e participar de sua formação e de seu destino, deveria surgir aos seus olhos deslumbrados como a possibilidade única de concretizar o desejo de pertencer à história e ao seu tempo.” Para o autor, o patriotismo de Varnhagen tem em sua razão de ser, seu fundamento, ter sido uma opção intelectual. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. pp.8-9.

até a morte e fez com que percorresse boa parte do mundo.²⁶⁹ Sem dúvida, o ingresso de Varnhagen na diplomacia promoveu uma valorização dos seus sentimentos em relação ao Brasil. Cidadão por decreto, de certa forma tornou-se um historiador por ato oficial, cuja tarefa era pesquisar documentos que tratassem da história e da legislação do Brasil.²⁷⁰ No princípio de sua carreira diplomática, Varnhagen esteve em Portugal (1842-1847) e, logo em seguida, na Espanha. O trabalho como diplomata facilitou suas pesquisas históricas.²⁷¹ Dessa forma, consultou arquivos na Europa e América do Sul, reunindo uma quantidade impressionante de documentos referentes à história do Brasil.²⁷² Pôde assim dedicar-se à pesquisa histórica nos arquivos europeus, o que lhe permitiu não só reunir informações detalhadas e originais a respeito da experiência colonizadora portuguesa na América, mas também revelar muitos dos cronistas coloniais cujas obras permaneciam esquecidas ou desconhecidas, e para as quais redigiu introduções.²⁷³

As pesquisas de Varnhagen já evidenciavam, desde então, grande preocupação com a definição dos limites territoriais do país, especialmente no que se refere à demarcação em relação à Espanha.²⁷⁴ Como ficcionista, demonstrava uma tendência à projeção dos anseios do presente no passado, como pode ser visto no drama *Amador Bueno*, onde projetou sentimentos nacionalistas para os paulistas do século XVII. No *Florilégio da poesia brasileira*, por sua vez, afirmou a existência de uma literatura brasileira no século XVIII, fruto da consciência nacional, com motivações estéticas próprias e, portanto, distinta da literatura portuguesa.²⁷⁵

²⁶⁹ Cezar inclusive o definiu como um historiador viajante. CEZAR, Op. cit., p.395.

²⁷⁰ CEZAR, Temístocles Américo Correa. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen. v.2* [manuscrito]. 2002. p.395.

²⁷¹ Joaquim Manuel de Macedo chegou a dizer que Varnhagen fez do santo ócio dos diplomatas do Império um labor santo dedicado às investigações históricas da pátria. APUD CEZAR, Op. cit., p.396.

²⁷² CEZAR, Op. cit., p.398.

²⁷³ No entender de Capistrano de Abreu, "os achados de Varnhagen foram consideráveis, sobretudo para o primeiro século da nossa história. Não diremos que renovou a fisionomia da época, mas descobriu bastantes elementos para quem possa e queira fazer obra definitiva". ABREU, Capistrano de. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878]*. In: Ensaios e estudos: crítica e história, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, pp.81-91

²⁷⁴ CEZAR, Op. cit., pp.397-399.

²⁷⁵ WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.64-65.

Varnhagen foi, sobretudo, um historiador oficial, voltado para os interesses do Estado e protegido pelo Imperador.²⁷⁶ Ele inclusive reconhecia abertamente essa contribuição, valorizando o “alto e valioso” apoio de D. Pedro II na introdução de sua *História Geral do Brasil*.²⁷⁷ De acordo com ele, a própria realização da obra não seria possível sem a sua proteção.²⁷⁸ Por outro lado, o relacionamento de Varnhagen com o IHGB foi conturbado, sendo motivo de constantes queixas ao imperador sobre a indiferença com que era tratado.²⁷⁹ Como primeiro secretário do IHGB, função que assumiu em 1851, quando veio da Europa para o Brasil, promoveu a organização da biblioteca e arquivos, a reforma dos estatutos e a profissionalização do Instituto. Varnhagen também foi diretor da Revista do Instituto. Entre 1854 e 1857, publicou a primeira edição de sua *História Geral do Brasil*, concretizando o plano de Martius, sendo, portanto, e por excelência, o inventor do passado da nação.

Logo em seguida, Varnhagen deixou o Brasil novamente, retornando a Madri. Em 1858, teve início a etapa latino-americana de sua vida.²⁸⁰ Seguiram-se uma série de missões diplomáticas em vários países da América do Sul como Paraguai, Venezuela, Nova Granada (atual Colômbia), Equador, Peru e Chile, aonde veio a conhecer Carmen Ovalle e Vicuña, de uma família aristocrática chilena, com quem se casou aos 48 anos, em 1864. Durante este período, também fez algumas viagens ao Brasil, pesquisando uma série de documentos. Apaixonado pela tarefa de historiador, aproveitava todas as viagens e permanências em países estrangeiros para

²⁷⁶ Para Reis “o imperador foi o protetor de Varnhagen, oferecendo-lhe os recursos para a sua obra.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.25. Wehling ressalta que “Membro do Instituto Histórico, diplomata e titular do Império, a biografia de Varnhagen o situa sempre próximo ao poder, como partícipe do estamento burocrático consolidado a partir da política regressista.” WEHLING, Op. cit., p.48. Rodrigues também afirma que o imperador foi o protetor de Varnhagen e que lhe assegurou os meios para realizar a obra. RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.127.

²⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927. p.XVIII.

²⁷⁸ Varnhagen afirma que “todo o Instituto confessa, cheio de reconhecimento, que sem a proteção valiosa do SENHOR D. PEDRO II, ele teria deixado de existir: e por sua parte, este mínimo sócio declara que sem a correspondente cota que dessa proteção lhe coube, o Brasil não teria hoje esta obra”. Ibid., p.XIX. grifos do autor.

²⁷⁹ Wehling ressalta que “Foram freqüentes e intensas, embora não necessariamente cordiais, as relações entre o grupo dirigente do IHGB e Varnhagen. Ele próprio chegou a dirigir o museu da instituição e ser seu primeiro secretário.” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.35.

²⁸⁰ Cezar se referiu a esta fase como os tristes trópicos de Varnhagen. CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen**. v.2 [manuscrito]. 2002. p.400.

enriquecer o seu acervo com documentos originais.²⁸¹ Varnhagen também esteve na Inglaterra, nos Estados Unidos e em Cuba. Ele jamais esteve satisfeito enquanto estava na América Latina. Partiu do Paraguai, seu primeiro destino, sem sequer ter uma autorização oficial para tanto, em 1860.²⁸² Alguns de seus posicionamentos em questões diplomáticas foram considerados inclusive, inconvenientes.²⁸³

Varnhagen solicitava constantemente ao Imperador, através de cartas, a sua transferência para a Europa e a associava como fundamental à realização de sua segunda edição da *História Geral do Brasil*. Ele argumentava nas correspondências que não se tratava de um desejo pessoal, mas sim de um serviço à nação.²⁸⁴ Varnhagen estava ciente de que algo o diferenciava dos demais colegas diplomatas: sua produção historiográfica, da qual ele se valia como justificativa para o que pretendia obter, através da suposta necessidade de empreender pesquisas.²⁸⁵ A proximidade de Varnhagen com o imperador era um recurso estratégico que ele utilizava sem pudores, obtendo, finalmente, em 1868, a sua transferência para Viena.

Varnhagen publicou, logo em seguida, *História das Lutas com os Holandeses no Brasil* (Em 1871, apesar de anunciada desde a primeira edição da *História Geral do Brasil*) e continuou a trabalhar na segunda edição da HGB. Apesar de ter seu desejo de transferência atendido, ele considerava que não era suficientemente reconhecido por seus esforços em prol da nação.²⁸⁶ Insatisfeito ou não, Varnhagen foi agraciado pelo governo imperial com os títulos de barão e visconde de Porto Seguro (1874). Em 1877, finalmente publicou a segunda edição de sua HGB e percorreu o interior das províncias de São Paulo, Goiás e Bahia. A viagem originou uma discussão sobre a questão da localização da capital do Brasil, intitulada “*A questão da capital:*

²⁸¹ ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.10.

²⁸² CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen. v.2** [manuscrito]. 2002. p.400.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ Ibid., p.416.

²⁸⁵ Ibid., p.418.

²⁸⁶ É evidente que Varnhagen desejava adoração, algo que ele deixa transparecer em seu próprio texto: “Só o tempo poderá ir melhor descobrindo, aos que se voltem aos estudos mais profundos da história pátria, quanta perseverança pusemos neste empenho, e quão inabalável foi nossa fé para suprir com aplicação aturada a escassez das próprias forças...” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XI.

marítima ou no interior?”. Paralelamente, Varnhagen continuou a desenvolver a “*Independência do Brasil*” (que somente seria publicada postumamente, em 1916).

Varnhagen faleceu em Viena, Áustria, no dia 26 de junho de 1878, com 62 anos. Seu corpo foi trasladado para o Chile, terra natal de sua mulher, onde seria sepultado. No entanto, o desejo de Varnhagen era ser enterrado em sua pátria de “nascimento e opção”, mais especificamente em Sorocaba. Além disso, desejava que um monumento fosse erguido em sua homenagem.²⁸⁷ Não é por acaso que Varnhagen exigia um monumento para a sua pessoa. Para ele,

A Nação acata nos filhos, e ainda nos netos, os nomes e a sombra, digamos assim, dos indivíduos, que lhe deram ilustração e glória, como nós em sociedade veneramos até suas relíquias; e não só o cadáver, como a espada, do herói que morreu pela independência, *a pena do escritor que a ilustrou pelas letras*, o anel do prelado que foi modelo de saber e virtudes.²⁸⁸

Como inventor da nação, é evidente que Varnhagen considerava a si próprio em alta estima, e como tal, digno de rememoração. Por ocasião do centenário de sua morte, em 1978, a Fundação Ubaldino do Amaral, o jornal *Cruzeiro do Sul*, o Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e a Prefeitura Municipal realizaram esforços para trasladar os seus restos mortais para Sorocaba, cumprindo, dessa forma, a sua vontade final. Os restos mortais de Varnhagen tiveram como destino a Praça Francisco Adolfo de Varnhagen, onde foram depositados num pedestal de granito, sobre o qual foi assentado o busto do historiador. Um fato pouco lembrado é que Varnhagen é o patrono da Cadeira nº 39 da Academia Brasileira de Letras.

3.1.2 Convicções pessoais

²⁸⁷ É curioso observar que Varnhagen havia exigido em seu testamento que fosse erguido um monumento em sua memória. Para Cezar, não se trata de um exercício de egocentrismo, mas de uma espécie de atitude preventiva. Afinal, a pátria deveria reconhecer seus grandes homens. Em 1882, de acordo com seus desejos, o monumento se tornava realidade. CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen**. v.2 [manuscrito]. 2002. p.430.

²⁸⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 181. grifos meus.

As convicções de Varnhagen eram ferrenhas e estão presentes de forma muito forte na sua obra, que diz muito a respeito de sua personalidade.²⁸⁹ Ao que tudo indica, tratava-se de uma questão de temperamento, muito mais do que de ofício ou paradigma científico adotado, o que o levava a entrar em conflitos e polêmicas com certa regularidade.²⁹⁰ Varnhagen era de tal forma preocupado com críticas, que inclusive se precavia previamente, no prefácio da primeira edição da HGB, de eventuais reparos a sua obra.²⁹¹ Além disso, a correspondência de Varnhagen é extremamente significativa em demonstrar sua frustração diante do que considerava um reconhecimento insuficiente de suas realizações.²⁹²

Varnhagen é um autor muito presente no seu texto, um narrador sempre disposto a intervir no fio da narrativa para manifestar suas convicções pessoais.²⁹³ Para Varnhagen, a noção de um autor que se anula, de uma história escrita de “lugar nenhum” é algo impensável. A narrativa nacional tem em Varnhagen um verdadeiro biógrafo da nação, que não se furta de fazer comentários sempre que considera necessário. Mais ainda: seus pontos de vista condicionam, orientam e, em última instância, definem a sua obra.²⁹⁴ Há uma permanente tensão entre a

²⁸⁹ Para Odalia, era um homem que, sobretudo, acreditava no que fazia. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.8.

²⁹⁰ Odalia considera que Varnhagen era um homem que se aborrecia demais com as críticas e as transformava em casos pessoais violentos e apaixonados. Tinha grande sensibilidade em relação a sua obra, reagindo violentamente contra críticas que recebia e frustrado pela falta de reconhecimento diante do grande historiador que julgava ser. Ibidem. Já para Capistrano de Abreu, Varnhagen expunha complacentemente a sua opinião em pontos em que ela não era necessária. Era dos homens inteiriços, que não apóiam sem quebrar, não tocam sem ferir, e matam moscas a pedradas. ABREU, Capistrano de. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878]**. In: Ensaio e estudos: crítica e história, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975, pp.81-91. Clado Ribeiro de Lessa, tido como maior estudioso da vida e obra de Varnhagen, disse que ele era um terrível e ardoroso polemista. Para Américo Jacobina Lacombe, toda aquela exaltação ocultava um coração límpido e, às vezes, ingênuo. Biografia de Varnhagen. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=796&sid=346>> Acesso em: 17/06/2007.

²⁹¹ No prefácio da primeira edição da História Geral do Brasil, Varnhagen afirmava que futuros historiadores parciais, munidos de novos documentos, deverão apreciar com justiça o seu todo, e que quase ousa dizer que quanto mais o estudem, *mais apreciarão o serviço preparatório que aqui lhes oferecemos*. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927. p.XX. grifos do autor.

²⁹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

²⁹³ Cezar afirma que Varnhagen tinha uma imensa dificuldade em refrear seus sentimentos, e logo, controlar a subjetividade de seus discursos. CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen. v.2** [manuscrito]. 2002. p.414. Dessa forma, como salienta Rodrigues “preconceitos políticos, sociais, religiosos se revelam sempre, especialmente no julgamento das figuras e no tratamento de inconformismos”. RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.130.

²⁹⁴ Rodrigues afirma que “Pombalino, partidário do absolutismo ilustrado, adversário dos jesuítas e antipático à Inquisição, Varnhagen jamais aceitaria que a História não fosse fruto apenas de personalidades mais ou menos cultas, nem deixaria de querer impor uma concepção histórica em que o Brasil é íntegro, é uno, é independente por obra e

objetividade do historiador e a subjetividade do patriota, com a balança pendendo para o lado deste, em função do pragmatismo que orientava a escrita da história. Para Odalia, muitas vezes Varnhagen tentou proceder como um “[...] mestre-escola, tentando corrigir os erros do passado e apontando o que se deveria fazer no futuro.”²⁹⁵ Wehling considera que “[...] o objetivo era ser útil, o meio encontrado para atingi-lo era o de uma obra que aliava, na intenção do autor, autoridade científica e pedagogia social”.²⁹⁶ O pragmatismo, acima de tudo, orientava a ciência.²⁹⁷

A definição de Varnhagen como historiador pragmático é apropriada, pois o próprio Varnhagen afirma ter escrito um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das boas ações.²⁹⁸ Este pragmatismo foi levado ao extremo quando o autor se encarregou do dever sagrado de elaborar uma *História das Lutas com os Holandeses*, verdadeiro instrumento político e patriótico.²⁹⁹ O comprometimento de Varnhagen com o Estado é comprovado pelas suas próprias frases: “[...] a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no universo pela monarquia, vai agora, mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional”.³⁰⁰ Varnhagen era, efetivamente, um intelectual a serviço do Estado.³⁰¹

graça da Casa de Bragança.” Ibid., p.135. Para Rodrigues, Varnhagen justificou com mão de ferro o domínio colonial, a submissão do povo e os direitos de uma minoria mais dominante que criadora. Ibid., p.149. Wehling assinala que Varnhagen construía muito mais do que reconstituía o passado, de acordo com o padrão desejável para a nova sociedade. Devido a sua identificação com o projeto político regressista, tal compromisso é evidente. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.55.

²⁹⁵ ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.11. Odalia afirma que Varnhagen vê o homem “[...] menos como uma realidade histórica determinada do que como uma realidade que pretende modificar e construir”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.90.

²⁹⁶ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.58. O autor considera que “a obra de Varnhagen esteve intimamente ligada à definição e defesa de um certo tipo de relações entre estado e sociedade.” Ibid., p.87.

²⁹⁷ Wehling define a partir das idéias de história mestra da vida e conselheira dos príncipes, uma noção de história pragmática, embutida na idéia de aplicação dos conhecimentos obtidos às grandes questões públicas e sociais. Ibid., pp.126-127.

²⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927. p.XII. Por isso, Wehling afirma que Varnhagen “não perdeu oportunidades para projetar no passado – conquanto respeitasse rigorosamente a documentação e distinguisse as informações de sua própria opinião – as soluções que lhe pareciam melhores [...]” WEHLING, Op. cit., p.173.

²⁹⁹ RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.138. Para Wehling, Varnhagen “[...] propunha-se, chegando a oferecer seus préstimos ao Imperador em diferentes ocasiões, a ser um dos ideólogos do regime.” WEHLING, Op. cit., p.48. Odalia afirma que “o caráter oficial ou quase oficial que se atribuiu a Varnhagen, e ainda se atribui, não pode ser desmentido”. ODALIA, Op. cit., p.67.

³⁰⁰ VARNHAGEN, Op. cit., p.XVIII.

³⁰¹ Para Odalia, “as relações Estado e intelectual são uma constante no pensamento de Varnhagen e, por isso mesmo, um elemento que não pode ser esquecido quando se pretende analisá-las. O intelectual e, especificamente no caso de Varnhagen, o historiador aparecem como uma espécie de decodificadores dos freqüentemente estranhos e recônditos

Como intelectual a serviço do Estado, orientado por uma concepção pragmática, as intervenções pessoais de Varnhagen na narrativa por ele desenvolvida expressam suas crenças sobre uma diversidade de assuntos, tais como o Estado, a religião, a democracia, as leis, a modernidade, enfim. Tais manifestações não são apenas inferidas no texto do autor. Pelo contrário, ele as explicita de forma clara, ainda que nem sempre coerente.³⁰² A falta de coerência em Varnhagen é uma noção que uma leitura cuidadosa da História Geral do Brasil parece referendar. Na obra de Varnhagen encontram-se manifestações sobre problemas de natureza política e social, mas não uma filosofia política.³⁰³

Se por um lado pode não haver uma coerência exemplar, por outro há, sobretudo, regularidade. Rodrigues afirma que filosófica e politicamente Varnhagen foi sempre o mesmo, o retrato de um conservador intransigente e convicto.³⁰⁴ A afirmativa é confirmada pelos posicionamentos do próprio Varnhagen. Para ele, o que importava era a continuidade da tradição e o respeito por princípios de organização, admitidos por todos os cidadãos, pela poderosa sanção dos séculos.³⁰⁵ Rodrigues considera que “a formação militar do historiador em Portugal, tenente desde 1837, modelou suas convicções ideológicas, que nunca foram abaladas.”³⁰⁶ A afirmação de Rodrigues parece ser pertinente, pois Varnhagen chegava a defender abertamente a guerra como um instrumento útil para promover a união de um povo e erguer um país do torpor.³⁰⁷ Sob esse aspecto, a inspiração de Varnhagen no pensamento hegeliano é inegável.³⁰⁸

caminhos palmilhados pelo Estado, a fim de esclarecê-los e, quando necessário, justificá-los. Nessa tarefa de esclarecimento, que se destina principalmente à nascente consciência nacional, o objetivo essencial é realçar a presença do Estado”. ODALIA, Op. cit., p.69.

³⁰² Wehling ressalta que “[...] Varnhagen não era filósofo político nem construía um sistema de idéias”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.119. Aliás, para o autor, Varnhagen “[...] não seria capaz de sustentar profundamente uma doutrina política de qualquer natureza, além dos aspectos mais gerais”. Ibid., p.109.

³⁰³ Ibid., p.121.

³⁰⁴ RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.142-143.

³⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927. p.VII. grifos meus.

³⁰⁶ RODRIGUES, Op. cit., p.142.

³⁰⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.162-163. Wehling aponta que Varnhagen defendia uma “[...] apologia da guerra como instrumento de purificação da sociedade, de aproximação e civilização dos povos”. WEHLING, Op. cit., p.67.

³⁰⁸ Hegel fazia uma verdadeira apologia do “valor militar” como “ato supremo em que a liberdade se abstrai de todos os fins” e promovia a exaltação da guerra como “meio pelo qual a saúde moral dos povos é assegurada”. FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006. p.819.

Apesar de conservador, Varnhagen estava, entretanto, longe de ser anacrônico. Pelo contrário,³⁰⁹ ele se adaptava às condições da realidade em que pretendia intervir a partir da narrativa nacional.³¹⁰ Para Rodrigues, “a opinião de Varnhagen não era isolada, mas representativa da política colonial portuguesa dominante, como da época que escrevia”.³¹¹ José Veríssimo afirmou que “a filosofia da história de Varnhagen é a comum filosofia espiritualista cristã do seu tempo, com o pensamento moral e político da sua educação portuguesa. É em história um providencialista, em política um homem da razão de Estado, da ordem, da autoridade e do fato consumado”.³¹² Wehling assinala que Varnhagen pertenceu a uma geração que compartilhava de um clima de desconfiança em relação às soluções políticas oriundas do racionalismo da revolução.³¹³ Isso pode explicar a sua profunda aversão ao liberalismo político, à democracia, e à demagogia jacobina, termo que freqüentemente usa. O que, naturalmente, fazia com que ele fosse contrário à mudança, e favorável à permanência e, portanto, defensor da aristocracia e da monarquia.³¹⁴ Para Varnhagen,

[...] por mais que corram os séculos, não há país, embora blasone de mui republicano, que não aprecie a sua aristocracia, isto é, a nobreza hereditária [...] a experiência prova que as aristocracias, sustentáculos dos tronos, são ao mesmo tempo a mais segura barreira contra as invasões e despotismos do poder, e contra os transbordamentos tirânicos e intolerantes das democracias.³¹⁵

³⁰⁹ A situação do Brasil era atípica em relação à Europa, e Varnhagen adaptava-se a ela. Não havia anacronismo em buscar estabelecer para o país um Estado e uma sociedade no moldes do Antigo Regime. Ainda que na Europa, após as Revoluções de 1848 as discussões tenham se voltado para a disputa entre burgueses e socialistas, isso não faz de Varnhagen um nostálgico, pois é mais um entre os defensores de um modelo pré-liberal, que, entretanto, amoldou-se pragmaticamente como tantos outros conservadores às circunstâncias que determinaram a prevalência do modelo constitucional liberal. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp.105-106.

³¹⁰ Rodrigues vê em Varnhagen um homem solidamente fortificado na sua ideologia conservadora e na sua política pragmática. RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.129.

³¹¹ Ibid., p.130.

³¹² VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Disponível em <<http://www.biblio.com.br/conteudo/JoseVerissimo/mhistbras.htm>> Acesso em: 27 mar. de 2007.

³¹³ WEHLING, Op. cit., p.44.

³¹⁴ Para Odalia, Varnhagen via na aristocracia um termo médio de equilíbrio, que era garantia de um Estado que se situava acima das vicissitudes e paixões humanas e portanto, apto a realizar os destinos da Nação. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.78. Wehling afirma que Varnhagen era “profundamente monarquista, entendia que só esta forma de governo seria capaz de consolidar o Estado”. WEHLING, Op. cit., p.101.

³¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 156.

O que há de mais coerente em Varnhagen é o seu conservadorismo: Varnhagen defende acima de tudo o Estado, o poder centralizado sob a forma monárquica; legitima a colonização portuguesa e rebate com ferocidade tudo que ameace a tais princípios, que lhe são extremamente caros.³¹⁶ Por outro lado, parece haver elementos esparsos do pensamento ilustrado em sua obra, especialmente no que se refere às noções de progresso e de finalidade.³¹⁷ Entretanto, jamais em sentido propriamente político, apesar de referir-se a um Império independente e liberal.³¹⁸ Pelo contrário, rejeita todos os movimentos mais exaltados, taxando-os de anarquistas; repele os princípios democráticos republicanos e condena todos os movimentos revolucionários.³¹⁹

Varnhagen articula sua visão de sociedade em torno de três eixos básicos: O Estado enquanto autoridade máxima, a submissão das vontades particulares ao império da lei e a religião enquanto fator de aglutinação.³²⁰ Ele expressa tais pontos de vista ao longo de vários trechos da *História Geral do Brasil*, como o seguinte:

Nestas poucas palavras se encerram os pontos capitais respectivos a qualquer sociedade constituída. Vemos as colônias e as suas competentes autoridades; vemos o reconhecimento das leis; vemos as práticas, assim do que respeita às consciências, pelas cerimônias dos sacrifícios religiosos, como ao estado social pela celebração dos matrimônios; vemos garantida a segurança individual e a propriedade, e sem valhacouto as tropelias e injúrias.³²¹

³¹⁶ Para Wehling, o nacionalismo, o estatismo e a monarquia são idéias fundamentais a que Varnhagen permaneceu fiel durante a sua trajetória. WEHLING, Op. cit., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.47. Para o Odalia, Varnhagen revela a ideologia histórica que legitima o processo de dominação social inerente à jovem nação brasileira. Segundo Odalia, o patriotismo de Varnhagen é parcial e unilateral e em sua obra, os sujeitos da história são o homem branco e o Estado Imperial, de forma que o passado colonial deve ser reconstruído como suporte de um Brasil branco e europeu. Em suma, ele defende o Brasil das elites brancas e da família Real. Para ele, Varnhagen foi um dos intérpretes mais qualificados do projeto político conservador que definiu o Estado Imperial, e que se caracteriza por atribuir ao Estado um papel não só político, mas de organização social, constituir uma nação branca e européia e criar um Estado forte e centralizado, que por sua vez, constituiria a nação. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.10

³¹⁷ Odalia ressalta que há um racionalismo tecnocrático [...] que perpassa pelas páginas da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, na sua ânsia de tudo consertar, de tudo prever e projetar, numa confiança ilimitada na capacidade do homem conduzir sua história [...]”ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.32.

³¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.VII.

³¹⁹ RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.143.

³²⁰ Wehling ressalta o que ele chama de uma “Visão utilitária da lei e da religião como freios sociais [...]” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.67.

³²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 132.

Aqui Varnhagen expressa suas crenças conservadoras, mas, ao mesmo tempo, profere um discurso tipicamente liberal, ao referir-se à segurança individual e defesa da propriedade. Entretanto, é um liberalismo decididamente recortado.³²² Para ele, o que importa ressaltar sempre é a supremacia incontestável do Estado, assegurada pela obediência à lei. O Estado é associado com a noção de lei e, logo, de ordem. Uma lei imperativa, inquestionável, civilizadora e construtora da ordem. Parece claro para Varnhagen que as leis, a escrita e o Estado são os indicadores básicos da existência de uma sociedade civilizada.³²³

Tudo que colabora para o fortalecimento da autoridade do Estado é visto com grande simpatia. São vários os trechos onde Varnhagen manifesta tal ponto de vista.³²⁴ Dessa forma, por exemplo, Varnhagen exalta as ações do governo geral que, através de seu primeiro representante, lançou as bases da futura nação: “Tomé de Souza havia cumprido a sua missão. O Brasil ficava constituído: a autoridade e a lei já haviam feito sentir suas forças benéficas: ganhara muito a moral pública”.³²⁵ Neste momento, de acordo com Varnhagen, o Brasil passava, portanto, a contar com a presença do Estado, que é o elemento fundamental para que se constitua como nação, na sua concepção. Varnhagen estabelece lei, ordem, autoridade e religião como valores de uma civilização superior, construindo uma articulação entre lei e religião como garantes da ordem, e exalta – ainda que indiretamente – os brasileiros a respeitarem a primeira e louvarem a segunda.³²⁶ Varnhagen comenta que “Durante a vida do primeiro donatário a colônia seguiu feliz. Havia nela bons costumes, fazia-se justiça a todos, eram os habitantes tementes a Deus, e

³²² Wehling usa o termo ideologia do regresso e o aproxima às “[...] idéias liberais que circulavam na Europa após a restauração: um estado de *laissez faire* no plano econômico, mas efetivamente *gendarme* no plano social e político, isto é, mantenedor do *status quo* institucional, assegurado pelo controle do poder político pelos proprietários através do sufrágio censitário e indireto”. WEHLING, Op. cit., pp.87-88.

³²³ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.167. Wehling constata que o Estado, pressupondo a lei e a ordem contra a força e a anarquia, era sinônimo de civilização. Ibid., p.110.

³²⁴ WEHLING afirma que “Preliminarmente, deve ser observado que a construção da memória em Varnhagen passa pelo crivo de opções morais muito claramente conscientes e expressas em diferentes momentos da sua obra. A partir de categorias morais são elaborados juízos, destaques e esquecimentos que, não apenas pontuam a obra, mas explicam a sua lógica interna”. Ibid., p.57.

³²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 263.

³²⁶ Wehling afirma que na obra de Varnhagen, “à religião caberia o papel aglutinador das consciências e o inculcar de sentimentos de tolerância e moderação.” WEHLING, Op. cit., p.110. Já Reis afirma que para Varnhagen “As leis tornam feliz o homem que se sujeita a elas. O direito, a justiça e a razão são melhores do que o instinto, o apetite e o capricho”. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.36-37.

observadores da religião, sem a qual não há sociedade possível”.³²⁷ Evidentemente, há um parâmetro europeu para o que Varnhagen considera uma sociedade viável, respeitosa do poder centralizado e ciente da sua submissão em um plano material e espiritual.³²⁸

Portanto, a religião e as leis são para Varnhagen, os elementos essenciais à vida em sociedade, eis que promovem a coesão tão desejada e o respeito à autoridade da Monarquia que ele desejava justificar. Para ele, a resposta a um quadro de crise compreende o recurso à dimensão religiosa, verdadeira panacéia para todos os males. Assim, reflete que “Tudo mostrava a necessidade de acudir com pronto remédio à religião, poderoso instrumento de civilização e de moral...”³²⁹ A religião era concebida por Varnhagen como um fundamento social, e logo, imprescindível à ordem, mas subordinada à razão de Estado.³³⁰ É importante que este ponto seja ressaltado, pois Varnhagen é extremamente severo com os Jesuítas e com a Inquisição quando estes interferem nos desígnios do Estado.³³¹ Sendo assim, a religião e as leis cumprem um papel instrumental e pragmático na visão de sociedade expressada por Varnhagen:

[...] cremos em Deus, e em que vencido o inimigo, houvera tudo remediado com o poder da lei, um coração robusto, que a soubesse fazer cumprir. A existência de Licurgo pudera ser um mito: fabula não é. A observância da religião e o poder das boas leis podem melhorar os homens e as gerações; e são efetivamente quem os melhora para Deus e a sociedade.³³²

O bom cidadão/súdito é obediente, tanto à lei, quanto à religião. Há, efetivamente, um entendimento de que existe uma complementaridade entre estas duas esferas da vida pública, que se dá a partir de uma avaliação inteiramente pragmática de seus efeitos. O caminho para o Brasil desenvolvido se articula em torno da fidelidade à religião e da obediência à lei para Varnhagen.

³²⁷ VARNHAGEN, Op. cit., p. 179.

³²⁸ Para Wehling, Varnhagem defendia “Uma monarquia estamental à portuguesa, patrimonialista e efetivamente mais bem-sucedida em matéria de centralização do que suas congêneres norte-européias e na qual o rei poderia (ou deveria) assumir, junto com a burocracia e ‘seus’ intelectuais, o papel de amálgama da nacionalidade.” WEHLING, Op. cit., p.119.

³²⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 246.

³³⁰ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.167-168.

³³¹ Odalia aponta que “[...] toda vez que a intervenção da Igreja possa de leve ferir ou sensibilizar a ação do Estado, pondo em perigo a sua unidade e/ou seu poder, Varnhagen não titubeia e assume, vigorosamente, a defesa do Estado”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.80.

³³² VARNHAGEN, Op. cit., pp.162-163.

Assim, ele vai celebrar as ações que, no passado, estabeleceram este tipo de exemplo e que podem auxiliar a nação a atingir o padrão da civilização européia. Nesse sentido, ele exalta as virtudes de Pombal, a começar pela escolha dos magistrados, pois

Com magistrados e fiscais das leis, corruptos ou covardes, não há leis que valham, nem povo que se melhore, nem patriotismo que se acrisole: nem a constituição mais bela do mundo felicitará jamais qualquer povo, quando ele não esteja preparado, por meio de virtudes domésticas, para não sofismar seus mais sagrados dogmas.³³³

O poder exercido por estas duas esferas de influência benéfica seria, inclusive, de proveito para os negros, como Varnhagen manifesta nesta passagem: “E o certo é que, passando à América, ainda em cativo, não só melhoraram de sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo”.³³⁴ Varnhagen tem a religião em grande consideração. Ao discutir as viagens de Colombo e seus resultados, chega a expressar um ponto de vista que pode até parecer irônico para um observador desatento mas que, de fato, não é: “Deste modo tiveram notícia os geógrafos europeus de um continente antes a eles desconhecido; e os zelosos propagadores da fé cristã encontraram novas ovelhas para agregar ao rebanho comum”.³³⁵ Esta agregação era evidentemente benéfica para os selvagens, pois

[...] o bem aqueles canibais devia ser feito a força, e apesar deles, que por não conhecerem a caridade evangélica nem a piedosa filantropia, não julgavam possível que outros homens se voltassem exclusivamente ao seu bem, como nos diz a história do cristianismo que, com a maior abnegação, se têm votado tantos mártires, muitos dos quais nos glorificamos em nosso calendário.³³⁶

Portanto, ele não faz nenhuma restrição às medidas implementadas para a conversão dos nativos, inclusive à pregação na própria língua indígena.³³⁷ Em concordância com este ponto de vista, Varnhagen condena inteiramente a noção de nobre selvagem, como Martius já havia feito:

³³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.235.

³³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 224.

³³⁵ Ibid., p.63.

³³⁶ Ibid., p.301.

³³⁷ Segundo Varnhagen, “O p. João de Aspilcueta Navarro, aproveitando-se do trato de tantos piás, começou com assiduidade a estudar a língua, a reduzi-la à gramática, e por fim a pregar nela: e para que os sermões produzissem mais efeito, e não parecessem menos inspirados e persuasivos que as endemoninhadas práticas dos pajés, tratou até de imitar os usos destes [...] Com isto não fazia mais do que, muito antes dele, haviam feito na Europa os apóstolos do cristianismo, que capitularam muitas vezes com o paganismo, admitindo várias práticas bárbaras”. Ibid., p.244.

À vista do esboço que traçamos, sem nada carregar as cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; quando nesse estado, sem auxílio mútuo da sociedade, e sem terra se cultivar suficientemente, há sempre, numa ou outra época, privações e fome; e esta última aos mais civilizados converte em canibais, como nos provam histórias de tantos sítios e naufrágios. Desgraçadamente, o estudo profundo da barbárie humana, em todos os países, prova que, sem os vínculos das leis e da religião, o triste mortal propende tanto à ferocidade, que quase se metamorfoseia em uma fera... as leis a que o homem quis voluntariamente sujeitar-se, depois de mui tristes sofrimentos do mesquinho gênero humano antes de as possuir não tem outro fim senão fazê-lo mais livre e mais feliz do que seria sem elas”.³³⁸

Se por um lado Varnhagen rejeita Rousseau, por outro lado, se vale de Montesquieu para justificar a colonização portuguesa e afirmar a correção do exclusivo metropolitano, o qual, aliás, ele jamais se refere em tais termos:

Uma colônia, diz um publicista que se ocupou profissionalmente do assunto, “é o resultado da emigração de indivíduos de que a metrópole se priva, com a esperança de poder indenizar-se mais tarde dos sacrifícios que faz; sem o que, os estabelecimentos que fizesse só lhe causariam dano”. Pelo que, o simples fato do estabelecimento de uma colônia por qualquer nação, que a funda com seus filhos, “a defende com suas armas e a mantém por suas leis, como diz Montesquieu, reclama a compensação, nas vantagens do seu comércio, com a exclusão de todas as outras nações, segundo o direito europeu ainda praticado em nossos dias por alguns.”³³⁹

Varnhagen parece ter uma visão pragmática da modernidade e do progresso, pois utiliza tais noções na medida em que favorecem os seus pontos de vista, e os compatibiliza com a sua defesa da lei e valor moral da religião, na medida em que é necessário:

Desgraçadamente a experiência prova que os países menos povoados passam sempre uma época com tendências feudais, seja qualquer o nome que se dê aos suseranos, que acabrunham os pequenos, quando aliás, na cabeça do Estado e nas cidades populosas, a administração da justiça corre com a maior regularidade. Felizmente, as estradas de ferro, e os vapores acabarão essas tendências, estabelecendo a polícia mais rigorosa, equilibrando a população, e melhorando-a pelos dois grandes meios civilizadores: a indústria, que subministra ao homem os maiores cômodos da vida, e a observância da religião, que o beneficia moralmente.³⁴⁰

³³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.54-55.

³³⁹ *Ibid.*, p.147.

³⁴⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.250.

O conservadorismo de Varnhagen se estende ao campo religioso, como prova a sua posição face ao protestantismo e o que considera o cisma que havia provocado.³⁴¹ Para Varnhagen, interessa, sobretudo, a coesão.³⁴² Não contente em condenar a religião protestante, Varnhagen legitima a própria ocupação do território brasileiro a partir da benção do sumo pontífice e do tratado por ele sancionado.³⁴³ Legitimidade esta que foi sacramentada pela realização da primeira missa no país, e logo após “[...] no primeiro de maio seguinte e no meio da solenidade de outra missa, se efetuou a cerimônia de tomada de posse da nova região para a Coroa de Portugal, levantando-se num morro vizinho uma grande cruz de madeira, com divisa do venturoso D. Manuel”.³⁴⁴ Para Varnhagen, a conquista é de Portugal e da cristandade. Portanto, está duplamente legitimada, a partir do Estado e da Igreja. A superioridade não é só da civilização, mas também, da única e verdadeira religião pois, ao se referir aos índios, Varnhagen diz que “podemos dizer que a única crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam a qualquer da sua alcatéia. Este espírito de vingança levada ao excesso constituía sua verdadeira fé”.³⁴⁵ Portanto, para Varnhagen, a experiência prova que sem a força não é possível repelir as agressões dos mais fortes e afastar suas represálias.³⁴⁶ Para ele,

Foi a experiência e não o arbítrio nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adotarem hábitos civilizados; começando pelos de alguma resignação e

³⁴¹ “Tal era a revolução que na Europa se operava nos ânimos, no principio do século décimo sexto, e que não era mais que o prelúdio de agressões, que se dirigiram a autoridade dos reis e dos governos, e até, como já então se viu com os anabaptistas da Alemanha, do próprio direito de propriedade, que nos estimula ao trabalho, e deu origem a tantas grandes ações.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 163.

³⁴² Wehling afirma que ““Por isto, dizia em correspondência, pregou a unidade religiosa do Império como importante integrador da nacionalidade”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.103.

³⁴³ “Assim este legado, que abrangia grande parte do território do atual Império do Brasil, ainda desconhecido aos europeus, veio a pertencer a Portugal, não em virtude do chamado direito de conquista, ou do de descobrimento, equivalente ao de primeiro ocupante, mas sim em virtude de um trato solene, feito com a nação que descobrira as *Índias Ocidentais*, e sancionado pelo Sumo Pontífice, que então, perante as potências cristãs da Europa, ainda não dissidentes por cismas ou heresias, e formando todas como uma espécie de confederação, de que era chefe o mesmo Pontífice, tinha para as mesmas a força e prestígio de um direito, a que elas próprias se haviam sujeitado. Os que criticam a ingerência da Santa Sé neste negócio esquecem-se de que não vivem no século em que ela teve lugar”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.67.

³⁴⁴ *Ibid.*, p.70.

³⁴⁵ *Ibid.*, p.43.

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 219.

caridade, fazendo-se moralmente melhores; aproveitando-se de mais bens, incluindo os da tranqüilidade de espírito e da segurança individual, à sombra de leis protetoras.³⁴⁷

Sendo assim, para ele, o indígena deveria ser derrotado no campo de batalha, e depois submetido à cultura do vencedor.³⁴⁸ Varnhagen observava uma diferença qualitativa essencial entre as três matrizes. Isso transparece quando ele afirma que realizou em sua obra uma “[...] verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente da África, e do de selvageria dos povos, últimos invasores nômades, que ocupavam o território que hoje chamamos Brasil”.³⁴⁹ Quando Varnhagen trata da escravidão indígena, a considerava plenamente justificada. Afinal, refutar a captura e escravização dos índios significaria questionar a própria colonização portuguesa.

E devemos confessar que esta prática, fundada no chamado direito dos vencedores, tinha tendências civilizadoras, e em alguns pontos chegou a produzir o influxo benéfico de poupar muitas vidas, fazendo que os mesmos vencedores guardassem, para resgatar com os nossos, os prisioneiros que segundo seus hábitos deviam matar.³⁵⁰

Varnhagen afirma que “fácil era de ver que os índios, crianças pelo entendimento, só podiam ser conduzidos à civilização, tendo sobre eles os chefes a mesma autoridade e supremacia carinhosa sobre os filhos e pupilos concede a nossa legislação aos pais e tutores”.³⁵¹ Segundo ele, tratava-se de civilizar os bárbaros.³⁵² Uma missão que, entretanto, estava longe de estar cumprida, pois considera que “quanto aos índios, pouco ou nada se haviam melhorado. Ou seguiam nos bosques matando-se e comendo-se uns a outros ou, a custa de esforços, gastos e sacrifícios, se chegavam por muito favor a aldear sem vantagens decididas para a sociedade”.³⁵³

³⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

³⁴⁸ Odalia comenta que “O indígena, vencido pelo branco, despojado de seus valores, aniquilado como expressão de uma sociedade que se pretende extinguir, deve ser recuperado, antes pela força do que pela persuasão, e novamente conquistado para os valores ocidentais e cristãos que mostraram no campo de batalha a sua superioridade. Sua recuperação, a partir desses valores, legítima moralmente a conquista física”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.57.

³⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927. pp.XX–XXI. Assim, como afirma Odalia, a vitória “é, prioritariamente, a constatação da superioridade de uma cultura, de uma civilização, de um modo de vida e de pensamento, sobre outras formas primitivas que acabam por ser interpretadas como um estado de barbárie”. ODALIA, Op. cit., p.45.

³⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 217.

³⁵¹ Ibid., p. 301.

³⁵² Ibid., p. 303.

³⁵³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.66.

Varnhagen inclusive relaciona a introdução dos negros no Brasil aos obstáculos colocados pela proibição da escravização indígena.³⁵⁴ Como comentado anteriormente, ele reproduz a tese desenvolvida por Martius do assimilacionismo, ainda que não faça referência alguma ao autor:

Como a colonização africana, distinta principalmente pela sua cor, veio para o diante a ter tão grande entrada no Brasil, que se pode considerar hoje como um dos três elementos de sua população, julgamos do nosso dever consagrar algumas linhas neste lugar a tratar da origem desta gente, a cujo vigoroso braço deve o Brasil principalmente os trabalhos do fabrico do açúcar e modernamente os da cultura do café; mas fazemos votos que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro, e sofreram os grilhões da escravidão, embora talvez com mais suavidade do que em nenhum outro país da América [...]³⁵⁵

Além de manifestar a sua esperança no eventual branqueamento da raça, Varnhagen ainda insinua que a escravidão no Brasil teria sido mais suave. Varnhagen se excede, extrapolando a plausibilidade ao atribuir o próprio desaparecimento dos indígenas a um processo de amalgamação. Segundo ele,

[...] os mencionados fatos confirmam o que já em outro lugar dissemos: que a gente de origem européia posta em contato com a da terra não a exterminou, absorveu-a: – amalgamou-se com ela. Tal é a verdadeira razão por que de nossas províncias desapareceu quase que absolutamente o tipo índio”.³⁵⁶

Ambos os argumentos constituem-se em uma legitimação consciente da colonização portuguesa. Por outro lado, surpreendentemente, Varnhagen manifestou um sentimento antiescravista em sua obra:

³⁵⁴ Para VARNHAGEN, “Se o uso e as leis tivessem continuado a permitir que a cobiça dos colonos bem encaminhada arrebanhasse os selvagens do Brasil, sujeitando-os primeiro, não se teria ido aquela exercitar, além dos mares, buscando nos porões dos navios, e entre os ferros do mais atroz cativo, colonos de nações igualmente bárbaras e mais supersticiosas, essencialmente intolerantes, inimigas de toda a liberdade, e que como se ostentam a raia da separação com que se extremam dos índios e dos seus civilizadores. Sem identidade de língua, de usos e de religião entre si, só a cor e o infortúnio vieram a unir estes infelizes, comunicando-se na língua do colono, estrangeira a todos, e por isso por eles cada vez mais estropiada, em detrimento até da educação da mocidade, que havendo por começado por aprender com eles a falar erradamente tinha depois mais trabalho para se desavezar de muitas locuções viciosas”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 221.

³⁵⁵ Ibid., p. 223.

³⁵⁶ Ibid., p. 246.

A insuficiência e ignorância do governo da metrópole nessa época descobre-se em outras de suas providências. [...] se havia legislado para que os senhores fossem obrigados a dar o sábado livre aos escravos, ou vesti-los e a sustentá-los bem, como se as leis pudessem em tais assuntos obrigar mais os homens do que a religião e o individual interesse. Acaso houvera sido a melhor época para, em lugar destas leis, promulgar uma pela qual se operasse nesta colônia a importante reforma da conversão da escravatura, com as condições da grega e romana pagã, na servidão, de gleba, fixa ao território, garantindo a família, e filha do Cristianismo, como passo para a emancipação lenta. Tristes deviam ser por certo as conseqüências de se embotar no coração do pobre escravo os sentimentos mais ternos de humanidade, separando, com as vendas, os pais dos filhos, os maridos das mulheres, o fiel servidor do menino que o acompanhara na infância e a quem velara, na esperança de vir ele algum dia a encontrar nele um senhor amigo e grato. Sem liberdade individual, sem os gozos da família, sem esperanças de associar-se por si ou pelos filhos e netos à glória da pátria, que não fixava um século para sua redenção social, não havia que esperar do homem mui nobres sentimentos...³⁵⁷

Este é um trecho que sintetiza grande parte das convicções pessoais de Varnhagen e demonstra como elas se manifestam na sua narrativa. De qualquer forma, cumpre ressaltar como diz Wehling, que mesmo realizando construção da memória nacional, Varnhagen realizou obra científica pelos padrões da época, a partir da qual contribuiu para um construto ideológico. Não se trata apenas de engajamento sem mérito científico, em que pese ter havido adesão a estratégias de construção da memória.³⁵⁸ Todavia, não há dúvida que “[...] sua preocupação fundamental era com os compromissos da consolidação nacional e da forma de governo”.³⁵⁹ Odalia resalta que o que interessava a Varnhagen era demonstrar que “[...] a história colonial indica apenas um caminho para o país independente, a absorção dos valores culturais europeus, que são os fundamentos em que repousam e repousarão as possibilidades de nação brasileira”.³⁶⁰

Dessa forma, Varnhagen mede por várias vezes o que é produzido no Brasil com o padrão europeu. Assim, ele afirma que “a pintura, que mais que as suas belas companheiras serve a comprovar o grau de civilização das nações, já no Brasil se começava a apreciar, ao menos nos templos, cujos altares, segundo o nosso rito, se formam com as produções do engenho.”³⁶¹ Em outro trecho, diz que “o aumento de riquezas, o bem estar de muitas famílias, permitia mandar à Europa prosseguir seus estudos, geralmente em Coimbra, muitos jovens brasileiros, alguns dos

³⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.265-266.

³⁵⁸ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.68-69.

³⁵⁹ *Ibid.*, p.73.

³⁶⁰ ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997.p.61.

³⁶¹ VARNHAGEN, Op. cit., 1959. p. 272.

quais haviam já figurado, ou figuravam ainda nas letras, tanto no Brasil, como na Europa.³⁶² Entretanto, Wehling lembra que “[...] embora afirmasse a singularidade da cultura brasileira produzida pelo povo, não tinha nenhuma dúvida de que este se encontrava ainda distante do estágio plenamente civilizado, ‘europeu’, a que ele próprio, Varnhagen, aspirava conduzi-lo”.³⁶³

De acordo com Rodrigues, Varnhagen tinha objetivos pragmáticos, e oferecia uma lição através da história, que servia à administração e ao Governo, ideal que parece muito controvertido hoje.³⁶⁴ Este objetivo de Varnhagen transparece de forma clara em vários trechos de seu texto, como por exemplo, quando afirma que “Gregório de Matos não soube ser útil a terra. Acaso desconhecia que a missão de todo homem, a quem Deus enobreceu com talentos e com gênio, consiste em procurar melhorar o quanto possível a multidão?”³⁶⁵ O pragmatismo por trás de sua escrita é evidente, restando apenas em aberto como a providência se encaixa em seu sistema de pensamento, assunto para o ponto a seguir.

3.1.3 A providência

A utilização da providência na História Geral do Brasil por Varnhagen suscita questionamentos interessantes. Ainda que Varnhagen se valesse de modelos dados pela historiografia clássica e fosse um conservador declarado, não deixava de ter pretensão científica em conformidade com a modernidade. Justamente aí reside uma aparente contradição. Afinal, considerando que boa parte do pensamento científico moderno estrutura-se em torno da negação da religião em prol da razão, não deixa de haver certa surpresa na forma com que Varnhagen utiliza a providência para atribuir sentido a certos fatos.

Este aspecto da obra de Varnhagen foi abordado por boa parte dos seus comentadores. Reis, por exemplo, afirma que para Varnhagen, “Com a chegada do cristianismo, do rei, da lei, da

³⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 270.

³⁶³ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.63.

³⁶⁴ RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. p.148.

³⁶⁵ VARNHAGEN, Op. cit., pp.270-271.

razão, da paz, da cultura, da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da providência”.³⁶⁶ Reis não chega a se aprofundar muito na questão, mas associa a história, no pensamento de Varnhagen, a um sentido providencial. Já para Wehling, na obra de Varnhagen, “[...] a obra humana – e, portanto, a história – era algo não só permitido como desejado por Deus [...] e logo havia, “uma ação divina subjacente aos atos humanos, aberta o suficiente para permitir-lhes a liberdade de escolha em suas ações teleológicas”.³⁶⁷ Wehling especulou que Varnhagen pode ter lido Vico. Vico introduziu a providência divina em sua ciência, considerando que os homens fazem a história, mas levando em conta, no entanto, uma providência geral, porque, na verdade, acontecem muitas coisas na história que os homens não planejam.³⁶⁸ A afirmativa parece caracterizar propriamente o sentido da providência: uma interferência de ordem divina no mundo humano que, no entanto, não esvaziaria inteiramente de autonomia as ações do homem. Sem dúvida, a Providência Divina é algo recorrente na obra de Varnhagen, e para Wehling, “[...] chega, às vezes, quase às raias da intervenção milagrosa, sobretudo quando estão em jogo valores e princípios caros ao autor, como a defesa do que considera os interesses nacionais”.³⁶⁹

Os aspectos ressaltados por Wehling estão presentes em vários momentos da *História Geral do Brasil*. Ao tratar das rivalidades entre tribos indígenas, Varnhagen refere que “assim tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a Providência Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse a ter mão a tão triste e degradante estado”.³⁷⁰ O caráter é de intervenção e reorganização da realidade a partir da vontade divina, vontade esta que pune ou premia de acordo com a circunstância:

Enquanto os brasileiros assim se hostilizavam e matavam uns aos outros, velejava pelos mares de Pernambuco, incólume e afoito o invasor Duguay-Trouin, que depois tomou o

³⁶⁶ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.37.

³⁶⁷ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.122-123. Para Wehling, quando se pensa na religiosidade de Varnhagen, “pensamos antes num vago espiritualismo, mas dominado por uma preocupação pragmática marcadamente política, no sentido abrangente que tinha o conceito no século XIX”. Ibid., p.67.

³⁶⁸ BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. V.1. Lisboa: Edições 70. p.269.

³⁶⁹ WEHLING, Op. cit., p.80.

³⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.30.

Rio de Janeiro, segundo fica dito. Nem que a Providência envie aos povos a guerra estranha para castigar sua falta de união.³⁷¹

Para Varnhagen, parece haver uma espécie de ingerência divina sobre os acontecimentos, sobre o próprio curso da história. Há, sobretudo, um sentido teleológico providencial atribuído à história. Os descobrimentos seriam inclusive, eles próprios, produtos de uma disposição providencial: “esses resultados havia Deus reservado conceder ao insigne genovês Cristovão Colombo, o qual no modo como resistiu, com a coragem de convicção, aos obstáculos que se lhe levantaram, e aos muitos desdêns com que foram escutados seus projetos, nos deixou a prova do seu gênio”.³⁷² Em outro trecho, manifesta convicção semelhante, quando afirma que “no avistar terra junto à foz do Açu fora o mesmo Hojeda protegido pela Providência, de um modo análogo como depois o foi Cabral”.³⁷³ Os comentários de Varnhagen indicam que a vinda do homem europeu estaria atrelada a um projeto providencial maior, que veio a trazer a luz cristã a este continente.

Cezar também tratou da questão colocada pela utilização da providência por Varnhagen. O autor destacou a idéia de uma explicação providencialista que se reporta reiteradamente à figura do “Criador” na HGB.³⁷⁴ É este o caso quando Varnhagen diz que “não há viajante antigo ou moderno que não se extasie ante uma maravilha do Criador”.³⁷⁵ Em outro momento, quando Varnhagen reflete sobre as possibilidades da colonização francesa vir a ser bem sucedida, afirma que “mas melhor o tinha disposto a Providência, em favor da futura unidade da atual nação brasileira, que fala toda a mesma língua, e professa, Deus louvado, a mesma religião”.³⁷⁶ As referências não são desprovidas de sentido. Para Cezar, a utilização da providência é importante para Varnhagen enquanto recurso explicativo, pois faz parte da sua lógica interpretativa.³⁷⁷ O trecho a seguir parece demonstrar bem esta hipótese. Ao comentar os negros, Varnhagen afirma

³⁷¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 319.

³⁷² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.63.

³⁷³ Ibid., p. 72.

³⁷⁴ CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen**. v.2 [manuscrito]. 2002. p.563.

³⁷⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 323.

³⁷⁶ Ibid., pp.286-287.

³⁷⁷ CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen**. v.2 [manuscrito]. 2002. pp.563-564.

que “[...] distinguem-se sobretudo pela facilidade com que suportavam o trabalho no litoral do Brasil, facilidade proveniente de sua força física, da semelhança dos climas, e não menos de seu gênio alegre, talvez o maior dom com que a Providencia os dotou, para suportar a sorte que os esperava [...]”³⁷⁸ A Providência, seria, de certa forma, um artifício narrativo utilizado por Varnhagen em sua escrita.

As explicações de Cezar e Wehling são pertinentes, na medida em que, de fato, a providência parece manifestar-se como uma intervenção do sagrado no profano, a que Varnhagen atribui o sentido de um recurso explicativo. São vários os trechos onde este caráter é demonstrado na *História Geral do Brasil*.

Minha proposta em relação a este ponto é um tanto quanto diferente. Embora a questão da vinculação de Varnhagen a um determinado modelo de ciência e de história já tenha sido discutida extensivamente por seus comentadores, não me parece que o mesmo possa ser dito da utilização da categoria providência. A que Varnhagen efetivamente se reporta quando assim o faz? E com quais intenções?

Franklin L. Baumer, em seu estudo, intitulado *O Pensamento Europeu Moderno*, oferece alguns elementos importantes para esta análise. O autor demonstra como lenta e gradualmente, a partir de um determinado momento da Idade Média, um novo sistema de mundo, conforme foi chamado por Galileu, foi se impondo diante da então majoritária teoria grego-cristã.³⁷⁹ Trata-se do rompimento de uma concepção de mundo que considerava a natureza como um fantoche cujos cordéis eram puxados por seu artífice: o Criador. No lugar de tal concepção, a partir de astrônomos e cientistas físicos como Copérnico e Galileu, e de filósofos como Descartes, Bacon e Espinosa, foi se impondo uma nova concepção de universo, como máquina ou relógio. No centro desta nova concepção está a idéia de que criada a máquina, esta se põe a funcionar sem necessidade de interferência por parte do Criador, pois basta a si mesma. Trata-se de uma concepção de Deus do sétimo dia, o qual se encontra em descanso e ausente, após o ato da Criação. Tal concepção difere radicalmente da percepção do mundo como teatro de marionetes, a

³⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 224.

³⁷⁹ BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. V.1. Lisboa: Edições 70.

qual, como parece evidente, vincula-se a idéia de providência e de condução permanente da história pelo Criador. Na posição providencial, há um Deus verdadeiramente onipresente e não ausente.

Há uma grande diferença entre uma natureza que funciona teleologicamente de acordo com a condução de seu arquiteto, e a idéia de natureza enquanto uma máquina que funciona de acordo com leis naturais invariáveis, modelo que gradativamente vai se impondo como o padrão científico por excelência da modernidade. Este modelo triunfa na medida em que a ciência começa a delimitar que o conhecimento sobre o mundo material cabe a ela. Dessa forma, vai expulsando a teologia, a qual cabe tratar da fé e, assim, afasta as explicações providencialistas. É um processo de secularização que atingiu o seu ápice com o Iluminismo no século XVIII e se consolidou no século XIX.

O afastamento da teologia não é uma negação da existência de Deus. Não é como se Bacon ou Descartes fossem ateus; ao contrário, não refutavam a idéia de criação do mundo por Deus. Apenas consideravam que cabia à ciência, e mais propriamente, à filosofia, explicá-lo. Bacon inclusive expressamente condenou a mistura selvagem das coisas divinas com as humanas. Para ele, não devia ser dado à fé mais do que lhe pertencia, o que retardava o desenvolvimento científico. No seu sistema de pensamento, ainda que a teologia conservasse parte do seu prestígio, perdera a superioridade sobre a ciência. Já Espinosa, por exemplo, era inflexível na rejeição da teleologia providencial. Tratava-se, sobretudo, de delimitar um campo de atuação, humana e divina. Descartes reduziu a atividade divina no mundo, embora não tenha a eliminado por completo. Para ele, Deus conservava o mundo, ainda que não interferisse em seu funcionamento. Tais desenvolvimentos estavam longe de ser unânimes e foram motivo de célebres polêmicas. Newton foi atacado por Leibniz em função de ter mantido Deus nos bastidores, como encarregado de limpar e reparar o relógio do mundo, caso fosse necessário, o que implicaria em providencialismo. Para Leibniz, o relógio havia sido feito de forma tão perfeita que seu funcionamento dispensava assistência divina. Sendo assim, desprezava inteiramente qualquer concepção que fizesse da máquina do mundo algo tão imperfeito que Deus fosse obrigado a limpá-la e remendá-la a todo tempo. Para Leibniz, embora Deus pudesse fazer milagres, não os fazia. Mesmo para pensadores profundamente cristãos, a ciência implicava em uma laicização do

conhecimento. Locke preocupou-se em provar a existência de Deus e a justeza do cristianismo. Entretanto, refutou inteiramente o direito divino dos reis. A figura de Deus não havia sido inteiramente expulsa do mundo de imediato, mas o mundo começava a aparecer menos como o cenário de peregrinação natural do homem, e mais como campo para exercício do poder humano. Havia um processo de secularização da história em curso.

Hobbes foi um dos críticos mais ferrenhos do providencialismo e até mesmo da crença religiosa. A associação direta de Varnhagen ao pensamento de Hobbes, por exemplo, é questionável, na medida em que Hobbes foi um dos poucos pensadores do seu tempo que ousou relacionar a religião ao medo e à ignorância, pensando claramente que se tratava de superstição, ou então, um decreto do soberano no interesse da ordem pública.

Para Baumer, com algumas exceções, os filósofos naturais do século XVII queriam ter o melhor de dois mundos; isto é, manter Deus, em alguma medida, como criador e garantidor da certeza científica e, ao mesmo tempo, reduzir o seu providencialismo no interesse da capacidade preditiva da ciência.³⁸⁰ Estabelecia-se, aos poucos, uma dicotomia entre os que acreditavam em um Deus que havia criado o mundo, mas não o governava, e os que acreditavam em uma providência geral que conduzia a história, perspectiva que cada vez mais estava cercada de descrédito.

No final do século XVII, o Bispo Bossuet escrevia que temia uma nova era de “intemperança do espírito”, a seguir uma época de obediência a Deus e ao Rei. Ele observava uma grande batalha que estava a se preparar contra a religião. O secularismo avançava, na medida em que havia uma tendência a limitar cada vez mais a teologia a uma esfera comparativamente restrita da fé e da moral. É neste contexto que me parece interessante pensar a utilização constante da providência por Varnhagen, em sintonia com o seu habitual pragmatismo. Para Bossuet, não se devia falar em fortuna ou sorte na História. Antes disso, “a longa cadeia de causas particulares que fazem e desfazem impérios depende das ordens secretas da Divina Providência”.³⁸¹ Em Varnhagen, de forma muito semelhante, a Providência, de certa maneira,

³⁸⁰ BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. V.1. Lisboa: Edições 70. p.96.

³⁸¹ APUD BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. V.1. Lisboa: Edições 70. p.142.

ainda governa o mundo. Para Baumer, a revolução científica foi, entre outras coisas, um juízo sobre a história.³⁸² Varnhagen estava alheio a tal processo. Como diz Wehling, O “[...] *ancien régime* subsistia na concepção de Varnhagen [...] sua idéia de monarquia aristocrática chocava-se com os novos tempos de liberalismo e da monarquia constitucional”.³⁸³ O autor salienta em sua obra como Varnhagen, na verdade, aderiu a um modelo de monarquia que se referia aos séculos XVI e XVII. Para Varnhagen, uma concepção providencialista de história era essencial e estava em seus próprios fundamentos políticos.

O fato é que, em virtude de seu conservadorismo, Varnhagen fez questão de refutar grande parte da virada de um pensamento sobrenaturalista-mítico-autoritário para um tipo naturalista-científico-individualista, característico da modernidade. Assim como era intolerante e implacável com democratas e republicanos, era adepto fervoroso do cristianismo, o que implicava em uma visão providencialista da história e o afastava da modernidade. Voltaire inventou o termo ‘filosofia da história’, e o fez com a idéia de verdades úteis extraídas do passado que poderiam ser aplicadas no presente.³⁸⁴ Entretanto, deveriam ser utilizadas no combate contra a ignorância e o fanatismo, uma conotação inteiramente diversa do sentido exemplar atribuído por Varnhagen à história. O mesmo Voltaire tinha sérias dúvidas sobre a Divina Providência, em face de grandes acidentes físicos, como o terremoto de Lisboa. Não há dúvida que a interpretação providencialista da história encontrava-se em franca decadência no século XIX.³⁸⁵ Rousseau defendeu a idéia de uma religião civil, em oposição ao cristianismo, para inculcar lealdade ao Estado e aos deveres da cidadania. O iluminismo francês era, em alguns momentos, eminentemente anti-religioso ou anticristão. Não é por acaso que Varnhagen tinha tantas resistências a ele, e se valia da modernidade quase que exclusivamente em função de desenvolvimento e progresso de ordem econômica. A lealdade que ele deseja incentivar é a outro modelo de sociedade, para o qual o seu pragmatismo estava orientado a concretizar através da *História Geral do Brasil*. Como comenta Hobsbawm, “alguns padrões que tradicionalmente haviam garantido a lealdade, como a legitimidade dinástica, a ordenação divina, o direito histórico e a continuidade da dominação, ou a coesão religiosa, estavam seriamente

³⁸² BAUMER, Op. cit., p.152.

³⁸³ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.99.

³⁸⁴ BAUMER, Op. cit., p.266.

³⁸⁵ Ibid., p.271.

enfraquecidos”.³⁸⁶ De forma que “[...] todas essas tradicionais legitimações da autoridade estatal estavam, desde 1789, sob permanente desafio [...] esse era claramente o caso da Monarquia [...]”.³⁸⁷ A História de Varnhagen se propõe, portanto, a ser um novo guia, sob a chancela da ciência, justamente no momento em que a autoridade religiosa e monárquica se enfraquecia cada vez mais. Nesse sentido, era realmente “providencial” a sua intervenção na realidade concreta.

³⁸⁶ HOBSEBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.105.

³⁸⁷ *Ibidem*.

3.2 AS PARTES SE TORNAM UM TODO A PARTIR DA NARRATIVA NACIONAL: UMA HISTÓRIA GERAL DA NAÇÃO BRASILEIRA

Unidade territorial e unidade racial se integram e se confundem na mística de que só uma nação unitária tem condições de sobreviver. Não existem espaços para que se manifestem livremente os elementos heterogêneos, raciais ou políticos, sociais ou econômicos, originários do período colonial. A nação é compreendida como um bloco monolítico, onde qualquer voz discordante é um perigo e uma ameaça a serem extirpados.

Nilo Odalia

Não há dúvida que *A História Geral do Brasil* foi concebida para cumprir papel instrumental na consolidação da nação brasileira.³⁸⁸ Conforme os critérios estabelecidos por Martius, coube a Varnhagen a missão de elaborar a nação retrospectivamente, projetando as ambições do Império Brasileiro sobre o Brasil colonial e, dessa forma, inventar uma nação brasileira.³⁸⁹ Para isso, ele teve que elaborar retrospectivamente um Brasil-nação no passado.³⁹⁰ Isso, no entanto, estava longe de ser algo simples. Varnhagen tinha um imenso desafio pela frente: fazer do Brasil um todo, o mais homogêneo possível, a partir do seu passado.

Por isto a idéia de uma história geral. Esta missão passava, em primeiro lugar, por conferir ao país um sentido uno, que imprimisse a idéia de coesão. Para tanto, por excelência, teria que reunir o que era disperso.³⁹¹ Assim, desde o princípio da obra, Varnhagen se refere ao Brasil como uma entidade conjunta e busca prefigurar a colônia como uma nação, em pleno

³⁸⁸ Wehling afirma que “É este o sentido que Varnhagen, em correspondência ao imperador, atribuiu à sua obra maior: realizar uma história geral do país, quando seria somente possível em sociedades com muito maior sedimentação histórica” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.112.

³⁸⁹ Para Cezar, Varnhagen foi o “[...] primeiro a inventar uma história geral do Brasil. Invenção está sendo entendida como o processo criador que articula o conjunto das matérias selecionadas pelo historiador, sejam elas de caráter metodológico ou teórico, em sua escrita. CEZAR, Temístocles. **Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica**. In: Anos 90, n.11, Porto Alegre, julho de 1999. p.52

³⁹⁰ Hobsbawm comenta que “[...]obviamente, o conceito e o vocabulário de ‘nação política’ poderia oportunamente ser estendido para uma nação constituída presumivelmente pela massa dos habitantes de um país, mas isso quase certamente aconteceu muito depois de sua formulação pela visão retroativa do nacionalismo”. HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.89.

³⁹¹ Wehling afirma que “Assim Varnhagen concebeu a história político-administrativa colonial como tensão permanente entre o poder local e o poder central, aquele duplamente negativo: porque sacrificava os objetivos maiores da colonização portuguesa a interesses paroquiais e porque, projetado para o futuro, comprometia o legado maior da Colônia, justamente a unidade do país.” WEHLING, Op. cit..p.183.

século XVI.³⁹² Os próprios títulos dos capítulos são quase sempre genéricos, possibilitando a reunião de informações que não apresentam relação direta entre si.

A narrativa de Varnhagen começa com uma “descrição geral do Brasil”, sendo este o título do primeiro capítulo. Logo de início, é explicada a origem por trás da nomenclatura do país, que se faria célebre por muito tempo em livros escolares:

TERRA DO BRASIL ou somente BRASIL foi o nome dado pelos Portugueses à parte mais oriental do novo continente, em virtude de haverem aí encontrado, em abundância, certo lenho, que subministrou ao comércio uma tinta vermelha análoga à que até então, com esse nome, a Europa importava da Ásia.³⁹³

A utilização de letras maiúsculas por Varnhagen parece denotar o sentido de grandeza e imponência que ele busca atribuir à nação, sendo a partir desse enfoque que ele procede a sua descrição. Evidentemente, munido de um espírito pragmático como estava, Varnhagen não se contenta em fazer meras descrições e, em seguida, já dá o tom de ufanismo que caracteriza a sua obra, exaltando as dimensões do Império do qual é cronista, e ressaltando a sua coesão:

Mais tarde a denominação de BRASIL veio a fazer-se extensiva ao *conjunto de todas as colônias portuguesas neste continente*, as quais, emancipando-se, vieram a constituir o atual *império brasílico*, hoje em dia um dos Estados de maior *extensão* no globo, de cuja superfície terrestre abrange proximamente a décima quinta parte.³⁹⁴

O termo Brasil – novamente com a utilização de letras maiúsculas - configura a designação conjunta de todas as antigas posses portuguesas, o que denota a coesão desejada. Ele reforça o sentido de grandeza e união, através de termos como conjunto, império e extensão. O destaque dado ao termo extensão, por exemplo, demonstra a preocupação com a manutenção da integridade do território nacional e de um império que, legitimado pelas suas grandes dimensões territoriais, busca lugar entre as mais prósperas nações. Segundo ele, desde os primórdios de sua existência, o Brasil já estava configurado, com a sua designação compreendendo o conjunto das colônias portuguesas. Varnhagen procura estabelecer um Brasil do qual os brasileiros poderiam

³⁹² Cezar afirma que Varnhagen pretendia encontrar o começo da nação brasileira, que ele tem certeza está ali, no século XVI, em algum lugar. CEZAR, Temístocles. **Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica**. In: Anos 90, n.11, Porto Alegre, julho de 1999. p.51.

³⁹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.13. grifos do autor.

³⁹⁴ Ibidem. grifos meus.

se orgulhar, e assim, busca estimular o sentimento nacional. Essa perspectiva de exaltação se estende, inclusive, à natureza. Varnhagen afirma que no Brasil: “[...] a natureza é tão fecunda que permite conseguir talvez resultados iguais aos de outros países com a metade do trabalho [...]”.³⁹⁵ Em outro trecho, comenta “[...] toda a riqueza do seu solo e a magnificência de suas cenas naturais e a bondade dos seus portos, tão prestantes ao comércio [...]”.³⁹⁶ O tom é de elogio que, entretanto, não se estende a todos os aspectos da antiga colônia. Uma descrição geográfica do Brasil, em virtude de sua própria extensão territorial, deveria implicar – pelo menos a princípio – em certo destaque à diversidade regional. Não é o que ocorre.

Mesmo em meio a passagens mais descritivas e com pouca ou nenhuma conotação social e política, são raríssimos os momentos onde Varnhagen menciona – mesmo que rapidamente – alguma característica regional. Em um trecho onde descreve a flora, comenta que a mesma “[...] oferece ao país vários contrastes regionais”.³⁹⁷ Mas são exceções.³⁹⁸ Sua preocupação é geral, a ponto de borrar ou eliminar por completo o local. Varnhagen está preocupado em fazer com que o leitor sinta-se como parte de um Brasil íntegro, coeso, uno e indiviso, e para tanto, deve suprimir tudo que não contribua para esta percepção. O tom da obra é inequívoco e já ressalta aos olhos nas primeiras frases. Ao final de um momento introdutório ao leitor, há uma breve síntese do espírito da narrativa, a qual abarca grande parte dos elementos mais marcantes do texto de Varnhagen:

Como e quando se inteirou Portugal da existência do legado, a que, com poucos anos de antecipação, dera herdeiro o tratado testamentário de Tordesilhas, como o descuidou a princípio, e o beneficiou e aproveitou depois; e finalmente como, através de *muitas vicissitudes* (incluindo acontecimentos e guerras por parte de gentes das quatro nações, que, além de Portugal, mais se ocuparam de colônias do século dezesseis para cá, isto é, da Espanha, França, Inglaterra e Holanda) veio a surgir, na extensão de território que o mesmo legado abarcava, *um novo Império a figurar no Orbe entre as nações civilizadas, regido por uma das primeiras dinastias de nossos tempos... tal é o assunto da presente História.*³⁹⁹

³⁹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 223.

³⁹⁶ Ibid., p.19.

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ CEZAR afirma que assim, “a unificação imaginária do território precede, portanto, à unidade política”. CEZAR, Temístocles Américo Correa. **A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império : escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista**. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul Vol. 11, n. 1 (jan./jun. 2005). p.80.

³⁹⁹ VARNHAGEN, Op. cit., p.67. grifos meus.

Assim, Varnhagen já estabelece, de antemão, o esforço de superação heróica feito pelos portugueses para conquistar estas terras; as imensas dificuldades e os – poucos – erros cometidos; os embates contra as nações inimigas; a pretensão do Brasil de ser uma nação civilizada de acordo com o padrão Europeu; a defesa da dinastia de Bragança e assim por diante. É quase que uma espécie de guia de leitura, um norteador, de forma que o leitor já fica a par do que irá encontrar na obra, que se constitui em um desdobramento em ordem cronológica dos aspectos que Varnhagen privilegia na formação histórica brasileira, de acordo com o sentido pragmático estipulado pelo IHGB e definido com maior precisão por Martius.

O lugar de onde Varnhagen fala, de onde expressa a sua escrita, é inteiramente presente na sua própria forma de compreensão e invenção de uma narrativa nacional. O olhar de Varnhagen sobre o passado colonial é inteiramente teleológico: nação, civilização e progresso apresentam-se como associações evidentes a ser demonstradas pela sua história. De alguma forma, todos os acontecimentos, desde a chegada dos portugueses, sinalizavam para a realização de um grande Império brasileiro, que vem agora integrar-se às grandes nações civilizadas. A narrativa nacional de Varnhagen tem caráter de glorificação do feito português, já prefigurado desde os tempos coloniais.⁴⁰⁰

Nesse sentido, é interessante demonstrar, por exemplo, como ele já projetava, desde o descobrimento, a possibilidade de estabelecer-se um novo império na colônia, pois já havia “[...] a idéia [...] que no Brasil poderia vir a organizar-se um grande império, a metrópole aguardava acaso para isso a melhor ocasião”.⁴⁰¹ Varnhagen enxerga no passado, com a chegada dos portugueses, a fundação das bases do que viria a ser o Brasil independente, e delimita um espaço de continuidade entre aqueles esforços iniciais e a sua eventual consagração no século XIX. Seu raciocínio é configurado a partir da projeção. Sua escrita é determinada por este fim: a legitimação do presente. Sendo assim, a partir da organização de seis companhias e da posterior

⁴⁰⁰ Para Reis, o olhar de Varnhagen sobre a história do Brasil é o olhar do colonizador português: “[...] ele reconstrói o Brasil sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do descobridor e do conquistador”. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.33.

⁴⁰¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 106.

permanência de oitenta homens d’armas, Varnhagen vê “[...] a origem de um primeiro contingente de exército no Brasil”.⁴⁰²

Quanto ao descobrimento, Varnhagen não tem dúvida que, embora motivado pelo comércio⁴⁰³, tratou-se de um “[...] descobrimento casual desta região [...]”.⁴⁰⁴ Trata-se de uma explicação que predominou durante muito tempo, o que demonstra o quanto foi forte a fundação de sentidos a partir da *História Geral do Brasil*. Para Varnhagen, é com a chegada dos portugueses que esta região passa efetivamente a ter uma história.⁴⁰⁵ Isto não significa, todavia, que é a Portugal que Varnhagen confere louvor. Como é peculiar em toda a obra, este novo império, mesmo que reconhecendo a dívida para com Portugal e a importância do seu legado, seria evidentemente superior, pois é o Brasil que deve ser enaltecido:

Do alto desse morro se descobria o mar fenecendo no horizonte; e os que, com o pensamento na pátria, sobre a superfície das águas estendiam saudosos os olhos, mal podiam imaginar a *importância e grandeza da terra*, compreendida dentro da demarcação ajustada em Tordesilhas, cuja existência iam revelar ao *mundo civilizado*. E menos por certo imaginariam que nessa terra, dentro de algumas gerações, se havia de organizar uma *nação mais rica e mais considerável do que a mãe-pátria*.⁴⁰⁶

Varnhagen enfatiza o valor da nova terra e, novamente, a sua grandeza. Ele posiciona o Brasil acima de Portugal no presente e equipara o descobrimento ao efetivo ingresso da posse portuguesa na civilização. Não há dúvida que ele constrói uma narrativa do passado a partir do presente, prefigurando-o em seu relato nacional.⁴⁰⁷ Seu ponto de vista é condicionado pelo projeto de nação que busca legitimar, iniciativa em torno da qual não medirá esforços. Varnhagen

⁴⁰² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 280.

⁴⁰³ Varnhagen afirma que “os interesses do comércio, mais que a curiosidade natural ao homem e que a sede de conquistas, tem sido em geral a causa da facilidade do trato e comunicação dos indivíduos da espécie humana entre si. Foi ao da especiaria do Oriente que originariamente se deveu o grande acontecimento que denominamos *Descobrimto do Novo Continente*.” Ibid., p.59. grifos do autor.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 70.

⁴⁰⁵ Reis ressalta que para Varnhagen, “na verdade só então começava a história do Brasil. Os capítulos anteriores, eles só prepararam essa chegada, descrevendo o cenário em que ela ocorreria”. José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.38.

⁴⁰⁶ VARNHAGEN, Op. cit., p.70. grifos meus.

⁴⁰⁷ GUIMARÃES afirma que “O século XIX nada mais seria do que a realização de potencialidades inatas, detectadas com o auxílio da pesquisa histórica. Mas até que ponto, podemos e devemos nos perguntar, é um olhar do presente – do século XIX – que recorte e constrói esta linha de continuidade, a partir de inúmeras determinações próprias a este século?” GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história**. In: Acervo, v.04, n. 01. pp.137-138.

elabora uma memória nacional que pretende fundar sentidos sobre a nação, fazer com que os brasileiros passem a sentir-se ligados ao Brasil e orgulhosos da sua história, e por extensão, conectados ao Império e à Monarquia. Este é o caráter do seu grande relato da nacionalidade.

Este esforço narrativo de legitimação tem que lidar, inevitavelmente, com a questão indígena. Afinal, o ingresso no mundo civilizado implica, em alguma medida, em uma ruptura com um padrão social anteriormente estabelecido, e esta ruptura deve ser apresentada como uma decorrência necessária e desejável, nunca como o resultado de uma brutalidade violenta e de um processo de espoliação. Para Varnhagen, a tomada de posse destas terras através da conquista apenas configura a efetivação de uma propriedade já legitimada pela chancela papal, com o Tratado de Tordesilhas.⁴⁰⁸

Mas e quanto aos nativos? Ao passar para a descrição dos indígenas, Varnhagen apresenta dados estatísticos de veracidade duvidosa para legitimar a colonização, e como é de seu costume, usa o presente como parâmetro para emitir juízos sobre o passado. Varnhagen afirma que

[...] toda a extensão do Brasil está hoje oito ou dez tanto mais povoada do que no tempo em que começou a colonização; e que por conseguinte nem chegariam a um milhão os índios que percorriam nessa época este vasto território, hostilizando-se uns aos outros – às vezes cada duas léguas, se a terra atraía por pingue mais alguma gente [...]⁴⁰⁹

Como parte integrante de seu processo de construção de legitimidade da vinda dos portugueses, Varnhagen desmerece as comunidades nativas, tanto pelo seu caráter quanto pelo seu escasso número, diante de um território tão vasto. Além disso, ao discutir a utilização do termo índio, Varnhagen diz que “afirmamos ser menos exata a expressão *indígenas* porque as gentes que possuíam, ou antes percorriam o território, eram apenas as últimas invasoras dele”.⁴¹⁰ Assim, quando ele fala dos índios do Brasil em geral, os considera de pouco valor, visto que além de pouco numerosos, eram apenas os últimos invasores destas terras, descendentes dos

⁴⁰⁸ Reis considera que “Varnhagen, Cabral em terra, põe então, retoricamente, a questão da sua propriedade: pertenceria aos portugueses? E responde: pertencia sim, desde 1494, isto é, antes de ter sido descoberta, pelo Tratado de Tordesilhas, assinado por portugueses e espanhóis diante do papa”. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.38.

⁴⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.23.

⁴¹⁰ Ibid., p. 89. grifos do autor.

egípcios.⁴¹¹ Portanto, se os índios eram eles mesmos invasores, não há o que se questionar a respeito da ocupação portuguesa.

Tais invasores, que haviam exterminado os supostamente pacíficos habitantes originais da região, viriam a enfrentar um acerto de contas com o destino, pois Varnhagen afirma que “a seu turno devia chegar-lhes o dia da expiação. Veio a trazê-lo o descobrimento e a colonização, efetuados pela Europa Cristã”.⁴¹² A colonização que introduz a civilização na região passa a ser vista, sob esta ótica, como uma espécie de exercício de justiça divina, um acerto de contas da Providência com os bárbaros. O fato dos indígenas não estarem estabelecidos de acordo com os padrões esperados de uma sociedade civilizada também justifica a colonização, pois é “conhecido é o axioma de estatística que, em qualquer país, a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nômade, para se entregarem à cultura ou aproveitamento da terra com habitações fixas”.⁴¹³ Em última instância, a incapacidade dos índios mede-se pela sua inabilidade em estabelecer um Estado centralizado, missão da qual os conquistadores irão se encarregar.

Uma vez que Varnhagen supera a questão indígena, pode passar para o que realmente lhe interessa, ou seja, a transposição da civilização européia para os trópicos, processo que começa segundo ele, de fato, a partir de 1530. Ao comentar a fundação de vilas, Varnhagen afirma que assim surgiu “[...] primeira colônia regular européia no Brasil. E dizemos a primeira, porque não podemos chamar colônias regulares as pequenas feitorias provisórias fundadas antes, nenhuma das quais vingou até chegar a ter as honras de povoação e de vila.”⁴¹⁴ Assim, ele comemora o início da colonização propriamente dita, na medida em que começava a ocorrer a ocupação do território.

⁴¹¹ Para Varnhagen, “[...] fazem-nos crer que eram de raça aparentada com os Egípcios os ascendentes dos nossos Tupis [...] É mui possível que o foco, neste continente, desta grande nação, que chamaremos indistintamente *Tupi* ou *Carib* [...] Em todo o caso, para nós, não cabe a mínima dúvida que os Caribs ou Tupis haviam, com inauditas crueldades, invadido uma grande parte do lado oriental deste continente, cujos anteriores habitantes, bem que em maior atraso, eram, em geral, mansos e timoratos.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.55-56. grifos do autor.

⁴¹² *Ibid.*, p.56.

⁴¹³ *Ibid.*, p.24.

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 129.

Segundo Varnhagen, a partir daí, as bases da nação estavam em pleno processo de implantação, e tinha início o processo de imposição da civilização sobre a barbárie. De acordo com este entendimento, Varnhagen afirma que “Martim Afonso não se limitou a fundar uma só vila [...] assentou de reforçar esta, contra qualquer tentativa de inimigo marítimo, com outra povoação sertaneja, que ao mesmo tempo servisse de guarda avançada para as *futuras conquistas da civilização*”.⁴¹⁵ Para ele, há uma associação íntima entre a colonização e um verdadeiro esforço civilizatório. Ou melhor dizendo, há uma equiparação. Colonizar é civilizar. Esta explicação é, sobretudo, útil. Para que o aspecto pragmático seja contemplado desde o princípio da chegada dos portugueses, é necessário um vínculo que faça com que o sentido da colônia aponte para a realização de um país civilizado, de acordo com os moldes europeus:

Escusamos dizer que estas vilas foram fundadas sem diferença alguma do que se passaria, tratando-se da instalação de qualquer colônia, em uma paragem menos povoada de Portugal. Subentendeu-se que, em legislação e em tudo, os novos moradores e os descendentes destes teriam, em relação à metrópole, os foros de naturais; e seriam governados pelas mesmas leis vigentes [...]⁴¹⁶

O Brasil é assim estabelecido por Varnhagen como uma reprodução de Portugal, como um território que já nascia conforme os altos padrões da civilização européia. Quando ele passa para a questão das capitânias, faz uma avaliação razoavelmente abrangente do sistema que as introduziu:

Compreendiam-se nas doações as ilhas que se achassem até a distância de dez léguas da costa continental. As raias entre capitania e capitania se fixaram por linhas geográficas tiradas de um lugar da mesma costa, em direção a oeste. Assim o território ficou verdadeiramente dividido em zonas paralelas, porém umas mais largas que as outras. Este meio de linhas retas divisórias imaginárias, que ainda com os mais exatos instrumentos num terreno muito conhecido seriam quase impossíveis de traçar, era o único que se podia lançar mão, pelo quase nenhum conhecimento corográfico que havia do país, além do seu litoral. Em algumas doações, nem foi possível declarar o ponto em que principiavam ou acabavam. Incluía-se apenas a extensão da fronteira marítima, e designavam-se os nomes dos dois donatários limítrofes.⁴¹⁷

Aqui Varnhagen evidencia a tensão que marca a sua narrativa, em relação a Portugal: por um lado, lamenta a concessão de poder aos donatários, quando na Europa a tendência era a sua

⁴¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 130. grifos meus.

⁴¹⁶ Ibid., p. 133.

⁴¹⁷ Ibid., p. 141.

concentração, mas por outro lado, afirma que “não há dúvida que por muito entraria no ânimo do soberano o pensamento de propagar o evangelho; mas ele o faria, faltando aos seus deveres, se o executasse empobrecendo, em gente e em recursos, o povo que regia, sem esperanças de retribuição.”⁴¹⁸ Perceba-se que Varnhagen preocupa-se, desde os primórdios da colonização, em determinar que a autoridade sobre o país deve ser exercida pela Monarquia. Se ela se encontrava, então, situada em Portugal, é mero detalhe. O que importa é legitimar a sua autoridade perante o leitor. Varnhagen justifica a recompensa aos irmãos Souza na concessão, com base nos serviços prestados ao Brasil:

Doze foram os donatários: mas verdadeiramente quinze os quinhões, visto que os dois irmãos Sousa tinham só para si cento e oitenta léguas, distribuídas em cinco porções separadas, e não em duas inteiriças. Com razão deviam eles de ser, pelos serviços importantes que acabavam de prestar no próprio Brasil, os mais atendidos na partilha.⁴¹⁹

Aqui Varnhagen também demonstra outra característica de sua narrativa nacional: o reconhecimento dos serviços prestados à nação. Quando ele considera que houve injustiça e não reconhecimento na época, ele mesmo trata de conferir a seu escolhido a glória para toda a posteridade, através da história. Em seguida, Varnhagen procede uma descrição breve das capitânicas e de seus donatários mas, em compensação, critica a extensão de território concedida e afirma que

[...] com doações pequenas, a colonização se teria feito com mais gente, e naturalmente o Brasil estaria hoje mais povoado – talvez – do que os Estados Unidos: sua povoação seria porventura homogênea, e *teriam entre si as províncias menos rivalidades que, se ainda existem, procedem, em parte, das tais grandes capitânicas*. Pois é possível crer que esses poucos que competiam para ser donatários, como diz o conde da Castanheira, se não contentassem sem a idéia do domínio de muita terra embora inútil, e sobre que nem sequer podiam saciar com os olhos, mas só com a imaginação, sua cobiça, quando na maior parte eram de sertão, onde não poderiam ir, nem foram, em sua vida? O mal foi fazer-se tudo às pressas!⁴²⁰

Varnhagen escolhe cuidadosamente suas palavras. É um ponto onde ele ataca um problema concreto e evidente para a questão nacional: a insubordinação provincial. Assim, ao sutilmente abordar o assunto através das capitânicas, Varnhagen atribui a existência de qualquer

⁴¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 147.

⁴¹⁹ Ibid., p. 141.

⁴²⁰ Ibid., p. 146. grifos meus.

rivalidade no presente entre as várias províncias a um erro estratégico por parte da administração portuguesa, o qual quase comprometeu e ainda representa um entrave ao desenvolvimento da nação. O ensinamento é claro: a divisão é um resto indesejável, produto de um equívoco administrativo, que deve ser superado pela coesão do todo nacional. Varnhagen está, aqui, jogando com uma tensão que é inerente a toda sua obra: o relacionamento entre o Brasil e Portugal. Sua solução é geralmente a mesma: critica moderadamente os equívocos mais evidentes sem, entretanto, deixar de justificar a empreitada portuguesa.⁴²¹ Todavia, por vezes as conclusões a que ele chega são verdadeiramente surpreendentes, e se deslocam da exemplaridade para um pragmatismo inteiramente exagerado:

Deste modo a coroa chegava a ceder, em benefício dos donatários, a maior parte dos direitos majestáticos; e quase conservava sobre as novas capitanias brasílicas um protetorado, com poderes mui limitados, a troco de poucos tributos, incluindo o do dízimo; do qual tributo ela mesma pagava o culto público e a redízima aos senhores de terras. *Quase que podemos dizer que Portugal reconhecia a independência do Brasil, antes de ele a colonizar.*⁴²²

A afirmação é extremamente ousada. Em um momento, Varnhagen critica a autonomia das capitanias, que relaciona com a rebeldia provincial. Mas, em outro momento, não deixa de aproveitar essa própria autonomia, agora configurada como do Brasil e, assim, por extensão nacional, como um sinalizador da eventual independência. Parece haver um excesso. Todavia, como Varnhagen está preocupado em justificar e legitimar um Brasil independente, não deixa de ser coerente com seu ponto de vista pragmático. Varnhagen, inclusive, enxerga nestes momentos iniciais os princípios de uma autonomia administrativa e financeira.⁴²³ Para ele, o Brasil não é uma jovem nação ameaçada por tensões que colocam a fragmentação como uma ameaça concreta às suas pretensões; pelo contrário, ainda que a independência demorasse a se consolidar em sua plenitude, a existência da nação brasileira já se encontra chancelada pela sanção dos séculos.

⁴²¹ Assim, Varnhagen dirá que “Em todo caso, por meio do estabelecimento destas capitanias, pensou o governo de D. João III, sem lesar diretamente o tesouro da nação, não só assegurar esta grande extensão de terra que a fortuna lhe outorgara, como, com o tempo, recolher, por meio da cultura dela, maiores vantagens”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 147.

⁴²² *Ibid.*, p. 152. grifos meus.

⁴²³ É o caso quando ele fala de São Vicente. Quando passou a ter um engenho de açúcar moente e corrente “[...] permitiu que o país se pudesse reger e pagar seus funcionários, sem sobrecarregar o tesouro da metrópole”. *Ibid.*, p. 168.

De qualquer forma, um passo a mais no reconhecimento da “independência” a que Varnhagen se refere vem com o estabelecimento de uma autoridade centralizada no país com o governo geral.⁴²⁴ Ele afirma que estava “resolvido o governo da metrópole a delegar parte da sua autoridade em todo o Estado do Brasil num governador geral [...]”.⁴²⁵ Para Varnhagen, com a instalação do Governo Geral, e, portanto com a presença do Estado, estariam reunidas condições para a consagração do Brasil nação, em pleno século XVI.⁴²⁶ Segundo ele, o esforço civilizatório e fundacional estava em pleno curso e se via reforçado, uma vez que “[...] a centralização administrativa, propriamente dita, era acompanhada da dos negócios da Justiça e dos da Fazenda, sujeitos aos cargos de ouvidor-geral e de provedor-mor, que pela mesma ocasião se instituíram”.⁴²⁷ Varnhagen comemora: o Brasil começava a ser moldado ao padrão da sociedade européia, e o Estado retomava o poder soberano, após uma concessão de liberdade exagerada.⁴²⁸

O processo de instalação de uma estrutura administrativa nos moldes europeus é festejado por Varnhagen, pois a partir daí inicia, em sua visão, um processo de extensão dessa autoridade sobre o território que, pouco a pouco, vai se configurando como nacional. Varnhagen relata que “prosseguiu Mem de Sá viagem até entrar na Bahia; e desde logo, em harmonia com a idéia de fundar outra cidade real no sul do Brasil, começou a insistir pela colonização do Rio de Janeiro, a fim de que também no melhor porto do sul houvesse outra cidade *salvadora* destas paragens”.⁴²⁹ Varnhagen iguala colonização à salvação. Igual, portanto, soberania e estabelecimento de controle sobre o território a uma missão, cujo caráter é cívico. Ele celebra o expansionismo como

⁴²⁴ Varnhagen afirma que [...] graças à presença na corte de Pêro de Góis, e a sua ilustração e gênio ativo, se assentou, em fim do mencionado ano de 1548, no melhor partido, qual o de criar no Brasil um centro de poder, para acudir onde houvesse mais necessidade. Foi também resolvido que se retirassem aos donatários algumas das prerrogativas, de que não tinham sabido usar convenientemente, como a alçada que no cível e no crime possuíam sobre os colonos; devendo, desde então entrar em suas terras corregedores e outras justiças, e podendo eles ser suspensos das suas jurisdições”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 230.

⁴²⁵ *Ibid.*, p. 232.

⁴²⁶ Segundo Odalia, “o erro de se pretender colonizar o Brasil, sob uma forma feudal, é reconhecido rapidamente pelo Estado, que, poucos anos depois, convencido de que a solução adotada não era a mais conveniente para a preservação da colônia, instala um governo central, cujos objetivos seriam, entre outros, criar um centro de ordem e acudir à unidade que perigava pela existência das capitanias”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.72.

⁴²⁷ VARNHAGEN, Op. cit., p. 232.

⁴²⁸ Dessa forma, segundo Odalia, “estamos já em presença do Estado tal como o entende Varnhagen: um Estado centralizador e autoritário que assume desde o princípio os fios tênues de uma unidade continuamente ameaçada por inimigos internos, originados da repartição do Brasil em capitanias, e externos, corsários e piratas estrangeiros”. ODALIA, Op. cit., p.73.

⁴²⁹ VARNHAGEN, Op. cit., p. 307. grifos do autor.

algo incentivado e aprovado, sempre que associado a uma ação de Estado, o que reforça o sentido geral da sua narrativa. Nesse sentido, por exemplo, é louvável a idéia de

[...] empreender e levar a cabo uma *grande empresa da civilização* – a fundação da capitania de Sergipe. Além das razões que deviam mover os dois governantes a cometer a ação piedosa de reduzir à cristandade a terra onde havia tido lugar o martírio do primeiro prelado do Brasil, antecessor de um deles, e do pai do outro, militavam ademais outras de estado, mui poderosas, que aconselhavam a ocupação dessa paragem.⁴³⁰

Percebe-se com facilidade a presença de uma antinomia entre civilização e barbárie. A expansão do domínio português é, efetivamente, a promoção da ordem contra o caos, do civilizado contra o bárbaro, jogo de opostos característico da narrativa nacional de Varnhagen. Este é um esforço que implica no pagamento de um preço alto, mas justificado, pois é feito em nome da nação brasileira. Pouco a pouco ele vai definindo o imenso esforço realizado pelos colonos, sacrificados para garantir o sucesso da nova nação. Assim, por exemplo, a

[...] nova colônia de Piratininga, tão exposta às agressões do gentio do sertão tudo sacrificou a boa gente para o bem da *nova pátria comum*. Qual fênix que sucumbe por dar vida à sua prole, assim a colônia mais antiga do Brasil se exaure agora de forças e não cura mesquinamente se isso prejudicará ao seu futuro desenvolvimento, e concorre quanto pode a dar existência a um *empório mais poderoso*.⁴³¹

Varnhagen não se constrange diante da ousadia inerente à afirmação de que poderia haver algo como uma nova pátria comum, nos primórdios da colonização. A prefiguração da nação é a regra na sua narrativa. Além disso, a utilização de termos como a fênix – que renasce das cinzas – também demonstra outra característica da narrativa nacional de Varnhagen. Ele joga com as dificuldades constantemente, sinalizando para a união em torno do bem comum como o caminho para o sucesso da pátria e sua elevação à condição de país desenvolvido. Diante das dificuldades, a união vai surgindo, fazendo com que a dispersão provocada pela infeliz distribuição das capitanias vá lentamente dando lugar a um Brasil coeso, que compartilha o sofrimento, mas também a glória que aponta para a condição de nação civilizada:

⁴³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 32. grifos meus.

⁴³¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.313. grifos meus.

[...] e aqui nos cumpre notar que os esforços simultâneos que ora faziam, não só esta, como outras capitâneas, contra *o inimigo comum*, eram novos elementos que iam estreitar, pelos *laços do coração*, a *futura união brasileira*, que os holandeses contribuíram depois a fazer *apertar* muito; e a Deus praza que para todo o sempre, a fim de que esta *nação* possa continuar a ser a primeira deste grande continente antártico, e algum dia se chegue a contar entre as mais consideradas no *universo*, o que sem muita *união* nunca poderá suceder.⁴³²

Aqui, novamente Varnhagen emprega cuidadosamente os termos, de acordo com os efeitos que pretende despertar no seu leitor. Assim, ele enfatiza de um lado, os esforços contra o inimigo comum, a quem irá contrapor os nossos – como será abordado no próximo trecho deste capítulo – e de outro, a idéia de união afetiva em torno da nação, apertada pelos laços do coração. Varnhagen pretende comover, pretende produzir identificação. Ele dificilmente poderia ser mais enfático na defesa de um Brasil íntegro. Este objetivo inclusive faz com que ele demonstre a sua insatisfação com tudo que afasta o país de tal ideal. Como Varnhagen está interessado na união e coesão para evitar a desintegração territorial, vê com ceticismo ou reprovação todas as iniciativas que de alguma forma possam, no passado, ter prejudicado a noção de ‘todo’ que ele deseja incentivar, inclusive as que partiram de Portugal.⁴³³ Dessa forma, vai considerar negativamente o que ela acusa como um desmembramento do Brasil, visto que já o prefigurava, em certa medida, como uno e coeso:

Apesar da glória que nessas jornadas adquiriram os colonos do sul, como na do rio Real os do norte, a experiência fizera conhecer *inconvenientes na desmembração do Brasil*, cujas forças *com a divisão se enfraqueciam notavelmente*, de modo que se tornavam menos aptas para acudir juntas a um ponto onde se apresentasse o perigo.⁴³⁴

Novamente, Varnhagen reforça a união. Face ao perigo, as capitâneas devem acudir juntas. Afinal, a ameaça a uma capitania, é ameaça a todas, pois o Brasil é por ele percebido como um todo. A divisão pode apenas favorecer a vulnerabilidade e os ataques, seja de bárbaros, selvagens ou de estrangeiros.

⁴³² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 313. grifos meus.

⁴³³ Varnhagen relata que “Men de Sá não teve por sucessor um governador-geral: teve dois. Em fins de 1572 resolveu a coroa dividir o Brasil em dois Estados, criando um novo nas capitâneas do sul, com sede na cidade de São Sebastião (Rio de Janeiro), e continuando a cidade do Salvador (Bahia) como capital do Estado do Norte, compreendendo os Ilhéus até o limite com Porto Seguro, ficando esta última capitania ao governo do Sul”. Ibid., 358.

⁴³⁴ Ibid., p. 364. grifos meus.

Varnhagen é muito cuidadoso com as atitudes que não são estimuladas pelo Estado, pois podem implicar em uma autonomia que ele não deseja incentivar. Entretanto, tal cuidado contém exceções. É o caso, por exemplo, dos bandeirantes. Embora desprovida de um cunho precisamente estatal, a obra dos bandeirantes foi por ele considerada exemplar para a constituição territorial do país.⁴³⁵ É uma das situações onde a iniciativa privada é bem vinda, pois está de acordo com o projeto nacional. Não há dúvida de que o rótulo de historiador pragmático é adequado a Varnhagen, como uma leitura cuidadosa do seu texto demonstra. A preocupação do autor em fazer com que os habitantes do país se percebam como parte integrante de um todo uno, coeso e íntegro é verdadeiramente obsessiva, e a forma com que ele trabalha para inspirar essa união está longe de ser sutil, como o parágrafo a seguir demonstra:

*Se da união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e o maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contato, tem nas suas mesmas leis os laços de união.*⁴³⁶

Varnhagen vê, em sintonia com ideais do século XIX, o processo de formação territorial como um processo de expansão. A sua história geral não é apenas geral por tratar de todo o Brasil; é geral porque busca borrar a diferença, eliminar o particular, e afirmar a coesão. Todas as particularidades devem ceder em face deste “geral” que é o todo da nação. O Brasil da narrativa nacional de Varnhagen é um Brasil que efetivamente luta para permanecer unido.

São inúmeras as passagens onde Varnhagen louva as iniciativas que contribuem de alguma forma para a coesão. Sendo oficiais, melhor ainda. Assim, de acordo com a sua visão pragmática, diz ele que “cumprir declarar que para o melhor governo do Brasil veio a ser de grande auxílio a criação [...] de um tribunal régio, por conta do qual passaram a correr a maior parte dos assuntos do mesmo governo.”⁴³⁷ Em sentido semelhante, também foi bem pensada a “[...] providência tomada pela metrópole para que os serviços prestados no Brasil viessem aqui mesmo a ser recompensados, o que contribuiu a estabelecer certa unidade colonial, que depois se

⁴³⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.188.

⁴³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 386. grifos meus.

⁴³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 67.

aumentou com a guerra holandesa.⁴³⁸ O que contribui para a unidade deve ser louvado, de forma que os Juizes de fora serão vistos como instrumentais para a realização do futuro Brasil⁴³⁹, integrado e independente: “esta instituição, que só foi introduzida no Brasil em fins desse século, contribuiu para cada vez se estreitar mais a unidade nacional, obrigando-se os indivíduos de umas províncias a servirem nas outras, com o que se iam desterrando os excessos do pernicioso bairrismo”.⁴⁴⁰ Varnhagen efetivamente descreve o Brasil colônia de acordo com os melhores interesses do Brasil Império. Para tanto, erradica de seu grande relato da nacionalidade tudo que implique em um bairrismo ou mandonismo local, e quando não o elimina por completo, se vale de tais atitudes “provincialistas” como exemplo negativo, a ser evitado a todo custo.

O pragmatismo com que Varnhagen enfoca a história nacional o leva, muitas vezes, a se exceder além do razoável. Ao tratar do término da União Ibérica, Varnhagen conforma um verdadeiro momento de júbilo nacional que abrange todo o território brasileiro, construindo retrospectivamente a coesão desejada:

A aclamação de D. João IV fez-se com felicidade análoga *por toda a extensão do Brasil*, não submetido aos holandeses. No Rio de Janeiro parece haver hesitado Salvador Correia, mas viu-se obrigado pelos jesuítas a proclamá-la. Em São Paulo seguiu o *povo com igual bom senso*, graças, segundo a tradição, à abnegação de Amador Bueno. O Grande acontecimento da restauração de Portugal prometia fazer mudar a situação do Brasil. A guerra dos holandeses lhe proviera de ser parte da Espanha; e a Portugal e à Holanda interessava o aliarem-se para guerrear o inimigo comum.⁴⁴¹

Parece haver uma suposição no mínimo exagerada de que possa ter ocorrido uma aclamação em tal monta, da qual certamente Varnhagen não detinha fontes para se assegurar. Ainda mais aclamação por toda a extensão do Brasil, o que implicaria em uma integração entre as províncias que se sabe ser inexistente nos primórdios dos tempos coloniais. Mas isso não passa de um detalhe, facilmente transposto por um exercício de flexibilização interpretativa que, para Varnhagen, se justifica inteiramente a partir de sua concepção de história enquanto instrumento de promoção do culto à nação.

⁴³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 115.

⁴³⁹ Odalia observou que Varnhagen via na organização judiciária uma fonte de unidade. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.51.

⁴⁴⁰ VARNHAGEN, Op. cit., p. 108.

⁴⁴¹ VARNHAGEN, Op.cit., p. 320. grifos meus.

Esta noção faz, inclusive, com que ele se valha extensivamente da noção de inimigo para definir o espírito público da nação, e mais ainda, implica muitas vezes em uma apologia da guerra para garantir o domínio português no Brasil. Na medida em que a guerra promove o fim maior desejado por Varnhagen – a coesão e o estreitamento de laços – ela se justifica inteiramente. A defesa da guerra como instrumento civilizatório é evidente na sua narrativa nacional:

Quanto a cultura do Brasil em geral, não hesitamos em asseverar que ela havia ganho muito com a guerra holandesa. E não só nas capitanias do Nordeste, onde os povos estavam em contato com indivíduos de uma nação mais ativa e industriosa, como até nas do Sul, com as invasões contra os selvagens. É um axioma comprovado pela história, que às vezes estas são civilizadoras, e que trazem energia e atividade a povos entorpecidos pela incúria, a preguiça e o *ilhamento*. Durante a guerra foram devassados, acaso pela primeira vez por gente civilizada, muitos matos e campos, fundindo-se por vontade ou por força os próprios índios seus moradores nessa civilização guerreira, digamos assim, pois que o intuito era de guerrear os contrários, e quando menos o pensavam se viam absorvidos pela civilização daqueles a cujo lado combatiam. – Muitos caminhos apenas trilhados eram aplanados para darem lugar à passagem de tropas; alguns dos rios ficavam acessíveis à navegação, às vezes pelo simples desvio de uns paus que entulhavam os seus leitos; e todos sabem quanto a facilidade das comunicações civiliza os povos.⁴⁴²

Dessa forma, a guerra é vista por Varnhagen com algo dotado de função duplamente integradora: no campo objetivo e subjetivo. Varnhagen estabelece a partir do conflito a integração do país sob o âmbito geográfico, e o associa a uma perspectiva civilizatória, que inclui o assimilacionismo dos ditos bárbaros. O contingente dos que se posicionavam ao lado da nação contra os perigos que a ameaçavam via as suas fileiras sendo engrossadas na medida em que se estendia o domínio sobre o território, e até mesmo pela imigração. Esta perspectiva está presente em várias passagens. Ao abordar o governo de D. Pedro, filho de D. João IV, ele fala que

[...] foi por várias circunstâncias, uma quadra de expansão para ambos os Estados americanos dependentes de Portugal. Durante ela as comunicações de um com o outro se estabeleceram de uma vez, pelos próprios sertões, em mais de uma paragem; e principalmente pelo atrativo das minas rendosas, a emigração espontânea, para o Brasil especialmente, chegou a ser tão prodigiosa que fez assustar a própria metrópole, a qual tratou de dificultá-la e quase proibi-la, por meio de atos legislativos.⁴⁴³

⁴⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 98. grifos do autor.

⁴⁴³ *Ibid.*, p. 226.

Novamente o termo expansão é utilizado, demonstrando a percepção de Varnhagen de uma nação que se afirmava, apesar da divisão, que para ele é em dois Estados. Segundo Varnhagen, a própria metrópole se espantava diante do esplêndido desenvolvimento e integração territorial que caracterizavam o Brasil e que fazia, de acordo com ele, que a própria divisão política estivesse sendo superada pela realidade concreta da colônia. Para Varnhagen, um grande processo de integração estava em curso, processo este que, inclusive, caracterizava-se por um salto qualitativo. Assim, Varnhagen comenta que “depois da paz de Utrecht começa o Sul do Brasil a adquirir de dia em dia maior importância, e a oferecer em geral os fatos históricos mais dignos de consideração do nosso passado colonial”.⁴⁴⁴ Varnhagen fala em “[...] prodigioso desenvolvimento do Brasil, para o sul e Ocidente [...]”.⁴⁴⁵ O tom de Varnhagen é de integração, expansão, celebração e comemoração. Para ele, a abertura de caminhos rumo ao sul representa uma verdadeira expansão da soberania nacional:

[...] gastando na viagem perto de dois anos [...] dois anos largos anos de emoções e de trabalhos; mas afinal que satisfação e que glória! – Pelos campos atravessados encontraram-se muitas cruces, naturalmente mandadas pôr pelos padres das missões, para indicar a posse deles. Entretanto, os nossos não respeitaram tal posse, e começaram a fazer entrar aí encavalhadas [...] ⁴⁴⁶

Os trabalhos em prol da pátria prefigurada por Varnhagen não poderiam deixar de ser repletos de dificuldades que são, entretanto, recompensadas por sentimentos de satisfação e glória. Varnhagen enfatiza e louva a disposição para o sacrifício em prol da nação. Sua intenção é, sobretudo, inspirar. Para ele, os colonos construía a ferro e a fogo uma nova pátria, uma nova nação, diante de todas as adversidades locais. Um Brasil Império uno e coeso estaria sendo forjado nos tempos coloniais, marcados pela constante expansão de uma autoridade centralizada e resistência ao inimigo comum. São ações sempre louvadas, pois significam a extensão e defesa do poder centralizado e do território visto por Varnhagen como nacional. A história não é geral somente porque fala do Brasil como um todo; antes disso, é geral, porque atribui a este todo uma condição de unidade territorial e de sentimento que faz com que seus habitantes – movidos por esta condição – se acudam mutuamente nos momentos de crise. Varnhagen simplesmente inventa

⁴⁴⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.13.

⁴⁴⁵ Ibid., p.82.

⁴⁴⁶ Ibid., p.16.

um passado onde havia uma percepção de que a colônia era efetivamente uma, mesmo que pela força das circunstâncias que concorriam para tal união:

O Rio Grande viu-se de tal modo a braços com os índios invasores do sertão, que esteve a ponto de sucumbir ante as chusmas devastadoras, que chegaram a assenhorear-se do Açu. A vizinhança do perigo despertou a atividade do Senado da Câmara de Natal, o qual, em vereação de 2 de dezembro de 1687, resolveu apelidar o povo todo à defesa dos seus lares ameaçados. Porém esta *heróica providência* houvera sido ineficaz, se não lhe acodem, com socorros, as *vizinhas* com a sua tropa e alguns africanos. Do rio de São Francisco marchou um grupo de paulistas. De Pernambuco partiu também um contingente das tropas que continham os Palmares. – Com tais reforços pode o capitão-mor Agostinho César desassombrar a capitania do perigo; porém só veio a ter a gloria de pacificar de todo em 1697 o capitão-mor Bernardo Viera de Melo. Os índios se retiraram, mas naturalmente foram os próprios que depois se apresentaram invadindo as fazendas do Meari e Itapicuru; de modo que foi necessário ir para o Maranhão (em 1699) um importante socorro da Bahia. Parecia que os perigos iam nascendo para unir entre si as capitânicas, provando a todas como da *união resulta a verdadeira força*, que faz respeitados os Estados.⁴⁴⁷

Novamente Varnhagen não hesita em valer-se de expressões que demarcam a união que ele deseja promover no presente. Em alguns momentos, a insistência com que Varnhagen enfatiza as idéias de união em torno de um Brasil indiviso e poderoso pelo somatório de suas forças chega a ser cansativa, tamanha a reiteração. Os argumentos de persuasão que ele constrói são exaustivamente explorados e reforçados ao longo da obra. Não há sutileza na pedagogia nacional de Varnhagen: ele vai tentar moldar a marteladas o seu leitor como um cidadão nacional. Vai tentar fazer com que este indivíduo sinta-se parte de um todo, ao qual deve filiação e lealdade, e onde a inobservância de tais deveres significa uma verdadeira afronta contra um passado de superação de adversidades por parte da nação. O seu grande relato da nacionalidade estrutura-se, sobretudo, a partir de mecanismos que conformam uma estratégia de convencimento do leitor.

Varnhagen enfatiza coesão em sua narrativa de todas as formas possíveis. De acordo com ele, a coesão persistia, mesmo diante da fragmentação que ainda restava do equívoco original das capitânicas. Felizmente, para Varnhagen, este resto seria abolido de uma vez por todas, caracterizando um momento chave de fortalecimento da coesão, que vem no reinado de D. José, período de Pombal:

⁴⁴⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 257. grifos meus.

Começaremos por fazer menção da empresa, talvez mais importante, levada adiante nesse reinado, a favor da nacionalidade brasileira: – a de haver incorporado de todo no Estado, resgatando-as por meio de indenizações convencionadas com os interessados [...] todas as capitâneas que ainda tinham donatários, e eram umas onze, pelo menos [...]⁴⁴⁸

Os termos, novamente, são inequívocos. Varnhagen considera a medida um verdadeiro favorecimento da nacionalidade brasileira, o qual, evidentemente e em sintonia com seu pragmatismo, associa-se à soberania incontestável do Estado. Para ele, corrigia-se, portanto, o equívoco que conspirava para fomentar a dissensão no território nacional, abrindo-se assim as portas para a concretização de um ideal que ganhava cada vez mais força em função do sentimento de união que experimentavam seus habitantes. É interessante como Varnhagen considera que o fortalecimento da autoridade central, a partir da reafirmação do poder do Estado, mesmo com um Brasil ainda atrelado a Portugal, constitui-se em elemento importante de afirmação de uma nacionalidade brasileira. Para ele, esta lógica justifica-se facilmente, pois está inserida dentro da sua condenação recorrente do que ele chama de um “mandonismo local” que deve ser superado em prol do bem da nação. Varnhagen promovia a integração através de uma história geral que assumia caráter de grande relato da nacionalidade e, logo, reunia o Brasil como um, desde os tempos coloniais. O Brasil coeso era assim construído discursivamente em torno de três dimensões: política, com o reforço da autoridade do estado; subjetiva, pois encontrava o espírito nacional no esforço conjunto de resistência por parte das províncias; e geográfica, uma vez que estabelecia a união a partir da integração física do território e da imposição da autoridade estatal sobre o mesmo.⁴⁴⁹

A escrita é construída para que o leitor seja tomado por um sentimento inequívoco: já havia um Brasil antes da Independência. E mais ainda: pouco havia de regional neste Brasil e, logo, de heterogêneo. Os elementos que importam realmente são configurados como nacionais, como pertencentes a um Brasil uno que inclusive reage quando a sua soberania é ameaçada.

⁴⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV .São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.235-236.

⁴⁴⁹ Varnhagen afirma que “Com as viagens, as observações e as discussões dos comissários, engenheiros e astrônomos, tanto se adiantou no conhecimento dos terrenos fronteiros, que ainda hoje são talvez eles do Brasil o que há de mais conhecido e exatamente delineado nas cartas, depois das costas e baías. Por esse lado as duas tentativas de demarcação (bem que as demarcações não se levassem avante) produziram benefício real, pois, quanto ao mais, no fim do século passado (XVIII), pela linha da fronteira, havia nada menos que dez paragens disputadas.”Ibid., p.273.

Como o bairrismo – isto é, a identidade regional – é visto com conotação pejorativa, é natural que não se encontrem na HGB referências aos chamados tipos regionais, o que só acontece de forma raríssima. Quando isso ocorre, dá a impressão de ter escapado a Varnhagen, como é o caso do [...] espírito aventureiro dos paulistas, que vieram a ser os verdadeiros descobridores das minas de Minas⁴⁵⁰ e que transparece também quando ele diz que “Pernambuco era a capitania que exportava melhor açúcar [...]”⁴⁵¹. Em alguns momentos, em função da questão política, Varnhagen é obrigado a pensar em dois Estados, dizendo, por exemplo, que “concluiremos com o Estado do Maranhão [...] passando ao Estado do Brasil e começando pelo Norte [...]”⁴⁵². Entretanto, são raras exceções à regra por ele mesmo estipulada.

Por excelência, tudo que é diverso deve ser erradicado, tudo o que caracteriza uma singularidade dentro do que Varnhagen pretende retratar como homogêneo deve ser suprimido. Sua obra busca o enfraquecimento da identidade regional, pois como intelectual a serviço do Estado, Varnhagen se comporta como inimigo ferrenho do provincialismo, por ele visto como desagregador. Este é, sobretudo, o sentido da sua História Geral. A HGB é por excelência uma história que assassina a diferença em nome da unidade da nação.

Dessa forma, com os olhos voltados para o presente e para o futuro, Varnhagen inventava, segundo os parâmetros do IHGB e as pretensões do Império, uma nação brasileira, cuja existência era legitimada pela sua própria longevidade, através da ciência. No entanto, os sentidos de identificação que ele propõe não se restringem ao âmbito da prefiguração. Para promover a adesão ao todo da nação, no presente em que escreve, Varnhagen se vale de exemplos paradigmáticos, de modelos de comportamento que buscam se constituir como verdadeira pedagogia social, como será visto a seguir.

⁴⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 122. grifos do autor.

⁴⁵¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.88.

⁴⁵² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 199.

3.3 A TRAGÉDIA, O INIMIGO E O HERÓI: A FUNÇÃO PARADIGMÁTICA DA NARRATIVA NACIONAL

Como temos dito varias vezes a escola histórica a que pertencemos é estranha a essa demasiado sentimental que, pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria verdade.

Francisco Adolpho de Varnhagen

Propondo-se a realizar uma história científica, nordeada por uma pretensão de verdade, Varnhagen rejeitava abertamente a noção de uma narrativa de cunho emotivo. Entretanto, a leitura da sua obra revela que seu pragmatismo o levou a elaborar uma narrativa nacional cujo caráter é de busca de identificação com o leitor, de sentimentalismo e, sim, de comoção.⁴⁵³ A narrativa de Varnhagen caracteriza-se pelo uso extensivo de três recursos que exercem função central para o seu discurso nacional. Estes recursos são a tragédia, representada por um evento traumático ou contexto desfavorável⁴⁵⁴; a figura do inimigo, contraponto que valoriza o esforço colonizador dos nossos; e, finalmente, o herói, personagem que é a expressão máxima do sentido exemplar da *História Geral do Brasil*. A tragédia e o herói produzem identificação pela empatia. O inimigo produz identificação pela oposição. É em torno de tais elementos que Varnhagen organiza o seu grande relato da nacionalidade, cujas funções exemplares são evidentes.⁴⁵⁵

No sentido paradigmático do termo, ‘função’ é aqui entendida como o conjunto de repercussões no âmbito subjetivo que as intenções exemplares do texto pretendem suscitar no seu leitor, objeto a ser constituído como um cidadão nacional. É uma função que se caracteriza por se propor a agir diretamente sobre o leitor, constituindo seus valores. Há, definitivamente, uma intenção de persuasão no conjunto da obra, a qual as figuras da tragédia, do inimigo e do herói irão corresponder como recursos narrativos. Trata-se, essencialmente, de fomentar o respeito e inculcar a adesão ao projeto da nação una e indivisa. Evidentemente, o processo de fundação de

⁴⁵³ Varnhagen não escondia suas intenções, afirmando que procurou “[...] sempre escrever antes um livro útil e próprio a estimular o trabalho e a prática das boas ações, do que puramente ameno e destinado à simples distração”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XII.

⁴⁵⁴ Destaco que o termo tragédia é aqui empregado sem qualquer conotação ou referência à tragédia em seu sentido grego.

⁴⁵⁵ Para Odalia, “A história e o historiador, nesse instante, parecem superar suas limitações e, não se confinando apenas ao passado, se transfiguram no instrumento de ação no presente, com os olhos voltados para o futuro”. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.18.

uma identidade nacional nunca se dá de maneira plena, de forma a erradicar completamente a diferença.⁴⁵⁶ As narrativas nacionais sempre visam horizontes identitários a construir, e sua construção, mesmo na plenitude da afirmação da religião cívica, nunca é inteiramente completa, permanecendo demarcada por espaços de resistência. É uma narrativa em perpétua necessidade de afirmação. Isso não permite, entretanto, negar a amplitude imensa de seus efeitos.

A tragédia é um elemento que exerce função importante na narrativa nacional de Varnhagen. Através desse recurso, são demonstradas forças dotadas de grande poder destrutivo, diante das quais se defrontaram os portugueses. Na verdade, o sentido por trás do recurso trágico é promover o enaltecimento do colonizador, apresentado como contraponto à barbárie e, portanto, elevado à figura colossal de herói. Ao colocar o leitor na posição de identificação com o português de outrora, Varnhagen busca promover o sentimento de identidade nacional, missão pragmática de sua obra.⁴⁵⁷ Busca fazer com que ocorra uma sensação de orgulho pelo feito realizado pelos ancestrais e pela nação a que se pertence. Nesse sentido, o próprio Brasil será estabelecido na condição de sujeito que se defronta contra inúmeras adversidades em sua luta para constituir-se como nação civilizada. O Brasil também é um herói, que por vezes se personifica na figura de um bravo exemplo de patriotismo do passado. Para que haja o exemplo, é necessário o confronto, e daí a utilidade da categoria inimigo.

O recurso narrativo da tragédia adquire sentido pela forma com que é utilizado na obra. É a constante ameaça de destruição que enaltece a criação. São as trevas da selvageria que enobrecem a luz trazida da Europa. É pela contraposição à barbárie e pelo triunfo diante da dificuldade que se legitima a civilização. De acordo com estes parâmetros, Varnhagen traça um quadro de constante ameaça de fracasso, desagregação e ruína para engrandecer o trajeto da

⁴⁵⁶ Hobsbawm lembra que “as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está na mente de seus seguidores e cidadãos, mesmo dos mais leais entre eles [...] não podemos presumir que para a maioria das pessoas a identificação nacional – quando existe – exclui ou é sempre superior ao restante do conjunto de identificações que constituem o ser social. Na verdade, a identificação nacional é sempre combinada com identificações de outro tipo, mesmo quando possa ser sentida como superior às outras [...] “a identificação nacional e tudo o que se acredita nela implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito curtos” HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.20.

⁴⁵⁷ Varnhagen expressa a vocação inspiradora da obra abertamente: “Oxalá o nosso trabalho concorrera a fomentar, ao menos entre as gerações do porvir, o espírito de generosidade que guiou nossa pena em muitas ocasiões, não sem que às vezes nos olhos borbulhassem piedosas lágrimas!” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XXII.

colonização portuguesa. Esta tendência se faz presente desde os primeiros acontecimentos por ele relatados. Ao tratar da passagem da expedição de Américo Vespúcio, Varnhagen conta que

[...] dois jovens que então desembarcaram, a tratar com os habitantes, ficaram aí vítimas da barbaridade e antropofagia deles. Assim, por este lado, a primeira ruptura e agressão, entre os da terra e os futuros colonizadores, não partiu destes, os quais foram vítimas da traição e a deixaram absolutamente impune.⁴⁵⁸

Assim Varnhagen já estabelece, desde o princípio, o perigo que um território hostil representava para os portugueses. Além disso, ele salienta que partiu dos bárbaros o ato que instituiu a violência, que sinalizou o início das agressões, demonstrando desde então a selvageria com que o português se defrontava. Varnhagen busca transportar o leitor a este quadro de constante ameaça e perigo, mas, ao mesmo tempo – como um narrador que zela pelos valores que lhe são caros – vai desde o princípio dizer: “Mas ânimo! Que tudo doma a indústria humana! Cumpre à civilização aproveitar e ainda aperfeiçoar o bom, e prevenir ou destruir o mau”.⁴⁵⁹

Varnhagen constrói discursivamente a colonização como um processo de imposição heróica dos portugueses a uma natureza hostil.⁴⁶⁰ Segundo esta ótica, o destino da colonização é o inevitável triunfo sobre as dificuldades, verdadeiramente garantido pelo esforço civilizatório a ser empreendido.⁴⁶¹ Varnhagen coloca o português diante de um misto de fascínio com a beleza das novas terras e temor diante de seus perigos.⁴⁶² Instaura-se, assim, na sua narrativa – desde os primórdios da presença portuguesa – o início das hostilidades e das dificuldades que marcariam a colonização.⁴⁶³

⁴⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 83.

⁴⁵⁹ Ibid., p.19.

⁴⁶⁰ Varnhagen não poupa na dramatização: “Quantos não desfaleceram nessa horrída luta, para eles antes desconhecida, e quanto vigor e quanta força de vontade não foi indispensável aos que não ficaram no caminho, ou, desfalecidos, não regressaram à pátria”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.IX.

⁴⁶¹ Reis afirma que “[...] se o português venceu militarmente os seus adversários, se conquistou seus territórios e os escravizou e exterminou, é porque é superior. Eis o seu silogismo (ou sofisma?) básico! A vitória confirma uma superioridade presumida.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.33.

⁴⁶² Por isso Reis dirá que “O português que vê tudo isso pela primeira vez – esse o sentido da idéia de ‘descoberta’ – se enche de fascínio e ao mesmo tempo de receio e decepção”. Ibid., p.35.

⁴⁶³ Para Odalia, “[...] se o Brasil, findo o período colonial, pode apresentar-se como um país de dimensões continentais, e além disso íntegro, tudo isso se deve ao fato de que sua posse se fez por meio de um processo em que o sangue foi um componente obrigatório”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.53.

A intenção de Varnhagen consiste em deslocar o seu leitor para um mundo hostil e perigoso, onde os portugueses teriam que se impor pela astúcia e força das armas, diante da ameaça representada pela barbárie.⁴⁶⁴ Como diz Wehling, há uma “valorização do espaço e das dificuldades para dominá-lo”.⁴⁶⁵ Os próprios títulos utilizados nos capítulos já demonstram tais intenções, como é o caso de “*capitanias cuja primitiva colonização se malogrou*”. Varnhagen se vale de uma argumentação de fundo emotivo, tentando fazer com que seu leitor se identifique com o colonizador português de outrora e sofra, junto com ele, a dor diante das tragédias e dificuldades com que se depara. É uma dor que o próprio Varnhagen diz sentir, e que deseja que o leitor compartilhe:

Parece que a pena nos resiste a tratar do donatário da Bahia, nem que movida pela dor que nos punge o coração, ao considerar seu triste fim. Não é matéria de que não nos podemos ocupar, sem que se nos repasse a alma de mágoa, que desejamos poupar de repetir, se, pela importância do assunto, não fôramos a isso obrigados, pela severa tarefa que nos impusemos, desde que ousamos levantar o pensamento a ser fiel, bem que humilde historiador da pátria.⁴⁶⁶

Apesar de todos os lamentos de Varnhagen, é justamente a idéia de um historiador da pátria que faz com que a tragédia do passado – tornada objeto de culto aos ancestrais – seja útil ao pragmatismo que o impulsiona. A tragédia pode ser tanto um acontecimento quanto uma conduta reprovável, que censurada por Varnhagen, assume caráter pedagógico como exemplo negativo. Nesse sentido, Varnhagen condena retrospectivamente o pecado, por nenhum outro motivo a não ser a expectativa de que não se repita mais no futuro. É como se ele buscasse prevenir através de intimidação os futuros pecados, agindo sobre as consciências dos eventuais pecadores que atentam contra a nação. Dessa forma, Varnhagen procura estimular o respeito à

⁴⁶⁴ Assim, ele pondera: “e que diremos da luta, tantas vezes *inevitável* que tiveram de travar com os índios, e na qual não poucos pereceram e foram devorados?! Inevitável, dizemos, porque, no estado de fracionamento em pequenas cabildas, hostis umas às outras, em que os mesmos índios foram encontrados em todo território do Brasil, ainda quando os colonos, assim brancos como pretos, conseguiram a amizade daqueles do lugar onde desembarcavam, tinham logo por inimigos os inimigos desses novos aliados, e se viam constringidos a combater aos que destes eram contrários [...]” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.X. grifos do autor.

⁴⁶⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.69.

⁴⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp. 199-200.

hierarquia. Ao tratar dos confrontos com os índios e da dificuldade do donatário em fazer-se obedecer para resistir a este choque, afirma que

Os que obedeceram, não vendo como rudes que só nessa obediência podiam encontrar salvação, gritavam contra o arbítrio, e introduziam na colônia já desmoralizada a insubordinação; e com a maior covardia chegavam a açular os bárbaros a agredir; – à maneira dos miseráveis anões políticos de todas as nações, que desejavam às vezes a vitória dos inimigos da pátria, pensando que com ela tomam vingança do partido a eles contrário que tem o poder.⁴⁶⁷

Os sentidos exemplares contidos no ensinamento de Varnhagen são múltiplos, mas sem dúvida, destaca-se a necessidade de obediência à autoridade. Da incompreensão fundamental da norma – escrita ou moral – que determina a sujeição às autoridades só pode resultar a tragédia, como de fato resultou. Isso não significa que a pedagogia nacional de Varnhagen é pessimista, mas sim, que se vale dos problemas para enfatizar e glorificar a sua eventual superação e, dessa forma, incentivar determinado tipo de comportamento.⁴⁶⁸ A sua mensagem é sempre de triunfo sobre a adversidade e de utilização do revés como impulso ao sucesso no futuro, de onde ele escreve, tendo em vista um Brasil por ele tido como grande império. Para que tal condição se concretizasse, foi necessário muito sacrifício.⁴⁶⁹ Sacrifício que não foi em vão e agora obtém reconhecimento na narrativa da nação, que garante lugar na posteridade:

Primeiros mártires da civilização da terra baiana! A grande obra que empreendestes, e por que vos sacrificastes, veio a realizar-se. O solo que regastes de vosso sangue é um dos mais populosos e mais produtivos do Império de Santa Cruz; e os seus habitantes mais piedosos ainda se lembram vós em suas orações ao Senhor dos justos, que distribui a quem os mereceu galardões sempiternos.⁴⁷⁰

Varnhagen não se contenta em apenas atribuir sentido e reordenar o passado; efetivamente conversa com este passado, configurando-o como passado da nação, e se lamenta

⁴⁶⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 202.

⁴⁶⁸ Reis afirma que “E se na luta colonial os brancos venceram, a jovem nação quer ser também vencedora e se identificar étnica, social e culturalmente com o branco. Foi este quem trouxe a civilização européia superior – a lei, o rei, a fé, a razão.” REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. pp.33-34.

⁴⁶⁹ Varnhagen afirma que entre as nações da América, o Brasil “[...] foi a que custou mais esforços e maiores trabalhos aos seus colonizadores, antepassados, em grande parte, como fica dito, dos atuais cidadãos”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.VIII.

⁴⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 203.

pelo infortúnio que se abateu sobre aqueles a quem define como verdadeiros compatriotas. Os atos de sacrifício empreendidos justificam-se pela realização do bem em prol da pátria, a qual triunfou apesar de todas as adversidades. Dessa forma, vai relatando uma série de perigos e entraves ao desenvolvimento da colônia, como “a insubordinação e irreligiosidade que iam lavrando [...] em conseqüência dos degredados que choviam da mãe-pátria; das expedições francesas, cada vez mais ameaçadoras”.⁴⁷¹ Varnhagen afirma que o cenário chegou a ser verdadeiramente catastrófico:

[...] a religião e a moral, primeiras colunas da humana felicidade, estavam abaladas, ou antes, tombadas; a honradez, que deve presidir nos negócios públicos, como nos particulares, cedia passo ao cínico egoísmo; e já quase começava a justiça equitativa, e por conseguinte a boa fé e confiança a fugir desta terra.⁴⁷²

Varnhagen aponta sinais de infortúnio que se abatiam sobre o Brasil: a ausência de condições favoráveis para a aceitação da autoridade, da observância da lei e da submissão à fé, elementos que, como visto anteriormente, são centrais ao seu sistema de pensamento. Para Varnhagen, estes são os elementos estruturantes da vida civilizada. A sua ausência ou fragilidade são indicativos de que a colonização não estava dando certo. Varnhagen está escrevendo de um lugar que é seu; seu lugar de fala é o lugar de um conservador preocupado em legitimar a Monarquia e assegurar o cumprimento da ordem. Como sempre, o pragmatismo fala mais alto, ou no mínimo, em íntima associação com a ciência.

Dentro desse espírito, para ele, é de grande gravidade que as próprias autoridades, inclusive, não se entendiam umas com as outras.⁴⁷³ Varnhagen sempre é muito cuidadoso ao tratar das dificuldades, pois quer valer-se delas enquanto fonte de valorização da colonização e não, de forma alguma, implicar em seu desprestígio. Portanto, ele precisa jogar com os obstáculos do passado, pois o resultado do jogo deve implicar em uma lição que signifique honra para o presente e, logo, incentive a adesão ao todo da nação. Por isso, ao mesmo tempo em que

⁴⁷¹ Ibid., p. 226.

⁴⁷² Ibid., p. 228.

⁴⁷³ Varnhagen comenta que “[...] o governo de D. Duarte da Costa pode citar-se para exemplo do mal que deve causar a um povo inteiro a desunião entre um chefe da administração e o da diocese, e de quanto tal desunião é fácil de fomentar-se, quando homens tão elevados, em vez de perdoarem reciprocamente com caridade alguma leve falta ou indiscrição, se tomam de ira e se deixam levar pelas mesquinhas intrigas de adutores ainda mais mesquinhos que elas” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 274.

descreve os problemas que envolveram os degradados – uma gente de moral questionável – diz que “assim pensamos que, ao narrar os fatos como se passaram, em nada degradamos a atualidade [...] os povos em geral não começam aristocraticamente, e a estirpe dos nobres patrícios de Roma provinha dos estupros cometidos nas Sabinas, pelos bandidos que as roubaram”.⁴⁷⁴ O parâmetro a que Varnhagen está relacionando a origem brasileira não é outro senão o do maior império que a antiguidade conheceu. Ou seja, o que poderia contar em desfavor acaba se tornando um argumento em certa medida, favorável. De qualquer forma, além de valer-se desse artifício, Varnhagen afirma que um novo influxo de imigrantes viria a minimizar os malefícios provocados pelos degradados.⁴⁷⁵

Uma das características mais marcantes da narrativa nacional elaborada por Varnhagen está na construção de uma sucessão de argumentos dotados de grande poder de sedução. Tais argumentos jogam constantemente com a adversidade e a tragédia, ainda que Varnhagen careça de méritos literários para tornar a sua leitura mais prazerosa.⁴⁷⁶ Assim, se por um lado, o problema dos degradados recrudescia, os índios, entretanto, se mostravam ameaçadores, ainda mais com o surgimento dos Aimorés, com os quais os colonos teriam que se defrontar. Varnhagen carrega no drama ao descrevê-los:

[...] havidos pelos bárbaros por mais que bárbaros, e com uma língua inteiramente desconhecida, e os usos estranhos a todo o mais gentio do Brasil [...] eram antropófagos, não por vingança e satisfação de ódios inveterados, mas por gula. Tudo induz a crer que eram da mesma nação representada pelos chamados agora Puris, que também, como este nome o diz, são gulosos de carne humana, e preferem como se conta dos tubarões da África, à carne dos brancos a dos negros, aos quais chamam de “macacos do chão”. É horroroso escrevê-lo; e asseguramos que o ânimo quase nos soçobra ante tais fatos.⁴⁷⁷

⁴⁷⁴ Ibid., pp.227-228.

⁴⁷⁵ Varnhagen aponta que “Esses grandes grupos de famílias açorianas, modestas, moralizadas e trabalhadoras, Vieram contrabalançar o efeito dos muitos degradados que começaram a ser enviados da metrópole, no ardor de ver aqui aumentar-se rapidamente a povoação.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 152.

⁴⁷⁶ Entretanto, Varnhagen afirmava que “pelo brilho e ornato do estilo não levamos, pois, a menor pretensão de campear [...] a linguagem, porém, procuramos sempre que saísse puritana e de boa lei; e neste sentido temos mais de uma vez ouvido, com certo desvanecimento, da própria boca de alguns escritores nossos, políticos e literatos, que a nossa obra havia tido grande parte a firmá-los no manejo da língua vernácula.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XII. Sobre a questão do estilo na obra de Varnhagen, ver CEZAR, Temístocles Américo Correa. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen**. v.2 [manuscrito]. 2002.

⁴⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.308-309.

A carga dramática que Varnhagen atribui ao seu grande relato da nacionalidade não é exclusiva desse trecho. Aqui, ele intervém no texto, lamentando-se da sorte dos colonizadores, que teriam que enfrentar um horror de tais proporções. Em outro momento, afirma que “[...] o Brasil chorava a morte de seu terceiro governador [...]”⁴⁷⁸, referindo-se a Men de Sá. O apelo ao recurso trágico não é desprovido de sentido, ou mera retórica sem conteúdo. O que Varnhagen propõe é, sobretudo, a comoção e identificação no presente através da tragédia no passado. Porém, no caso em questão, parece pouco provável – para não dizer impossível – que houvesse um Brasil com consciência de si mesmo no século XVI, a lamentar-se pela perda de seu governador geral. Brasil, no contexto da afirmativa de Varnhagen, não passa de uma abstração discursiva para conferir significação a um acontecimento do passado. Mas como é característico de sua obra, Varnhagen faz do Brasil um indivíduo, um verdadeiro sujeito dotado de vontade de tornar-se um Império, que inclusive chora pela morte de seus melhores e leais filhos.

A *História Geral do Brasil* se vale em grande medida dos índios e dos próprios problemas inerentes à colonização para demonstrar a grandiosidade do esforço empreendido.⁴⁷⁹ Todavia, é através do recurso ao invasor estrangeiro que Varnhagen realmente busca enaltecer o feito civilizatório. Se o embate da civilização contra a barbárie – apesar de sofrido – resulta em inevitável triunfo, o choque da colônia com o estrangeiro é o que verdadeiramente a define.⁴⁸⁰ Varnhagen não se cansa de destacar que a colônia, por si só, teve de se defender das incursões das nações civilizadas européias. Justamente as nações que são o parâmetro em torno do qual a nação brasileira procura definir-se no tempo em que a *História Geral do Brasil* é escrita.⁴⁸¹

⁴⁷⁸ Ibid., p. 347.

⁴⁷⁹ Para Odalia, “não sendo o assenhoreamento da terra uma conquista fácil e pacífica, os primeiros fundamentos da nacionalidade aí tomam forma, e a terra, regada pelo sangue dos conquistadores, reveste-se da mística que lhe permite sublimar-se no sentimento do solo pátrio”. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979.p.20.

⁴⁸⁰ Odalia comenta que “se as guerras de conquista são o primeiro momento da constituição da nação e da nacionalidade, as guerras de reconquista, travadas contra estrangeiros – franceses e holandeses, principalmente contra estes últimos –, ganham dimensão especial, pois é nelas que se fortifica e consolida o sentimento pátrio. Dadas as condições em que foram travadas – com pequeno auxílio da metrópole, portuguesa ou espanhola –, essas guerras adquirem o caráter excepcional de uma luta de brasileiros contra estrangeiros.” Ibid., p.20.

⁴⁸¹ Para Odalia, “Na obra de Varnhagen, os capítulos sobre as guerras holandesas adquirem importância, porque é nelas que os coloniais vão revelar de maneira incontestável, segundo seu raciocínio, uma consciência nacional e a certeza de que já podem superar o complexo – se assim podemos chamar – de inferioridade ante os reinóis.” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.56.

Sendo assim, o sentido identitário que Varnhagen imprime à sua obra é reforçado com o uso incisivo da categoria inimigo. Inimigo, que é entendido como outro em oposição ao mesmo que Varnhagen constitui em sua obra, ou seja, os nossos. Esta é uma das chaves para a definição de uma nacionalidade na obra de Varnhagen: a contraposição dos franceses e holandeses, e em menor medida dos castelhanos, atribui sentido e significado aos nossos; os futuros brasileiros. É a partir do choque com as nações civilizadas européias que se obtém glória para os nossos.⁴⁸²

Dessa forma, Varnhagen estabelece a tragédia sob outro aspecto, o da permanente ameaça que representa o inimigo estrangeiro para a consagração da nação brasileira que ele prefigura nos tempos coloniais. É uma abordagem que esbarra em um maniqueísmo exacerbado. Não há tons de cinza e não há matização. Para Varnhagen, o choque é entre o bem e o mal. Varnhagen lida com absolutos, com preto e branco. Considerando-se a identidade que ele está fundando, não poderia ser de outra forma.⁴⁸³ Os portugueses não são invasores. Estão legitimados pelo Tratado de Tordesilhas e pela cristandade. Invasores são os outros: principalmente franceses, holandeses e castelhanos. O sentido da utilização da categoria do inimigo enquanto dimensão de identificação nacional é evidente. Como considera Hobsbawm, “não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo [...]”.⁴⁸⁴ Varnhagen busca construir discursivamente, em sua narrativa nacional, justamente este sentimento.

O problema que os “invasores” representam surge cedo na *História Geral do Brasil*. Entretanto, para Varnhagen, na mesma medida que são um problema, estes mesmos invasores que permitem definir o caráter de superação heróica da colonização. Assim, Varnhagen estrategicamente desloca o foco do conflito: “[...] outro perigo crescente punha em maior risco

⁴⁸² São inúmeras as passagens onde Varnhagen trabalha a questão a partir deste enfoque, como por exemplo, quando os nossos tiveram “[...]ocasião de acometer e apresar com glória um galeão da França”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 169.

⁴⁸³ Como afirma Hobsbawm, “[...] se os nacionalistas tivessem uma sensibilidade tão apurada para os males praticados pela sua nação como têm para os que são cometidos contra ela, a eficácia política do sentimento nacional saísse bastante diminuída.” HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.13.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, pp.49-50. Nesse sentido, o autor afirma que “não há meio mais eficaz de unir as partes díspares de povos inquietos do que uni-los contra forasteiros[...]” e que “[...]os governos tem um interesse doméstico considerável em mobilizar o nacionalismo de seus cidadãos [...] nada estimula melhor o nacionalismo, em ambos os lados, que um conflito internacional”. *Ibidem*.

toda a colônia, e ameaçava a ruína e a perda do Brasil. Eram as naus francesas [...]”.⁴⁸⁵ Perigo que, segundo ele, se configurava como uma ameaça concreta e permanente de tragédia para o todo da nação.⁴⁸⁶

Embora representassem uma ameaça concreta, de certa forma é proveitoso para o grande relato da nacionalidade de Varnhagen que os franceses e os demais invasores não tenham sido expulsos de pronto, ou seria escassa a matéria-prima a que ele poderia recorrer para constituir homens em heróis e instituir exemplos.⁴⁸⁷ Os heróis são fundamentais na medida em que conformam um padrão de conduta que fomenta valores elementares para o sucesso da nação, aos quais Varnhagen incentiva através de figuras exemplares.⁴⁸⁸

Se a tragédia sinaliza com a punição ao pecador, o exemplo do herói visa criar uma atitude de permanente reiteração do dever cívico. O herói é o exemplo mais elevado de ser humano, é alguém que afirma a sua própria vida como sacrifício ao altar da pátria. A realização de feitos heróicos por excelência exige uma disposição para transcender o comum, o mundano, o utilitário. É um desprendimento em nome de algo maior. Varnhagen busca criar uma verdadeira tradição de valor cívico e patriótico, de sacrifício da parte em favor do todo, já nos tempos coloniais. Como afirma Hobsbawm, “muitas vezes ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas”.⁴⁸⁹ Dessa forma, quando o passado não

⁴⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 228.

⁴⁸⁶ Varnhagen alerta que “Se nessa colônia tem desde o princípio reinado a necessária harmonia, e se os colonos franceses, já seguros dos bárbaros, passam para o continente, à chegada dos reforços esperados, fazem algumas plantações, e adquirem por meio destas o amor à terra que dá a prosperidade dela, quando amanhã com o próprio suor, talvez ninguém houvesse mais podido desalojá-los; e o Rio de Janeiro e seus contornos, pelo menos, pertenceriam hoje, como Caiena, à França, ou formariam acaso uma nação independente da colonização francesa, ou Deus sabe! Quase africana, como Haiti, se é verdadeira a idéia que alguns têm de que os franceses, com excesso amigos da sua França, não são um povo colonizador.” Ibid., pp.286-287.

⁴⁸⁷ Em sintonia com os parâmetros do IHGB, Varnhagen afirma que muitos colonos “[...] nos legaram ações meritórias e de abnegação e desinteresse, que, não só por gratidão como até por conveniência, nos cumpre comemorar; pois como diz um nosso ilustre magistrado, nada excita tanto o esforço do homem para o bem como a recordação das nobres ações de seus maiores... o zelo de sufragar a virtude dos pais é já nos filhos um princípio de virtude”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.VIII.

⁴⁸⁸ Odalia considera que “Como forma de sedimentar a unidade territorial e espiritual da Nação nascente, Varnhagen lança mão do recurso altamente sensibilizante da criação de heróis”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.57.

⁴⁸⁹ HOBBSAWM, Eric. **Introdução: a invenção das tradições**. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org). *A invenção das tradições*. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002. p.9.

oferece por si só os elementos necessários à composição da representação – e raramente o faz – inventam-se tradições e ressaltam-se elementos que poderiam ter sido restritos a um pequeno grupo com a intenção de exemplo.⁴⁹⁰ Varnhagen é explícito quando diz que a

A história nos dá exemplos do caro que tem pago algumas nações o pretenderem renegar de todas as tradições do seu passado; custando isso a umas o ser vítimas do jugo estrangeiro, e a outras a perda de sua paz e tranqüilidade, envolvendo-se em guerras civis e de raças intermináveis, sem poderem mais encontrar o núcleo de cristalização, que sirva de base a novos princípios de organização, admitidos por todos os cidadãos, pela poderosa sanção dos séculos.⁴⁹¹

É como se Varnhagen estivesse criando costumes através de um verdadeiro magistério pedagógico, instituindo a adesão e fidelidade à nação. Varnhagen está efetivamente fundando uma memória nacional através da sua narrativa. Ele deixa transparecer a função paradigmática exercida pela figura do herói de forma clara, em um trecho da História Geral do Brasil:

A História de Pita, que ainda hoje se aprecia pelo seu colorido poético, bem que omissa em fatos essenciais, destituída de critério e *alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espírito nacional*, fazendo avultar, sem faltar à *verdade*, os *nobres exemplos dos antepassados*, serviu de muito, por algumas de suas próprias exagerações para recomendar à metrópole o Brasil.⁴⁹²

Cumprir lembrar também que Januário Barbosa já havia sinalizado com a questão do herói no discurso fundador do IHGB, não sendo, portanto, uma iniciativa propriamente de Varnhagen, mas sim de acordo com a concepção de história e o pragmatismo que norteava as atividades do Instituto.⁴⁹³ Entretanto, o que interessa propriamente observar é a função que o herói exerce na narrativa. Varnhagen procura no passado os exemplos de varões brasileiros que podem inspirar a devoção ao culto da nação no presente. Não basta apenas ressaltar o triunfo. Varnhagen precisa atribuir o caráter de herói a um sujeito do passado, pois é isso que faz com que seja possível a

⁴⁹⁰ De acordo com Hobsbawm, Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado historicamente apropriado”. *Ibid.*, p.9.

⁴⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.VII.

⁴⁹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.40. grifos meus.

⁴⁹³ Barbosa afirma que “Por isso a virtude he sempre digna de veneração publica, a gloria abrilhanta os honrados cidadãos, ainda mesmo quando peração haver succumbido aos golpes da inveja e da intriga dos mãos ; a justiça que a posteridade lhes faz, salvando seus nomes e seus feitos de hum injusto esquecimento, he forte estimulo para uma forte emulação.” BARBOSA, Januário da cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

identificação que supere a distância causada pela não contemporaneidade do relato. Na verdade, tem-se a impressão de que não é a grande ação individual que importa. É a possibilidade de atribuir um sentido específico ao passado que interessa a Varnhagen, e não a realização de uma história dos grandes homens.⁴⁹⁴ Se isso acontece, é como consequência do sentido pragmático e paradigmático de sua obra. O que interessa é a função exercida na narrativa, e não o homem em si.⁴⁹⁵ O tripé estabelecido pela configuração herói/inimigo/tragédia funciona exemplarmente, como a citação abaixo exemplifica:

Por fim a vitória se decidiu pelos nossos, e a forte tranqueira foi assaltada. Infelizmente recebeu na refrega uma flechada o bravo Estácio de Sá, e da ferida veio a morrer um mês depois. Assim perdeu a vida asseado, como o padroeiro (cujo dia era o em que foi ferido) da cidade que fundara, e a que dera nome, e da qual os símbolos do martírio do mesmo padroeiro vieram a ser as insígnias ou armas”. A cidade festejou por muito tempo esse triunfo, com oito dias de luminárias, e ainda hoje conserva um oitavário religioso, dando-se durante os três dias 17, 18 e 19 de janeiro uma salva às oito da noite. [...] A sepultura do primeiro capitão-mor do Rio é para o Brasil uma venerável relíquia, que não só a piedade, mas também a gratidão, nos impõe o dever de acatar, como de um *herói mártir, que sacrificou sua existência pelo país, que hoje se deve gloriar em proclamá-lo seu cidadão adotivo.*⁴⁹⁶

Varnhagen está trabalhando fervorosamente para fundar uma memória, e por extensão, uma identificação, uma identidade nacional. Como assinala Hobsbawm, tal identificação implica em um dever para com a organização política que abrange e representa a nação e supera *todas* as outras obrigações públicas e em casos extremos (como a guerra) todas as outras obrigações de qualquer tipo; em essência isso distingue o nacionalismo de outras formas menos exigentes de organização grupal.⁴⁹⁷ É este sentido que Varnhagen pretende fundar. Para ele, morrer a serviço da nação significa assumir a condição de mártir da pátria e obter adoração por toda a eternidade. Através da narrativa nacional, os homens se erguem da condição humana e assumem a posição de objeto de culto, de monumento que integra o panteão da nação. Varnhagen constrói um contexto, através do passado por ele inventado, onde se espera dos indivíduos uma contribuição cívica para

⁴⁹⁴ Wehling considera que “Varnhagen elegeu, à luz dos fundamentos ideológicos, filosóficos e científicos de seu momento histórico, alguns atores sociais privilegiados”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.158.

⁴⁹⁵ Para Wehling, a escolha de quem se torna herói deve se entender pela “[...] expressão aqueles que melhor interpretaram as condições históricas [...] parece-nos um erro admitir que a sua interpretação gira apenas em torno do ‘grande homem’ individual”. Ibid., p.90.

⁴⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 329. grifos meus.

⁴⁹⁷ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.18. grifos do autor.

a nação, uma verdadeira disposição para o sacrifício em nome do bem comum. Este é um sentimento que será estimulado por ele, que afirma: “quantas vezes um só homem, uma só idéia ou pensamento fecundo, pode salvar de todo um país”.⁴⁹⁸ É como se Varnhagen convidasse os brasileiros a se erguer do torpor e se elevar para esta vocação messiânica que é sacrificar-se a serviço da salvação do país. Tal disposição implicará inclusive em recompensa, como Varnhagen gosta de demonstrar. Ele destaca que aos valorosos indivíduos que cumprem o seu papel, à nação concede honrarias e elevação de postos, bem como a chance de atingir a honra maior, tornando-se exemplo para as gerações futuras:

[...] como recompensas hereditárias aos que já se haviam distinguido, como entre nós ainda se concedem, pela nação, pensões às viúvas e filhos, pelo serviços dos maridos e pais, mas sem prejuízo de elevar a estes às classes superiores, quando *prestassem tais serviços que viessem a dar glória à mesma nação, e a proporcionar, ainda depois de mortos, estímulos vivos às sucessivas gerações*. Por esta razão os títulos que importavam glórias nacionais, dignas de serem perpetuadas, como os concedidos a Vasco da Gama, eram com razão declarados hereditários.⁴⁹⁹

As condutas que, por excelência, possuem essa vocação paradigmática devem ser resgatadas do passado. Não há exagero em dizer que a galeria de heróis de Varnhagen é numerosa.⁵⁰⁰ Entretanto, essa característica se refere à necessidade de reiteração do valor das condutas em prol da nação. Não se trata de um desejo de pura e simplesmente fazer uma história dos grandes homens, o que Varnhagen, no meu entender, não faz. A história é, sobretudo, protagonizada por um personagem: o Brasil uno e coeso, o Brasil geral. Os coadjuvantes são escolhidos e constituídos na medida em que reforçam os fins que atendem aos interesses do personagem principal da narrativa nacional. O que suscita a lembrança são os feitos dignos de rememoração e, logo, de comemoração, algo que o próprio Varnhagen expressa: “deixando fundada essa feitoria, passou Jaques a correr a costa até o Rio da Prata, onde pouco tempo se demorou, regressando outra vez para o norte, a cometer feitos que não tardaremos em comemorar”⁵⁰¹ Ao longo do desenvolvimento da sua narrativa, os heróis da nação brasileira vão

⁴⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 152.

⁴⁹⁹ Ibid., pp.157-158. grifos meus.

⁵⁰⁰ Reis afirma que “Vasco da Gama e Cabral são os primeiros heróis da numerosa galeria de Varnhagen”. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.38.

⁵⁰¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 109.

pouco a pouco surgindo e constituindo uma galeria de personagens dignos de adoração, cujos atos devem inspirar imitação.

Algumas vezes os critérios de escolha dos eleitos são surpreendentes, e demonstram a extensão do pragmatismo de Varnhagen. Há certa regularidade na atribuição da condição de objeto de adoração e exemplo de comportamento, no que se refere à condição social daqueles que são glorificados. Entretanto, esta classificação atende muito mais a um sentido utilitário, de prestação de serviço à nação, do que propriamente qualquer outro critério. Prova disso é que Varnhagen irá também considerar – em alguns casos – índios e negros como heróis. Considera-os assim por colocarem-se a serviço da nação. É o que ocorre com o

[...] Ilustre herói índio, comendador professo na ordem de Cristo Dom Frei Antônio Filipe Camarão. Associado à causa da civilização, desde antes da fundação da capitania do Rio Grande (do Norte), o célebre varão índio não deixara de prestar de contínuo aos nossos mui importantes serviços, já contra os selvagens, já contra os holandeses em todas as capitanias do Norte. Consta que esse chefe era muito bem inclinado, comedido e cortês, e no falar muito grave e formal; e não falta quem acrescente que não só lia e escrevia bem, mas que nem era estranho ao latim. Ao vê-lo tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados, não há que argumentar entre os homens com superioridade de geração, mas sim deve abismar-nos a magia da educação que, ministrada embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à pátria.⁵⁰²

O pragmatismo de Varnhagen se estende, inclusive, à própria condição étnica, demonstrando que o seu critério maior é o de fidelidade nacional.⁵⁰³ Com Henrique Dias, que será convertido em herói negro da nação, o tom não é diferente:

Foi, porém, somente depois de morto que os seus serviços receberam no Brasil (não sabemos em que data) a mais gloriosa recompensa, ordenando-se que, para perpétua memória, se organizassem, em várias das capitanias, corpos de soldados e oficiais todos pretos, com o nome de *regimentos dos Henriques*.⁵⁰⁴

⁵⁰² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 79.

⁵⁰³ Para Varnhagen, a condição de índio não representa obstáculo algum. Ele inclusive discute o assunto sem constrangimento, pois pouco interessa a origem étnica. O que importa é a possibilidade de materializar um sujeito ideal e projetar a partir daí um exemplo para o presente. Assim, dirá que “A verdadeira naturalidade e a época do nascimento do herói Camarão tem sido até nossos dias objeto de discussões e dúvidas. Pelo que respeita a primeira, o fato incontestável de ser de nação potiguar [...]”. Ibid., p. 79.

⁵⁰⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 97.1

As honrarias estão ao alcance até mesmo de negros e índios. Basta que abram mão de sua identidade, que assimilados, deixem de ser um outro e passem a ser o mesmo, assumindo a condição que se espera de um súdito leal. Este é, sobretudo, o sentido de um grande relato da nacionalidade que busca erradicar a heterogeneidade. Se os exemplos de negros e índios heróis são poucos, é apenas porque foram escassos os casos em que esta condição se efetivou.

Varnhagen trabalha a questão do herói, por excelência, em contraposição ao inimigo. Dessa forma, define como “uma boa estréia” o combate vitorioso de Martim Afonso com naus francesas na costa de Pernambuco.⁵⁰⁵ Por esta boa estréia, será recompensado postumamente com o reconhecimento de sua virtude através do relato de Varnhagen. O poder da história oferece a alguns escolhidos a vida após a morte, integrando-os como objeto de culto e fonte de ensinamento na narrativa nacional:

Enfim Martim Afonso não se descuidou da empresa confiada à sua solícitude, e que mais no-lo recomenda, e o há de recomendar à posteridade, que todos os outros seus feitos militares (apesar de mui brilhantes, de mais precedoura memória) praticados nesse Oriente por que tanto se afanava. Enquanto no Brasil, não dava ele nem um dia de fêria a seu cuidado.⁵⁰⁶

O critério por excelência que garante o ingresso na posteridade é a virtude de resistência ao invasor e a disposição para a luta em nome da pátria. Varnhagen associa a colonização com a resistência às pretensões estrangeiras e assim define o Brasil como nação em processo civilizatório que se defronta com outras nações já civilizadas. Há aqui um forte anacronismo embutido, pois Varnhagen demonstra forte tendência de enxergar uma defesa da soberania brasileira na colônia. Como afirma Wehling, os nossos “[...] defendem a causa da integridade da posse portuguesa, o que por sua vez garantirá, no futuro, a unidade territorial do país”.⁵⁰⁷ Nada poderia ser mais edificante do que essa capacidade para a resistência e superação mesmo diante de uma evidente disparidade. Sendo assim, não é surpreendente que os heróis sejam forjados a

⁵⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 125.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 132.

⁵⁰⁷ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.69.

partir desta configuração, com raras exceções⁵⁰⁸, que também são exemplares para a pátria, como o Padre Vieira⁵⁰⁹, Bartolomeu Lourenço⁵¹⁰ e D. José.⁵¹¹

Varnhagen de tal forma associa o desenvolvimento da nação ao confronto, que, para ele, o processo de ocupação do território na forma de capitânias teve, inclusive, relação íntima com a ameaça representada pelos franceses.⁵¹² Para Varnhagen, o próprio motivo por trás da ocupação efetiva do território configura uma espécie de defesa da soberania nacional. Ele enfatiza, entretanto, que “[...] por ser mal feito, não se expulsaram de nossos mares os navios franceses, que era o resultado principal que se pretendia obter”.⁵¹³

Em virtude da ameaça continuada que representavam os franceses, Varnhagen obtém a matéria-prima que necessita para o seu jogo com o perigo e com a possível e sempre iminente tragédia. Dessa forma, ele afirma que a frequência com que os navios franceses transitavam pelos

⁵⁰⁸ A galeria de heróis constituídos por Varnhagen é extensa, e começa com um exemplo um tanto quanto inusitado: embora Varnhagen diga que “não pertence a esta História” tratar de Colombo, afirma ele que foi um “[...] grande homem que verdadeiramente pode se dizer que consumou a obra começada por Alexandre de por em comunicação recíproca o gênero humano”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.63.

⁵⁰⁹ Que “[...] durante mais de um terço de século, tamanho papel representa, na história dos dois Estados brasílio e maranhense, esse homem notável. Bem que nascido em Portugal, Vieira viveu a maior parte do tempo no Brasil, e aqui morreu; do mesmo modo que seus pais, seu irmão e outros parentes. Ele próprio dizia: que “pelo segundo nascimento devia ao Brasil as obrigações de pátria”; e certo é que associado ao seu brilhante nome ajudou, no século XVII, a fazer ressoar na Europa o desta então obscura colônia. Foi um verdadeiro gênio [...] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 164.

⁵¹⁰ Discutindo a questão da *navegação área* e uma suposta injustiça, Varnhagen considera que: “[...] à glória de Bartolomeu Lourenço se fará a devida justiça; e o Brasil exultará de ver, bem que tarde, tributada a devida homenagem a este filho da província [...] pela nossa parte cumpre-nos lamentar que as aspirações do verdadeiro gênio e do amor da pátria tantas vezes se encontrem póstumas, e ainda assim tardias recompensas, unicamente conferidas pela consciência da posteridade, alheia às negras nuvens da inveja”. Ibid., p. 332.

⁵¹¹ “Possuía el-rei D. José grandes dotes para rei, começando pelo amor do país, da glória e da virtude. Era benigno, verdadeiro e probo. De sua firmeza de caráter, qualidade primeira nos que governam, não necessitamos mais prova que a do modo como soube empatar tantas e tão diferentes intrigas que lhe armaram contra o seu ministro Pombal; e isso apesar de que era, por compleição, um pouco timorato [...] nada abalou o seu grande ânimo de conservar à frente da administração o homem que, em meio de seus defeitos, desejava a todo transe despertar a apatia da nação, restaurando sua dignidade e independência [...] ainda hoje estamos desfrutando dos benefícios que nos legou a ciência desse grande estadista [...]”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.235.

⁵¹² Varnhagen conta que “Foi, pois resolvido que o Brasil se dividisse em grandes capitânias, contando para cada uma, sobre a costa, cinqüenta ou mais léguas; o que el-rei participou logo a Martim Afonso, na resposta das cartas que o mesmo Martim Afonso escrevera de Pernambuco, dando conta da tomada das naus francesas”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 138.

⁵¹³ Ibid., p. 146.

mares brasileiros era preocupante e exigia constante vigília.⁵¹⁴ O desconforto diante do perigo – então representado pelos franceses – inclusive leva Varnhagen a agradecer à Providência pela demora na descoberta do ouro no interior do país, pois poderia resultar em catástrofe, provocando a migração para o interior e a entrega do litoral a França.⁵¹⁵ Assim, ele vai dizer que o território nacional – o bem máximo a ser protegido – encontrava-se sob forte ameaça:

[...] assuntos mais graves que os de minas demandavam agora toda a atenção do governador. Tratava-se nada menos do que da conservação e defesa do território. O litoral via-se cada vez mais ameaçado de corsários e piratas não só ingleses e holandeses, como também franceses. Estes últimos se achavam quase de posse de todos os portos do Rio Grande para o Norte, contavam por aí com toda a índia em seu favor, e tinham sempre em cheque a Paraíba.⁵¹⁶

Os portugueses/brasileiros se viam, assim, diante de um perigo muito maior do que o dos bárbaros. A presença constante dos franceses comprometia a própria continuidade do esforço colonial.⁵¹⁷ A ameaça funciona, inclusive, como uma forma de integração discursiva do território, reforçando o sentido geral da história brasileira por ele escrita. Assim, Varnhagen afirma que havia uma “[...] clara idéia da freqüência com que visitavam os navios franceses estas paragens, principalmente o Rio de Janeiro. Tal freqüência dos navios franceses não era desconhecida na cidade de Salvador [...]”.⁵¹⁸ Era o Brasil que se via ameaçado pelos franceses, e não regiões isoladas. Uma outra nação ameaçava a soberania nacional. A sensação que ele busca provocar é

⁵¹⁴ Varnhagen afirma que “[...] as notícias que haviam chegado à corte da costumada freqüência dos navios franceses, máxime no porto do Rio de Janeiro, haviam produzido uma ordem expressa para o fortificar, e convinha-lhe indagar se nas capitânicas do sul adquirira gente e meios para fazê-lo, pois ali da Bahia nada podia então dispensar”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 257.

⁵¹⁵ Sobre os rumores de existência de metais preciosos no país, Varnhagen diz que “[...] mas Deus não havia querido ordenar que elas se confirmassem, antes de estar mais assegurado o Brasil. As expedições que se empreenderam não tiveram êxito. E felizmente que não o tiveram, pois a descoberta de minas no sertão, quando ainda existia tão pouca gente na costa, a teria deixado deserta, e dela se haveriam talvez apoderado os Franceses”. *Ibid.*, p. 261.

⁵¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 44.

⁵¹⁷ Assim, compreensivamente, Varnhagen dirá que “Lamentando os tristes acontecimentos que tiveram lugar durante a administração de D. Duarte, apressemo-nos a dizer que alguns não se devem tanto atribuir a ela, como à sua má fortuna. Os Franceses apareciam no Brasil em maior força do que nunca, e chegaram a estabelecer-se no Rio de Janeiro.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 278.

⁵¹⁸ *Ibid.*, p. 284.

de inquietação no leitor: “pouco tempo depois chegava também a notícia de que ficavam muitos da mesma nação estabelecidos em uma ilha à boca da enseada do Rio de Janeiro [...]”.⁵¹⁹

O cenário estabelecido por Varnhagen vai se tornando cada vez mais alarmante. Sua intenção é justamente esta: que o leitor se maravilhe diante do feito realizado pelos colonizadores. Assim, “o número de gentios que estava em favor dos franceses, orçava o governador em mais de mil [...]”.⁵²⁰ Segundo ele, a extensão das pretensões francesas quanto ao país pode ser medida pelo que se pensava na época. Varnhagen demonstra isso dizendo que “o cosmógrafo André Thevet pretendeu que o país se ficasse chamando *França Antártica*, e assim o designou já no próprio título do livro das coisas singulares do Brasil que publicou em 1558”.⁵²¹ Sem dúvida, a situação era verdadeiramente alarmante: os choques se elevavam cada vez mais, chegando ao confronto aberto, o qual exigia, por parte dos nossos, sacrifícios de grande monta para a defesa da pátria:

Onde, porém, os franceses se apresentavam em aberta hostilidade nesse ano foi na Paraíba. Trezentos e cinquenta homens, desembarcados de treze navios, cometeram o forte de Santa Catarina do Cabedelo, apenas defendido por vinte homens e cinco pequenas peças de artilharia; mas tal foi a resistência que apresentaram, que os atacantes se viram obrigados a reembarcar-se, com grande perda. *O comandante do forte morreu nessa heróica defesa, deixando ao sucessor, João de Matos Cardoso, um digno exemplo que ele soube imitar trinta e quatro anos depois contra os intrusos holandeses.*⁵²²

Eis aqui novamente as figuras da tragédia, do inimigo e do herói operando de forma conjunta, motivando a comoção do leitor. Como não esperar, no presente, a preservação de tais feitos nobres realizados em nome da pátria? São atos de grande sacrifício, dos quais o país deve se orgulhar e, logo, buscar imitar. Varnhagen inclusive destaca que a resistência aos invasores é um feito local, de aparente desconhecimento por parte da Corte, cabendo, portanto, à nova pátria celebrá-la.⁵²³ Evidentemente, o estabelecimento de um cenário inteiramente desfavorável culmina

⁵¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 285.

⁵²⁰ Ibid., p. 305.

⁵²¹ Ibid., p. 286. grifos do autor.

⁵²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 46. grifos meus.

⁵²³ Sobre os preparativos para a incursão francesa no Brasil, Varnhagen diz que: “Deviam essas notícias chegar ao conhecimento da corte, quer por via do próprio Brasil, quer da França, onde os preparativos se haviam feito sem grande segredo [...] não se dizia, ao menos por escrito, uma palavra da expulsão dos franceses, de cujas forças

com um capítulo intitulado “*Men de Sá. A expulsão dos franceses*” e a consagração do herói, elevado a objeto de culto da nação.

Mas os franceses não são os mais célebres inimigos do esforço colonial – em certa medida, devido à escassez de fontes – e nem os castelhanos, a que Varnhagen geralmente se refere de forma passageira, comentando, por exemplo, as reclamações contra “os castelhanos de Assunção, que entravam nas terras do Brasil, com morte de muita gente”.⁵²⁴ O inimigo, por excelência, é o holandês, até mesmo porque o choque foi extenso e houve – no entender de Varnhagen – perda de soberania. Ele considera que apesar da união com a Espanha ter sido benéfica em função do alargamento das fronteiras, trouxe uma série de novas ameaças diante das quais havia pouca condição de resistência.⁵²⁵ Esta união colocou o Brasil em um estado de iminente calamidade. Varnhagen traça um cenário de pânico crescente diante das iminentes invasões, pois “[...] por todas as capitanias, os receios de alguma invasão estrangeira eram como um sentimento público. Temiam-se franceses, temiam-se ingleses, temiam-se holandeses, e até se chegava a temer mouros e turcos”.⁵²⁶ Não poderia ser diferente: a sensação é retratada por ele como comum a todas as capitanias.

O panorama era de tamanha negatividade, que Varnhagen chega a manifestar certa xenofobia, o que não lhe é peculiar, pois como as condições para assumir o papel de herói evidenciam, seu nacionalismo é muito mais baseado na vontade do que na etnia.⁵²⁷ Para ele, em

parece nem havia exata idéia.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 141.

⁵²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 259.

⁵²⁵ Varnhagen reflete que “E claro está que sendo a maior parte destes inimigos nações marítimas, a própria vastidão, quase imensa, da nova monarquia a cujos destinos se havia associado a nascente colônia Brasília, dificultava a sua defesa e a deixava vulnerável, como uma das paragens a que menos lhe interessava atender. E com efeito, o Brasil, onde ainda não haviam sido descobertas as minas de ouro e diamantes, o Brasil com a sua escassa produção de açúcar e do pau que lhe dera nome, não podia ser guardado pelos novos reis estrangeiros, com o mesmo empenho com que tratavam de guardar o México e o Peru, domínios que, com o enorme produto de inesgotáveis minas de ouro e prata, os ajudavam em tantas guerras.” Ibid., pp. 366-367.

⁵²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 161.

⁵²⁷ Assim, Varnhagen irá apontar o erro estratégico que era “O freqüente uso, até então seguido, de preferirem os comerciantes de Lisboa o fretarem, para o Brasil, urcas flamengas, mais bem construídas e artilhadas do que os barcos portugueses, não só foi prejudicial à marinha de guerra, que da mercante se alimenta, como levou ao Brasil muitos estrangeiros que, com o andar do tempo, se converteram em espias e em inimigos declarados, especialmente desde que, com a sua união a demais Espanha, os Países Baixos começaram a considerar como inimigos, sempre que

virtude dessa conjuntura de ameaça de invasão iminente, os estrangeiros deixavam de ser de confiança.⁵²⁸ É dentro deste cenário que Varnhagen tece uma de suas críticas mais contundentes, carregando no tom trágico, e na indignação de quem escreve como historiador que inventa a nação:

Entretanto, temos para nós que quando o inimigo nos ameaça, há que prepararmo-nos para o receber à porta da casa, e não dentro dela, depois de no-la haver saqueado, para nos matar com nossas próprias armas, se não lhe pagamos os tributos que nos impõe. Ora, tais preparativos mal se fizeram; pois deviam consistir principalmente em ter, não fortalezas fixas, mas praças de guerra móveis: – uma respeitável marinha colonial. – Deixemos ao fatalismo embrutecedor o explicar-nos como o Brasil bradava aos céus, pelos seus costumes pervertidos, pedindo uma invasão, que chegou a ter dele separada da outra metade, por tantos anos, *que mal se explica como veio a soldar-se*. Apesar da nossa nímia tolerância, que melhor avaliará o leitor para o adiante: apesar de reconhecermos os bens que algumas províncias brasileiras devem hoje aos holandeses, cremos que se cometeram faltas graves, e que o governo não obrou nesse ponto como pedia o caso. Dirão que havia chegado, na Terra de Santa Cruz, ao auge a corrupção, o roubo e o escândalo.⁵²⁹

Para ele, portanto, seria devido à omissão do governo e à degeneração dos costumes que os holandeses chegaram a se estabelecer no Brasil. Isto viria a comprometer inclusive, o que Varnhagen via como a própria soberania nacional, causando a separação de parte do seu território. O emprego da expressão “mal explica como veio a soldar-se” indica o esforço realizado, do qual ele se vale extensivamente para inventar um sentimento nacional então inexistente. Este sentimento surgirá, principalmente, pela contraposição dos nossos aos inimigos.

Varnhagen afirma que estando os holandeses devidamente incentivados pela ausência de represálias às suas incursões em território brasileiro, deram início aos preparativos para um empreendimento muito mais ambicioso: a sua ocupação.⁵³⁰ A partir daí, irrompeu a guerra.

isso lhes convinha.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 45.

⁵²⁸ Varnhagen afirma que “Além desses delinquentes, encontravam-se de repente outros muitos, disseminados por todo o Brasil, que só o eram em virtude das circunstâncias. Tais foram todos os estrangeiros, e com especialidade os holandeses, franceses e ingleses. Muitos feitores de engenhos eram destas nacionalidades, e se haviam, durante anos, conduzido honradamente; mas, em presença dos ataques de seus compatriotas, e dos conluios provados com um ou outro, difícil era seguir neles tendo confiança.” *Ibid.*, p. 65.

⁵²⁹ *Ibid.*, pp.162-163. grifos meus.

⁵³⁰ Varnhagen afirma que “As faltas do governo haviam de tal modo engulosinado os holandeses com tantas presas feitas por eles, de um modo impune, que já não se duvidava de qual era o agressor mais iminente, quando renasceu com vigor na Holanda o pensamento da organização de uma companhia de comércio ocidental, análoga a que já existia para o Oriente. [...]Organizada a companhia holandesa, aprovados os regulamentos, e empreendidos já inclusivamente alguns primeiros ensaios, o conselho dos dezenove decidiu tentar um ataque sobre o Brasil e, para dar o golpe mais decisivo e seguro, resolveu acometer a cidade-capital – a Bahia que era também conhecida dos

Varnhagen relata que “a guerra era mui legitima. Concluída a trégua no dia 9 de abril desse ano (1621), havia o próprio rei ordenado, por carta régia do dia 15 do dito mês, que os holandeses fossem tratados como inimigos.”⁵³¹ A partir daí, ele passa a se referir não mais aos holandeses enquanto sujeitos dotados de uma identidade própria, mas, sucintamente, utiliza-se da categoria de *inimigo*. O inimigo vale enquanto antagonista por excelência do Brasil e da colonização portuguesa. Isso, por sua vez, possibilita novamente a constituição de heróis, modelos paradigmáticos de virtude.⁵³²

Varnhagen comenta que a vulnerabilidade do país e a escassez de resistência praticamente convidaram os holandeses a se aventurarem no Brasil. Uma vez que esta intenção ficou clara, finalmente tiveram início os preparativos para a defesa da nação brasileira.⁵³³ Varnhagen tenta atribuir certo tom épico ao conflito: assim, “no dia 8 de maio de 1624 foram avistadas as velas inimigas [...] na madrugada do dia seguinte, o inimigo, com vento favorável, enfiou a entrada, passando longe do canhão dos fortes”.⁵³⁴ Uma narrativa que pretende seduzir exige o emprego de certos recursos. Independentemente de Varnhagen ser bem sucedido na utilização de tais artifícios, a categoria do inimigo se torna uma peça chave para suas pretensões exemplares.

O termo “inimigo” é utilizado constantemente a partir daí por Varnhagen, como atribuição de sentido em oposição aos nossos, como em “o ataque foi rechaçado de forma que o inimigo sofreu grande perda”.⁵³⁵ Quem sofre a perda é o inimigo e não pura e simplesmente o holandês, o que reforça o feito e a identidade dos nossos. A palavra inimigo é empregada – literalmente – dezenas de vezes, em algumas oportunidades, até quatro vezes por página. Ele raramente se refere ao “inimigo” como os holandeses, como é o caso aqui: “foi para os

holandeses.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp. 163-164.

⁵³¹ Ibid., p. 165.

⁵³² Varnhagen fala do “capitão o fundador da colônia Martim Soares que, resistindo, por duas vezes, às ameaças de duas naus holandesas, veio já a prometer o que foi daí a trinta anos – um dos campeões da restauração de Pernambuco.” Ibid., p. 156.

⁵³³ Varnhagen conta que “Quando chegou a notícia dos intentos hostis da expedição holandesa estava de governador-geral na Bahia Diogo de Mendonça Furtado, que havia recebido a tal respeito avisos diretos da metrópole, com ordens mui antecipadas para fortificar especialmente as entradas dos portos da Bahia e do Recife.” Ibid., p. 187.

⁵³⁴ Ibid., p. 188.

⁵³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 246.

holandeses uma vitória completa”.⁵³⁶ De certa forma, Varnhagen está negando identidade ao seu adversário, que não vale efetivamente como outro, mas somente tem sentido como aquele que se contrapõe ao defensor da prefiguração de uma pátria brasileira.

O fato é que diante das imensas dificuldades, os “nossos” eventualmente triunfam sempre sobre o “inimigo”, até porque contam com grandes líderes, com heróis, o que não é o caso do adversário: “não foi por falta de munições, nem de provisões, nem de soldados que a praça se rendeu: foi por falta de união e de disciplina; foi por não ter um chefe superior de prestígio.”⁵³⁷ Em linha semelhante, Varnhagen dirá que houve um

[...] certo desleixo dos novos sitiadores, confiados excessivamente na superioridade do número, lhes veio a custar bastante caro [...] no dia 6 de abril acercou-se da praça a esquadra libertadora [...] desembarcado, entretanto, o inimigo, travou-se a peleja durante um quarto de hora, e o holandês se viu obrigado a retirar-se com alguma perda, limitando-se a nossa à morte de um soldado [...] caíram em uma cilada que os nossos, dirigidos pelo mesmo Salvador Correia, lhes armaram; nela foi abalroada a lancha principal, ficando só dois com vida, e as outras lanchas apenas puderam escapar-se com grande perda. Desenganados os holandeses na presença de tantas tentativas malogradas, fizeram-se de vela, ao cabo de oito dias.⁵³⁸

Varnhagen se regozija com os resultados infrutíferos da primeira empreitada holandesa, e exaltado, espera do leitor que compartilhe dessa comemoração.⁵³⁹ Entretanto, apesar dos sucessos alcançados, o pior ainda estava por vir, pois “o saque do Recôncavo da Bahia, alcançado com tanta vantagem por Piet Heyn, seria por si só um grande estímulo para a Companhia Ocidental não desistir de novos ataques contra o Brasil.”⁵⁴⁰ Entretanto, Varnhagen afirma que de forma surpreendente, mesmo com a continuidade das incursões holandesas, o Brasil parecia providencialmente destinado a prevalecer e resistir.⁵⁴¹ Para Varnhagen, os nossos demonstravam

⁵³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 35.

⁵³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 198.

⁵³⁸ Ibid., pp. 195-196.

⁵³⁹ Varnhagen comenta que “Ficaram assim infrutuosos para os holandeses todos os gastos feitos com esta expedição de socorro, e com mais razão ainda ficou sem ter efeito um édito ou proclamação aos povos do Brasil, que no dia 26 de maio haviam promulgado os Estados Gerais, prometendo tolerância religiosa, liberdade de comércio, segurança da propriedade e outras garantias, aos que se submetessem.” Ibid., p. 199.

⁵⁴⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 223.

⁵⁴¹ Varnhagen considera que “A própria demora que teve, para organizar-se e partir, a esquadra holandesa, e os tropeços que ainda se lhe apresentaram na viagem, vendo-se parte dela obrigada a combater com uma esquadra

uma capacidade para superação até então inimaginável: a guerra efetivamente os enobrecia, pois os colocava a serviço do mais nobre dos ideais: a defesa da pátria. Nesse sentido, ele afirma que “o êxito obtido nesta defesa aumentou o valor aos nossos, e, levada a notícia aos distritos vizinhos, porventura apressou a marcha dos que se preparavam a acudir”.⁵⁴² Novamente reforça-se o sentido de todo em seu grande relato da nacionalidade. A coesão é obtida a partir do contraponto do inimigo, que valoriza o esforço dos nossos, unidos em torno da causa comum:

Francisco Gomes de Melo [...] apesar de ter sido capitão no Rio Grande, e ser de jurisdição superior a Maciel Parente, quis a bem do serviço dar exemplo de muita abnegação, colocando-se sob suas ordens. Ajudados pela localidade, conseguiram os nossos em dois redutos, cada um com duas peças, impedir o desembarque, tentado por três vezes pelo inimigo, com tão grande perda, que teve de tornar de novo para Recife.⁵⁴³

Em alguns casos Varnhagen se entusiasma e chega a extrapolar o bom senso, ao dizer, por exemplo, que “A defesa foi heróica, e constitui entre nós uma lenda semelhante à do passo das Termópilas entre os gregos [...] o inimigo respeitou tanto valor”.⁵⁴⁴ Varnhagen constrói discursivamente o heroísmo. A narrativa nacional revela uma resistência que engrandecia os “nossos”, que fazia com que buscassem o melhor de si mesmos e que os unia diante do inimigo comum:

Com esta vitória, apesar dos novos reforços que de contínuo, e quase em cada navio da Europa, recebia o inimigo, os nossos cobraram brios, e começaram a empreender ataques de surpresa [...] não tardaram até atacar formalmente os entrincheiramentos que o inimigo prosseguia na ilha de Santo Antônio [...] acometeram os nossos com tal ímpeto que, em menos de um quarto de hora, haviam entrado na primeira e segunda trincheira mais de trezentos. Aí se travou a peleja corpo a corpo. Os nossos conseguiram a princípio maior vantagem [...] depois já o chefe inimigo se viu obrigado a declarar de ofício que combatia com um “povo valoroso e ágil”.⁵⁴⁵

Varnhagen utiliza-se astutamente dos fatos e do que as fontes lhe oferecem para pouco a pouco ir constituindo o caráter de um povo valoroso, patriótico, que se presta ao sacrifício em

espanhola que encontrou, casualmente mandada pelo próprio D. Fadrique de Toledo, pareciam estar providencialmente favorecendo o Brasil para ser socorrido mui a tempo”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 224.

⁵⁴² Ibid., p. 230.

⁵⁴³ Ibid., p. 241.

⁵⁴⁴ Ibid., p. 244.

⁵⁴⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 233.

nome da pátria, que não esmorece diante da adversidade, e que se cobre de glória ao triunfar. Ele destaca, ressaltando o sentido trágico, que o próprio cenário internacional era, inclusive, desfavorável.⁵⁴⁶ As vitórias são afirmações do quanto eram intrépidos e destemidos os “nossos”:

Barreto reconheceu por fim que devia retirar-se ou acometer o inimigo; e não hesitou em decidir-se a tomar este último expediente, apesar da notável inferioridade da posição que ocupava, e também da das suas forças [...] na manhã do dia seguinte, que era o de Nossa Senhora dos Prazeres, os nossos cantavam definitivamente a vitória”.⁵⁴⁷

Quinhões de glória são distribuídos de forma farta por Varnhagen, como quando ele diz que “este oficial, a quem mais tarde novos méritos chegaram a coroar com os louros da vitória e adornar com a palma do civismo [...]”.⁵⁴⁸ Em outro momento, se vale do mesmo espírito, ao tratar da província do Mato Grosso, onde “[...] se deram hostilidades, as quais se bem não resultasse aumento de território, redundaram em muita glória para as nossas armas”.⁵⁴⁹ Contra o ataque do forte de Coimbra pelo governador do Paraguai, também há reconhecimento de que houve heróica resistência. A resposta do comandante ao inimigo é transcrita por Varnhagen: “em todos os tempos a desigualdade de forças havia sido um estímulo que animara os portugueses; e que ele e os seus se defenderiam até uma das duas extremidades, ou a de repelir o inimigo, ou a de sepultarem-se debaixo das ruínas do forte”.⁵⁵⁰ Varnhagen fala em uma heróica resposta e explora ao máximo os confrontos, de acordo com suas ambições pragmáticas:

Uma fragata portuguesa, porém, chamada porém, chamada *Rosário*, sustentou contra duas inimigas (*Utrecht* e *Gissinlingh*) um aturado combate, e quando estas julgavam a sua contendora perdida e a atacaram, dando-lhe a abordagem, foram todas três a pique, em virtude de explosão do paiol de pólvora da *Rosário*, cuja tripulação preferiu ir ao fundo, com seus vencedores, a deixar-se aprisionar destes. De tão heróico feito apenas temos conhecimento por um ofício de Schkoppe, em outra ocasião mal compreendido; e sentimos que, com a notícia dele, nos não seja possível transmitir o nome do destemido

⁵⁴⁶ Varnhagen relata as dificuldades que os negociadores encontravam: “[...] os holandeses não se deixaram iludir; e exigiram, como penhor, a imediata passagem a seu poder da ilha Terceira ou da Bahia. E com mais razão se julgaram fortes, desde que, em Munster, firmaram as pazes com a Espanha, e esta nação lhes garantiu ‘todos os lugares do Brasil tomados aos Estados pelos portugueses desde 1641’”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 52.

⁵⁴⁷ *Ibid.*, p. 55.

⁵⁴⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 270.

⁵⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.30.

⁵⁵⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959.p.30.

e abnegado oficial, que lançou fogo ao paiol, e deixou, nas águas do Brasil, às gerações futuras, um exemplo de tão nobre heroísmo.⁵⁵¹

Aqui ele chega a manifestar certo pesar por ser incapaz de inscrever na posteridade o nome do valoroso oficial que havia se sacrificado em prol da honra nacional. Varnhagen mal consegue se conter de satisfação com as vitórias que vê como brasileiras e logo, afirmativas da nação que ele prefigura no passado: “o inimigo ficou de todo destroçado; e a vitória foi, para os nossos, ainda mais completa que a do ano antecedente [...] o inimigo reconheceu a sua derrota, e a confessou oficialmente, atribuindo-a a covardia dos próprios soldados”.⁵⁵² Ou em outro trecho, onde fala da “[...] heroicidade com que, segundo vimos conseguiram rechaçar um ataque do inimigo holandês [...]”.⁵⁵³ Segundo Varnhagen, o valor dos “nossos” era de tal tamanho, que reconhecido pelo inimigo, o levava a redobrar os seus preparativos para o enfrentamento:

Este assalto não foi o único empreendido pelos nossos, com mais audácia que fortuna e bom discernimento. Em lugar de estudar quais eram os pontos importantes, para guarnecer e entrincheirar, abdicava em geral o chefe esse cuidado ao inimigo, e apenas este os havia ocupado e se achava em estado de apresentar neles resistência, era resolvido o ataque, tendo neste o inimigo as vantagens da defensiva. [...] Os nossos atacaram logo no próprio dia 3 de fevereiro de 1631, e tiveram que se retirar, ao cabo de duas horas, com perda de treze mortos e vinte e um feridos. Repetiu-se ainda semelhante erro daí a perto de cinco meses, quando o inimigo se lembrou de construir o forte do *Buraco*, a que deu o nome de *Madame Bruyn* [...] E se, em semelhantes ataques, o inimigo apreciava melhor o valor dos nossos, era isso uma desvantagem, porque melhor se prevenia; e se deles resultava o irem-se eles familiarizando mais com o fogo e fazendo-se aguerridos, não há dúvida que idênticos fins se poderiam conseguir, adquirindo a tempo vantagens decididas os que expunham tão heroicamente as vidas.⁵⁵⁴

Para Varnhagen, a resistência era tão valorosa que se tornava evidente para os próprios Holandeses que a manutenção de sua presença no Brasil lhes custaria mais caro do que esperavam originalmente.⁵⁵⁵ Esta é uma consideração que Varnhagen várias vezes reitera:

⁵⁵¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 80.

⁵⁵² Ibid., p. 83.

⁵⁵³ Ibid., p. 140.

⁵⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.234-235.

⁵⁵⁵ Varnhagen afirma que “Se a primeira vitória dos Guararapes servira de alentar os estadistas de Portugal para se oporem à cessão ou venda de Pernambuco, esta segunda veio desalentar os estadistas e mercadores da Holanda, demonstrando-lhes evidentemente que só mediante grandes sacrifícios poderiam continuar mantendo esta conquista. Entretanto, a hora da final expulsão dos intrusos não tinha chegado, e não veio a soar senão perto de cinco anos depois.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 84.

Depois dela, os inimigos se mostraram mais prudentes – porventura com excesso. Dois meses e meio depois, em 9 de julho, apesar de contarem ainda com um exército de seis mil e seiscentas e trinta praças, incluindo quinhentos índios e quarenta e oito pretos, dos quais podiam por mais da metade em campo, mostravam-se desanimados. Escreviam para a pátria declarando que não haviam oferecido nova anistia por não esperarem disso colher nenhum resultado, visto que a experiência de cada dia lhes ensinara que os nossos “se haviam feito de tal modo à guerra que se achavam no caso de poder medir-se com os mais exercitados soldados” e que sabiam sofrer toda sorte de privações; ao passo que os seus apenas serviam vendo a bolacha perto de si.⁵⁵⁶

Um passado de glórias – dos quais os brasileiros podem e devem se orgulhar – está sendo constituído gradualmente, em cada página da narrativa de Varnhagen, onde se dão os confrontos em defesa da soberania por ele prefigurada. Por outro lado, a forma com que ele trata a adversidade e os revezes sofridos não pode ser descrita de outra forma que não o melodrama. Por exemplo, diz ele que “Os holandeses cantaram vitória, e com razão. [...] A nossa perda foi imensa [...]”.⁵⁵⁷ Varnhagen praticamente convida o leitor a lamentar-se com ele, em uma das raras ocasiões em que utiliza o termo holandês ao referir-se ao inimigo. Este trecho ainda é suave. O trecho a seguir, carregado de requintes de crueldade, dita o tom do confronto entre portugueses e holandeses, valorizando e concedendo reconhecimento e glória aos valentes heróis da pátria diante da desumanidade do inimigo:

Procuraremos passar rapidamente pela descrição de tais cenas, que, se fossemos a pintar com as verdadeiras cores, causariam não somente horror, como até asco. Limitar-nos a referir que um Antonio Baracho, amarrado nu a um poste foi morto, cortando-lhe os assassinos pouco a pouco dolorosamente cada uma das partes do corpo; que Mateus Moreira lhe arrancaram pelas costas o coração; e que com dois jovens, Manuel Álvares Ilha e Antônio Fernandes, não chegaram a usar de tanta barbaridade, porque eles tinham consigo facas de ponta, com as quais, matando antes a vários dos algozes, caíram logo mortos, com mais glória para si e menos opróbrio para os inimigos [...] tantas crueldades, não só dos bárbaros, como dos próprios holandeses, que, se bem que cristãos de nome, mais bárbaros haviam se mostrado que os ignorantes índios.⁵⁵⁸

A invasão resultou, portanto, sofrida e custosa para os habitantes do país. Trata-se de um esforço que deve ser valorizado. Se os nossos lutaram e caíram no passado pelo Brasil uno e

⁵⁵⁶ Ibid., p. 56.

⁵⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 312.

⁵⁵⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 39.

coeso, como por tudo a perder agora e ignorar tais sacrifícios?⁵⁵⁹ Um exemplo é a “[...] desastrosa morte que teve o governador-geral Antônio Teles, que tanto peito havia tomado a causa da restauração de Pernambuco, e que, depois de a deixar já quase triunfante, veio, quando se recolhia à pátria, a perecer afogado nas águas de Buarcos[...]⁵⁶⁰

Varnhagen sempre relaciona triunfo, glória e pátria, associando o serviço à nação com a recompensa que a posteridade assegura. O tom pedagógico da tragédia é inequívoco:

[...] distinguindo-se então por seu valor o capitão pernambucano Estevão de Távora, que ferido gravemente no peito, morreu daí a poucos dias, legando à pátria um nome heróico, com a notável circunstância de lhe haver sido dado por sucessor no mando da companhia que lhe estava confiada o paraibano André Vidal, cujos grandes serviços e dedicação iremos comemorando. [...] Nestas sortidas se distinguiram muito, além do mesmo André Vidal, os capitães Francisco Rebelo (Rebelinho), Ascenso da Silva e Sebastião do Souto, o do ardil de Porto Calvo, que pouco depois, no grande ataque deste sítio, acabou, como Távora, gloriosamente seus dias, ferido de uma bala no peito.⁵⁶¹

Desde o discurso de Barbosa, já havia ficado estabelecido que os grandes feitos devem ser comemorados e, por extensão, os autores de tais feitos. André Vidal foi o escolhido por Varnhagen para ser o representante máximo da virtude a serviço da nação e, portanto, comemorada. Segundo ele, “em Vidal obravam [...] não só os impulsos do patriotismo, como também os da religião”.⁵⁶² Varnhagen não se cansa de exaltar as virtudes tidas por ele como patrióticas, que personificadas, caracterizavam Vidal:

O êxito obtido na restauração do Maranhão não podia deixar de excitar os brios de André Vidal para se esforçar de novo em conseguir realizar a de Pernambuco e Paraíba, por que tanto se havia empenhado [...] propô-se ele a patrioticamente voltar de novo a Pernambuco e ir até a Paraíba a fim de alentar os tíbios e de combinar um plano, por meio do qual se pudessem conseguir resultados tão favoráveis como os que os maranhenses haviam obtido, ao cabo de dez meses de luta.⁵⁶³

⁵⁵⁹ Varnhagen considera que o Brasil não é obra do acaso, ou criado de repente. É fruto da vida e do trabalho de muitas gerações. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.VIII.

⁵⁶⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.84-85.

⁵⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 296.

⁵⁶² Ibid., p. 326.

⁵⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 13.

O reconhecimento de Varnhagen a respeito das proezas de Vidal reafirma que a história se encarrega de garantir o triunfo da vida sobre a morte, sendo este um dos mais evidentes aspectos de culto ao passado. Poderia haver recompensa maior do que ser eternizado na memória nacional? Ao referir-se ao pai de André Vidal, um senhor de engenho, Varnhagen dirá que “Francisco Vidal era do venerável ancião o nome, cujo conhecimento uma piedosa tradição entre os gregos julgava essencial para que o filho conseguisse a imortalidade”.⁵⁶⁴ Tamanha é a grandeza que Varnhagen atribui a Vidal, que os próprios exemplos de bravura de outros valorosos defensores da pátria empalidecem diante dele:

Francisco Barreto era um grande cabo de guerra, sobretudo quanto a dotes de circunspeção, reserva e prudência [...] estudando bem os fatos, João Fernandes Vieira não aparece decididamente tão grande, como, em detrimento dos camaradas, no-lo quiseram apresentar seus panegiristas [...] André Vidal era homem tão superior que necessitaria de um Plutarco para apreciá-lo.⁵⁶⁵

Há que se perguntar como Varnhagen consegue estabelecer critérios para fazer tais comparações, que não parecem ser mais do que especulações suas.⁵⁶⁶ Por definição, o critério é ele próprio, Varnhagen, e o que considera de serventia para afirmação do ideal pragmático da nação em seu grande relato da nacionalidade.

Na narrativa nacional de Varnhagen, o Brasil constitui-se como Império a partir de lutas aguerridas, de um esforço nacional imenso por parte dos habitantes do país, que foram capazes de resistir aos continuados ataques de franceses, holandeses e castelhanos. São perigos recorrentes e que se desenrolam alternadamente no enredo da nação. Assim, estando esgotada a questão holandesa, Varnhagen passa novamente a tratar dos franceses e dos problemas que os envolvem, visto que eles também representavam, por sua vez, outra forte ameaça à sobrevivência da pátria brasileira. Segundo ele, “[...] cumpre dizer que a França mal se podia conformar com o não gozar no Brasil de tantas prerrogativas como, pelos tratados de paz, haviam obtido a Inglaterra e a

⁵⁶⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 14.

⁵⁶⁵ Ibid., p. 94.

⁵⁶⁶ Segundo Odalia, Varnhagen escolheu Vidal e não Vieira como protótipo do herói branco na resistência contra o holandês por um motivo singelo. Vieira era filho da Ilha da Madeira e Vidal, filho da Paraíba: “Essa não é uma escolha indiferente; ela ganha um sentido muito profundo, pois na verdade, a opção é feita em favor de um brasileiro, isto é, de um colono nascido e criado no Brasil, que simboliza em si a própria luta de guerrilha que se estabelece contra os invasores”. ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.59.

Holanda”.⁵⁶⁷ Embora privilegie o recorte nacional, Varnhagen não ignora por inteiro suas repercussões internacionais. Dessa forma, em certas ocasiões, ele se preocupa com as questões de além-mar que implicam em reflexos sobre o Brasil, engrossando as fileiras dos inimigos da nação.⁵⁶⁸ Assim, em alguns trechos, ele demonstra a repercussão dos eventuais conflitos na Europa:

Durante o rompimento de relações com os franceses, “[...] alguns empregados zelosos de Caiena por meio de argúcias, mais ou menos inocentes, provocaram novas dúvidas acerca das fronteiras do Oiapoc, propagaram-nas pelo mundo por meio da imprensa, enquanto em Portugal nada de se publicava, e se formava assim a crença de que os limites do Brasil não iam ao Oiapoc.”⁵⁶⁹

Aqui a preocupação manifestada é de ordem territorial, um assunto extremamente sensível para Varnhagen, e do qual ele sempre trata de forma muito exaltada. A ameaça à soberania nacional traz novamente à cena o fantasma da tragédia iminente. Assim, ao relatar o ataque francês ao Rio de Janeiro, que resultou em capitulação, e, portanto, vergonha para a pátria, ele se posiciona da seguinte forma:

[...] Valha-nos ao menos tamanha lição e tamanha vergonha para o futuro, se algum dia nos encontrarmos em situação análoga, o que Deus não permita. E a primeira lição que devemos colher é a de, já em tempo de paz, atendermos mais aos meios da resistência que deve oferecer este importante porto, do qual permita Deus que seja quanto antes retirada a capital do império, tão vulnerável, aí *na fronteira*, e tão exposta a ser ameaçada de um bombardeio e a sofrê-lo com grande prejuízo dos seus proprietários, por qualquer inimigo superior no mar, que se proponha a arrancar do governo pela ameaça, concessões em que não poderia pensar, se o mesmo governo aí não se achasse.⁵⁷⁰

Varnhagen se preocupou de tal forma com a vulnerabilidade da capital nacional que veio inclusive a propor a sua mudança para o interior, dedicando inclusive, como já referido, uma obra

⁵⁶⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 229.

⁵⁶⁸ Varnhagen afirma que “Em virtude da nova liga de Portugal em 1703 o Brasil passou a contar como inimigos a Espanha e a França, e logo deveria esperar hostilidades da parte dessas duas nações. Começaram elas na Colônia, que, pelas providências da metrópole, seguia prosperando desde 1683 [...] o governador Sebastião da Veiga Cabral, depois de uma heróica defesa durante seis meses e meio, por ordem da própria metrópole recebeu, a largou, retirando-se com toda a guarnição ao Rio de Janeiro. Por parte da Espanha, à Colônia se limitaram por então as hostilidades na América. Seis anos depois outras tiveram lugar no alto Amazonas. [...] Com a França as hostilidades tiveram caráter muito mais sério [...]”.Ibid., pp. 286-287.

⁵⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.23.

⁵⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 298.grifos do autor.

posterior ao assunto.⁵⁷¹ O pragmatismo da história de Varnhagen revela-se mais uma vez. Ele escreve história, inventa a nação, e por vezes vale-se do passado para justificar pontos de vista que são inteiramente pessoais em relação ao presente e ao futuro do país. Ele inclusive demonstra pontos de vista sobre o presente, a partir da forma com que vê a nação no passado. Assim, a deformação é de dupla via: de um lado, Varnhagen prefigura o passado a partir do presente, narrando-o conforme o seu pragmatismo; de outro lado, se vale do passado para dizer algo no presente, de acordo com suas convicções pessoais. Essa percepção implica que o passado deve ser interpretado de acordo com o que o presente espera dele, mas de outro lado, que o passado pode ser utilizado como componente argumentativo face ao próprio presente.

Varnhagen estabelece de tal forma um padrão de conduta, que espera que o mesmo seja verdadeiramente coercitivo. O caráter da sua obra é o de uma pedagogia social. A nação que Varnhagen prefigura é estabelecida como um absoluto que exige do indivíduo o sacrifício, como verdadeiro exemplo de devoção ao altar da pátria:

Infelizmente, só depois de ajustada a capitulação, veio de Minas, com um reforço de seis mil homens, o herói do Amazonas, Antônio de Albuquerque, que ainda assim chegou uns vinte dias antes que os franceses se fossem. Pela mente lhe passou, segundo parece, a idéia de atacá-los; porém encontrou-se falto de munições, – de balas especialmente; mas sempre é para lastimar que, com mais de doze mil homens de que dispunha, não se tivesse coberto de glória, intentando um ataque à arma branca.⁵⁷²

Aqui Varnhagen reprova a falta de devoção e ousadia por parte de um comandante que ele mesmo classifica como herói. A lealdade à nação deve ser continuamente reiterada e deve colocar-se acima de qualquer outro dever. É como se ele lamentasse a falta de iniciativa do comandante, pois ao não promover um ataque que provavelmente redundaria em fracasso, rouba de Varnhagen a oportunidade de valer-se do fato como exemplar, como é o caso do “célebre combate entre a fragata portuguesa *Andorinha* [...] e a francesa *La Chiffone*”.⁵⁷³

⁵⁷¹ Varnhagen vai considerar que “[...] a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central, mais segura, mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do São Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de boas águas, e até de abundantes mármore, vizinhos ao triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d’ Armas, das quais manam águas para o Amazonas, para o São Francisco, e para o Prata.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 298.

⁵⁷² Ibid., p. 300.

⁵⁷³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.31.grifos do autor.

A História Geral do Brasil é, sobretudo, uma história de conflito e de afirmação da autoridade e soberania. Nesse esforço intelectual, as nações européias exercem função significativa de fundação de sentidos. Entretanto, mesmo diante das ameaças estrangeiras, o perigo representado pelos índios e pela desordem interna permanecia constante. Varnhagen afirma que “As capitâneas meridionais, de São Vicente e Rio de Janeiro enquanto a guerra estrangeira lavrava nas do Norte, não estiveram em perfeita paz. Guerreavam-se os índios, ou por causa deles, os moradores uns aos outros, e às vezes até os próprios que deviam pregar a paz e contribuir para ela eram os que mais incitavam as desordens”.⁵⁷⁴ Como sempre, a desordem, entendida como falta de submissão à autoridade, é apresentada de forma pejorativa, com conotação pedagógica. De acordo com ele, o cenário era muito preocupante em algumas capitâneas:

As outras capitâneas imediatas, até a Bahia, decaíam de um modo espantoso, e se conservavam, em meio de tantos acontecimentos, na quase nulidade em que ainda agora se acham; de tal modo que, por dizê-lo assim, dessas três capitâneas do Brasil não há história, e até hoje nenhum de seus filhos tem aparecido com memórias de acontecimentos extraídos das Câmaras, as quais possam servir sequer para o historiador imparcial provar que não por esquecimento deixa de cuidar delas.⁵⁷⁵

Varnhagen estabelece um contexto onde forças desagregadoras pareciam conspirar para a falência da colonização. Não contente com isso, ele aponta o surgimento de um novo mal, “[...] proveniente em parte da desmoralização e miséria pública. – Muitos dos pretos dos engenhos, agora mais ociosos, se haviam rebelado, formando nos matos quilombos que assaltavam os proprietários e as fazendas.”⁵⁷⁶ O problema, segundo ele, se estendia a várias regiões, exigindo medidas por parte dos colonizadores que, felizmente, encontraram o homem ideal⁵⁷⁷ para dar cabo da conquista de Palmares, o maior dos quilombos:

⁵⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 129.

⁵⁷⁵ *Ibid.*, pp.140-141.

⁵⁷⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 202.

⁵⁷⁷ Varnhagen relata que “O paulista Domingos Jorge Velho, muito conhecedor das artes e ardis da guerra do mato no Brasil, pelas campanhas que fizera nos sertões, em bandeiras contra os índios, se apresentou em 1687 ao governador de Pernambuco com um projeto para terminar essa conquista, ficando as vantagens dela para ele e seus sócios”. *Ibid.*, p. 259.

A conquista e sujeição dos Palmares foi obra de largos anos, e de não poucos trabalhos e fadigas. Quando na história do Brasil se menciona simplesmente uma sujeição de Palmares, entende-se serem os do sertão da atual província das Alagoas, nas faldas da serra do Barriga, onde nos tempos dos holandeses se haviam fugado muitos escravos, a ponto de já então se acharem aí organizados, em número de mais de onze mil, em mocambos e quilombos independentes, – que iam adquirindo forças pelas vitórias que a princípio foram alcançando sobre as partidas, primeiro dos holandeses, depois dos pernambucanos, pequenas e mal dirigidas, que marchavam para sujeitá-los, como se isto fosse obra de ordens dadas de boca, e não de muitos braços com pólvora e bala. Que os mocambos e quilombos de Palmares vieram a constituir um ou mais estados no Estado não é possível por em dúvida; entretanto, temos que exageram os que, amigos do maravilhoso, os apresentam como organizados em república constituída com leis especiais, e subordinados a um chefe que denominavam Zombi, expressão equivalente à com que na língua conguesa se designa a Deus.⁵⁷⁸

Dessa forma, Varnhagen retira de Palmares qualquer conotação nobre, e ressalta a sua condição de ilegalidade, de ilegitimidade, como um ou mais de um estado constituído dentro do Estado. Para ele, infelizmente, há que se lastimar a inexistência de fontes mais detalhadas para que fosse possível retratar com detalhe a conquista de Palmares.⁵⁷⁹ Ou seja, Palmares vale, na sua narrativa, enquanto proeza executada pelo colonizador, e não por si só.

O cenário de tragédia é continuamente estabelecido. Varnhagen ressalta que quando não eram os negros fugidos a causar desordens, eram os índios:

Pernambuco lutava contra os mocambos dos Palmares, na atual província de Alagoas, os quais mantinham-se sempre em armas [...] na Bahia não havia, como em Pernambuco, a combater quilombos, que ameaçassem a propriedade; mas em vez deles havia índios que [...] batiam quase já quase às portas dos engenhos de Jequiriça e Jaguaribe.⁵⁸⁰

A lição é evidente: diante de índios, negros, franceses, holandeses, enfim, diante de tão vasto espectro de antagonistas, não é de maravilhar-se que a colonização portuguesa tenha triunfado e tornado o Brasil um império? Como não fazer jus à tão estupendo feito de nossos ancestrais? Como se tudo isso não bastasse, o descobrimento de ouro em Minas Gerais veio a tornar ainda mais tumultuado o cenário da colônia, de acordo com Varnhagen, pois fez com que o

⁵⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 258.

⁵⁷⁹ Varnhagen afirma que “Travou-se uma encarniçada campanha, da qual infelizmente não nos consta que houvesse um cronista, que perpetuasse mais esses heróicos feitos dos paulistas. Em 1695 tiveram lugar os mais sanguinolentos ataques; porém só em 1697 os Palmares se puderam julgar de todo conquistados.” *Ibid.*, p. 259.

⁵⁸⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 231.

país fosse inundado por indivíduos de moral questionável.⁵⁸¹ A tragédia sempre rondava a colônia, em permanente luta para firmar-se enquanto marco da civilização:

A transmigração para as minas seguiu em tão grande número de gente, que começaram as rivalidades entre paulistas, primeiros descobridores, e o taubateanos juntos aos forasteiros ou *embuabas*, como se começou a chamar os europeus, adotando essa expressão dos índios. Das rivalidades se geraram ódios, e estes trataram de satisfazer-se; vindo os partidos às mãos, em uma guerra civil, no ano de 1708. Assim no meio de terras sem fim, a aproveitar, e entre minas de ouro, que nem durante séculos se poderiam exaurir, começava uma briga; porque não havia naquela gente espírito de tolerância, e porque os homens sem medo das penas fazem logo sentir quanto a obediência à autoridade é indispensável para o seu próprio bem.⁵⁸²

Novamente Varnhagen reforça a idéia de uma ordem que só pode ser mantida através da estrita observância da lei, do medo da sanção. A negação da autoridade só pode implicar no caos, na desordem, e Varnhagen está – à sua maneira e através da forma com que constitui o passado da nação – ele mesmo buscando estabelecer a ordem, delimitando espaços de iniciativa que são louváveis e condutas que reprova com a autoridade em que se investe através da história. No seu relato, a tragédia é o preço que se paga pela não observância da conduta em prol da nação.

Os problemas de definição de fronteiras na região sul também permitem a Varnhagen desenvolver a sua estratégia argumentativa de controle social e afirmação de regras de convivência. É o caso da “[...] *Colônia de Sacramento*, que veio a ser o pomo de discórdia, que deu origem a tantas guerras, a tantos cuidados, a tantas intrigas, a tantas negociações feitas e desfeitas, e a tantos gastos”.⁵⁸³ Varnhagen afirma que os conflitos de limites novamente puseram em choque os nossos contra o inimigo, agora em uma nova conjuntura, de indefinição fronteira e de busca de ocupação daquele território.⁵⁸⁴ Mesmo que exista uma discussão sobre o limite do

⁵⁸¹ Para Varnhagen, “Espalhada a notícia do aparecimento de tantas minas, por todo o Brasil e pelo Reino, as transmigrações eram espantosas [...] o governo tomava medidas para impedir essas transmigrações. Não há diques que valham contra estas ondas de gente, que vão com passaportes ou sem eles, onde seu melhor-estar os chama [...] os próprios estrangeiros que não conseguiam passaportes de trânsito embarcavam-se como parte das tripulações dos navios; e dos portos fugiam para o sertão, apenas chegando às suspiradas praias vizinhas do ouro” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.99.

⁵⁸² *Ibid.*, p.100.grifos do autor.

⁵⁸³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 238.grifos do autor.

⁵⁸⁴ Varnhagen afirma que “Discutiu-se muito, escreveu-se não menos, e afinal cada um ficou com suas opiniões, e as dúvidas como antes. É a sorte de quase todas as negociações de limites que não se deixam de tal modo definidos que os comissários devam constituir-se árbitros, nos casos duvidosos: quase nunca se concluem. Entretanto, a *Colônia* foi-nos entregue em 1683, tomando dela posse Duarte Teixeira, e se decidiu mandar-se fortificar e povoar em grande escala todo aquele território, o que se houvera realizado se não sobreviessem, além da falta total de gente, tantas

território, Varnhagen jamais cogita que o Brasil possa estar desprovido de razão, em que pese o próprio Tratado de Tordesilhas que ele havia usado anteriormente para legitimar a posse portuguesa.⁵⁸⁵

Varnhagen afirma que a situação eventualmente deteriora ao ponto de novo confronto. Ele relata que “No sul, Cevallos não se contentara com assenhorar-se da Colônia. Animado por essa primeira vitória tão barata, marchou contra o Rio Grande”.⁵⁸⁶ Cevallos é um personagem que se constitui em fonte de grande desprezo para Varnhagen.⁵⁸⁷ Porém, ele assinala que, felizmente, a essa altura, o sul era o único ponto em que a soberania nacional era contestada, pois “no restante da fronteira, pode-se dizer que não havia hostilidades [...]”.⁵⁸⁸ Segundo ele, o processo de afirmação da nação brasileira já estava bem encaminhado e amadurecido, pronto a dar frutos.

Varnhagen faz, inclusive, uma curiosa afirmação diante das dificuldades em obter um reajuste de fronteiras no Sul, dizendo que cabia à “[...] corte portuguesa se preparar a seguir o único recurso que lhe restava: lutar pela força na América, já que na Europa era decididamente mais débil”.⁵⁸⁹ Assim, mesmo que com certos reparos, está sendo afirmado que o foco de força do Império português era maior no Brasil do que na própria Europa. Com isso, novamente Varnhagen está legitimando o poderio da nova nação. Curiosamente, nos conflitos com os castelhanos, ele utiliza com frequência o termo “contrários” e não “inimigo” ainda que em

calamidades, como iremos contando”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 239.

⁵⁸⁵ Varnhagen irá afirmar sobre o tratado de 1750 (definidor de fronteiras), que “Depois da anulação do tratado de limites, seguiram em Paris as conferências para o famoso pacto de família, assinado em 15 de agosto de 1761, em virtude do qual as testas coroadas da casa de Bourbon, isto é, a França, a Espanha e Nápoles, se coligaram contra a Grã-Bretanha. Portugal quis conservar-se neutro; mas constringido a decidir-se, declarou-se por esta última nação, levado como das outras vezes pelo instinto de conservação, que não lhe descobre por aí risco da sua nacionalidade. Desse modo Portugal com Espanha, e por conseguinte também o Brasil com as províncias fronteiriças hispano-americanas, se encontraram em guerra”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.180.

⁵⁸⁶ Ibid., p.186.

⁵⁸⁷ Varnhagen diz que “Cevallos, temendo que algum armistício celebrado na Europa não fosse de novo cedida a Colônia, mandou minar com fornalhas as muralhas, para as fazer saltar. Igualmente se ocupou de mandar cegar o porto. Prejudicial lhe foi o trabalho, visto que a Colônia do Sacramento, depois das suas desgraçadas capitulações, não voltou mais a pertencer ao Brasil. Assim nesta resolução, ao menos, não foi Cevallos tão feliz e providente, como tem querido fazer em todas suas panegiristas, começando pelos jesuítas.” Ibid., p.204.

⁵⁸⁸ Ibid., p.187.

⁵⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

oposição a “os nossos”, como de costume.⁵⁹⁰ Independentemente da mudança de categoria, o sentido continua sendo o mesmo, configurando a mesma articulação entre tragédia, inimigo e herói.

Esta interpretação se justifica pela forma com que Varnhagen aborda um fato específico, constituído por ele como uma tragédia de grande monta, cuja responsabilidade se vincula à covardia de um comandante que não zelou pela pátria com a vocação para o sacrifício que se esperava dele. Assim, Varnhagen retrata a grande tragédia da Colônia de Sacramento:

Tinha apenas desembarcado e em começo as primeiras baterias de sítio, de que ao todo haviam resultado na praça dezoito mortos, quando no dia 29 desse mesmo mês, o governador Vicente da Silva da Fonseca, sem poder alegar falta de munições de guerra, nem de boca, sem ter havido assalto, sem brecha aberta, esquecido dos exemplos que tinha para imitar do seu bravo e heróico predecessor Antonio Pedro de Vasconcelos, cometeu a covardia de entregar ao inimigo a praça que jurara ao rei defender até a última extremidade. À sua memória se associará, pois, para sempre nos nossos anais um dos exemplos mais frisantes da desonra militar e do perjúrio; e qualquer expressão de caridade por ela neste lugar fora repreensível e antipatriótica; e tanto mais quando essa inqualificável rendição da mencionada praça, além de outras perdas que trouxe ao Brasil, foi a causa da morte do melhor governador e vice-rei que teve o estado colonial. – Sim. A notícia da perda da colônia chegou ao Rio de Janeiro em 6 de dezembro seguinte, e o vice-governador experimentou, ao recebê-la, tão grande paixão, que logo degenerou em um ataque maligno, o qual se apresentou rebelde a todos os auxílios da medicina... E entre delírios de dor pela perda da dita praça, veio o conde de Bobadela a falecer [...]⁵⁹¹

Dessa forma, Varnhagen busca promover a adesão ao todo da pátria em função de uma dualidade: identificação voluntária ou temor diante de um julgamento negativo pela história, poder que ele maneja.⁵⁹² A sua narrativa busca estimular comportamentos desejados e prevenir o acontecimento dos indesejados. Varnhagen, como construtor e sistematizador de uma memória nacional, arbitrariamente atribui sentido e significado a fatos e condutas. É ele, Varnhagen, quem

⁵⁹⁰ Ibid., p.197.

⁵⁹¹ Ibid., p.181.

⁵⁹² Gellner considera que o sentimento de adesão à nação se baseia em dois âmbitos: “por um lado, a vontade, a adesão voluntária e a identificação, a lealdade e a solidariedade; por outro lado, o medo, a coerção e o constrangimento. Estas duas possibilidades constituem dois pólos ao longo de uma espécie de espectro. Serão raras as comunidades baseadas num ou noutro pólo de forma exclusiva ou predominante. A maior parte dos grupos subsistentes baseiam-se numa mistura de lealdade e identificação (adesão *voluntária*) e de incentivos externos, positivos ou negativos, em esperanças e medos.” GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993. pp.85-86. Varnhagen se aproxima muito do que afirma Gellner quando, ao analisar a Revolução Pernambucana de 1817, diz que “Assim, não hesitamos em asseverar que foi o mesmo governador quem concorreu mais que ninguém para fazer triunfar a revolução; pois com tal exemplo de covardia, não era mais possível inspirar respeito nem temor, e por conseguinte, se fazer obedecer”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.159-160.

define quem é honrado e quem não é; quem deve ou não deve tomar assento na galeria de heróis da pátria, e quem deve ser eternizado como exemplo negativo, para vergonha dos seus descendentes e escárnio dos verdadeiros patriotas. O vínculo estabelecido entre o fato e a morte de uma figura que é por Varnhagen elevada à condição de herói – Bobadela – é um recurso para comemorar um exemplo de patriotismo no passado que, na verdade, não é mais do que projeção. A tragédia reforça a identificação nacional. A morte de Bobadela é útil, serve ao sentido pragmático da história de Varnhagen. Não é Bobadela em si, mas a função que ele exerce em uma narrativa nacional que pretende inspirar o leitor a seguir o exemplo de devoção ou evitar o pecado. Varnhagen chega a extrapolar os limites do bom gosto neste caso específico:

Aqui permita o leitor que paremos um pouco e demos um desafogo ao coração, pois sentimos as lágrimas arrasando-nos os olhos, entusiasmados com a presença de tanto brio, de tanto zelo, de tanta virtude, – de tanto patriotismo. De tanto patriotismo, sim; que, embora nascido na Europa, Bobadela era todo do Brasil, onde governara quase trinta anos [...] A sua morte é o desfecho de um grande drama, do qual ele fora protagonista [...] ordenara o rei que o retrato desse virtuoso administrador se inaugurasse na sala do mesmo senado [...] o retrato existe, e não há muito se restaurou e se inaugurou de novo. – Mas, hoje em dia, esse testemunho de gratidão, aliás louvável, por parte de um município, é insuficiente, quando no decurso de um século o nome do herói tem crescido, e o império brasileiro a flux cobre de bênçãos a sua memória. Praza a Deus que venha um dia em que não só se levante uma estátua ao mesmo Bobadela, v. gr., sobre o aqueduto da Carioca em seu tempo ultimado, como seja pela gratidão nacional posto esse grande nome ao de alguma de suas povoações ou praças delas.⁵⁹³

Eis a recompensa do patriota: o reconhecimento da posteridade, para o qual a história será fundamental. O poder exercido pelo historiador é verdadeiramente assombroso. A tragédia se faz tão presente na obra de Varnhagen quanto o ato heróico, por um motivo singelo. Como ele mesmo diz, há vergonha na conduta desonrosa para com a pátria, já constituída pela história no passado e, portanto, também há ensinamento na fatalidade:

E apresentado-se Cevallos, em 20 de fevereiro, as guarnições dos fortes, que estavam neles para os defender, abandonaram-nos, e passaram para o continente, a pretexto de que as forças atacantes eram muito superiores, e de que teriam de capitular na ilha, e pensando, antes de retirar-se para o Rio Grande. – Porém, pouco depois, capitularam na terra firme! Dói-nos ter que narrar estas verdades, e quase nos vexamos tanto de tais misérias, como se elas respeitassem a nossos próprios parentes. *Felizmente, também os*

⁵⁹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.183.

*vexames podem servir de lição, e geralmente mais aproveitam do que os muito bem conceituados preceitos, filhos de maduro conselho.*⁵⁹⁴

Nesta frase, Varnhagen sintetiza boa parte da sua concepção pragmática da história, através de uma narrativa nacional que, profundamente associada à noção de exemplo, busca estabelecer modelos de comportamento. O herói, o inimigo e a tragédia são paradigmáticos, determinam padrões de conduta. São modelos por excelência e, acima de tudo, de fidelidade ao Estado e à Monarquia. No próximo capítulo, onde a questão se desloca para o problema do Estado-nação como personagem central da narrativa nacional, isso fica ainda mais claro. O grande relato da nacionalidade era sobretudo útil, oficial e pragmático.

⁵⁹⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959.p.203. grifos meus.

4 O ESTADO-NAÇÃO: PROTAGONISTA DA NARRATIVA NACIONAL

Neste capítulo me proponho a deslocar o enfoque da análise para a questão central da narrativa nacional de Varnhagen: o Estado-nação. Dessa forma, procuro demonstrar como o Brasil, profundamente associado ao Estado e enquanto personagem principal da narrativa, é retratado por Varnhagen face a uma série de situações, tais como: a sua relação com Portugal; os jesuítas; os movimentos rebeldes e a transferência do Estado português para o Brasil. Finalmente, encerro o capítulo com uma discussão sobre a concepção de nação em Varnhagen e o papel por ele exercido, de acordo com a sua própria definição: juiz do tribunal da história.

4.1 A RELAÇÃO COM PORTUGAL NA NARRATIVA NACIONAL

Sobre a guerra da independência, Varnhagen não a vê como uma verdadeira guerra. Para ele, o Brasil não se esquecerá jamais do seu tutor na infância, e Portugal não esquecerá jamais dos socorros que o Brasil lhe prestou. Nenhum deles é devedor do outro. Ambos devem gratidão e louvores um ao outro. Se a metrópole agiu, às vezes, com despotismo, injustiça, incoerência, ignorância e governou mal, não se deve condená-la, pois ela quis acertar sempre. Não era o governo central que errava, mas os governos locais com sua excessiva liberdade, verdadeiros senhores feudais. A metrópole agiu com rigor contra os homens que se voltaram contra ela e, se foi muito rigorosa, as razões do Estado justificam.

José Carlos Reis

Uma vez que o personagem central do grande relato da nacionalidade de Varnhagen é o Brasil e, mais especificamente, um Brasil cujo motor é o Estado, fica a pergunta de como este personagem se relaciona com um coadjuvante de considerável importância, que é Portugal. Afinal, como Varnhagen lida em sua narrativa com uma relação que por séculos foi de sujeição? Como ele pode configurar, ou melhor, prefigurar um Brasil-nação no século XVI apesar da condição colonial e da subordinação a Portugal?

Varnhagen já apresenta, no prólogo da 1ª edição da HGB, o tom do tratamento que dará à antiga metrópole, afirmando que “Em todo caso, hoje nos lisonjeamos de poder com esta obra (que preenche bem ou mal, muitas lacunas na história dos feitos gloriosos dos antigos portugueses) corresponder aos bons ofícios prestados pelo governo da metrópole, tanto a nós

pessoalmente, como em geral a todos os brasileiros”.⁵⁹⁵ A resposta é, portanto, surpreendente. A HGB, mesmo que com as devidas proporções, não é uma história somente de louvor ao Brasil. Também é uma história de louvor a Portugal. O tom é, salvo raras e pontuais exceções, de elogio enfático a Portugal e aos portugueses.

Entretanto, mesmo que esse seja o tom, a relação com a antiga metrópole representa, em certa medida, um problema para a narrativa da nação de Varnhagen. Afinal, o Brasil monárquico deseja manter seu vínculo com Portugal, na medida em que é esta ancestralidade que lhe garante um possível lugar entre as nações europeias. Logo, a narrativa nacional precisa apresentar um ambiente de continuidade entre o Estado Português e o Brasileiro. Não é possível abrir mão dessa herança, em que pese a contraposição relativamente recente de interesses que resultou na Independência. Varnhagen é um aspirante a conduzir o país à condição de nação desenvolvida segundo o padrão europeu. É um intelectual a serviço do Estado monárquico e da dinastia de Bragança, e logo, não pode romper com Portugal, não pode deixar de contemplar Portugal na narrativa nacional brasileira.

Por outro lado, o próprio sentido de uma narrativa nacional relaciona-se à idéia de um Brasil que precisa pensar-se como tal. Um Brasil como Brasil, e não apenas como mera continuidade de Portugal. Um Brasil que precisa ter sentido próprio, precisa ser percebido como nação, como integrado, como uno, como indiviso, agora e para todo o sempre. Para que isso ocorra, é necessária a invenção de um Brasil que tenha ao menos algumas características que lhe sejam próprias, particulares, suas. E isso implica em diferenciação em relação a Portugal, um outro personagem que estará constantemente presente no relato por definição do personagem maior, que é o Brasil. Como lidar com essa dualidade no campo de construção de uma memória nacional?

Varnhagen fez, de certa forma, através da sua narrativa nacional brasileira, um elogio da colonização portuguesa. Ele elogiou não somente a colonização portuguesa, mas também Portugal, especialmente na medida em que estes elogios poderiam de alguma forma se estender

⁵⁹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XI.

ao Brasil. Isso pode ser demonstrado pela forma com que ele dá atenção a vários aspectos da cultura portuguesa em sua narrativa, desde o primeiro tomo da HGB. Assim, Varnhagen reflete com evidente satisfação: “digamos agora duas palavras acerca do estado em que se achava a língua, a literatura e a instrução no país em que se haviam criado os que vieram colonizar o nosso”.⁵⁹⁶ Para ele, “a língua portuguesa campeava já na virilidade”.⁵⁹⁷ Varnhagen não poupa elogios: “É a língua portuguesa, disse um ilustre brasileiro poliglota e enciclopédico [José Bonifácio] ‘bela, rica e sonora; menos dura e tarda que a alemã e a inglesa; mais energética e variada ao ouvido que a italiana, mais suave e natural que a castelhana e superior em tudo à francesa’”.⁵⁹⁸ Não é por acaso que Varnhagen exalta a língua portuguesa.⁵⁹⁹ Conforme Hobsbawm, um dos critérios para a definição de uma nação nos oitocentos era o da “[...] existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”.⁶⁰⁰ Exaltar a língua portuguesa também significa exaltar o Brasil e afirmar a sua viabilidade como nação.

Não se esgotam aí, entretanto, os elogios de Varnhagen aos portugueses. Segundo ele, “a cultural intelectual de Portugal, isto é, o estado das letras e das ciências, pode dizer-se que andava então a par do dos mais países da Europa”.⁶⁰¹ Um diferencial merece destaque especial: “A arte ou antes a ciência em que Portugal, porém, se avantajava a todas as nações era a marítima; – ciência característica da atividade do engenho de qualquer povo, e que dá vida a uma arma, árbitra do destino dos Estados, e até dos continentes, como a história nos ensina [...]”. Enfim, “[...] tudo concorria a nivelar este país com os outros mais adiantados nessa época, em todos os ramos dos conhecimentos humanos”.⁶⁰² Para Varnhagen, há uma associação entre este desenvolvimento cultural e a expansão marítima:

⁵⁹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 159.

⁵⁹⁷ Ibidem.

⁵⁹⁸ Ibid., p. 160.

⁵⁹⁹ Para uma discussão sobre a importância atribuída por Varnhagen a língua nacional como elemento formador de uma consciência nacional, ver WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. O autor aborda a questão a partir do trabalho de Varnhagen no âmbito da literatura, em uma série de pequenos escritos esparsos.

⁶⁰⁰ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.49.

⁶⁰¹ VARNHAGEN, Op. cit., p. 160.

⁶⁰² Ibid., p. 160.

O domínio da maior parte dos litorais da Ásia que, segundo alguns, concorrera à desmoralização dos portugueses, produziu por lado nos ânimos tal energia que, além da glória marítima e militar que a nação adquiriu (e que será perdurável para sempre nos fastos da História universal e nos do progresso do espírito humano) talvez que a essa energia deveu o grande desenvolvimento que tiveram então a sua literatura e língua.⁶⁰³

No seu entender, a valorização da antiga metrópole refletia muito bem sobre o Brasil, e certamente agradava ao benemérito protetor do IHGB, D. Pedro II. Percebe-se na obra uma preocupação constante em preservar a imagem da antiga metrópole. Esta preocupação manifestase, por exemplo, quando Varnhagen assegura a manutenção de uma relativa independência de Portugal durante a União Ibérica, e também, por extensão, a inexistência de sujeição brasileira aos espanhóis.⁶⁰⁴ Para ele, apesar dos pesares, esta união se demonstrou benéfica para o Brasil, uma dádiva da Providência, especialmente no que se refere a questões territoriais.⁶⁰⁵ Como lhe é peculiar, Varnhagen aproveita a ocasião para louvar a nação brasileira, mesmo em meio à adversidade, afirmando que “O Brasil se podia considerar a mais importante das possessões portuguesas que Filipe II havia agregado à sua coroa, pois que as colônias da Ásia iam em manifesta decadência [...]”⁶⁰⁶. Porém, se ele é generoso com os portugueses, não poupa críticas aos espanhóis, justamente para valorizar o diferencial brasileiro no continente.⁶⁰⁷ Para Varnhagen,

⁶⁰³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 22.

⁶⁰⁴ Varnhagen afirma que “A metrópole vencida pela astúcia de Filipe II, e pelo apoio de uma nobreza egoísta e pouco patriótica, sujeitou-se a este rei, apresentando mui pouca resistência, e nas cortes de Tomar se resolveram as cláusulas de anexação. Portugal, aclamando o dito rei, seguiria como estado independente, governando-se por suas próprias leis, publicadas em português, e usando nelas o soberano simplesmente do ditado dos reis portugueses. No Reino e colônias, serviriam os cargos do Estado unicamente os filhos delas e dele, e só portugueses poderiam pela mesma forma ser delegados imediatos do soberano, quando não cometesse o cargo a príncipes ou princesas de sangue. Assim o Brasil continuava, e efetivamente continuou, colônia de Portugal, que sob o domínio castelhano conservou, em geral, como até ali, o monopólio do nosso comércio em favor dos seus portos e produtos. Mostrou-se pois o Brasil absolutamente alheio à questão dinástica.” Não pode escapar o detalhe do quanto estranha soa a idéia de uma nobreza mais ou menos patriótica em pleno século XVI. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 366.

⁶⁰⁵ Para ele, “Essa união devia parecer um dom providencial, toda em seu benefício. Por meio desapareceriam a dúvidas e questões que, tarde ou cedo, deveriam surgir de novo acerca da demarcação e traçado da sua raia, segundo a linha reta designada pelo tratado de Tordesilhas; ao passo que vassalos do mesmo príncipe que todos os demais Estados da América do Sul, poderiam os povos do Brasil livremente comerciar com seus vizinhos.” *Ibid.*, p. 168.

⁶⁰⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 22.

⁶⁰⁷ Varnhagen é severo: “Fatal engano, que dentro em pouco tinha de produzir cruéis decepções! Aquele pequeno Reino, bem que um tanto desorientado com a revolução social que nele haviam ocasionado as fortunas facilmente adquiridas na Ásia, havia tido sempre o bom senso, quanto à política do continente europeu, de procurar aproveitar-se da independência que lhe dava a sua situação dentro dele, a fim de manter paz com todos; enquanto pelo contrário, os herdeiros de Isabel, a Católica, não contentes em estender suas conquistas pelos domínios que lhe oferecera o gênio perseverante de Colombo, haviam sido levados, pela ambição, a sustentar guerras não só na Itália, na França e

é na inércia espanhola que se encontra a responsabilidade pelas dificuldades em manter o controle sobre o território brasileiro.⁶⁰⁸ Os portugueses estão, portanto, praticamente isentos de culpa:

Assim, pois, enquanto em Portugal se consultavam os pareceres de tribunais, e as sempre morosas juntas pouco adiantavam, porque de ordinário não fazem mais que assinar o trabalho de um só, que aliás o ativa e apura menos, por isso que não recebe íntegras para si, nem a responsabilidade, nem a glória, e enquanto os povo continuavam descontentes, atribuindo, como era razão, a origem de tantas calamidades à sua união com a coroa de Espanha, os holandeses se mostravam cada vez mais empenhados em que fosse protegida pelos Estados Gerais a nova conquista em Pernambuco.⁶⁰⁹

Evidentemente, esta interpretação é muito conveniente, pois resguarda o prestígio da monarquia portuguesa, que nitidamente é a sua intenção. Os reflexos negativos são inteiramente atribuídos à inércia burocrática e jurídica e, sobretudo, à indesejada união com os espanhóis. Diante desta condição, Varnhagen chega a relatar com entusiasmo um plano que supostamente propunha o deslocamento da monarquia portuguesa para a América, estabelecendo uma frente de resistência aos espanhóis.⁶¹⁰ Como não poderia deixar de ser, ele acentua a contraposição de interesses e a existência de certa sujeição, justamente para valorizar a eventual libertação. Dessa forma, quando se concretiza o rompimento da União Ibérica, Varnhagen mal é capaz de conter seu entusiasmo:

na Alemanha e nos Países-Baixos como até contra a Turquia”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 366.

⁶⁰⁸ Para ele, “Se, como seis anos antes, em vez de socorros, manda a corte ao Brasil uma poderosa armada de *restauração*, os intrusos houveram agora sido expulsos, e não teriam dominado ainda por vinte e três anos, e sido causa de tantas perdas para o estado e de tantas calamidades para os particulares.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 237. grifos do autor.

⁶⁰⁹ Ibid., p. 271.

⁶¹⁰ Aqui Varnhagen demonstra rara razoabilidade, afirmando que o plano, em última instância, redundaria em fracasso: “Parece que um D. Pedro da Cunha (a darmos crédito às palavras de seu descendente), fora de voto que, ainda antes de se fazerem em Portugal esforços para resistência contra todo o poder de Filipe II, se empregasse os poucos reforços disponíveis, para armar uma expedição marítima, em que os fiéis Penates do mitológico fundador de Ulisseia viessem preservar no Aquém-mar o nome e a coroa de Portugal, estabelecendo-se com toda a gente no Brasil, onde porventura os amparariam as nações da Europa, rivais da Espanha. Este grande pensamento realizado logo, e antes que os governadores do Brasil tivessem tempo de prestar juramento ao novo soberano estrangeiro, e que este pudesse dar providências acerca de uma surpresa que se lhe fazia tão, e em país a que tão pouca importância ligaria, houvera no século XVI visto proclamar-se uma monarquia independente na América. Cumpre, porém, declarar que essa monarquia (se bem que já a si o Estado se nutria de rendas próprias) não teria ainda elementos suficientes para cuidar de sua prosperidade, nem gente para tratar das coisas da governação; e que posto, como naturalmente se poria logo o novo Reino, à mercê e dependência de alguma das rivais da Espanha, concluiria por ser dela presa.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp. 367-368.

[...] quando veio a surpreendê-los, em fevereiro desse mesmo ano de 1641, a notícia da revolução que se efetuara em Lisboa no 1º de dezembro de 1640, e comunicara, como chama elétrica, a todo o reino; em virtude da qual ficava aclamado rei, com título de D. João IV, o Duque de Bragança, descendente dos reis avoengos portugueses e sucessor legítimo do afortunado D. Manuel, por sua avó a senhora D. Catarina, neta desse rei em cujo reinado o Brasil se patenteara no mundo civilizado.⁶¹¹

A partir do rompimento com a Espanha, Varnhagen trabalha com uma perspectiva de crescente associação entre interesses brasileiros e portugueses. Nesse sentido, os fatos ocorridos em Pernambuco, onde se defrontam interesses brasileiros e holandeses, são dignos de grande comemoração em Portugal:

A notícia da revolução, e provavelmente já desta primeira vitória, foi em Portugal recebida, como era natural, com grande satisfação; e porventura contribuiu a que fosse promulgado o decreto de 27 de outubro (1645), dispondo que os primogênitos dos reis e herdeiros presuntivos da Coroa se intitulassem, daí em diante, “Príncipes do Brasil”.⁶¹²

Príncipes do Brasil! Evidentemente que o laço que unia o Brasil a Portugal era de irmandade, e não de sujeição e subordinação. Varnhagen está preocupado em definir a natureza desse vínculo como algo positivo; afinal, tinha em mente os interesses de seu patrono, D. Pedro II. Entretanto, apesar disso, o cenário era preocupante em virtude da insistência dos holandeses. Nesta questão, Varnhagen não deixa de enfatizar que a resistência aos invasores se deveu principalmente à valentia dos colonizadores, mesmo diante de um eventual esmorecimento da Corte portuguesa.⁶¹³ Afinal, mesmo que Varnhagen elogie Portugal, é a história da nação brasileira que ele está inventando e comemorando.⁶¹⁴ Ele inclusive ressalta que nos momentos mais delicados de afirmação da recém proclamada independência portuguesa, o Brasil constituía-

⁶¹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 319.

⁶¹² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 25.

⁶¹³ Varnhagen afirma que “[...] se preocuparam alguns estadistas, e com eles o Padre Antônio Vieira, que chegou a opinar que não havia outro remédio mais que abrir mão da reconquista de Pernambuco, em favor dos holandeses; e sustentou valentemente semelhantes idéias em um parecer, com data de 14 de março (1647) que hoje corre impresso. Essas idéias vieram até a ser aceitas pela corte, que deu instruções ao seu embaixador na Holanda, e novas ordens para o Brasil, onde foram recebidas com pasmo, e felizmente não foram executadas, sendo substituídas daí a pouco por outras em contrário”. Ibid., p. 50.

⁶¹⁴ Por isso ele ressalta: “[...] Portugal, desde que havia recebido circunstanciadas notícias da esplêndida vitória dos Guarapes – notícias que tinham feito mudar inteiramente a opinião [...] sem essa vitória, é mais provável que parte do Brasil haveria sido entregue aos holandeses pela Corte, nas aflições em que se via [...]” Ibid., p. 56.

se, para muitos, em uma alternativa viável de sobrevivência para a Corte.⁶¹⁵ Varnhagen assim aponta que diante da demonstração de inviabilidade na Europa, o Brasil já se apresentava, séculos antes da transferência em função do Bloqueio Continental, como porto seguro para a continuidade da dinastia portuguesa. Dessa forma, ele legitima o Brasil pela sua longevidade, buscando promover o sentimento patriótico.

Finalmente, com o envolvimento inglês, a questão foi definitivamente resolvida. Com a assinatura do tratado em Haia (1661) “O interesse de outra nação veio por termo às questões com a Holanda”.⁶¹⁶ E logo em seguida, “A mediação inglesa impôs pouco depois o reconhecimento da independência de Portugal pela Espanha”.⁶¹⁷ Aqui não parece haver o mesmo entusiasmo diante do triunfo, uma vez que o feito não foi protagonizado diretamente pelo Brasil ou por Portugal. Varnhagen não se preocupa somente com resultados. Ao contrário, lhe interessa como são atingidas as circunstâncias favoráveis, na medida em que as ações por excelência implicam nos exemplos de fidelidade ao todo da nação que ele deseja suscitar.

É justamente pensando de acordo com os critérios da pedagogia nacional que Varnhagen, quando trata do episódio Amador Bueno em São Paulo, e da renúncia a ser rei, o cobre de elogios, pois considera louvável a não insurgência contra o Estado Português e sua coroa.⁶¹⁸ Não só é louvável, como é, sobretudo, exemplar. A fundação de sentidos é evidente: a hipótese de um Brasil que rompe com Portugal por completo é inteiramente inaceitável. A separação, quando finalmente acontecer, deve ocorrer sob o fio da continuidade e do respeito à autoridade monárquica.

⁶¹⁵ Varnhagen diz que “Durante o mencionado bloqueio de Ruitter passara Portugal os instantes mais críticos da conservação da sua recém-proclamada independência [...] no ano de 1659 viu-se o novo reino, na paz dos Pirineus, abandonado pela França, cujo ministro em Portugal chegou a indicar o pensamento de ficarem daí em diante os duques de Bragança por vice-reis perpétuos do Brasil com o título de reis”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 207.

⁶¹⁶ Ibid., p. 208.

⁶¹⁷ Ibid., p. 210.

⁶¹⁸ “Se acreditarmos na tradição, que no século passado recolheu um monge beneditino, filho da província, houve até pensamento de independência [...] ante o fato (se realmente sucedeu) da rejeição de uma coroa neste Estado, ainda então nas faixas da infância, não sabemos qual admirar mais, – se o juízo são do que descobriu que tal coroa não podia então ser perdurável, e menos possuída por si, num Estado que carecia de todos os elementos constitutivos da nacionalidade, e que ainda não poderia apresentar-se com dignidade ao lado dos outros povos do universo, mantendo a alta categoria de nação, – se abnegação do homem desambicioso, que sacrificou sua elevação no altar da pátria, evitando o fracionamento desta, ou pelo menos poupando-lhe uma sanguinolenta guerra civil.” Ibid., p. 131.

Entretanto, ainda que Varnhagen se preocupe em preservar Portugal, isso não significa dizer que é inteiramente tolerante. Sempre que considera que houve omissão, descuido, ou excesso por parte da metrópole, não deixa de exercer juízo desfavorável. Apenas reprova com o devido cuidado, como este trecho evidencia: “Fazemos estes reparos sem nenhuma prevenção, nem tendências a censurar. Os erros provinham de ignorância crassa, não de intenção. A si mesmo Portugal não se governava então melhor.”⁶¹⁹ Este é, em linhas gerais, o tom que Varnhagen adota quando critica. É uma crítica complacente. Porém, quando ele se refere ao alvará de proibição de fábricas e manufaturas de ouro, prata, sedas e linho no Brasil, no final do século XVIII, é extremamente contundente:

Diz o alvará que desde alguns anos se tinham difundido em diferentes capitâneas do Brasil “grande número de fábricas e manufaturas”. Era talvez o ato mais arbitrário e opressivo da metrópole contra o Brasil, desde o princípio do reinado anterior, e houvera justificado qualquer oposição ou rebeldia que a ele apresentassem os povos. Em vez desta, que seria justíssima, por sua origem, outra se manifestou e tomou corpo, chegando a converter-se em uma tal ou qual conspiração.⁶²⁰

Aqui Varnhagen refere-se à Inconfidência Mineira, sinalizando com um ponto de tensão que o colocará em grande dificuldade, pela necessidade de acomodar uma rebeldia com um caráter em certa medida, nacional, contra a monarquia. Esta mesma tensão se apresenta quando os interesses da metrópole – e por extensão da coroa – se vêem confrontados pelos jesuítas, movimentos autonomistas e rebeliões, como será visto a seguir.

⁶¹⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 269.

⁶²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.288-289.

4.2 O ESTADO DENTRO DO ESTADO: OS JESUÍTAS

[...] por mais compromissado que possa estar com a religião como fator de civilização, associado nessa tarefa com o Estado, é um crítico implacável toda vez que a Igreja, ou seus padres, agem de maneira a pôr em perigo a presença do Estado.

Nilo Odalia

Neste trecho, discuto a forma com que Varnhagen aborda a presença dos jesuítas no Brasil, na medida em que esta questão evidencia o quanto ele é inflexível na defesa dos objetivos do Estado. Isso não é por acaso. Varnhagen inventa uma narrativa que é, acima de tudo, nacional, mas em um sentido específico, de adesão aos objetivos do Estado. Para Varnhagen, parece haver uma equivalência entre a idéia de narrativa nacional e a defesa dos parâmetros oficiais. Logo, na sua narrativa, de acordo com seu enfoque pragmático, não há espaço para contraposição à supremacia do Estado-nação. A lição a ser extraída do seu texto é constantemente reiterada: não pode haver oposição ao que ele configura como interesse maior da nação. Se Varnhagen é tolerante com a monarquia portuguesa, censurando somente seus equívocos mais evidentes, o mesmo não pode ser dito a respeito dos jesuítas, uma vez que ele é extremamente crítico dessa ordem religiosa. Mesmo que reconheça certo favorecimento à unidade colonial em virtude das contribuições da ordem na educação, Varnhagen os associa à grande parte dos percalços da colonização, e em especial, à questão indígena. Por exemplo, ele censura implacavelmente

[...] as providências de mal entendida filantropia, decretadas depois pela piedade dos reis, e sustentadas pela política dos jesuítas, que foram a causa de que os índios começassem pouco a pouco a ser chamados à civilização pelos demorados meios da catequese, e que ainda restem tantos nos sertões, devorando-se uns aos outros, vexando o país e degradando a humanidade.⁶²¹

Varnhagen considera que a ineficiência dos jesuítas em integrar os índios à civilização constitui-se em uma verdadeira vergonha nacional, um resto bárbaro em meio ao padrão civilizatório europeu que ele deseja que triunfe por completo no país. Além disso, a questão indígena, entendida como o fato dos jesuítas terem se tornado uma espécie de “autoridade” quanto ao assunto, implicou, segundo ele, em uma série de problemas que advêm da disputa pela sua posse. Segundo Varnhagen, o monopólio da ordem sobre os índios colocava os jesuítas em

⁶²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 220.

confronto direto com o “povo”.⁶²² Estranhamente, o povo, que praticamente sequer é mencionado na narrativa de Varnhagen, ganha espaço enquanto elemento a ser contraposto aos jesuítas.⁶²³ São muito raras as ocasiões em que Varnhagen utiliza o termo povo e, praticamente, todas elas são em oposição aos jesuítas, o que não deixa de causar certa estranheza.⁶²⁴ Por exemplo, quando Varnhagen trata das disputas com os jesuítas em relação aos índios em São Paulo, utiliza várias vezes o termo povo, como “[...] em prejuízo do povo”⁶²⁵ ou “[...] procuradores do povo [...]”⁶²⁶ e “seguiram-se graves questões entre o povo e o administrador eclesiástico”.⁶²⁷ Esta utilização de uma abordagem que estabelece campos dicotômicos em um confronto de caráter maniqueísta entre o bem e o mal não é novidade, conforme visto anteriormente. Assim, “povo” e “jesuítas” acabam por exercer funções narrativas semelhantes àquelas exercidas pelas categorias dos “nossos” e do “inimigo”. Varnhagen se vale de uma situação onde há choque de interesses para, mais uma vez, trabalhar com uma lógica exemplar. Portanto, novamente são estabelecidos modelos de comportamento, paradigmas da virtude nacional através da narrativa da nação. Resta saber como isso funciona, uma vez que o antagonismo entre jesuítas e povo não é tão evidente para o leitor como, por exemplo, entre holandeses e brasileiros/portugueses.

Varnhagen trabalha o antagonismo a partir de outra perspectiva, onde dá destaque aos pontos onde há conflito de interesses, enfocando uma massa que ele denomina povo; que, por excelência, é prejudicado pela ordem. Nesta questão, mesmo que a disputa não tenha, a princípio,

⁶²² Para Varnhagen, “Os povos viram , na pretendida filantropia e proteção dos índios, uma verdadeira decepção contra eles, quando os braços começavam a escassear para as primeiras necessidades da indústria. A corte, sem conhecimento do caráter dos índios, e influída pelos mesmos jesuítas, julgou a princípio dever libertar aqueles completamente. Representou o povo em contra, provando que os que os que pertenciam às aldeias ou missões da Companhia eram sim, absolutamente imunes, e protegidos contra toda classe de tropel estranho, mas que, bem considerando o caso, eram verdadeiros servos; pois trabalhavam como tais, não só nos colégios, como nas terras chamadas *dos índios*, que acabavam por ser fazendas e engenhos dos padres jesuítas”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 333.

⁶²³ Varnhagen assinala que “[...] Os moradores apresentavam argumentos: debalde pediam eles para o seu gentio do Brasil, no Brasil, as mesmas práticas e leis seguidas em África com “o gentio da África”. Os jesuítas a tudo se opunham, pela simples razão, segundo seus inimigos, que da África não pretendia eles o domínio: não lhes agradava o clima”. *Ibid.*, p. 342.

⁶²⁴ Uma das raras exceções é quando ele diz que “As mencionadas vitórias não faziam o governador nem seu filho mais populares. Queixou-se o povo que eles decidiam a guerra, sem tomar acordo com os que em tais negócios deviam ser mais interessados [...] o povo estava vexado”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.280-281.

⁶²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 132.

⁶²⁶ *Ibid.*, p. 136.

⁶²⁷ *Ibid.*, p. 202.

qualquer caráter nacional, Varnhagen não suaviza em nada a contraposição de interesses, como faz entre a metrópole e a colônia. Ao contrário, chega ao ponto de referir-se a uma luta propriamente dita entre a ordem e o povo⁶²⁸ e condena veementemente as disposições a respeito da tutela dos índios pelos jesuítas, que considera como um favorecimento injustificável.⁶²⁹ Varnhagen não se mostra nada parcimonioso com os jesuítas. Seu tom é quase que invariavelmente de repreensão, principalmente quanto à jurisdição sobre os índios. Segundo ele, “[...] os padres jesuítas não se conduziram sempre, neste assunto melindroso, com a prudência que as circunstâncias demandavam, e que em outras épocas do Cristianismo fora seguida e aconselhada pela Igreja”.⁶³⁰

Nesse sentido, ele ironiza as estipulações em favor dos jesuítas e chega a responsabilizá-los, indiretamente, pela escravidão africana.⁶³¹ Para Varnhagen, essas medidas trouxeram grande prejuízo ao país. Além disso, também culpa os jesuítas por levarem o povo a descumprir a lei, em função da falta de mão-de-obra, o que gerou focos de anarquia e rebelião, pondo em risco a estabilidade. Está claro que Varnhagen vê a ordem com grande censura devido ao fato da mesma constituir-se em um foco de autoridade que, por vezes, se rivalizava com a do Estado. Como assinala Wehling, evocando Capistrano de Abreu, Varnhagen não via “[...] um confronto entre liberdade e escravidão, mas entre os jesuítas, que manobravam os índios para atender a seus próprios desígnios, e os patriotas, que desejavam incorporá-los à sociedade civil”.⁶³² O confronto

⁶²⁸ Varnhagen afirma que “Eram ainda então os religiosos da Companhia os únicos que havia nas colônias brasileiras; assim como eles tinha exclusivamente de travar-se a luta mui freqüente entre o povo e o clero, quando este chega a alcançar grande preponderância, ou aspira a uma espécie de supremacia nos negócios temporais”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.333-334.

⁶²⁹ Para ele, “Estas disposições foram tomadas com tanta latitude em favor dos jesuítas, que começaram os habitantes a queixar-se de que os padres os vexavam com arbítrios e sofismas sempre que podiam: mas o clamor foi geral quando a experiência mostrou os resultados delas, que não eram outros senão privar de braços constituindo-se uma verdadeira associação industrial, com a qual o lavrador pobre, em favor da Companhia, que desde logo começou a medrar e a ganhar consideravelmente na cultura de suas terras, nenhum capitalista podia competir”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 336.

⁶³⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 163.

⁶³¹ Para Varnhagen, “Daqui data, verdadeiramente, como em outro lugar dissemos, o maior incremento da importação de escravos africanos. Os moradores vexados pelas dúvidas que de contínuo nasciam sobre as provas que se lhes exigiam da legitimidade da posse dos índios, começavam a preferir braços, cuja *legitimidade* lhes fosse mais fácil justificar. Para abonar os escravos pretos, então que não havia africanos livres, bastava a cor do rosto”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 336. grifos do autor.

⁶³² WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp.98-99.

chega a ser delineado como uma disputa entre a nação e um corpo estranho nela estabelecido, que como tal deve ser expurgado para o bem comum.

Dessa forma, Varnhagen é duro com os jesuítas na medida em que eles interferiam com o desenvolvimento colonial ao privar o “povo” de braços para o trabalho, e ao mesmo tempo, não civilizar os índios.⁶³³ Se neste ponto a crítica já é severa, quando esta intromissão se estende aos assuntos do Estado, se torna ainda mais grave.⁶³⁴ Para ele, a interferência dos jesuítas em relação aos índios chegava ao ponto de alavancar impérios. Aqui a questão começa a assumir contornos ainda mais preocupantes, na medida em que os jesuítas começavam a configurar uma ameaça à soberania nacional. Varnhagen enxerga uma intenção evidente dos jesuítas nesse sentido. Afinal, não é por acaso que eles propunham

[...] que tais abusos [em relação aos nativos] só poderiam acabar, entregando-se à Companhia de Jesus toda jurisdição temporal sobre os mesmos índios, conforme a mesma companhia tanto aspirava no Sul do Brasil, a exemplo do muito poder que outros dos seus companheiros já sobre eles exerciam no vizinho Paraguai, onde chegaram a fundar um pequeno império independente, exclusivamente em proveito da dita companhia.⁶³⁵

Varnhagen não poderia expressar sua censura de modo mais claro do que utilizando o termo pequeno império independente. Ele não esconde o desprezo que tem por esta petulância da ordem, que pretende se constituir como politicamente independente. Como se isso não bastasse, para Varnhagen, a situação se agravou ainda mais em função das “[...] providências que vieram a ser convertidas em lei (de 9 de abril de 1655) , concedendo à Companhia toda a supremacia sobre os índios, *com exclusão de outra qualquer ordem ou poder*, sendo o próprio Padre Vieira

⁶³³ Ele comenta que “Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam população, as terras braços próprios à cultura, e o gentio não adquiria hábitos de civilização, polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionam.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.112-113.

⁶³⁴ Varnhagen afirma que “No governo de Men de Sá”[...] haviam os padres adquirido no Brasil tal ascendente que já para o fim tinham mais poder que o governador. Por uma carta régia obtiveram eles, a fim de fabricarem dois colégios, o produto das condenações e penas pecuniárias impostos pelas magistraturas judicial e administrativa, com direito de nomearem o recebedor [...]”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 345.

⁶³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 163.

declarado logo chefe ou superior, com poderes quase ilimitados.”⁶³⁶ Para ele, a audácia dos jesuítas revelava-se em toda sua extensão. Varnhagen não o diz explicitamente, mas fica claro que considera que poder ilimitado é atribuição exclusiva do rei. Segundo ele, a partir daí, a situação se deteriorou em definitivo. Varnhagen afirma que esta lei fez com que os conflitos entre o povo e os jesuítas se intensificassem ainda mais.⁶³⁷

A forma com que o padre Vieira é retratado nesta questão permite elaborar um pouco mais a discussão anterior sobre a função exercida na narrativa pelos personagens escolhidos por Varnhagen. O mesmo Varnhagen que, em outros trechos, saúda Vieira como exemplo a ser seguido e imitado, agora se volta contra ele para demonstrar a reprovação que deve ficar gravada na mente do leitor quando há um campo que se contrapõe aos interesses que ele configura como sendo do todo. Como já ressaltado anteriormente, o exemplo a ser seguido ou evitado é o que propriamente conta, e não os homens, de acordo com os fins paradigmáticos da sua narrativa.

Varnhagen não se contém em suas críticas. Para ele os jesuítas constituíam-se em verdadeiros parasitas, que prejudicavam os interesses do Estado.⁶³⁸ De qualquer forma, ele não deixa de reconhecer que apesar da ingerência nos assuntos estatais e nos interesses “populares”, acabaram contribuindo indiretamente para a ampliação das fronteiras do país.⁶³⁹ Obviamente que

⁶³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959.p. 193. grifos do autor.

⁶³⁷ Sendo assim, “dirigiram pois, aqueles ao padre Vieira, (15 de janeiro de 1661) uma representação, queixando-se da falta de escravos, falta que tinha feito diminuir as rendas públicas, impossibilitando aos moradores de pagarem até a cômputo ao vigário da matriz, e a esmola dos capuchos, e obrigando-os a fintarem o povo para poder sustentar a tropa”.Ibid., p. 195.

⁶³⁸ Nesse sentido, ele comenta que “Acerca do estado do Brasil nesse período, queixas dos povos e suas necessidades, chegou até nós, e se acha impressa, uma curiosa representação, na qual se adverte a tendência devorista das ordens religiosas, que não pagavam nenhum tributo e ameaçavam em poucos anos sorver a si o Brasil todo”. Ibid., p. 269.

⁶³⁹ Varnhagen comenta que “A questão mais espinhosa em São Paulo, como em todo o Brasil, não era a das minas, que seguiam-se lavrando pacificamente, como ainda pouco rendosas: era a dos índios, aos quais os religiosos da Companhia tanto queriam amparar, que chegava a ser impossível a nenhum morador, exceto os mesmos religiosos, o valer-se do serviço deles, ainda mediante contratos de paga de aluguel ou soldada. E o pior era que os padres tinham também fazendas e engenhos, e os seus gêneros competiam no mercado com os do povo, que pagava mais caro os braços que necessitava para a sua indústria. Os moradores de São Paulo, julgando-se oprimidos por arbítrios que classificavam de hipócritas e até de interesseiros, e necessitados de braços para a agricultura e a lavra de minas, em vez de fazer contratos com os que estavam sujeitos aos jesuítas, ou de irem buscar negros além dos mares com bárbara crueldade nos porões dos navios, assentaram-se de valer-se de outro meio, aliás menos vil que este último, por isso mesmo que mediava uma luta na qual expunham suas vidas. Organizaram-se em *bandeiras*, e começaram a ir prender índios bravos mui longe, e fora da jurisdição dos padres. Fizeram bem? Afirmá-lo fora tão pouco humano como defender menos nobremente qualquer escravidão. O certo porém é que os interesses do Estado não estão em alguns caso (temporariamente) de acordo com os sentimentos da mais generosa filantropia, que aliás desde séculos

não por méritos seus, pois se rivalizavam com a autoridade estatal. Segundo Varnhagen, lenta e gradualmente, a verdadeira natureza dos padres foi sendo revelada: tratava-se de uma ameaça concreta à própria soberania nacional. Esta revelação ocasionou a abolição da ordem, primeiro na Espanha, e depois em Portugal.⁶⁴⁰ Na narrativa nacional de Varnhagen, a presença de uma entidade com fins próprios, contrários aos interesses do Estado, certamente não poderia ser tolerada. Por isso Wehling considera que “os argumentos de Varnhagen contra os jesuítas são os de um adepto da razão de Estado contra as forças centrífugas que prejudiquem aqueles objetivos”.⁶⁴¹ Em virtude disso, Varnhagen não poderia deixar de comemorar a ação de Pombal, por ele já louvado em função de outras iniciativas:

Se os padres jesuítas, nas fronteiras do Sul, se haviam apresentado como cúmplices de índios sublevados, do lado do norte apareceram eles igualmente acusados de promover hostilidades à execução do tratado [...] informações [...] que provavam que tudo era manejado por um plano concertado. Então Pombal conheceu o imenso poder da Companhia de Jesus, que constituía já no *Estado outro Estado*, e resolveu coarctar-lhe a influência [...]⁶⁴²

Já no Estado outro Estado. A expressão evidencia o quanto Varnhagen considera perniciososa a presença da ordem. Sua análise claramente delimita esferas de poder.⁶⁴³ Mesmo sendo ele um adepto convicto do cristianismo e defensor da religião como instrumento civilizador e difusor da moral, não deixa de ver os jesuítas como ameaça na medida em que concorriam com a soberania estatal. Isso não significa que ele não reconheça nenhum mérito na ordem, mas face

prega e proclama louvavelmente a Igreja... É assunto melindroso sobre que mais vale discorrer menos. Não se nos leve, porém, a mal se ousamos pedir que se deixe em paz a memória dos primeiros cristãos nascidos na terra em que foi embalado o nosso berço; quando os audazes aventureiros, a quem a nação brasileira deve a vastidão de suas fronteiras [...]” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.52-53. grifos do autor.

⁶⁴⁰ Dessa forma, “[...] a ingerência dos padres das missões nessa rebeldia dos índios do Uruguai foi patenteada, com documentos, às duas cortes de Lisboa e Madrid, por Gomes Freire e Valdelírios, acrescentemos desde já que dela, e por conseguinte do tratado de 1750, veio a proceder a abolição da Companhia de Jesus, porventura discutida em Madri, antes de efetuar-se em Portugal.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.135.

⁶⁴¹ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.169.

⁶⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959.pp.137-138.grifos meus.

⁶⁴³ Para ele, “O triunfo completo de Pombal se manifestou pela régia sanção dada à lei de 3 de setembro de 1759, que aboliu nos seus reinos a ordem dos jesuítas. Nada mais natural, na órbita do seu poder e regalia. Os jesuítas haviam sido admitidos, protegidos e doados, em Portugal e suas conquistas, pelo chefe supremo da nação, para que eles pudessem à mesma nação ser de proveito, como efetivamente foram. Por isso mesmo ninguém era mais competente do que o mesmo chefe para lhes retirar a proteção, e não os consentir mais no país, apenas visse que sua permanência produzia contínuos conflitos de autoridade, concorrendo a nivelar as barreiras que Cristo marcou entre Deus e César, entre a Igreja e o Estado, o espiritual e o temporal, – o sacerdócio e o império”. Ibid., p.140.

ao que acabou por representar, foi justamente abolida.⁶⁴⁴ Novamente, fica evidenciado o exemplo de um castigo inevitável para quem se confronta com os desígnios do Estado. Nesse sentido, o fim da Companhia foi, em seu entendimento, inteiramente favorável ao país e até causa de júbilo pela remoção de um obstáculo ao seu desenvolvimento.⁶⁴⁵ Enfim, as suas considerações finais sobre os jesuítas são extremamente severas:

Não defendemos os jesuítas, como alguns, dizendo que eles no Brasil eram contra os mandões e em favor dos povos, quando a história nos prova o contrário: que os mandões mais arbitrários os protegiam sempre, e os povos sempre contra eles se levantavam; e quando eles feito voto de pobreza, eram, a pretexto dos seus colégios, tão ricos e manejavam tantos engenhos e terras e escravaria e até marinha de comércio; o que justamente contribuía para que os povos, por natural inveja, os amassem menos [...]

Varnhagen associa, desta forma, os jesuítas às células de poder local que ele, enquanto inimigo declarado do provincialismo, combate em nome da unidade nacional. Assim, a associação entre o provincialismo e ilegitimidade por excelência das pretensões dos jesuítas garante o desprestígio de ambos e um novo argumento para incentivar os modelos de conduta desejados. A experiência com os jesuítas havia se mostrado infrutífera e prejudicial ao país, à sua unidade, ao seu desenvolvimento. A partir daí, trata-se de reforçar cada vez mais a autoridade estatal e não admitir questionamento à sua soberania sobre o território nacional. Sendo assim, “A supressão dos jesuítas não deu lugar à entrada de outra ordem religiosa no Brasil; pois havia tempo que a corte reconheceu que não convinha favorecer demasiado o aumento dos religiosos neste principado”.⁶⁴⁷ Se Varnhagen já se mostra intolerante em relação aos Jesuítas, fica a questão: de que forma ele retrata as rebeliões ocorridas na colônia e que exemplos ele busca fundar a partir de tais movimentos?

⁶⁴⁴ Portanto, “Quanto a Companhia de Jesus, respeitável por tantos títulos, que deu mundo tantos talentos insignes e à igreja vários santos, instituição que, longe de ter infância, começou logo varonilmente, justo é confessar que prestou ao Brasil alguns serviços, bem que, por outro lado, parcialismo ou demência fora negar, quando os fatos o evidenciam, que, por vezes, pela ambição e orgulho dos seus membros chegou a provocar no país não poucos distúrbios”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959.p.141.

⁶⁴⁵ Segundo ele, “[...]a abolição da Companhia foi favorável aos povos; pela desamortização dos seus bens, que, pelos preços baratos com que foram vendidos, serviram como de indenizar a perda dos braços dos índios, então de todo libertados, bem como pouco depois fossem substituídos em maior escala com os dos africanos”. Ibid., p.142.

⁶⁴⁶ Ibid., p.143.

⁶⁴⁷ Ibid., p.144.

4.3 REVOLTA E (I)LEGITIMIDADE: OS MOVIMENTOS E SUA APREENSÃO

Varnhagen expressa as formas de pensamento ajustadas ao sistema colonial. Ele vê o Brasil como o vêem os seus administradores e demais representantes da mentalidade oficial e os não-inquietos. Estes vêem qualquer idéia de revolução no Brasil, no final do século XVIII, como uma maldade, um desrespeito ao rei.

José Carlos Reis

Varnhagen privilegia o Estado-nação e, portanto, um Brasil de cunho oficial como elemento central da sua narrativa. Sendo assim, como intelectual a serviço de uma visão de Estado, é evidente que Varnhagen censuraria os movimentos que se posicionaram, no passado, contra os objetivos oficiais. Esta postura conscientemente pragmática faz com que ele enxergue os fatos e atribua sentido a eles a partir desse ponto de vista, marcado pela sua orientação conservadora. Nesse sentido, o tratamento que Varnhagen dá em sua obra, de um lado, ao que ele vê como movimentos que expressam o surgimento de um ideal nacional, e de outro, movimentos que se colocam contra os fins e a autoridade do Estado, é extremamente desigual.⁶⁴⁸ Em relação à Guerra dos Mascates, por exemplo, onde Varnhagen enxerga uma contraposição entre interesses de brasileiros e portugueses, há uma grande tolerância e até mesmo convivência:

Sabendo de quanto são capazes as paixões políticas, e falto de provas convincentes, cremos que nada ganharíamos em fazer a história concorrer ao estéril empenho de manchar a reputação dos avôs de alguns cidadãos honestos. Demais, firmes na convicção de que toda guerra civil é uma desgraça nacional, esforçar-nos-emos por mencionar nessa poucos nomes. Digamos, entretanto, desde já que a insurreição se chamou geralmente dos *Mascates*, expressão com que na Ásia se nomeavam os vendilhões, e que na língua portuguesa veio a produzir o verbo *mascatear*, aplicado aos que mercadejam a retalho.⁶⁴⁹

⁶⁴⁸ Para Odalia, “Sua preocupação constante com o Estado leva-o a fazer uma clara distinção entre os movimentos que podem ser vistos como a expressão de uma incipiente nacionalidade. Sua admiração e preferência pelos olindenses contra os mascates, ou suas palavras candentes de admiração por Bequimão, líder fracassado da revolta do Maranhão, parecem indicar uma contradição insanável em sua maneira de ver a Inconfidência Mineira e a Revolução de 1817, às quais não poupa palavras ácidas de crítica e desprezo.” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.82.

⁶⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.316-317. grifos do autor.

Varnhagen manifesta-se imparcialmente em relação ao conflito, intitulado-se um cientista à procura da verdade.⁶⁵⁰ Para ele, há, sobretudo no movimento uma guerra civil, que embora deva ser entendida como uma verdadeira desgraça nacional, não merece uma repreensão mais severa, pois não houve revolta contra os interesses do Estado, nem florescimento de uma identidade regional.⁶⁵¹ E o mais importante: ambos os lados professavam lealdade ao rei.⁶⁵² O fato é que, por se tratar de uma rivalidade local onde não havia questionamento à autoridade estatal, não há necessidade de repreensão. De qualquer forma, Varnhagen não deixa, mesmo nesse caso, de manifestar a sua infelicidade diante da discórdia instalada, e como lhe é peculiar, de atribuir um caráter pejorativo a qualquer possibilidade revolucionária. Segundo Varnhagen,

A maior parte dos chefes do partido aristocrático pernambucano se tirou devassa e foram, ou seus parentes, presos e declarados inconfidentes. O bispo foi deportado para as bandas do Rio de São Francisco. Os Camarões e Tundacumbes aproveitaram dessas perseguições para exercerem suas vinganças, as quais, unidas aos arbítrios dos delegados da justiça, chegaram a criar um partido sinceramente revolucionário, que se tivesse forças houvera levado avante sabe Deus que planos de desesperação, e em tal extremo, bem que afinal teriam que ceder extenuados e debilitados, pudera a capitania chegar nada menos que a haver nadado em um mar de sangue. Em caso tal deveram os homens importantes do país aconselhar ao povo resignação, para, pela revolução a que levasse o desespero, não vir a sofrer maiores males. Cremos poder resumir o triste estado de Pernambuco, pior sem dúvida que na época mais despótica do domínio holandeses [...] ⁶⁵³

Já na Revolta de Bequimão, quando o que está em jogo são os interesses da província do Maranhão, prejudicados pelos jesuítas e pela Companhia de Comércio do Maranhão, Varnhagen enxerga conotação positiva, como havia feito em relação aos conflitos com os holandeses, exaltando a declaração do chefe Manuel Bequimão, de que “Pelo Maranhão dava satisfeito a vida” e comemora as “Palavras solenes que eternamente encontrarão eco e simpatia, não só entre

⁶⁵⁰ Varnhagen expõe que “Para a história dessa guerra civil quase podemos dizer que nos sobram documentos, e as crônicas contemporâneas, onde há que buscar a verdade, estreme das paixões de partido” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959.p. 317.

⁶⁵¹ Para Odalia, “[...] toda sua simpatia recai sobre os olindenses, porque estes representam a aristocracia da terra e são brasileiros, enquanto os do Recife representam os estrangeiros, os portugueses”. ODALIA, Op. cit., p.85.

⁶⁵² Varnhagen considera que “Já estava em campo a guerra civil. Escusamos dizer que cada um dos dois partidos invocava o nome do rei, e se inculcava com a razão e a justiça por sua parte, apodando o contrário de rebelde e traidor. Isto oficialmente. A plebe desferrava-se, segundo seu costume, no dar as alcunhas mais ou menos aviltantes. Os partidários dos olindenses começaram a chamar seus contrários do Recife *Mascates*: aos do Sul *Camarões*, e aos do Norte *Sipós* e *Tundacumbes*. Os do Recife vingavam-se denominado *Pés rapados* aos nobres olindenses.” VARNHAGEN, Op. cit., p. 318.grifos do autor.

⁶⁵³ Ibid., p. 322.

os Maranhenses, como em todos os corações bem formados”.⁶⁵⁴ Segundo Wehling, a diferença significativa que explica a simpatia de Varnhagen pelo movimento “[...]se explica, possivelmente, pelo seu liberalismo econômico, que o fazia refratário aos privilégios mercantilistas das companhias de comércio”.⁶⁵⁵ Além disso, havia contrariedade com os jesuítas, um dos alvos prediletos de Varnhagen.

A postura de simpatia em relação a tais movimentos não se estende, de forma alguma, à Inconfidência Mineira, à Conjuração Baiana e posteriormente, à Revolução Pernambucana de 1817. Para Varnhagen, a Inconfidência Mineira e a Revolução de 1817 são a negação do papel do Estado na constituição da Nação. Trata-se de movimentos que mal escondem regionalismos e provincialismos. Como tais, devem ser combatidos para efetivar a supressão da identidade regional, um dos objetivos do pragmatismo por trás da narrativa nacional. Não é à toa que José Honório Rodrigues vê nele um verdadeiro oficialismo, manifesto em seu horror ao inconformismo. Wehling, em sentido semelhante, aponta que “não há dúvida que Varnhagen é favorável a tudo que represente o *status quo*, entendido como equilíbrio do sistema colonial, manutenção da unidade política e controle sobre a ‘plebe desordeira e demagógica’”.⁶⁵⁶ Entretanto, por mais “oficialista” que Varnhagen possa ser, isso não afasta o fato de que, de alguma forma, tais movimentos precisam estar contemplados na narrativa nacional. A Varnhagen cabe atribuir sentido e significado, cabe cristalizar uma memória sobre estas revoltas, garantindo que as mesmas não exerçam uma influência perniciosa sobre a consciência dos brasileiros. Como movimentos que se posicionaram de forma contrária aos interesses do Estado, é evidente que devem ser rigorosamente reprovados. A questão é como, efetivamente, promover esse desdobramento dentro da narrativa.

Essa problemática começa a aparecer quando Varnhagen trata dos chamados movimentos anticoloniais, que implicam em uma série de novas circunstâncias as quais ele teve que, de alguma forma, se adaptar. Se até então sua *História Geral* havia sido praticamente uma história conjunta do Brasil e Portugal, as chamadas revoltas anticoloniais começam a fazer transparecer o

⁶⁵⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959.p. 248.

⁶⁵⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.184.

⁶⁵⁶ WEHLING, Op. cit., p.184.

tipo de tensão que eventualmente desembocaria na Independência. O título do capítulo é deveras sugestivo: “Idéias e conluios pró independência em Minas”. Varnhagen tem enorme dificuldade em desfazer tal nó, como pode ser percebido por constatações como esta: “ocupava o trono uma piedosa rainha, que havia com o tempo prevenido contra a severidade do código criminal do país, o livro quinto das Ordenações Filipinas”.⁶⁵⁷ O entendimento de Varnhagen do movimento inclusive mudou com o passar do tempo; ou foi possível uma tolerância maior porque a ordem no Brasil Império já havia sido construída de forma satisfatória. De qualquer forma, o fato é que foi somente na 2ª edição que Varnhagen resolveu suavizar suas críticas a respeito da Inconfidência Mineira, visto que na 1ª edição foi de uma intolerância completa.

Varnhagen introduz o capítulo reportando-se às facilidades da comunicação moderna, que permitem a comunhão de sentimentos do povo de uma mesma nação, e também fazem com que os ecos de uma grande revolução repercutam mundo afora. Exemplo notório deste fato, segundo ele, foi a bem sucedida revolução feita pelas antigas colônias inglesas. Varnhagen afirma que a emancipação foi uma verdadeira proclamação da nacionalidade, o que teria incentivado os brasileiros a imitá-la.⁶⁵⁸ A inspiração teria levado, inclusive, a um contato com Thomas Jefferson que, entretanto, afirmou que cabia aos próprios brasileiros proclamarem a sua independência. Segundo Varnhagen, acreditava-se que o Brasil dispunha dos recursos necessários para constituir-se em uma nação e esperava-se o apoio norte-americano para tal.

Ao tratar do movimento propriamente dito, Varnhagen inocentou Tomás Gonzaga de participação, pois acreditava que ele somente teria conversado acerca da possibilidade de um dia o Brasil vir a separar-se de Portugal, o que certamente não seria um crime. Nesta consideração, Varnhagen mantém o respeito que caracteriza a sua narrativa quanto ao Estado e à Monarquia de Portugal. A relação, entretanto, logo se torna mais tensa.

Varnhagen não denomina a Inconfidência de conjuração, nem sequer de conspiração, embora reconheça na figura de Tiradentes um conspirador. Ele atribui a Tiradentes a proeminência do movimento e lhe confere uma conotação nada positiva. Para ele, “no auge do

⁶⁵⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.320.

⁶⁵⁸ *Ibid.*, p.306.

entusiasmo, obedecia o mesmo alferes, não só aos impulsos do patriotismo, como também aos da ambição”.⁶⁵⁹ Por que Varnhagen se preocupa em caracterizar Tiradentes diante do leitor como alguém movido – ao menos parcialmente – por objetivos pessoais? Para ele, interessa desprestigiar um movimento que, em alguma medida, questionou a autoridade monárquica. A exemplaridade que o seu pragmatismo exige não poderia deixar passar incólume tal tipo de conduta. Assim ele diminui a importância do movimento, e praticamente o restringe ao alferes.⁶⁶⁰ Varnhagen afirma que “de todos o que tomou o negócio mais a sério, constituindo-se verdadeiro cabeça do motim, foi ainda o Tiradentes que já não pensava em outra coisa [...]” Todavia, já demonstrando uma certa contradição, ele considera que Tiradentes teria obrado em favor da independência da pátria, e cercado-se de um número crescente de cúmplices, “[...] sendo uns estimulados pelo amor da pátria ou por simples ambição, e outros pelo desejo de se libertarem da derrama [...]”.⁶⁶¹ Em alguns momentos percebe-se que Varnhagen oscila em prol de reconhecer uma certa virtude no movimento, mas é uma virtude que ele logo retira, denunciando as ambições pessoais dos envolvidos.

Descobertos os planos e presos os inconfidentes, Varnhagen trata de distribuir a culpa como bem lhe cabe, inocentando Gonzaga e o “honrado cônego” Luis da Silva. Para ele, “[...] toda culpa, se havia, se reduzia a serem ambos muito ilustrados, verem claro o que se passava no mundo, e preverem os sucessos que, segundo a ordem natural, tinham de acontecer um dia”.⁶⁶² Dessa forma, ele não vê uma ação concreta por parte dos mesmos contra o Estado, mas apenas uma preconização da liberdade e independência vindouras. Logo, não há necessidade de condenação.

Tiradentes, todavia, não gozou da mesma sorte, nem por parte de Varnhagen, nem por parte de seus contemporâneos, tendo sido declarado líder. Assim, Varnhagen relata que “julgando os juízes necessário para o escarmento público algum exemplo, votaram para que fosse ao

⁶⁵⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.312.

⁶⁶⁰ A utilização do termo “povo”, nesse sentido, por Varnhagen é digna de comentários. Varnhagen refere-se que a perda de uma ocasião favorável para os conspiradores deixava “[...] estranha a eles a maioria do povo, que teria mais dificuldade de mover-se por motivos políticos, que não compreendia, do que pelo interesse imediato de ser aliviada por novos governantes, de pagar tributos que com que não podia, e aos quais pretendiam obrigar os mandantes de direito”. Ibid., p.316.

⁶⁶¹ Ibid., pp.317-318.

⁶⁶² Ibid., p.319.

patíbulo, cumprindo-se inteiramente, a seu respeito, a dura e cruel sentença”.⁶⁶³ Perceba-se que quem decide fazer de Tiradentes um exemplo são os “juízes” e não a Coroa. Aqui, novamente Varnhagen parece demonstrar contradições, provavelmente porque não lhe é inteiramente possível desprestigiar de todo um movimento que, de certa forma, sinalizava para um Brasil Independente. Ele chega a manifestar certo pesar a respeito do destino final do alferes, a quem poucas páginas atrás havia condenado como ambicioso. A explicação só pode estar na função exercida por Tiradentes na narrativa. Na mesma medida em que ele deve ser criticado por ter se colocado contra os interesses do Estado, sua disposição para o sacrifício em nome da pátria é exemplar, e como tal, é uma lição que não pode ser desperdiçada:

Do alferes Silva Xavier sabemos que ouvira a sentença com toda a serenidade; e que com a maior abnegação de si, chegou a dizer quanto estimava vir a pagar as culpas daqueles que ele havia comprometido. Por essa forma ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta nobre tentativa e as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade.⁶⁶⁴

O desenrolar do relato não é menos dramático. Varnhagen conta que ao pedir ao carrasco o perdão, quando lhe vestia a alva, exclamou Tiradentes: “Oh meu amigo! Deixe-me beijar-lhe as mãos e os pés: também o nosso redentor morreu por nós”. Em seguida, “Marchou depois sereno ao suplício, pediu por três vezes ao carrasco que abreviasse a execução, e com os olhos pregados no Crucifixo, subiu ao patíbulo...”⁶⁶⁵ Para Varnhagen, o martírio lhe conferiu “[...] a glória de toda semelhante aspiração prematura em favor da independência do Brasil”.⁶⁶⁶ Os sentimentos de Varnhagen em relação ao movimento são nitidamente conflitantes, e não é difícil percebê-lo:

Lamentando, como devemos, as vítimas que causou esta mal denominada conspiração, que tantas simpatias inspira a todas as almas generosas, cremos que o seu êxito, ainda quando a revolução chegasse a realizar-se, não podia ser diferente do que foi; e que, portanto, quase parece ter sido um bem que ela não estalasse, para não comprometer muito mais gente, e induzir a província em uma guerra civil, que devastasse essas povoações, que começavam a medrar.⁶⁶⁷

⁶⁶³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.320-321.

⁶⁶⁴ *Ibid.*, p.321.

⁶⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶⁶ *Ibid.*, p.322.

⁶⁶⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.322.

Varnhagen pergunta-se, afinal, se teria sido bom que a revolução triunfasse, e conclui, previsivelmente, que não: “Curvemos a cabeça ao decreto da Providência, que à custa do próprio sangue dos mártires do patriotismo, veio a conduzir-nos à única situação, em que podemos, sem novos ensaios, procurar ser felizes, e fazer-nos respeitar como nação”.⁶⁶⁸ Esta única situação refere-se à transferência da monarquia portuguesa e à fundação do Império Brasileiro, que é vista por ele como ponto culminante de todo o esforço colonial. A Inconfidência Mineira deve ser questionada, sobretudo, pela influência de um caráter republicano que, para a narrativa de Varnhagen, só pode ser visto como sinônimo de radicalismo e anarquia.

Mas se Varnhagen ainda demonstrou alguma condescendência para com a Inconfidência Mineira, o mesmo não se verifica com a Conjuração Baiana. Ele não deixou de perceber que havia uma penetração de ideais iluministas no país de forma clandestina, e os relacionou com o furor revolucionário, o qual via com grande censura.⁶⁶⁹ Seus comentários sobre a Revolução Francesa sempre têm conotação pejorativa. Nesse sentido, o julgamento – e condenação – que ele faz da Conjuração Baiana é implacável:

As chamas incendiárias da revolução francesa não deixaram, entretanto, de saltar ao Brasil, e chegaram quase a atear, pelas suas labaredas, na Bahia, em Agosto de 1798, um incêndio, que foi dias antes prevenido. Se a aspiração de Minas, tão patriótica em seus fins, tão nobre por seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgamos que foi um bem que se malograsse, com muito mais razão agradecemos a Deus o haver-nos amparado a tempo contra a estoura, com tendências mais socialistas que políticas, como arremedo que era das cenas de horror em que a França, e principalmente, a bela ilha de São Domingos, acabavam de presenciar, sendo aliás, embalada ao santo grito de “liberdade, igualdade e fraternidade [...] não faltaram espíritos que de novo na Bahia o invocaram; – esquecendo-se de que, quando em uma província com tanta escravatura, a sua generosidade lograsse triunfo, libertando a todos os escravos, como prometiam, depressa, como se viu no Haiti, seria vítimas destes, desenfreados e em muitíssimo menor número. Os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiam a quarenta; nenhum deles homem de talento, nem de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos. A pouca valia dos revolucionários se deduz do modo estranho como projectaram levar à execução seus planos.⁶⁷⁰

⁶⁶⁸ Ibid., p.323.

⁶⁶⁹ Ele comenta que “a leitura das obras dos filósofos e enciclopedistas do século se propagava em segredo, com o próprio incentivo da proibição, pelas principais cidades do Brasil, cuja mocidade, sequiosa de instrução, se lançava aos livros modernos que clandestinamente lhe chegavam às mãos”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.23-24.

⁶⁷⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.24-25.

Para Varnhagen, o movimento deve ser desprestigiado em função da sua inspiração política e da condição social dos revoltosos. Ele parece entender que se trata de uma revolta que deve ser repreendida, para que não se torne objeto de inspiração para as gerações vindouras. Como parâmetros para a recusa ele tem as “tendências socialistas francesas” e o caso concreto do Haiti, que o leva a ser contrário à libertação dos escravos. Varnhagen não se limita apenas a condenar o movimento pelas suas intenções, mas estende a sua crítica à própria execução dos seus planos. Além disso, submete ao escárnio os documentos emitidos pelos revolucionários, considerando-os desprezíveis.⁶⁷¹ Ele considera tão pouco tal documento, que sequer se presta a comentar seu conteúdo, sendo inteiramente lacônico. Assim, Varnhagen comemora com entusiasmo o insucesso da rebeldia baiana e refere-se à uma carta de nomeação do vice-rei do Rio de Janeiro, onde se recomenda vigilância contra os que propagassem doutrinas incendiárias. A esta carta ele acrescenta: “sendo evidente que é muito mais acertado prevenir graves ruínas, afastando da sociedade aqueles que podem as produzir do que tolerando-os ao princípio, e expor-se depois a proceder contra eles os mais rigorosos e severos castigos”.⁶⁷² Varnhagen parece aqui perceber a necessidade de mecanismos de coerção social menos evidentes, que desgastem menos a autoridade perante a população. Não será exatamente nesse sentido parte, ao menos, de sua contribuição para a construção da nação estável e ordeira com a narrativa nacional? Parece que sim. O fato é que Varnhagen não pode deixar de censurar o que se posicionava contra os objetivos do Estado português, mesmo que de alguma forma sinalizasse para a independência do país. A independência nacional somente poderia ser admitida enquanto ato promovido verticalmente, de cima para baixo, a partir de um interesse de Estado, como o próximo ponto demonstra.

⁶⁷¹ Varnhagen transcreve um documento que afirma que “no dia 22 um ofício ao governador concebido nos seguintes termos: ‘prescrição do povo *Bahinense*. – O Povo – Illmo. Exmo. Senhor. – Povo *Bahinense* e republicano na secção (sic) de 19 do presente mês houve por bem eleger e com efeito ordenar que seja V.E. invocado compativelmente como cidadão presidente do Supremo Tribunal da Democracia Bahinense para as funções (sic) da futura revolução, que segundo o Plebiscito se dará princípio no dia 28 do presente pelas duas horas da manhã, conforme o prescrito do Povo. – Espera o Povo que V.E. haja por bem exposto. *Vive et vale*. – Bahia Republicana 20 de agosto de 1798. – Anônimos republicanos. – Illmo. e Exmo. Senhor general. – segredo, segredo, segredo, etc.’” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.25-26.

⁶⁷² *Ibid.*, p.26.

4.4 TRANSFERÊNCIA E PRESENÇA DO ESTADO PORTUGUÊS: UM BRASIL INDEPENDENTE EM AFIRMAÇÃO?

Em seu raciocínio, ao Estado não se atribui uma nacionalidade, pois o que dele se espera, fluindo normalmente de sua natureza, é a isenção e o desinteresse em relação aos interesses particularistas. Assim o Estado português não se desidentifica do Estado brasileiro, este aparece como seu sucessor direto, sem descontinuidades, daquele, de maneira que a colonização se completa pela transmigração da família real portuguesa para as terras brasileiras.

Nilo Odalia

Como observado anteriormente, Varnhagen vê uma associação profunda entre os destinos do Brasil e de Portugal. Ele subordina ao longo de todo o período colonial os interesses do Brasil aos objetivos do Estado português. Resta saber, portanto, de que forma Varnhagen trata a transferência deste Estado para o Brasil e que significado atribui a esta mudança. Qual é o sentido que ele deseja fundar sobre este momento, enquanto memória da nação?

A vinda da Família Real para o Brasil e a conseqüente transferência do Estado Português são, para Varnhagen, a culminância de todo um processo de prefiguração da nação nos tempos coloniais, que finalmente se vê concretizado. É quase como se isso estivesse predestinado a acontecer, como se já fosse estipulado pela Providência e não pela força das circunstâncias, face à ameaça representada pelos franceses. Nesse sentido, Varnhagen inclusive faz questão de mencionar um plano para a transferência da monarquia portuguesa ao Brasil, anterior a qualquer problema em função de Napoleão.⁶⁷³

Varnhagen aproveita o momento significativo que é a chegada da Família Real, para reforçar o que busca estabelecer: o sentimento de união entre a Casa de Bragança e os destinos do Brasil. Dessa forma, diante da crise que envolveu o Bloqueio Continental napoleônico, Varnhagen transcreve as manifestações de D. João VI ao Brasil:

⁶⁷³ Assim ele conta a respeito de “[...] Quatro patriotas, grandes pensadores, e a cuja memória nunca será excessivo todo o reconhecimento do Brasil. Referimo-nos a José da Silva Lisboa, ao bispo José Joaquim [da Cunha] de Azeredo Coutinho, a Hipólito José da Costa [Pereira Furtado de Mendonça], e mais outro artista anônimo, profundo e previdente, que, em 1798, assinando-se misteriosamente – *O Ideiador* – escreveu um vasto plano para o aumento e a prosperidade do Brasil, por meio da transferência a ele da corte portuguesa [...] os verdadeiros mestres do que ao depois denominamos patriarcas da independência. Cumpre, pois, reivindicar em favor dos quatro, o alto lugar que na história da civilização do país deve caber a tais grandes patriotas pensadores.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.17. grifos do autor.

Fiéis vassalos, habitantes do Brasil! – Desde o princípio da minha regência existiu inalterável em meu coração o mais ardente desejo de dar-vos reiteradas provas da minha estimação e paternal afecto: tempos calamitosos, porem, não permitiram manifestar-vos toda a sua extensão. Nas vicissitudes políticas da Europa vós vos unistes sempre aos outros meus vassalos, mostrando em todo sentido o zelo mais puro e concorrência a mais eficaz para a manutenção da monarquia portuguesa. Em tão crítica conjuntura vos quero dar um testemunho do meu extremo afecto, oferecendo à vossa tão antiga como experiente lealdade a ocasião de exercerdes com pessoa que me é sumamente cara e amada, e para com quem estou certo me acompanharão os vossos ânimos e sentimentos de maior ternura. Sendo do meu real não abandonar senão em último extremo vassalos descendentes, como vós, daqueles que, pelo seu valor e à custa do próprio sangue restauraram o trono, aos meus augustos predecessores, vos confio o príncipe meu primogênito, em que espero pelo decurso do tempo achareis a herança, que já em seus ternos anos principiei a transmitir-lhe, da minha particular afeição para convosco. Vós o deveis reconhecer com o título de Condestável do Brasil, que houve por bem criar, e conferir-lhe, a fim de aliar melhor os interesses da Coroa com os vossos próprios, contribuindo deste modo para a prosperidade geral dessa vasta e preciosa região. [...] Fiéis vassalos, habitantes do Brasil! Eu prevejo com íntima satisfação quão dignamente sabereis avaliar tão querido e inestimável penhor: guardai-o, defendei-o, com aquela honra e valor que vos é inato na qualidade de portugueses.⁶⁷⁴

São raros os momentos onde Varnhagen transcreve falas, pois ele as reserva para questões especialmente significativas, como é o caso acima. Para um país onde a Monarquia está ainda em consolidação, uma fala direta do antigo soberano aos súditos de além-mar é fundadora de sentidos e de memória por excelência. Varnhagen está ciente da importância e, por isso, efetivamente, constrói discursivamente toda uma tradição de apreço, de confiança e de reciprocidade que une o Brasil à dinastia de Bragança. Ele elabora a aparência de um elo indissolúvel, que vincula o destino da nação à sua benemérita filiação nobre e portuguesa. O vínculo é integrado à narrativa da nação como algo tão forte, que implica em confiança por parte do monarca de sua própria descendência ao seio da nação brasileira.

Embora Varnhagen não retrate a vinda como uma fuga, não deixa de abordar a questão internacional, ainda que com o enfoque privilegiado de narrador nacional que é. Varnhagen é um historiador da nação brasileira, e não o esconde. Como tal, demonstra indignação patriótica em relação aos eventuais inimigos, que são retratados com o enfoque maniqueísta que lhe é peculiar em tais questões. Ao referir-se a um tratado estabelecido entre a França e a Espanha, fala em uma pérfida usurpação nas disposições que prevêm divisão das colônias portuguesas entre os dois países. Diz ele, ainda, que “pede a justiça que não esqueçamos de mencionar que o mesmo Brasil,

⁶⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.33.

de cujos destinos no tratado se dispunha tão sem cerimônia, havia ainda no ano anterior prestado em seus portos asilo a uma esquadra imperial e honras de príncipe ao chefe Jerónimo Bonaparte”.⁶⁷⁵ Para ele, o conflito é literalmente entre o bem e o mal, e Portugal, compreendido como ligado ao Brasil, tem sua filiação e simpatia, estabelecendo-se a contraposição que Varnhagen tanto gosta de trabalhar nos conflitos. Entretanto, mesmo tratando da ocupação de Portugal, Varnhagen demonstra o cuidado de não se deter propriamente à nação portuguesa, pois ele está, afinal, escrevendo a narrativa da nação brasileira:

Não pertencem à história especial do Brasil os pormenores das injustiças e horrores e atentados, contra todo direito, praticados nessa aleivosa ocupação, que bradou aos Céus pelo merecido castigo dos usurpadores. – Igualmente à história de Portugal pertence relatar as heroicidades que se praticaram primeiro na sublevação geral dos povos, e logo na porfiada guerra que foi coroada com a vitória.⁶⁷⁶

Portanto, este recorte é importante. Portugal é relevante na medida em que contribui para o enriquecimento da história brasileira. Todavia, de forma surpreendente, Varnhagen considera precipitada a decisão da corte de buscar sua salvação no Brasil. Por outro lado, isso não o impede de afirmar, de forma entusiástica, que se trata de uma nova era para o país: “em vez de colônia ou de principado honorário, vai ser o verdadeiro centro da monarquia regida pela casa de Bragança; e para nós daqui começa a época do reinado, embora o decreto de elevação a reino só veio a ser lavrado em fins de 1815”.⁶⁷⁷ Varnhagen demonstra verdadeiro êxtase diante da vinda da família real, uma ocasião que deve ser comemorada como motivo de júbilo: “deixamos o príncipe regente, com toda a real família, partindo do Tejo, e amando-se pelo Atlântico rumo do Brasil; e já nos tarda sair-lhes a todos ao encontro, e com os braços abertos se a ingenuidade da expressão não ofende a majestade”.⁶⁷⁸ A associação que Varnhagen constrói é tão forte, que a chegada de D. João é percebida como momento de afirmação nacional, de constituição independente da nação brasileira:

A cidade da Bahia conserva ainda hoje a memória desta visita com que a honrou o príncipe do Brasil, em um pequeno obelisco erigido no passeio público, na encosta sobre as águas do porto. E deve conservá-lo, como se fosse um grande monumento;

⁶⁷⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.33.

⁶⁷⁶ *Ibid.*, p.34.

⁶⁷⁷ *Ibidem.*

⁶⁷⁸ *Ibid.*, p.89.

pois que nesse obelisco vê o Brasil todo o padrão que representa as providências tomadas pelo príncipe durante sua estada na Bahia, começando pelo decreto de 28 de janeiro [...] em que franqueou os seus portos ao comércio direto de todas as nações amigas e com isso emancipou de uma vez da condição de colônia e constituiu nação independente de Portugal, que estava aliás, então sujeito à França.⁶⁷⁹

Eis que nessa passagem, o benemérito D. João dá cabo da restrição ao comércio conhecida como ‘exclusivo metropolitano’, a qual Varnhagen cuidadosamente havia mantido à margem de sua narrativa, para não caracterizar a submissão da colônia à metrópole. Assim, agora que a sua extinção pode ser utilizada como um argumento favorável, surge de forma repentina. Há uma equivalência, ao que parece, para Varnhagen, entre a liberdade comercial e a condição de país independente, de forma que rompida a restrição, estaria encerrada a fase colonial. Todavia, em outro trecho, Varnhagen manifesta conclusões inesperadas partindo do ato que instaurou a chamada Abertura às Nações Amigas:

A emancipação do país do estado de colônia, em virtude da franquia do comércio decretada pela carta régia de 28 de janeiro de 1808 não podia ser dom puramente gratuito. Desde que Portugal estava no domínio estrangeiro a princípio, e logo absorvido em uma guerra que mal poderia sustentar, o Brasil que fazia então de metrópole e *representava a nação*, devia bastar-se a si mesmo, a fim de por novos impostos manter o governo e o decoro nacional.⁶⁸⁰

Aqui, Varnhagen deixa transparecer – mesmo dentro de seu impreciso uso do termo nação – que ele efetivamente considera o Brasil como capacitado a representar a nação portuguesa, uma vez que o Estado português para cá se deslocou. A sua concepção de nação não poderia estar mais atrelada ao Estado, mesmo que ele quisesse. O Estado-nação é, sobretudo, o personagem central da narrativa nacional de Varnhagen. Quando ele narrava anteriormente o episódio Amador Bueno e a falta de elementos constitutivos de uma nação, era ao Estado a que ele se referia. Agora que este Estado se faz presente no país, revestido da autoridade e legitimidade que lhe é inerente em função da Casa de Bragança, estão reunidas as condições para pensar-se o Brasil como nação. Concretiza-se assim um processo já prefigurado séculos atrás. Nascia por completo o Império Brasileiro. Varnhagen inclusive, posteriormente, faz pouco caso da condição de Reino Unido, atribuída em 1815, pois para ele “[...] o Brasil já sem essa declaração era reino

⁶⁷⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.89-90.

⁶⁸⁰ Ibid., p.102. grifos meus.

emancipado desde 1808, e assim o reputava a própria Europa”.⁶⁸¹ Para Varnhagen, não há dúvida que a Independência deve ser contada desde 1808:

[...] a fazemos proceder da carta régia sobre o franqueio dos portos, e por conseguinte ao mês de Janeiro de 1808; e portanto com mais glória para o Brasil, que destarte remonta a sua emancipação colonial da Europa a uma época anterior a de todas as repúblicas continentais hispano-americanas [...]⁶⁸²

Assim Varnhagen estabelece, inclusive, a anterioridade do Brasil como país independente em relação à antiga América Espanhola, atribuindo essa condição à providencial vinda da Família Real Portuguesa. Varnhagen não poupa elogios aos membros da dinastia de Bragança, da qual descende seu patrono e protetor, D. Pedro II. Ele faz questão de dizer que “D. João era naturalmente bom, religioso e justo”.⁶⁸³ São qualidades que Varnhagen não costuma ressaltar. Normalmente, os adjetivos que ele utiliza se encontram ligados à vocação para o combate, como bravo, destemido e valente. Aqui ele precisa destacar outro tipo de qualidade, relacionado à figura de um governante que ele precisa exaltar e louvar como concretizador da nação brasileira. De fato, Varnhagen associa a fundação do Império Brasileiro a um ato de vontade de D. João, o que deve assinalar a dívida que o país tem para com a dinastia de Bragança:

E em verdade o senhor D. João foi, se não o primeiro imperador, pelo menos o primeiro a proclamar a idéia de fundar no Brasil um novo império. Ele próprio o deixou dito à posteridade no memorável manifesto de guerra à França do 1º de maio de 1808, quando declarou que o Brasil passava a *criar um novo império*.⁶⁸⁴

Varnhagen não poupa elogios ao monarca e ao novo império: “O reino de novo criado, – pelo benéfico rei D. João, era nada menos que a cabeça de um grande império, maior que os dois romanos [...]”.⁶⁸⁵ Varnhagen recolhe todos os elementos que pode para louvar o antigo regente.⁶⁸⁶ Todavia, isso não significa dizer que ele poupe inteiramente críticas quando as julga convenientes. Assim, Varnhagen censura o que chama de transplante de uma série de instituições portuguesas

⁶⁸¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.119.

⁶⁸² Ibid., pp.150-151.

⁶⁸³ Ibid., p.91.

⁶⁸⁴ Ibid., pp.90-91. grifos do autor.

⁶⁸⁵ Ibid., p.149.

⁶⁸⁶ Assim o é com um comentário do pregador Monte-Alverne a respeito de D. João, dizendo que “como hábil político... sabia que só à religião é dado sustentar os impérios e fortificar as instituições”. Ibid., pp.91-92. Por afortunada coincidência, um comentário que coincide com as convicções do próprio Varnhagen.

para o país, “[...] como se o Brasil fosse do tamanho de Portugal, onde uma repartição análoga podia estender seu influxo a todo reino.”⁶⁸⁷ Para ele, é óbvio que isso não poderia dar certo, pois o Brasil é maior do que Portugal, não somente pelas suas dimensões territoriais, mas por seu imenso potencial até então inexplorado. Enfatizando o Brasil em relação a Portugal, Varnhagen está buscando que seu leitor se orgulhe do país. Por outro lado, ele compreende que não escapou por completo ao soberano o diferencial do Brasil e, sendo assim, interpretou a concessão da pasta da fazenda e interior (negócios do Brasil) ao Marquês de Aguiar (ex-governador da Bahia e ex-vice-rei no Rio de Janeiro) como uma evidência da

[...] intenção do regente de ocupar-se principalmente do Brasil, como a sua prudência em querer mais conhecer o passado, para corrigi-lo e melhorá-lo, que impor ao país uma súbita importação de instituições estranhas a ele, as quais de ordinário radicam mal, se é que já em tempos anteriores não revele a própria história colonial que foram improficuamente ensaiadas.⁶⁸⁸

Entretanto, Varnhagen considera Aguiar um homem pouco instruído, que nada tinha de grande pensador, e, portanto, incapaz de ser “o estadista da fundação do novo império”.⁶⁸⁹ Dessa forma, Varnhagen procura isentar D. João, apontando que havia um limite para a extensão das reformas que extrapolava suas nobres intenções quanto ao novo Império. Mesmo assim, ele descreve em minúcias todas as melhorias introduzidas pela administração joanina, novamente elogiando a vinda da Família Real e exaltando a sua presença no país. Dentre as medidas adotadas, dedica especial cuidado às iniciativas tomadas contra os quilombos:

[...] o legislador admitiu a razoável teoria de não se deixarem impunes os *quilombos* de índios, ao passo que contra os de pretos se mandam logo tropas para os sujeitar. Ordenou contra os bárbaros a guerra *ofensiva*, por estar provado que pela simples *defensiva* nada mais se faz que conceder a esses inimigos as vantagens de escolherem eles o momento e o lugar mais apropriado para as suas agressões.⁶⁹⁰

Varnhagen relaciona, portanto, a própria presença do Estado com a tomada de medidas efetivas para garantir a soberania incontestável sobre o território, eliminando os focos de rebelião e, também, reduzindo os efeitos perversos do mandonismo local, em virtude do estabelecimento por completo da autoridade centralizada. Esta autoridade, agora presente diretamente no território

⁶⁸⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.94.

⁶⁸⁸ Ibidem.

⁶⁸⁹ Ibidem.

⁶⁹⁰ Ibid., p.99, grifos do autor.

do recém fundado Império, se demonstra intolerante com a insurgência, tomando a iniciativa do combate. Eis aqui mais uma valiosa lição de Varnhagen, endereçada aos componentes da máquina pública. O que se espera é uma rápida e vigorosa atuação face à rebeldia contra a autoridade estatal.

Retornando ao cenário europeu, é com grande satisfação que Varnhagen verifica que o domínio francês sobre a metrópole foi de escassa duração. Eis aí mais um motivo para comemoração. O vínculo que une o Brasil à Europa é mais uma vez motivo de orgulho. De acordo com ele, os portugueses, por conta própria, foram capazes de sobrepujar o poderio de Napoleão: “[...] cumpre-se saber que Portugal sofreu apenas alguns meses o jugo de Napoleão, tratando o reino como verdadeira conquista [...] em meados de 1808 se levantou o país em massa sacudindo o jugo francês [...]”.⁶⁹¹ A extensão desse repúdio às forças francesas logo se desloca para o Brasil, pois, em seguida, Varnhagen se vangloria da conquista brasileira da colônia francesa de Caiena, a partir de uma expedição militar que se deslocou do Pará.⁶⁹² As conhecidas categorias do inimigo e dos nossos ressurgem assim na narrativa nacional, em um contexto que, historicamente, agora se faz bem próximo e palpável.

Se Varnhagen é generoso com o esforço militar, se mostra pouco entusiasmado com a atuação diplomática no período, censurando boa parte das disposições dos tratados de 1810 com a Inglaterra, a atuação no Congresso de Viena em 1815 e em 1817 e a entrega da Caiena. Há que se perguntar se o fato de Varnhagen ter atuado na área diplomática não implica, em alguma medida, que ele se mostre tão exigente com aqueles que exerceram a função, a seu ver, insatisfatoriamente.⁶⁹³ Parece que aqui o seu juízo, de alguma forma, se assemelha aos que faz dos demais estudiosos da história brasileira.⁶⁹⁴ Varnhagen se mostra descontente em relação aos

⁶⁹¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.111

⁶⁹² Ibid., p.112.

⁶⁹³ Em relação às estipulações diplomáticas, Varnhagen diz que “Infelizmente, não fazem elas em geral muita honra à diplomacia portuguesa dessa época, como passamos a manifestar, não sem grande mágoa, ao ver que os deveres da imparcialidade como historiador nos obrigam neste momento a por de parte afeições a indivíduos e reputações, com que já por outro lado muito desejáramos não contender . Gema, pois o coração, não a consciência pungida.” Ibid., p.115.

⁶⁹⁴ Com os quais ele foi extremamente rígido, conforme será visto no último trecho deste capítulo.

tratados com a Inglaterra. Ele os condena parcialmente pelos seus termos, entendendo que o negociador

[...] admitiu estipulações contrárias à dignidade nacional, que tanto se deve zelar em tais documentos; embora algumas delas fossem muito em favor do Brasil [...] mas a esse respeito, a nós, Brasileiros, cumpre-nos em todo caso venerar a memória do amigo do Brasil, que a todo transe queria assegurar o futuro deste país, buscando até para isso o auxílio de outra nação, para o caso em que pudesse faltar o da própria.⁶⁹⁵

Este não é o grande momento de crítica, entretanto; pois, se de um lado, Varnhagen entendeu que o tratado não era inteiramente favorável, ao mesmo tempo reconheceu o esforço e, afinal, o tratado não implicou, para ele – apesar do abalo na dignidade nacional – em perdas concretas. É a respeito da questão da Caiena e da perda da conquista realizada, que ele não vai esconder a sua insatisfação, afirmando que

Muito menos feliz esteve a diplomacia portuguesa no Congresso de Viena, do qual absolutamente nenhuma indenização sacou, em troca do muito sangue português derramado em tantos combates contra as armas da França [...] estiveram submissamente pela entrega da Caiena à França, que aliás, com vinte Caienas não houvera indenizado os sacrifícios de Portugal [...]⁶⁹⁶

Os argumentos de Varnhagen não são os argumentos de um historiador imparcial e de um cientista. São argumentos de um intelectual a serviço do Estado, são argumentos de um intelectual que se identifica com Portugal e o Brasil e busca promover esse sentimento de identificação. Os brasileiros devem não somente reprovar a devolução do território conquistado, mas também, se indignar diante da falta de compensação pelo sacrifício de seus irmãos portugueses. Varnhagen não vai se limitar apenas a reprovar a devolução, demonstrando o quanto ela foi impensada. Assim, ele se vale de um relato de João Severiano, governador da Caiena conquistada, para afirmar que havia um “[...] geral contentamento dos habitantes daquela conquista, que inda hoje choram por um governo tão paternal”.⁶⁹⁷ Para reforçar ainda mais a questão, ele transcreve o depoimento de um habitante local, ilustrando a qualidade da administração portuguesa/brasileira na Caiena: “[...] a verdade nos obriga a reconhecer que seus interesses gerais nunca foram melhor apreciados. É indubitavelmente custoso ter de fazer elogio a

⁶⁹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.115-116.

⁶⁹⁶ Ibid., p.116.

⁶⁹⁷ Ibid., p.117.

estrangeiros, à própria custa, mas pondo de parte o orgulho nacional [...]”.⁶⁹⁸ O exemplo novamente é claro: se os próprios estrangeiros reconhecem as virtudes do Estado nacional brasileiro, como os brasileiros poderiam não fazê-lo?

Como se sabe, os conflitos no período não se restringem aos franceses. Localmente, o Império exerceu sua vocação para conquista, anexando a província Cisplatina. A forma com que Varnhagen vai observar este acontecimento lhe confere certo caráter de ação preventiva. Segundo ele, “A anarquia da Banda Oriental, já de direito reconhecida por Buenos Aires nação independente, e as violências praticadas de contínuo contra várias paragens da província do Rio Grande, levaram a corte do Rio de Janeiro a resolver outra campanha para ocupar o mesmo Estado”.⁶⁹⁹ Dessa forma, através de seu filtro de narrador da nação, a iniciativa brasileira se vê justificada, pois “[...] eram de contínuo invadidas as fronteiras do Brasil, pelo que o seu governo se viu obrigado a romper o armistício, e a mandar avançar as tropas para ocupar a Banda Oriental [...]”.⁷⁰⁰

Este conflito permite que Varnhagen novamente trabalhe as categorias dos “nossos” e do “inimigo” que lhe são tão caras devido à identificação que evocam. Mesmo que não dedique tanto espaço ao conflito como dedicou aos confrontos com os holandeses, ao descrever os combates, não poupa elogios: “[...] e oxalá encontre o futuro muitos que, em casos idênticos, imitem seu patriotismo e benevolência pela posteridade [...] duas grandes vitórias que decidiriam já quase toda a sorte do território cisplatino”.⁷⁰¹ Portanto, Varnhagen torna a se referir ao adversário como inimigo. Ele comemora a força moral advinda de tantas vitórias e celebra o tratado de 21 de julho de 1821, onde a Banda Oriental se viu incorporada ao Brasil com o título de Província Cisplatina “[...] conservando, porém, as suas leis, a sua língua e uma espécie de autonomia”.⁷⁰² Aqui, embora não o faça abertamente, parece haver certa reticência, um porém a ser destacado, na medida em que a incorporação não teria se dado de forma completa.

⁶⁹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.118.

⁶⁹⁹ Ibid., p.114.

⁷⁰⁰ Ibid., p.120.

⁷⁰¹ Ibid., p.122.

⁷⁰² Ibid., p.126.

Todavia, o grande conflito por excelência, que revela ainda mais que espécie de nação Varnhagen configura em sua narrativa, e que inclusive lhe causa grande desconforto é a Revolução Pernambucana de 1817. Varnhagen literalmente expressa o seu pesar quanto ao movimento já nas primeiras linhas em que trata dele:

Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição à corte do Rio de Janeiro, rebentou em Março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido passar sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar...⁷⁰³

Varnhagen de tal forma se sente desconfortável diante da revolta, que gostaria de apagá-la, esquecê-la por completo. O pragmatismo pesa neste tema, muito mais do que a vocação de historiador. As motivações de Varnhagen para justificar o esquecimento são de ordem inteiramente política: “nem cremos que o Brasil perde em glórias, deixando de catalogar como tais as da insurreição de Pernambuco em 1817, nós que fazemos votos pela integridade do império, e que vimos no Sr. D. João VI outro imperador”.⁷⁰⁴ Carregando na dramaticidade, ele vislumbra “[...] negras nuvens que então se viam no horizonte pernambucano [...]”.⁷⁰⁵

Varnhagen considera que havia uma espécie de tradição revolucionária em Pernambuco, que datava desde os tempos coloniais.⁷⁰⁶ Ele relaciona a origem da revolução à maçonaria, organização pela qual nutre grande desprezo.⁷⁰⁷ Para Varnhagen, a revolução foi feita por um grupo restrito e acabou se estendendo, fazendo com que todos se submetessem a ela.⁷⁰⁸ Não se trata, portanto, de um movimento provido de mérito, mas sim de uma revolta que se originou a

⁷⁰³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.149.

⁷⁰⁴ Ibid., p.150.

⁷⁰⁵ Ibid., p.158.

⁷⁰⁶ Segundo ele, “Pernambuco era a capitania onde mais pronunciadas e enraizadas se encontravam, especialmente desde a guerra dos Mascates, as antigas rivalidades entre os colonos nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal. Essas rivalidades datavam já do primeiro século da conquista, e se tinham transmitido de geração em geração.” Ibid., p.152.

⁷⁰⁷ Ele afirma que ““Em virtude da existência de duas lojas maçônicas na capital, uma delas desde 1801, segundo dizem, o espírito de tais rivalidades havia passado a tendências de preparativos a uma futura proclamação de independência [...]” Ibid., p.155. A posição de Varnhagen quanto a maçonaria foi mais extensivamente desenvolvida em *História da Independência do Brasil*.

⁷⁰⁸ Varnhagen relata que “assim da insubordinação provocada resultara o motim do quartel, que animara o tumulto popular: e triunfante este, porque o governador não cumpriu com seus deveres, a revolução estava consumada; podendo-se dizer dela que alguns a fizeram, poucos a aplaudiram, mas quase todos se foram submetendo.” Ibid., p.161.

partir de um pequeno grupo conspirador. Varnhagen se mostra ainda mais rígido do que havia sido com a Conjuração Baiana, pois agora a revolta se dá a partir de um território que, para ele, está plenamente configurado como nação.

Em seu esforço discursivo de desmerecimento, Varnhagen inclusive transcreve documentos dos revoltosos, que são, entretanto, devidamente “contextualizados”.⁷⁰⁹ Dessa forma, ele se refere a uma proclamação como “incongruente, desconchavada e até certo ponto ridícula”, para logo depois criticar a autopromoção de patente realizada por um capitão, afirmando que “[...] no momento que a pátria exigia do patriota os maiores sacrifícios, ele ia dela arrancar soldo maior [...]”.⁷¹⁰ A missão destruidora de Varnhagen não cessa. Assim, ele não poupa os revolucionários por abolir tributos, afirmando que se trata de “erro de quase todas as revoluções e sempre a elas fatal, de abolir, para adular o povo, os tributos, no momento em que deles mais se tem de carecer para governar!”.⁷¹¹

Varnhagen se mostra verdadeiramente intransigente com o movimento. Taxa os revoltosos de incoseqüentes, incompetentes, egoístas e também de autoritários. Talvez o pior de tudo, foi que evocaram os excessos “anarquistas e demagógicos” da Revolução Francesa no país. Nesse sentido, ele afirma que “foi proibido o sair-se da capitania, e com todo o rigor o desviar dela quaisquer capitais. Para remedar-se a revolução francesa, aboliu-se também o tratamento de senhor; nem que a liberdade e a própria democracia fossem incompatíveis com as atenções de cortesia”.⁷¹² Varnhagen – defensor que é do regime monárquico – não pode deixar de condenar a Revolução Francesa, associando-a com a revolta pernambucana.

O critério que Varnhagen utiliza para avaliar o movimento está em perfeita sintonia com a sua concepção pragmática de ciência e de uma narrativa nacional, cujo cunho é pedagógico. Entretanto, é surpreendente como ele é transparente na adoção de tal critério: “cabe desde já dizer

⁷⁰⁹ Exemplo de transcrição: “a capital está em nosso poder: – a pátria está salva. – Ela vos chama: vinde uni-vos aos vossos irmãos. Eles vos esperam com os braços abertos, e ansiosos por vos apertar entre eles. O céu abençoará o fim da nossa obra, assim como tem abençoado o seu princípio. Ele vos guarde como vos desejam vossos patrícios e amigos”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.162.

⁷¹⁰ Ibidem.

⁷¹¹ Ibid., p.163.

⁷¹² Ibid., p.164.

que a revolução pernambucana de 1817 não se recomenda, muito mais do que a da Bahia em 1798, pelas suas peças oficiais, nem pelos seus atos e projetos. Nada próprio a inspirar sentimentos de heroísmo e justiça, a entusiasmar e engrandecer o povo!”⁷¹³ Ou seja, na medida em que o movimento não se conforma aos parâmetros de comportamento que devem ser estimulados pela pedagogia da nação, deve ser censurado como algo pernicioso, ou até mesmo como Varnhagen gostaria, esquecido. Não contente em desmerecer o movimento, Varnhagen também procura desacreditar seus líderes: “E nem podia ser de outro modo em um movimento, cujo principal chefe era um homem a quem faltavam tantos predicados, como Domingos José Martins”.⁷¹⁴ O poder da história é novamente exercido, sinalizando para a eternização, não no âmbito da glória a que todo membro da nação aspira, mas sim, da vergonha em função de ato falho. Dessa forma, Varnhagen busca desestimular a prática de tais atos no futuro. O sentido preventivo da sua narrativa nacional é evidente.

Varnhagen se reporta com frequência ao Correio Brasiliense, para desmerecer ainda mais o movimento: “[...] censurá-la, como imprudente, e como atrasadora do próprio desenvolvimento político do Brasil [...] quereis vós matar ao vosso rei? Quem então remediará vossos agravos?”⁷¹⁵ Para Varnhagen, a revolta contra o rei é injusta, impensável e imponderada. Vai contra os próprios princípios de uma nação e, felizmente, de acordo com ele, foi mal vista no restante do território nacional. Varnhagen relata que “segundo uma testemunha insuspeita, que então se encontrava no Rio, o inglês Luccock, todo o povo recebeu com indignação a notícia da sublevação de Pernambuco: e por toda a parte se manifestava grande entusiasmo em favor da causa da ordem e do bom rei”.⁷¹⁶ Ao dizer que o rei foi ovacionado por duas noites seguidas no teatro, o inglês relata “[...] que apesar de estrangeiro, esta manifestação do sentimento nacional me penetrou na alma”.⁷¹⁷ Mesmo que Varnhagen esteja citando um observador, parece claro que para ele o sentimento nacional implica em um sentimento de devoção e fidelidade para com o monarca.

⁷¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.165.

⁷¹⁴ Ibidem.

⁷¹⁵ Ibid., p.168.

⁷¹⁶ Ibid., p.171.

⁷¹⁷ Ibidem.

Varnhagen também critica a revolta sob outros aspectos. Se realmente era um movimento com vocação para a salvação da pátria, da nação, como então seus líderes não se mostraram dispostos a morrer em função de tais ideais?

Triste desengano para os pequenos que, iludidos, sacrificam à ambição de alguns corifeus (que depois os abandonam, covarde e ingratamente) a tranqüilidade e a de suas famílias! E vós, chefes militares da revolução pernambucana! Se a vossa causa era tão justa e tão santa, como por amor dela não buscastes no campo, em uma bala ou na ponta de uma baioneta, o martírio, que vos canonizasse na posteridade?⁷¹⁸

Varnhagen, dessa forma, debocha da iniciativa revoltosa, negando a ela a condição heróica que atribuiu a tantas outras iniciativas, que são pautadas exatamente por essa disposição para o sacrifício que ele assinala como característica da devoção à pátria. Segundo Varnhagen, mesmo diante da rebeldia injustificada, D. João mostrou-se benemérito, o que fez com que sua pessoa fosse ainda mais apreciada pelos brasileiros. Nesse sentido, a expedição do decreto que suspendia e concluía todas as devassas foi, segundo Varnhagen, recebida em

[...] Pernambuco, com o devido entusiasmo, e o senado, agradeceu fervorosamente a el-rei o haver assinalado o dia da sua coroação pelo ato do *Perdão*, ato que, mais que nenhum outro, faz em verdade lembrar aos povos que os reis são a imagem do Deus da misericórdia. Mais honra faz ainda à sua memória esse perdão aos que sabemos que el-rei havia aprazado a sua coroação, em virtude dos sucessos de Pernambuco, declarando que não cingiria a coroa se não viesse em paz e boa harmonia todos os seus súditos.⁷¹⁹

O ato de rebeldia injustificada converte-se, dessa forma, pela magia da narrativa nacional, em motivo de exaltação da figura do monarca. Entretanto, para sua tristeza,

O que não alcançaram esses conspiradores, vieram depois a conseguir outros, na cidade do Porto, onde, no sentido das mesmas idéias, veio a rebentar a revolução de 24 de julho de 1820, ponto de partida da nova fase em que entrou o Brasil, e que é mais extensamente tratada em nossa *História da Independência*.⁷²⁰

Varnhagen lamenta-se inclusive de fatos que extrapolam o recorte por ele definido para a narrativa nacional, por um motivo simples: não pode deixar de censurar o que se posiciona contra

⁷¹⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.174.

⁷¹⁹ Ibid., pp.176-177.

⁷²⁰ Ibid., p.178. História esta que, entretanto, somente seria publicada em 1916. Cumpre destacar, entretanto, que uma versão condensada e mais primitiva do texto fazia parte da 1ª edição da HGB, versão esta que não foi analisada neste estudo.

a Monarquia, epicentro da nação. O sentido pedagógico e paradigmático da obra – colocada como narrativa nacional – supera qualquer consideração, inclusive as de ordem teórica.

Os pontos até agora abordados permitem, portanto, esboçar o que seria a compreensão de Varnhagen de nação, buscando sistematizar o seu pensamento, que aparece de forma dispersa ao longo da sua narrativa. O que é, afinal, para Varnhagen uma nação? Quais são os seus pressupostos e em torno de que se articula sua legitimidade para ser considerada como tal?

4.5 UMA TEORIA DA NAÇÃO NA OBRA DE VARNHAGEN?

A história era pensada a partir da nação, mesmo que não houvesse uma idéia clara do que a nação significava ou poderia significar.

Temístocles Cezar

Varnhagen afirma, no prefácio da 1ª edição da *História Geral do Brasil*, ter escrito, com o valoroso apoio de Pedro II, “[...] uma conscienciosa história geral da civilização do nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda [...]”.⁷²¹ A HGB seria, portanto, e de acordo com o próprio Varnhagen, a história da nação brasileira.

Todavia, encontrar uma definição de nação na obra de Varnhagen não é uma tarefa das mais simples. A HGB pode ser entendida como uma narrativa nacional na medida em que efetivamente inventa uma nação brasileira. Entretanto, Varnhagen nunca se preocupou propriamente em definir no que consiste uma nação, embora a prefigurasse nos tempos coloniais.⁷²² Seu uso do termo é vago e impreciso, referindo-se ora a uma coisa, ora a outra. Esta constatação está de acordo com uma certa incoerência nas convicções políticas e referenciais teóricos do autor, onde há um ecletismo muito grande, que também é típico do IHGB.⁷²³ Apesar disso, enquanto narrativa nacional dotada de uma dimensão pragmática evidente, é lógico que a obra de Varnhagen busca fundar sentidos, fundar uma memória sobre a nação que ele inventa, mesmo que seu significado não esteja precisamente delimitado. Isso levanta questões, a partir da experiência de leitura que a obra proporciona, como, por exemplo, qual o sentido da nação brasileira que ele está inventando.

⁷²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XVIII.

⁷²² Odalia pergunta “O que é uma Nação, quando se admite, como o faz Varnhagen, que ela estava implícita, desde o momento em que a terra, que devia abrigá-la, era descoberta pelos que a deveriam formar?” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.43.

⁷²³ No prólogo da 2ª edição da *História Geral do Brasil*, Varnhagen dá algumas pistas, citando Tocqueville: “Os povos, disse Tocqueville, resentem-se eternamente de sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer e que os ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existência. Se fosse possível a todas as nações, prossegue o mesmo publicista, remontar... a origem de sua história, não duvido que aí poderíamos descobrir a causa primária das prevenções, dos usos e paixões dominantes, – de tudo enfim, quanto compõe o que se chama de caráter nacional.” VARNHAGEN, Op. cit., p.VII. Entretanto, apesar da referência, Varnhagen não utiliza o termo “caráter nacional” em nenhum trecho da HGB.

Pode ser afirmado, com certa margem de segurança, que Varnhagen prioriza o Estado e o coloca acima da nação, como ponto elementar de existência de uma sociedade civilizada.⁷²⁴ Como Odalia afirma, para ele “[...] uma Nação, um povo, só existem em razão do papel que o Estado desempenha na sua formação”.⁷²⁵ É por isso que Varnhagen dirá que “esta máxima é aplicável a todos os países, porque destruído o governo, quem há de remediar os males e abusos da nação?”.⁷²⁶ Isso não é nada surpreendente, pois está em conformidade com um tipo específico de memória que deve ser construído para a nascente nação.⁷²⁷ Como considera Guimarães, a partir de 1850 “tratava-se fundamentalmente, de ressaltar o perfil desse estado ‘ilustrado’ como portador da civilização e motor do progresso”.⁷²⁸ Odalia afirma que o “Estado deveria representar, também, o instrumento mais importante e decisivo no processo de realização do projeto político da nação”.⁷²⁹ Portanto, quando se pensa em nação na concepção de Varnhagen, esta se encontra vinculada ao Estado que, por sua vez, associa-se à idéia de uma monarquia centralizada e forte que garante a integridade do território nacional e mantém uma hierarquização rígida.⁷³⁰ Este é o sentido a ser fundado.⁷³¹

⁷²⁴ Wehling afirma que para Varnhagen, “[...] o Estado apresenta-se como ponto culminante e questão central da organização da sociedade. Há, mesmo, uma antinomia explícita: o Estado representa a civilização, a lei e a ordem. Sua ausência, a selvageria, predomínio da força e desarticulação social”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.86. Para Odalia, “No centro das preocupações de Varnhagen com a mística da unidade nacional, se ergue majestoso o poder político monárquico, centralizador, com autoridade de um patriarca, como um imã gigantesco capaz de manter sob sua influência todos os elementos – físicos e espirituais – da nação.” ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.23.

⁷²⁵ ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. pp.82-83.

⁷²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.168.

⁷²⁷ Hobsbawm afirma que ““De um modo ou de outro, [...] a vinculação a um Estado histórico (ou real), presente ou passado, pode agir diretamente sobre a consciência de pessoas comuns para produzir um protonacionalismo – ou talvez algo até próximo do patriotismo moderno [...]” HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.90.

⁷²⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **A invenção do passado**. In: Nossa História v.3. São Paulo: 2005. p.26.

⁷²⁹ ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.17.

⁷³⁰ Ao comentar a implementação de certas medidas, Varnhagen diz que tiveram o sentido de “[...] regularizar melhor as recompensas dos altos feitos, e dar à ordem hierárquica da nação certa disciplina, de acordo com a centralização monárquica, que triunfara de todo em Portugal [...]”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 157.

⁷³¹ Segundo Odalia, “Toda a *História Geral do Brasil* se constrói de forma concêntrica, tendo o Estado como centro impulsionador do esforço e dos processos históricos que devem terminar com a realização da Nação brasileira.” ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. p.17.

Portanto, pode não haver uma definição clara do que é a nação, mas não há dúvida quanto ao papel que o Estado exerce na sua formação.⁷³² É o Estado que constitui a nação, e não o contrário.⁷³³ O poder centralizado, por si só, também não basta, devendo estar sob a forma monárquica.⁷³⁴ Para Wehling, “em toda sua obra, a consolidação (estatal) da nação é o escopo; os fins do Estado são positivos sempre que visem à ampliação das fronteiras, à sua defesa ou à eliminação de inimigos – sejam quilombolas, rebeldes ou indígenas”.⁷³⁵ Por excelência, Varnhagen condena tudo que prejudica a unidade nacional centralizada, que ele já preconiza como em formação no Brasil colonial.⁷³⁶ O privilégio que Varnhagen dava ao Estado na sua narrativa não era sem razão de ser. Como Hobsbawm afirma, um dos critérios para que um povo fosse classificado como nação, de acordo com o pensamento oitocentista, “[...] era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”.⁷³⁷ Para o autor, “[...] uma vez dada a identificação da nação com o Estado, era natural que estrangeiros pressupusessem que o único povo em um país fosse pertencente ao povo-Estado[...]”.⁷³⁸ Odalia aponta que “[...] Varnhagen insiste repetidamente na busca de elos com o passado, tentando, de todas as maneiras, construir uma continuidade que fundamentasse a unidade política e um autêntico sentimento de nacionalidade [...]”.⁷³⁹ Explica-se, portanto, a forma com que Varnhagen prefigura um Estado brasileiro nos primeiros tempos coloniais, o que

⁷³² Odalia comenta que “Presente, passado e futuro se confundem numa visão do mundo política, que tem, como centro, a Nação – entidade abstrata, vazia de conteúdos que surgirão com o desvelamento de seu passado; como instrumento, o Estado – ser puro, demiurgo, alheio às condições sócio-históricas das quais surge, e que assume, em relação à nação e ao povo, o papel de um tutor imparcial, onisciente e onipresente, velando para que o seu desenvolvimento se processe de maneira regular e segura, sem as naturais distorções de um organismo infantil” ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. pp.18-19.

⁷³³ Odalia entende que “Pela ação do Estado, não é uma colônia que se constitui, mas o Brasil, ainda que temporariamente, apenas sob a forma de uma unidade territorial, assegurada pela presença da autoridade e da lei.” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.73.

⁷³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 131.

⁷³⁵ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.90.

⁷³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 173.

⁷³⁷ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.49.

⁷³⁸ Ibidem.

⁷³⁹ ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.109.

é anacrônico, porém, ao mesmo tempo, pragmático.⁷⁴⁰ Cumpre ressaltar novamente que na sua ótica, de acordo com seus valores, era somente a partir do Estado que poderia ser inventada e legitimada a nação.⁷⁴¹

Além disso, ainda que Varnhagen não explicitamente esta posição em nenhum trecho, sua defesa intransigente da unidade nacional leva a crer que ele associa a viabilidade da nação com a extensão do seu território. Nesse sentido, cumpre referir que o ponto central da compreensão liberal de nação na primeira etapa do século XIX parece ter sido relacionado a uma questão de escala.⁷⁴² De acordo com esse critério, “a nação teria que ter tamanho suficiente para formar uma unidade viável de desenvolvimento. Se caísse abaixo desse patamar, não teria justificativa histórica. Isso parecia muito óbvio para requerer argumentação, e era raramente discutido”.⁷⁴³ Esta definição conformava o que Hobsbawm chama de princípio da nacionalidade, onde um ponto crítico de escala determinava a viabilidade da nação. Percebe-se, assim, que a manutenção da integridade nacional era vista como uma questão de sobrevivência política. Embora este estudo não tenha a pretensão de provar que os membros do IHGB tinham acesso e eram influenciados por tais idéias, considerando-se a penetração – e posterior adaptação – do

⁷⁴⁰ Para Guibernau, “O estado nacional é um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os. As principais diferenças entre uma nação e um estado nacional, quando estes não coincidem (como quase sempre acontece), são que, enquanto os membros de uma nação tem consciência de formar uma comunidade, o estado nacional procura criar a nação e desenvolver o senso de comunidade dela proveniente. Enquanto a nação compartilha de uma mesma cultura, valores e símbolos, o estado nacional tem como objetivo a criação de uma cultura, símbolos e valores comuns. Os membros de uma nação podem relembrar seu passado comum; se os membros de um estado nacional fazem o mesmo, podem defrontar-se com um quadro em branco – porque o estado nacional não existia no passado – ou então, fragmentado e diversificado, por terem antes pertencido a diferentes nações étnicas. Enquanto o povo que forma uma nação tem um senso de pátria e se sente ligado a um território, o estado nacional pode ser o resultado de um tratado ou da vontade de políticos que decidiram onde traçar o limite entre estados.” GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo do séc. XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997. pp.56-57.

⁷⁴¹ Esta não é uma especificidade brasileira. Hobsbawm comenta que “‘Só por um impulso forte para formar um ‘povo’ é que os cidadãos de um país se tornaram uma espécie de comunidade, embora uma comunidade imaginada, e seus membros, portanto, passaram a procurar (e conseqüentemente a achar) coisas em comum, lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolo. [...] alternativamente, a herança de partes, regiões e localidades do que havia se tornado ‘a nação’ poderia ser combinada em uma herança nacional, de modo que até mesmo antigos conflitos Vieram a simbolizar sua reconciliação em um plano mais elevado e geral [...] Os Estados e regimes tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos da comunidade imaginária, onde e como eles se originassem, e concentrá-los sobre si mesmos”. HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.111.

⁷⁴² Nesse sentido, Hobsbawm aponta que John Stuart Mill “justificava o inegável nacionalismo dos irlandeses na base de que eles eram, afinal e contas, suficientemente numerosos para serem capazes de constituir uma nacionalidade respeitável”. Ibid., p.42.

⁷⁴³ Ibidem.

liberalismo no país, não parece nada improvável a suposição. O Brasil nascia como país independente desprovido de um processo de industrialização – o qual somente se tornaria realidade no século seguinte – e munido de uma diminuta elite intelectual. Além disso, em certo sentido, era carente de uma cultura nacional e até mesmo de um passado desvinculado de Portugal. Portanto, era lógico que as elites do centro do país se apegassem de tal forma à integridade do território nacional enquanto critério de viabilidade da nação a construir a partir de um viés estatal. Fazer parte de um “grande” país, inclusive em dimensões territoriais, era, sobretudo, um mecanismo de adesão importante para a fundação de uma identidade nacional, tarefa a que se propunha o Instituto.

Como já demonstrado no primeiro capítulo, ao discutir o artigo de Martius, no entendimento de Varnhagen, a nação é una e, portanto, isso implica na anulação das partes pelo todo. Essa concepção não admite exceção: Varnhagen é verdadeiramente extremo na sua defesa da autoridade de um Estado centralizado e de uma nação una e indivisa e, portanto, negadora da identidade regional.⁷⁴⁴ Este é um ensinamento que deve ser literalmente reiterado até à exaustão, e que se constitui, por excelência, em uma estratégia de fundação de memória. Por outro lado, sua definição de nação e nacionalismo é essencialmente política. Para ele, basta adesão aos valores oficiais, em sintonia com a vontade soberana do Monarca e do Estado para que inclusive os bárbaros e escravos sejam integrados ao todo nacional.⁷⁴⁵ Nesse sentido, não há reconhecimento do outro, mas sim, exaltação da assimilação e da incorporação ao todo da nação que Varnhagen prefigura no passado:

Não passaremos adiante sem observar que, nas capitâneas do Norte, a guerra estranha produziu resultados benéficos. O perigo comum fez aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo. Com as honras e condecorações concedidas, mediante o beneplácito da cúria romana, ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquele da barbárie, este da escravidão, se honraram todos os

⁷⁴⁴ Aqui Varnhagen comete um raro deslize, deixando escapar uma identificação regional, quando fala da expedição “[...] empreendida pelo capitão Souto e o ajudante André Vidal, que chegaram até a Paraíba, pátria deste último, destruindo a ferro e fogo [...]”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 269.

⁷⁴⁵ Para Wehling, “Tanto negros como índios aculturados, isto é, cristãos que falavam português e haviam aderido aos valores da sociedade portuguesa, foram objeto de elogio em toda a obra historiográfica de Varnhagen.” WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.166.

índios e todos os africanos, na idéia de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinha de suas cores, mas sim da falta de méritos para serem melhor atendidos.⁷⁴⁶

Assim, astutamente, Varnhagen transforma em vantagem a formação racial diversificada do brasileiro e, por extensão, enaltece a nação.⁷⁴⁷ Há aqui uma dupla vitória: sobre o inimigo e sobre a resistência nativa e negra, e logo, duplamente fundadora de nacionalidade e sentidos sobre a nação.⁷⁴⁸ Em outro trecho, ao tratar da miscigenação entre colonos e índias, novamente transparece o ideal assimilacionista, e de forma curiosa, uma vez que ele diz que “[...] os resultados, apesar de serem irreligiosos os meios, não podiam deixar de ser em favor da fusão das duas nacionalidades”.⁷⁴⁹ A fusão é entendida como assimilação a uma nação em formação:

Passavam-se nesses tempos primitivos, nas colônias brasileiras nascentes, análogas cenas às que haverão tido lugar em todos os países mais atrasados, que começam a ceder passo à nacionalidade, que nele se introduz com superioridade e encantos da civilização sobre a barbárie.⁷⁵⁰

Esta idéia de uma nação em formação que se expande e incorpora a barbárie também contempla outro requisito da compreensão da nação nos oitocentos, a de que “[...] a construção das nações foi inevitavelmente vista como um processo de expansão”.⁷⁵¹ Afinal, no entendimento então corrente, a evolução histórica não poderia esperar menos.⁷⁵² Essa compreensão vinculava a afirmação das nações a uma lógica de expansionismo, tanto territorial quanto étnico. Para

⁷⁴⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.97-98.

⁷⁴⁷ Odalia observa que as etnias “dessemelhantes, no início da luta, se aproximam pela luta comum e pelo fato de que as barreiras que antes existiam entre elas começam a desabar para que possa surgir o homem brasileiro.” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. P.56.

⁷⁴⁸ Para Reis, “O Brasil que ele vê integrar-se nesse momento não é um Brasil popular, mestiço, índio e negro; ele celebra o coroamento da dominação portuguesa e a colaboração da população nativa. A vitória contra os holandeses confirmou e concluiu a vitória portuguesa contra indígenas e negros. Este é o ponto de vista de Varnhagen: aqui, não surgia o Brasil-brasileiro, antiportuguês, que outros verão depois, mas o Brasil-português, a consolidação de fato do que o Tratado de Tordesilhas garantia como um direito de Portugal”. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.42.

⁷⁴⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 215.

⁷⁵⁰ Ibidem.

⁷⁵¹ HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.44.

⁷⁵² Hobsbawm afirma que “era aceito na teoria que a evolução social expandiria a escala de unidades sociais humanas, da família e da tribo para o condado e o cantão, do local para o regional, para o nacional e ocasionalmente para o global. Assim sendo, as nações estavam afinadas com a evolução histórica na medida em que elas ampliassem a escala da sociedade humana [...]”. Ibidem.

⁷⁵² Ibid., p.45.

Hobsbawm, “na prática isso significava que se esperava que os movimentos nacionais fossem movimentos pela expansão ou *unificação* nacional”.⁷⁵³ Ou seja, o princípio é legítimo quando tende a unir em um todo compacto grupos diversos e ilegítimo quando tende a dividir um Estado.⁷⁵⁴ Havia uma perspectiva evolucionista relacionada ao nacionalismo, como é típico do pensamento oitocentista. Como coloca Hobsbawm, “[...] a questão do estabelecimento de um Estado-nação específico dependia de este mostrar-se adequado ao progresso ou à evolução histórica avançada – para além dos sentimentos subjetivos da nacionalidade envolvida ou das simpatias pessoais do observador”.⁷⁵⁵ Nesse sentido, não pode ser esquecido o fato de que o próprio Brasil surgiu a partir da conquista, e esta conquista era vista como prova de sua viabilidade. Isso era, inclusive, justificado pela própria teoria do século XIX, uma vez que evolucionismo nacionalista implicava em assimilação. Este processo de assimilação do outro deveria ser visto, sob a ótica de Varnhagen, como motivo de orgulho, pois implicava no triunfo da civilização sobre a barbárie, um triunfo do qual todos os brasileiros deveriam se orgulhar e, logo, com o qual deveriam se identificar.

No entanto, se a evolução implicava em expansão e assimilação, isso invariavelmente traz à tona a pergunta do que era feito dos grupos assimilados.⁷⁵⁶ Para tais grupos, o destino era a subordinação e assimilação em uma unidade maior, historicamente viável em um sentido teleológico. Todavia, resta a questão de como resolver a mistura, pois isso implicava em um questionamento sobre quais nacionalidades deteriam o controle político. Em suma, “[...] a heterogeneidade dos Estados-nações foi aceita, sobretudo porque parecia claro que as nacionalidades pequenas, e especialmente as pequenas e atrasadas, só tinham a ganhar fundindo-se em nações maiores e fazendo, através destas, sua contribuição para a humanidade”.⁷⁵⁷ Embora

⁷⁵³ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.45. grifos do autor.

⁷⁵⁴ Hobsbawm afirma que “tudo isso era evidentemente incompatível com definições de nações baseadas na etnicidade, língua, ou história comum; mas como vimos, estes não eram critérios decisivos da formação liberal de nações. Em qualquer caso, ninguém chegou a negar, nunca, a real multinacionalidade ou multilingualidade ou multietnicidade dos mais antigos e inquestionáveis Estados-nações, ou seja, Grã-Bretanha, França ou Espanha”. *Ibidem*.

⁷⁵⁵ *Ibid.*, pp.52-53.

⁷⁵⁶ Hobsbawm questiona: “portanto, se o único nacionalismo historicamente justificável era aquele ajustado ao progresso – isto é, aquele que alargava, e não restringia, a escala da operação humana na economia, na sociedade e na cultura –, qual podia ser a defesa dos povos pequenos, das línguas menores e das tradições menores, na grande maioria dos casos, a não ser uma expressão de resistência conservadora ao avanço inevitável da história?” *Ibid.*, p.53.

⁷⁵⁷ *Ibid.*, p.46.

possa parecer um processo diabólico, fazia sentido face ao discurso da época.⁷⁵⁸ Trata-se da lógica do assimilacionismo, extremamente familiar ao horizonte de construção identitária brasileira o qual, inclusive, encontrava fundamentação teórica.⁷⁵⁹ Essa fundamentação permite, inclusive, considerar um aspecto que valorizava a ancestralidade portuguesa na construção da identidade brasileira; pois o próprio país teria surgido através da expansão territorial e étnica, no qual a virtude portuguesa havia sido instrumental e, inclusive, foi aprimorada em virtude do assimilacionismo.⁷⁶⁰

Para Varnhagen, a integração do outro ao todo da nação é uma integração a um modelo europeu, parâmetro da civilização. Esta “união”, inclusive, é o caminho para o progresso e para a expulsão dos eventuais invasores. É uma inclusão inteiramente utilitária do outro.⁷⁶¹ Não é por acaso que Varnhagen afirma que “essa também foi a opinião do inimigo; pois Nieuhoff diz mui expressamente, que a perda do Maranhão em 1644 ‘para confessar a verdade, foi devida à combinação dos portugueses com os habitantes do Grão-Pará e os naturais da terra’”.⁷⁶² Quanto maior o somatório de forças – sob a chancela dos objetivos oficiais – maiores as condições de superação dos obstáculos. Os sentidos exemplares novamente se colocam de forma sedutora sobre o leitor: a obsessão com uma união plena e absoluta da nação perpassa toda a obra.

⁷⁵⁸ Hobsbawm considera que “assim, na perspectiva da ideologia liberal, a nação (isto é, a grande nação viável) representava o estágio de evolução alcançado na metade do século XIX. [...] a outra face da moeda ‘nação como progresso’ foi portanto, e logicamente, a assimilação de comunidades e povos menores aos maiores”. HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. pp.50-51.

⁷⁵⁹ Como aponta Hobsbawm, “a experiência, disse Mill articulando o consenso de observadores sensíveis, ‘prova que é possível para uma nacionalidade fundir-se e ser absorvida por outra’. Para os inferiores e atrasados isso seria um ganho enorme”. *Ibid.*, p.46.

⁷⁶⁰ Odalia considera que Varnhagen interpreta a história colonial, e portanto a formação da nação “[...] de maneira a aparecer claramente a superioridade de uma etnia, de uma cultura, de uma civilização, de uma religião, de um modo de vida e de pensamento, a do branco vencedor, que se impõe a outras formas, à dos índios, inicialmente, e à dos negros, posteriormente, sempre identificadas como bárbaras. [...] consumada a vitória do branco, só resta aos vencidos – índios e negros – integrarem-se ao projeto de nação pela única porta que se lhes deixa aberta: a assimilação racial”. ODALIA, Nilo. **Introdução**. In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979. pp.19-20.

⁷⁶¹ É o que transparece quando Varnhagen diz que: “Voltemos, porém, a Men de Sá. Com sujeitar por terra os gentios, apenas havia ele cumprido uma parte da sua missão a respeito deles. Restava-lhe a mais importante: a de ver como se deveriam governar de modo que pudessem ser mais úteis a si e ao Estado.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 333. Quando não é o utilitarismo que prepondera, é o pragmatismo: “[...] no dia 15 de maio, assinavam na Várzea do Capibaribe, os dois chefes escolhidos João Fernandes Vieira e Antonio Cavalcanti ‘em nome da liberdade divina’ e para ‘vingar agressões e tiranias’ os diplomas, conferindo os postos de capitães dos diferentes distritos da província, com poderes para requisitarem dos povos mantimentos e dinheiro e para deitar bandos, convocando a todos, assim nacionais como estrangeiros, judeus ou índios, a tomarem as armas, assegurando-lhes perdão pelo passado”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.16-17.

⁷⁶² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 328.

Quando se pensa em nação, se pensa em mecanismos de integração que façam com que seus habitantes se sintam pertencentes a ela, que desenvolvam, portanto, uma identidade nacional. Para Varnhagen, a guerra – evocando Hegel – é vista como um instrumento apto e apropriado a promover a coesão dentro da nação, reunindo inclusive os estrangeiros em torno de uma causa comum, de um interesse nacional, de um interesse que é, enfim, norteado pelo Estado, por um critério de nacionalismo baseado em vontade, e não em etnia.⁷⁶³ É uma concepção abrangente o suficiente para unir toda a disparidade característica do país sob a orientação dos objetivos comuns colocados pelo oficialismo que ele defendia.

Em função dessa perspectiva, para Wehling, pode ser percebida em Varnhagen uma concepção de nação com base na vontade nacional, o que o aproxima da “escola francesa” do nacionalismo, em oposição à “escola germânica” a qual teria como pressupostos a identidade da língua e da história.⁷⁶⁴ Varnhagen certamente não era radical a ponto de abominar tudo que é estrangeiro. Nesse sentido, Varnhagen faz um pedido no prefácio da 1ª edição da HGB:

Oxalá os leitores façam a devida justiça aos nossos princípios, não por esta ou aquela passagem da obra, mas pelo seu conjunto! Oxalá descubram nela, através da ostentação de uma tolerância civilizadora, os sentimentos de patriotismo nobre e elevado que nos animaram; – não de outro lamentável patriotismo cifrado apenas na absurda ostentação de vil e rancoroso ódio a tudo quanto é estrangeiro.⁷⁶⁵

De fato, o que Varnhagen defendia era um certo tipo de colonização, marcada pela centralização e autoridade estatal, e não um nacionalismo português, tanto que atribuiu o descobrimento a espanhóis. De forma semelhante, reconheceu os méritos de Nassau, dizendo que “por todo o Brasil não houvera anteriormente obras tão consideráveis, e tão habilmente

⁷⁶³ O critério, para Varnhagen, é eminentemente baseado na vontade. Como ele diz, “Enquanto a nova companhia holandesa se organizava não faltou quem lembrasse a formação de outra na Península hispana, para lhe fazer face. Eram autores da idéia vários judeus portugueses, residentes na mesma Holanda, e em cujo coração as injustiças e perseguições não haviam apagado o amor da pátria.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 164.

⁷⁶⁴ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.54.

⁷⁶⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XXII.

executadas [...]”.⁷⁶⁶ e que “foi, porém, nas ciências que se fizeram mais recomendáveis os serviços prestados pela influência de Maurício de Nassau no Brasil.”⁷⁶⁷ Pragmático acima de tudo, como de costume.

Não se pense, entretanto – em função desse raciocínio – que Varnhagen era favorável à diferença. Ao contrário, ainda que a tolerasse quando colocada em prol da nação, via a heterogeneidade com manifesta reprovação. Por exemplo, ao comentar o fracasso holandês, Varnhagen afirma que

Devemos, porém, declarar que, geralmente, os sitiantes não se recomendaram pela boa ordem, disciplina e fiscalização nos fornecimentos: e cada parcialidade procedia com demasiada independência, o que pudera ter prejudicado muito, se também entre os inimigos não houvesse falta de homogeneidade; pois contavam em seus terços ou regimentos soldados flamengos, alemães, ingleses, franceses e até polacos – tudo gente adventícia e mercenária.⁷⁶⁸

Ele é, sobretudo, inimigo da heterogeneidade. Para Varnhagen, interessa padronizar e uniformizar. Em outro trecho específico isso fica novamente evidente. Varnhagen advogava um sistema de colonização visando substituir a mão-de-obra africana, onde recrutando

[...] os próprios nacionais pobres, se evitam os perigos dessas chumas compactas de colonos estrangeiros, e às vezes de religião diferente da que professa o país, que podem vir a ser outro Estado no Estado, e dar lugar a perturbações e guerras civis, para não dizer o risco de perder-se a anterior nacionalidade histórica.⁷⁶⁹

Portanto, se ele baseava seu critério de nação na vontade, o fazia pela força das circunstâncias, da evidente miscigenação em torno da qual se formou a população brasileira.⁷⁷⁰ No Brasil, afinal, a nação não poderia ser pensada de outra forma, em função de sua formação

⁷⁶⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 288.

⁷⁶⁷ *Ibid.*, p. 289.

⁷⁶⁸ *Ibid.*, p. 198.

⁷⁶⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.129.

⁷⁷⁰ Também pode se considerar, como aponta Guimarães, que se buscavam na França os parâmetros para a elaboração da escrita da nação. Daí o possível vínculo com a escola francesa. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **De Paris ao Rio de Janeiro. A institucionalização da escrita da História**. In: *Acervo*, v.04, n.01. 1989. p.136-136.

étnica extremamente diversificada.⁷⁷¹ O critério de vontade como base fica evidente na frase a seguir:

Não somos, mercê de Deus, fatalista na história. – Cremos, sim, que uma guerra de tempos a tempos pode erguer um país do seu torpor; cremos que a estranha, quando a costa brasileira acabava de ser ocupada na totalidade, com as cidades de São Luis e de Belém, no Maranhão e no Pará, poderia estabelecer, como estabeleceu, mais união e fraternidade, em toda família já brasileira; cremos que se estreitam muito nas mesmas fileiras ao laço de que resultam glórias comuns, e que não há vínculos mais firmes que os sancionados pelos sofrimentos; e tanto que ao estrangeiro que peleja ao nosso lado e que derrama seu sangue pela nossa causa, lhe conferimos pelo batismo do sangue a mais valiosa carta de naturalização...⁷⁷²

Odalía destaca que, em Varnhagen, uma nação “[...] é também o produto de lutas em que o sangue corre, generoso e heróico, serve para amalgamar e sustentar o sentimento de nacionalidade”.⁷⁷³ Aqui, além de estimular o sentimento de entrega e desprendimento, de disposição para o sacrifício que é tão característico do nacionalismo, Varnhagen também detecta uma outra coisa. Ele está percebendo uma comunidade que, na sua atribuição de sentido, passa a imaginar-se como nação, para usar o conceito de Benedict Anderson. Esta idéia de uma família brasileira que está sendo formada, que cada vez mais é unida por laços de fraternidade, aponta para uma noção que aparece com regularidade na obra de Varnhagen: a noção de espírito público. Esta noção está presente no prólogo da 2ª edição da HGB, e é utilizada com certa regularidade:

Uma nação, diz outro talentoso escritor francês, é um grupo mais ou menos considerável de famílias, provindas às vezes de sangue mui diferente, mas todas unidas pela identidade de espírito público: tem no passado uma só história, não duas: e se dela se rompesse as tradições, deixaria de apresentar-se devidamente.⁷⁷⁴

Para Varnhagen a nação está em plena formação nos tempos coloniais, na medida em que ele vê – ou projeta – várias de suas características sobre o passado, que passam a adquirir caráter de tradição.⁷⁷⁵ A noção de espírito público na *História Geral do Brasil* parece equiparar-se, de

⁷⁷¹ Evidentemente, como ressalta Hobsbawm, todas as nações são inventadas e caracterizam-se por uma população em larga medida, miscigenada. No Brasil, entretanto, em função da colonização e a forma com que ela se deu, isso é, sem dúvida, mais evidente.

⁷⁷² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.162-163.

⁷⁷³ ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.51.

⁷⁷⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.VI.

⁷⁷⁵ Guibernau define que “Por “nação”, refiro-me a um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar de uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto

certa maneira, a um sentimento nacional, ao nacionalismo.⁷⁷⁶ É um espírito público na medida em que implica em subordinação da parte ao todo, de reconhecimento deste todo, de coesão:

Por outro lado o perigo comum aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitanias para as outras, e estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que dessa guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil.⁷⁷⁷

A noção de espírito público, entendido como sentimento nacional, é justamente utilizada para se contrapor ao provincialismo, ao mandonismo local e à identidade regional. É o que transparece no trecho a seguir, onde ele reúne vários elementos do seu sistema de pensamento para passar essa idéia, ao comemorar o fracasso da Revolução Pernambucana de 1817:

Assim, ainda desta vez, (e não foi a última) o braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade [...] está pronunciado o espírito público de todas as províncias [...] e que finalmente tem bastante juízo crítico para apreciar o quanto é sofisticada a proposição dos que, por suas ambições pessoais, as pretendem iludir, dizendo-lhes que, independentes, estariam mais ricas [...]⁷⁷⁸

Pode ser considerado, sem incorrer em exagero, que a obra de Varnhagen se dedica justamente à promoção e fundação de tal espírito público, cujas implicações resultam na adesão ao corpo da nação, ao todo. Nesse sentido, Gellner, ao afirmar que existe uma correspondência entre a unidade nacional e a unidade política coloca que, “o sentimento nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização”.⁷⁷⁹ Para ele, o próprio movimento nacionalista é iniciado a partir de um sentimento de tal natureza. No pensamento de Varnhagen, que projeta uma nação sobre o Brasil colônia, era justamente este espírito público – de cólera – que precisava ser desperto da letargia face ao

comuns e a exigência do direito de se governar. Desse modo “a nação” inclui cinco dimensões: psicológica (consciência de formar um grupo), cultural, territorial, política e histórica.” GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo do séc. XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997. p.56.

⁷⁷⁶ Guibernau afirma que “por ‘nacionalismo’ refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum”. Ibidem. Varnhagen parece utilizar a idéia de espírito público com essa conotação, de vontade de decidir sobre um destino político que é comum.

⁷⁷⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.97-98.

⁷⁷⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.177.

⁷⁷⁹ GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993. p.11.

domínio inimigo, para que fosse restabelecida a unidade da nação.⁷⁸⁰ Este é um despertar onde inclusive, todo o sacrifício é justificado, toda a arbitrariedade relevada, pois é em nome de um sentimento patriótico, o que remete à idéia de satisfação.⁷⁸¹ O patriotismo, no pensamento de Varnhagen, se coloca no espectro contrário do pernicioso provincialismo. É um sentimento que ele se propõe a exaltar, a despertar, a exemplificar. O caráter de pedagogia nacional da sua narrativa se evidencia por si só:

E todas as províncias também sabem que nos povos muito fáceis são as separações, ao passo que muito custam a efetuar-se as uniões [...] ao provincialismo associam-se apenas idéias de *interesses* provinciais, quando principalmente as de glória andam anexas ao patriotismo, sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória.⁷⁸²

As estratégias de persuasão utilizadas por Varnhagen se revestem de um caráter que vai muito além da mera insinuação. A sua noção de espírito público evoca o patriotismo⁷⁸³, utilizado com uma conotação definitivamente hegeliana:

Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos de patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria. Nem poderiam possuir instintos de amor de pátria que, como nômades, a não tinham, e que limitavam a tão curtos horizontes a idéia de sociabilidade, que geralmente não a estendiam além dos da

⁷⁸⁰ Varnhagen trata da questão rapidamente ao abordar a luta contra os holandeses: “Era porém, chegada para os nossos a hora das represálias. Os holandeses, fiados na validade do pactuado, em virtude das tarifas, iam dormir o mesmo letargo de confiança em que os nossos haviam jazido, fiados na honra de Nassau; e da mesma sorte que eles tinham abusado da boa fé, iam ser vítimas da sua confiança nela. A eles, que haviam ensinado o caminho, cabe toda a responsabilidade. E graças a Deus: porque a não haverem procedido tão mal, porventura o Norte do Brasil seria, senão ainda colônia deles, como Batávia, pelo menos mui provavelmente de nacionalidade diferente da do Sul. Ainda assim, tão amortecido se achava o espírito público, ou tão pequenos eram os recursos que tinham os povos submetidos para sacudir o jugo, que foi necessário ajudá-los das capitânias vizinhas. [...] “No Maranhão o jugo dos opressores era mais forte, o espírito público, por isso mesmo que esse jugo havia durado menos, não estava tão amortecido, e a conspiração teve a fortuna de encontrar à sua frente nobres caracteres, como foram os senhores de engenho Antonio Barreiros e Antonio Teixeira de Melo”. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp. 326-327.

⁷⁸¹ É assim que Varnhagen vai considerar que o esforço para resistir aos franceses justifica o sacrifício. Diz ele que “Para isso começou o governador, como seu predecessor, por fixar sua residência em Pernambuco, a fim de se achar mais perto: procedeu a todos os gastos, chegando a tomar arbitrariamente, mas patrioticamente, uns cinco a seis mil cruzados, que estavam em depósito, da donataria de Itamaracá então em pleito.” Ibid., p. 141.

⁷⁸² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.177-178. grifos do autor.

⁷⁸³ Varnhagen usa poucas vezes este sentido propriamente patriótico, moderno, como em “[...] o ministro Pombal não hesitou, como patriota superior a prevenções [...]” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.237.

sua tribo ou *maloca*, a qual não dominava mais no território do que os contornos do distrito que provisoriamente ocupavam. Essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é o Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum e falavam dialetos de uma mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamaram *geral*, e era a mais espalhada das principais de todo este continente.⁷⁸⁴

Neste trecho, Varnhagen usa o termo nação com uma conotação anterior a que se tornou usual no século XIX. É a idéia de nação entendida com sentido étnico, e não como território nacional com fronteiras definidas, habitado por um povo específico. Ele o faz em vários trechos. Em outro momento, por exemplo, Varnhagen refere-se à existência de nações negras, ao colocar que “tão pouco temos por essencial dar um extenso catálogo das diferentes nações de raça preta [...] a importação dos colonos pretos para o Brasil, feita pelos traficantes, teve lugar de todas as nações não só do litoral da África [...] nessas nações a liberdade individual não estava assegurada [...]”.⁷⁸⁵

Embora Varnhagen, em alguns momentos, reconheça alguma unidade de raça e língua entre os índios – o que poderia favorecer o surgimento de uma nação – considera que foram incapazes de se integrar, mantendo-se fragmentados, pois não havia uma autoridade centralizada na figura de um chefe. Conforme pensa Varnhagen, é importante que este processo seja percebido dessa forma, para que não haja questionamento moral à colonização. Não há um processo de imposição, mas sim de fundação da nação com a chegada dos portugueses. Somente a partir daí é realmente possível pensar-se em nação no sentido pleno e moderno do termo.

O próprio Varnhagen relativiza a afirmação anterior de existência de nação indígena, colocando que “não constituíam uma nação, nem mesmo pequenas nações, na acepção em que mais geralmente, em direito universal, se toma hoje esta palavra. Formavam antes muitas cabildas, pela maior parte, procedentes dos últimos invasores do território”.⁷⁸⁶ Ou seja: não era uma nação porque não se conformava ao modelo europeu. Mesmo que por vezes Varnhagen utilize o termo “nação” ou “nacionalidade” para referir-se aos indígenas, está claro que é

⁷⁸⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.24.

⁷⁸⁵ VARNHAGEN, Op. cit., p. 224.

⁷⁸⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.52.

utilizado em outro sentido que não o de uma moderna nação européia.⁷⁸⁷ Conseqüentemente, Varnhagen se recusa a atribuir aos indígenas qualquer importância enquanto base da nacionalidade brasileira.⁷⁸⁸ Assim, ele afirma, por exemplo, [...] uma idéia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia”.⁷⁸⁹ Não pode haver história da nação indígena porque ela é desagregada, desunida, destituída de um Estado centralizado, de um espírito público, de um sentimento nacional.⁷⁹⁰ Enfim, é destituída de tudo com que Varnhagen deseja que seu leitor se identifique. E a história para ele é, por excelência, um relato da nação, uma narrativa nacional, a partir de uma perspectiva de estado, que orienta as ações dos indivíduos.⁷⁹¹

De qualquer forma, Varnhagen elaborou um relato que é, por excelência, fundador de sentidos sobre a nação, fundador de uma memória nacional. Como afirma Wehling, a preocupação de Varnhagen com o enfraquecimento da unidade nacional foi uma constante em sua obra.⁷⁹² A esta preocupação ele buscou corresponder através da projeção de uma nação forte e unida já no Brasil colônia. É uma nação por ele construída, por ele inventada e prefigurada desde os tempos coloniais como destinada a juntar-se à mesa das grandes nações européias. Seu entendimento de nação, ainda que impreciso, apontava para os modelos europeus de

⁷⁸⁷ Este é o sentido que Varnhagen atribui propriamente a uma nação, falando de um acordo entre Portugal e Espanha “entre várias estipulações, se combinou que, se uma das duas nações viesse a ter guerra com outra estranha, a que ficasse em paz guardaria neutralidade [...] as duas nações se declararam guerra, e se guerrearam, principalmente na América.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.270.

⁷⁸⁸ Para Wehling, “Varnhagen recusava atribuir aos indígenas a base da nacionalidade, como faziam os românticos. Para ele, eram, no presente, apenas populações geralmente refratárias e hostis, que dominavam áreas extensas do território brasileiro e nos quais, por conseqüência, não se exercia a soberania nacional em sua plenitude”. WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.164.

⁷⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.30.

⁷⁹⁰ Odalia indica que “Não se pode deixar de mencionar que, para Varnhagen, no processo de conquista se defrontam dois sistemas de vida, duas sociedades, mas jamais duas nações.” ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo: UNESP, 1997. p.54. O que determina o caráter de nação é o padrão europeu. Isso fica evidente em outra passagem, quando Varnhagen, na introdução, ao tratar de eventuais abusos dos colonos, Varnhagen diz que “[...] não é também certo que, à custa das lágrimas do exílio, nos legaram eles a nós, seus herdeiros, as casas fabricadas, as fazendas criadas, as vilas e cidades fundadas, – a vida, a religião, o comércio, a riqueza, a civilização,... a pátria enfim?” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.X.

⁷⁹¹ Wehling entende que para Varnhagen “O fato histórico é um produto não exclusiva, mas preponderantemente estatal. Estado, escrita, religião são os indicadores mais precisos da passagem para formas superiores de cultura, ‘civilizadas’”. WEHLING, Op. cit., p.130.

⁷⁹² WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.88.

desenvolvimento a que ele desejava conduzir o país. Em suma, como diz Wehling, “o Estado forte, maior do que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e étnico do povo – eis o ideal de Varnhagen”.⁷⁹³ Ou seja: ele não se preocupou muito com uma definição rigorosa de nação porque, na verdade, interessava-lhe afirmar a primazia do Estado e fazer com que seu leitor experimentasse a história do Brasil como tal.

Já abordados os elementos mais característicos do pensamento de Varnhagen e a forma com que eles se expressam em uma narrativa nacional dotada de fundo exemplar, resta definir o próprio Varnhagen, em função de tal escrita. Colocando-se como juiz do tribunal da história, Varnhagen sentencia, absolve e redime. Mas, afinal, que espécie de juiz é este que elaborou o relato da nação?

⁷⁹³ Ibid., p.91.

4.6 VARNHAGEN: ADVOGADO DO ESTADO E JUIZ INQUISIDOR DO TRIBUNAL DA HISTÓRIA

Os crimes, posto que seguidos de hum successo aparentemente feliz, não deixão de ser detestaveis no tribunal da historia, se a imparcial penna de sabios os descreve em sua verdadeira luz. O circunspecto genio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que ahi termina suas fadigas, despreza argumentos de partido, e conselhos de lisonja, portando-se seus juizos como austero sacerdote da verdade.

Januário da Cunha Barbosa

O discurso fundador do IHGB sinaliza com uma concepção de história que implica em uma profunda associação entre o ofício do historiador e o ofício do juiz, bem como uma compreensão de busca da verdade como autêntico sacerdócio. Tal entendimento, por excelência, aponta para uma primazia da imparcialidade sobre as paixões pessoais. Entretanto, uma história pragmática e engajada como a oitocentista – ainda que científica de acordo com os parâmetros da época – poderia ser tudo, menos imparcial e neutra. Todavia, é isto que se espera, dentro do possível, de um juiz, da justiça e de um tribunal.

Esta concepção quase jurídica de fazer história pautou as ações dos membros do IHGB no século XIX. Parecia haver, de fato, um entendimento de que cabia ao historiador julgar o passado, emitindo juízos com conotação jurídica. Varnhagen não foi exceção, sendo a sua obra o produto mais notável de uma prática historiográfica de acordo com estes referenciais e, portanto, caracterizada pelo uso extensivo de metáforas de ordem judicial. Termos como tribunal da história, juiz, veredicto e acareação são utilizados, com grande frequência, nos momentos em que Varnhagen intervém na narrativa para expressar seus juízos. Varnhagen efetivamente julga, e o faz munido da autoridade que a história – mestra da vida – lhe dá, assim como da imparcialidade que afirma ser o seu norteador.

Vários comentadores de Varnhagen já se debruçaram sobre a questão do julgamento em sua obra. Arno Wehling, por exemplo, enxerga nele uma concepção de juízo histórico como

juízo.⁷⁹⁴ Para ele, há nesta perspectiva a idéia de que “O julgamento dos fatos históricos é, não só dever, mas a tarefa principal do historiador, pois através dele, **‘fala a história, a inflexível história’**”.⁷⁹⁵ Desta forma, o historiador supostamente se torna um juiz, verdadeiramente neutro e imparcial.⁷⁹⁶ Já para José Carlos Reis, Varnhagen era “[...] um historiador engajado, militante, apesar de pretender produzir uma história imparcial e objetiva. Julgava sempre tudo e todos e justificou a dominação colonial, a submissão do povo, os direitos das elites”.⁷⁹⁷ Temístocles Cezar, por sua vez, afirmou que “A providência não é compreensível. O quadro histórico é uma pintura humana que representa as vias traçadas pelos deveres dos homens. Em consequência, não é a providência que julga as ações humanas, mas a própria história.”⁷⁹⁸ A história, entretanto, não é escrita de lugar nenhum. O ato de julgar implica em um juiz que, no caso, detém o controle sobre o passado a partir de sua escrita. Escrita esta que confere ao seu narrador o poder de ditar o recorte, de cristalizar uma determinada memória, de condenar, redimir ou absolver, de acordo com seus próprios critérios pragmáticos. Em suma, trata-se de um narrador que tem o poder de dizer a verdade sobre o passado.⁷⁹⁹

Ainda que o assunto já tenha sido discutido, em alguma medida, por parte de seus comentadores, me proponho a abordá-lo a partir de um enfoque diverso. Minha proposta de trabalho se vincula ao aspecto de narrativa nacional enquanto dimensão de convencimento e adesão, e não de escola histórica. Embora exista uma proximidade muito grande entre a constituição da história enquanto disciplina e a incorporação de métodos de ordem jurídica, não é esta a abordagem que proponho. O sentido da análise que encaminho neste trecho é o de voltar

⁷⁹⁴ WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.134.

⁷⁹⁵ Ibidem. grifos do autor.

⁷⁹⁶ Wehling afirma que assim “A capacidade de julgar, no historiador, depende de qualidades como ‘convicções profundas e caráter firme’ além da coragem para combater ‘os preconceitos vulgares’ e para recusar o aplauso fácil do público. Alcançará, desta forma, a neutralidade, isto é, a ‘imparcialidade’ para averiguar os fatos e narrá-los.” Ibidem.

⁷⁹⁷ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.32

⁷⁹⁸ CEZAR, Temístocles. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX**. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p.22.

⁷⁹⁹ Wehling pergunta “o que era a verdade histórica para Varnhagen?” E conclui que “segundo a tendência dominante de seu tempo, ele a via como um esforço de reconstituição integral do fato passado, a partir da mais absoluta fidelidade ao acontecido”. [...] Para Wehling, “O historiador historista, por estes supostos metodológicos, arrola fatos e testemunhos e emite uma sentença.” O autor comenta que “Às sentenças o historiador chega por meio de um processo praticamente judicial, com a análise dos documentos das partes, a participação de testemunhas, sua ‘acareação’ e a consideração das provas e contraprovas. Essas sentenças não devem ser recriminações, mas quando estas forem indispensáveis devem corresponder ao juízo dos próprios contemporâneos”. O autor trabalha a questão a partir da articulação que faz entre Varnhagen e o historicismo de Ranke. WEHLING, Op.cit., pp.132-135.

contra Varnhagen suas próprias metáforas. Portanto, interessa, sobretudo, verificar as análises de Varnhagen sob a perspectiva de um leitor leigo a quem ele deseja convencer. Sob este ponto de vista, me parece mais produtivo pensar as metáforas jurídicas de Varnhagen enquanto experiência de leitura e não como método de escrita da história.

Varnhagen se vale em várias oportunidades de julgamentos – no sentido jurídico do termo – e isso resulta em algumas implicações. O fato de Varnhagen colocar-se como juiz e apresentar-se ao leitor como tal, levanta dúvidas a respeito de que tipo de juiz é este narrador, e com base em quais critérios ele julga. Afinal, se Varnhagen é um juiz, resta saber que espécie de juiz, qual a natureza do tribunal que preside e qual a “verdade” que obtém com sua investigação. Varnhagen considera-se, sobretudo, um juiz imparcial. Entretanto, seu discurso, caracteriza-se por uma pretensão eminentemente sedutora. Como fica o critério de verdade por ele estabelecido diante desta aparente contradição? Varnhagen afirma que

Convencidos igualmente que a verdade é a alma da história, que só ela pode oferecer harmonia eterna entre os fatos narrados, que o verdadeiro critério da verdade histórica não se pode aquilatar senão pela concordância nos incidentes, não nos poupamos a nenhum esforço, a fim de remontar às fontes mais puras.⁸⁰⁰

Em um primeiro momento, parece haver uma relação entre verdade e fonte e, portanto, de veracidade e fidelidade às fontes. A forma com que Varnhagen se utiliza da categoria verdade, entretanto, excede a esta significação. Varnhagen não se limita a deixar que as fontes falem. A sua subjetividade latente simplesmente não o permite, superando a sua objetividade enquanto historiador, ou sua suposta neutralidade como juiz. Ao contrário do que poderia se pensar, seu critério de verdade também passa pelo âmbito do subjetivo, através da opinião pessoal, que ele considera plenamente justificada. Segundo Varnhagen, [...] o historiador sofrerá maiores injustiças, se dotado de convicções profundas e de caráter firme e independente, em vez de adular vãos preconceitos vulgares, teve o necessário valor para enunciar francamente o que pensava, em contra destes”.⁸⁰¹ Esta é uma postura que, evidentemente, se revela problemática para uma pretensão de verdade, pois fica difícil delimitar a diferença entre opinião e fato, na medida em que a primeira significa o segundo.

⁸⁰⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.X.

⁸⁰¹ Ibid., p.XVII.

De acordo com a sua própria definição, em um sentido teórico, Varnhagen trata do problema colocado pela verdade de forma sucinta. Para ele, a verdade é simplesmente o inverso do erro.⁸⁰² A definição parece simples, mas ele não se limita a ela, pois professa um verdadeiro amor à verdade:

Também nos cumpre repetir aqui o que já outra vez dissemos, que o amor à verdade, nos obrigará mais de uma vez a combater certas crenças ou ilusões, que já nos havíamos acostumado a respeitar. Aos que lamentem ver dissipadas algumas dessas ilusões de apregoados heroísmos, rogamos que creiam que os haveremos precedido nessas jeremiadas; e pedimos se resignem diante da verdade dos fatos, com tanta maior razão quando essa verdade, neste mesmo livro, lhes proporcionará, em vez dessas ilusórias glórias, outras mais incontestáveis; sendo que não pequeno número de pontos, em que havia dúvidas, conseguimos deixar esclarecidos, não por nossos fracos talentos, mas pelos argumentos incontestáveis que resultam das provas que, mediante aturado estudo, conseguimos reunir.⁸⁰³

Novamente a relação entre verdade e fonte, verdade e prova, associada a uma profissão de fé que coloca, segundo ele, verdades incontestáveis. Portanto, se Varnhagen é um juiz, ele é, a princípio, um juiz que se apresenta como infalível e, logo, que não pode ter seus juízos questionados.⁸⁰⁴ A articulação entre fato e avaliação, a partir desta posição, já se mostra problemática. Parece interessante mencionar outro trecho, onde Varnhagen deixa transparecer mais um elemento da sua concepção de verdade histórica, ao comentar a obra do Frei Rafael de Jesus:

[...] compraz-se em fazer gala de mui retórico, pondo na boca dos cabos de guerra arengas e discursos por ele compostos, sistema que, em nosso fraco entender, ainda quando bem desempenhado, desvirtua a *índole da história* [...] compô-los, porém, por sua conta um autor é faltar sem consciência à *verdade*, e escrever *romance histórico*, em vez de *história formal*.⁸⁰⁵

A verdade para Varnhagen comportaria ainda uma quarta dimensão: além do contrário do erro, da fidelidade às fontes e de uma busca marcada por um amor obsessivo, também seria a negação de um esforço criativo deliberado. Quanto ao último critério, Varnhagen realmente o

⁸⁰² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.P.XII.

⁸⁰³ Ibid., p.XIII.

⁸⁰⁴ Não é por acaso que Varnhagen defendeu ferrenhamente sua obra de quaisquer críticas. Ele tinha, de fato, plena convicção no que fazia.

⁸⁰⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 101.grifos meus.

satisfaz. Não há invenção de falas. Mas isso basta para torná-lo imparcial e fazer da sua narrativa a expressão da verdade, como ele gosta de salientar? Cezar afirma que havia um conjunto de “regras utilizadas para representar o passado: em princípio, pesquisas feitas a partir de fontes rigorosas e de um narrador objetivo.”⁸⁰⁶ Entretanto, considerando-se a subjetividade que determina a dinâmica da escrita de Varnhagen, está é uma atitude científica que se revela problemática, na medida em que ele – ou o pragmatismo que ele defende – acaba sendo o único – ou pelo menos o principal – critério de verdade. O problema está no fato de Varnhagen não reconhecer a inevitável subjetividade que caracteriza seus próprios juízos conservadores e pragmáticos. Afinal, são esforços criativos, externos aos fatos sobre os quais ele supostamente narra tais verdades.⁸⁰⁷ Claro que isso pode ser dito – em alguma medida – sobre a ciência de uma forma geral. A aproximação com o objeto é quase sempre uma aproximação violenta. Entretanto, em Varnhagen, tal violência é exacerbada. Suas opiniões não são apenas opiniões, pois ele atribui sentido aos fatos, segundo a conotação que lhe interessa fundar.

Apesar desta evidente disparidade entre o ideal de objetividade e a sua realização, Varnhagen coloca-se em uma posição privilegiada. Ele atribui a si mesmo o papel de encarregado de trazer à tona a verdade, embasada por provas, por fontes. Entretanto, para além desta preocupação, logo transparece uma associação entre verdade e um raciocínio quase jurídico sobre o passado que ele reconstrói – ou inventa – com a narrativa nacional. Isso pode ser percebido em momentos onde metáforas jurídicas afluam:

Bem longe estamos de acreditar que a verdade histórica se aquilate *pelo número* de autoridades; não sendo estas aliás, às vezes mais que reprodução ou plágio umas das outras, e antes pelo contrário todos sabem que, conforme o mais judicioso critério histórico, casos há em que o depoimento de uma só testemunha presencial, conscienciosa, pode completamente destruir invenções e calúnias que se tiverem ido repetindo por um chorrilho de escritores de pouca autoridade, chorrilho, com razão comparável às armadilhas das cartas de jogar dobradas ao meio, que servem de divertir as crianças, quando a primeira que cai arrasta todas as demais. Mas é também sem dúvida que o que sobra não prejudica; e que é somente reunindo todas as testemunhas e

⁸⁰⁶ CEZAR, Temístocles. **Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista.** In: PESAVENTO, Sandra Jatay (org). *Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural.* Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.69.

⁸⁰⁷ Reis é severo com Varnhagen nesta questão: “Varnhagen se excede nesses comentários, oscilando entre a sincera ingenuidade e o cinismo”. REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.41.

acareando-as entre si, e com certos fatos conhecidos, que se atina com a verdade histórica.⁸⁰⁸

A idéia de acareação implica em uma valoração. Implica em afastar, após um exame cuidadoso, depoimentos falsos, improcedentes e contraditórios. Isso permite, inclusive, que ele venha a mudar de opinião conforme as circunstâncias se alterem. Na primeira edição da HGB, por exemplo, foi extremamente duro com a Inconfidência Mineira. Entretanto, na segunda edição, se propôs a rever o trecho dedicado à Inconfidência, em função de uma série de críticas que recebera a primeira edição. Valendo-se de seu método, Varnhagen propõe, desta feita, avaliar e interpretar os depoimentos com o devido critério que, segundo ele, não se trata de uma pura e simples reunião de fatos, mas sim, de uma apreciação de onde se apura a verdade.⁸⁰⁹ Varnhagen fala em uma análise com “a devida imparcialidade, ante a luz da crítica, que não se deve guiar pelo dito de uma ou outra testemunha apaixonada ou interessada; mas unicamente pela essência que ressumbra do conjunto dos depoimentos e de todos os fatos apurados”.⁸¹⁰ O lugar de imparcialidade em que ele se coloca, considerando-se que jamais se furta de tecer opiniões pessoais a respeito das mais variadas situações, é impressionante.

Assim, ele pondera, colocando-se no papel de juiz, quase que como em segunda instância recursal, que “Da acareação, por nós pausada e refletidamente feita, de todos os depoimentos, resulta que, *verdadeiramente*, entre os vários que se conluiaram, só um chegou a entusiasmar-se pela idéia de revolução [...]”⁸¹¹ referindo-se a Tiradentes. Em outro ponto, após relatar a prisão do alferes, afirma que após uma negativa inicial, revelou tudo o que sabia, e que “os seus depoimentos últimos merecem, pois, o conceito de um relato muito verdadeiro de quanto se passou”.⁸¹² O que define ou não a verdade dos fatos e das interpretações constantes da narrativa nacional não é outra coisa senão a valoração feita pelo próprio historiador, em sintonia com o pragmatismo que lhe é inerente. Além disso, é importante ressaltar que Varnhagen detém todo o poder; cabe a ele acolher “recursos” contra si próprio, na medida em que julgar conveniente. Como fica o juiz Varnhagen diante de tais considerações? Ele pondera que

⁸⁰⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 236. grifos do autor.

⁸⁰⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.310.

⁸¹⁰ *Ibidem*.

⁸¹¹ *Ibid.*, p.311. grifos meus.

⁸¹² *Ibid.*, p.321.

Igualmente nos esforçamos para não ser pródigos nas narrações, nem pretensiosos nos juízos e análise dos acontecimentos; pondo o maior empenho em comemorar, sempre com o possível laconismo, e embora com menos elegância, os fatos mais importantes, e esmerando-nos em os descrever com a maior exatidão e clareza. Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência; e que perante o tribunal dela, o historiógrafo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que depois de averiguar bem os fatos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério deve, feito o seu alegado com o possível laconismo, sentenciar na conformidade das leis eqüitativas da sociedade e humana justiça.⁸¹³

O historiador, portanto, de acordo com a concepção de Varnhagen, sentencia. Entretanto, ao contrário do que afirma, na maioria das vezes em que intervém diretamente na sua narrativa, Varnhagen, de fato, advoga. Mesmo que mantenha fidelidade às fontes, seleciona e recorta conforme lhe interessa. Toma posição e trabalha para o convencimento dos “jurados” de seu ponto de vista. Há, sobretudo, uma vocação pedagógica no texto, pautado por uma estratégia de convencimento. Varnhagen busca construir opiniões e valores a partir de uma perspectiva de persuasão sobre o leitor, objeto a ser construído como súdito leal a partir da narrativa nacional. É nesse sentido que Varnhagen advoga. E o faz politicamente, defendendo a causa do Brasil-nação monarquista e conservador.⁸¹⁴ Sob este enfoque, é o convencimento, e não a verdade, que passa a ser o critério último do historiador, pois o que ele escreve não é apenas história, mas também um instrumento de convencimento da platéia, de acordo com seus pontos de vista. Isso não deixa de ser curioso, considerando o ponto de vista que Varnhagen expressa a respeito de certos advogados:

Viu-se então a Bahia, como meio século antes se haviam visto muitas cidades de Portugal, molestada pela demasia dos letrados [...] os advogados rúbulas eram um mal, pela sua ignorância e seus enredos; os doutores pela ascendência que tinham sobre os magistrados, de quem haviam sido discípulos ou contemporâneos em Coimbra, e em favor dos quais estavam os últimos prevenidos pela amizade ou, se haviam feito estudos mais brilhantes que eles, pela consideração e respeito a suas opiniões. Não deixa de ter inconvenientes a prática de escolher os magistrados da mesma classe, e até da mesma academia ou universidade que os advogados; quando para a imparcialidade e

⁸¹³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927.p.XII.

⁸¹⁴ HOBSBAWM diz que “seria bastante irreal esperar que os estudiosos se abstenham de agir como advogados, especialmente quando não apenas acreditam (como é freqüentemente o caso) que se deva argumentar com base no patriotismo ou algum outro compromisso político, mas que isso é realmente válido [...] porém, embora não haja dúvida que os acadêmicos continuarão a agir como advogados, com maior ou menor convicção, e embora um componente de advocacia seja inseparável de todo o debate, é preciso ter bem clara a diferença entre a advocacia e a discussão científica (conquanto engajada)”. HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo Companhia das Letras, 1989. p.145.

justiça, não só podem ser mui nocivas as amizades e simpatias da juventude, como ao magistrado mui prejudicial o habito de haver exercido a advocacia, ou simplesmente de se haver preparado para exercer esta profissão. O advogado tem por principal dever de seu cargo defender a causa do cliente, isto é, deduzir razões e provarás em favor. – O magistrado, pelo contrário, deve ser um homem impassível, por cuja mente nunca passasse uma idéia de injustiça – o menor pensamento de sofismar coisa alguma neste mundo.⁸¹⁵

Qual a metáfora mais apropriada ao comportamento de Varnhagen, de acordo com as suas próprias valorações? Juiz ou advogado? Não parece haver muito espaço para dúvida. Aparentemente, segundo seus próprios critérios, Varnhagen parece comportar-se como um advogado. Certamente que narrando a partir de um ponto de vista específico como narra, ele não pode ser esse juiz imparcial. Voltando o argumento contra ele mesmo, Varnhagen pode ser pensado como um advogado cujo cliente é o Estado monárquico, perante o qual ele se vincula como verdadeiro procurador que defende interesses estatais. O pragmatismo que caracteriza sua obra efetivamente o impulsiona nessa direção. Há apenas um deslize nesta aparente função de historiador-advogado da nação, quando Varnhagen opta por advogar em causa própria, dedicando um capítulo inteiro da HGB a seu pai, e assim deixando inteiramente de lado qualquer imparcialidade.⁸¹⁶ Entretanto, não o faz sem algum constrangimento, buscando justificar perante o leitor o deslocamento de enfoque.⁸¹⁷

O diálogo com o leitor assume, dessa forma, conotação diversa da busca de identificação e comoção, através da tragédia, ou do ato de superação do herói. Em alguns momentos ele chega

⁸¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.107-108.

⁸¹⁶ Varnhagen explicitamente tenta reabilitar a memória de seu pai, afirmando que “Os fatos singelamente documentados, irão provando, a nosso ver suficientemente, que a glória de ser o executor dos projetos do Sr. D. João estava reservada a um engenheiro distinto, ao qual não nos impedirão de render a merecida justiça os laços de sangue. Tributar justiça devida a memória de quem tão bem serviu é dever do historiador, e mal dele se os receios de passar por imodesto superam em tal momento aos nobres sentimentos de piedade filial! – Trate de provar quanto assevera que a tarefa é tão melindrosa; e narrando só a verdade, não se cubra de pejo nem de hipocrisia, quando não fez profissão do voto de humildade. E Deus, que lê em todos os corações, sabe quão longe estávamos, quando concebemos a idéia desta obra, de imaginar que deveríamos nela, e até em seção exclusiva dela, ter que consignar tais serviços.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.186-187.

⁸¹⁷ Assim, ele dirá que “Basta, porém, sobre este assunto. E se nos alargamos demasiado, se a pena não pode conter-se a seguir os impulsos do coração, se dissemos mais do Ipanema e de seu benemérito engenheiro do que desejavam saber os leitores, desculpa merece quem crê em consciência que cometeria uma grande injustiça e quase uma impiedade, se tivesse tratado de ser menos extenso neste assunto, que diz respeito ao seu progenitor, e até ao lugar do seu nascimento.” Ibid., p. 199. Para outra visão sobre esta questão, ver CEZAR, Temístocles. **Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da objetividade na obra de Varnhagen**. In: História, São Paulo, v.24, n.2, p.207-240, 2005.

a explicitar a idéia de que cabe ao leitor ou aos “vindouros” decidir a validade de sua exposição.⁸¹⁸ Essa perspectiva corrobora o ponto de vista de que Varnhagen advoga mais do que julga, pelo menos nos momentos mais propositivos de seu texto.

Pensando em Varnhagen como um advogado, poderia ser dito que sua perspectiva faz com que olhe para o passado com a lente do presente, buscando nele aquilo que possa justificar e legitimar a sua causa, os interesses de seu cliente. Ele está ciente do problema colocado pelo anacronismo, mas isso não impede o exercício da projeção, pois o pragmatismo fala mais alto.⁸¹⁹ Logo, mesmo ciente, isso não impede a projeção – identificação de ideais nacionalistas na colônia – nem, tampouco, o lamento pela não adoção de medidas que poderiam ter favorecido o país, e adiantado a Independência. Suas avaliações, feitas a partir de um Brasil independente dos oitocentos, interpretam os fatos em função do ideal de Brasil que ele tem para o presente e para o futuro, de acordo com uma visão estatal. Esta é, portanto, uma das faces de Varnhagen: a de advogado, que pode ser voltada contra ele a partir de seus próprios critérios do que consiste o ofício. Isso pode ser inferido pela subjetividade de suas análises, por considerar que qualquer sacrifício é justificável, na medida em que favorece o seu “cliente”:

Em definitivo: da invasão holandesa resultou algum proveito ao Brasil? – Grande responsabilidade que envolve a resposta, quando ao pensar dá-la como que acometem os nossos ouvidos lamentos de tantas vítimas, chorando a perda dos parentes, dos seus bens, e até algumas da própria honra! – Confessamos que o primeiro impulso do nosso coração é o deixar a pena e chorar com elas... – Infelizmente, porém, a civilização humana semelha-se em tudo ao homem: nasce chorando, e chorando e sofrendo passa grande parte da infância, até que se educa e robustece. – Se, pois, nos conformarmos com esta lei indeclinável, reconheceremos que o Brasil pagava então grande parte do seu tributo... E não há dúvida que, passados esses choros e esses sofrimentos, se apresentou mais crescido e mais respeitável, – havendo para isso concorrido

⁸¹⁸ Quando Varnhagen discute a questão indígena, afirma que “Sabemos quanto cumpre na história não desculpar os erros, e quanto os exemplos que nos levam a aborrecer o vício são quase de tanta instrução, como os que nos fazem enamorar das ações virtuosas; mas temos o hábito de esquadrihar o lado desfavorável dos fatos, para depois contar como verdade o que se maliciou, é repreensível tendência do ânimo, que em vez de artifício inculca existência de peçonha. Está, porém reservada aos nossos vindouros a tarefa de condenar ou de justificar o proceder dos antepassados, segundo por fim venham conduzir-se com os índios que ainda temos.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 219.

⁸¹⁹ Varnhagen várias vezes justifica determinadas ações devido ao que chama de idéias do tempo, como é o caso das acusações de perseguição feitas a Pombal. Ele considera as acusações de perseguição a inimigos políticos injustas: “Mas os que assim pensam pretendem que há mais de um século se pensasse como hoje, e esquecem-se de que deviam ser quase crimes de lesa majestade o haver, primeiro revelado os projetos de casamento da herdeira [...] e o último nada menos do que certos planos de el-rei de fazer passar a sucessão da coroa a seu neto o príncipe D. José [...]” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.247.

poderosamente os grandes e continuados reforços de colonos ativos e vigorosos de vários terços ou regimentos que vieram da Europa, e cujos indivíduos pela maior parte ficaram no Brasil, o que fez um número superior aos dos mortos nos campos de batalha.”⁸²⁰

O pragmatismo que pauta sua avaliação é latente. Não há imparcialidade e distanciamento. O que importa, sobretudo, é legitimar o Brasil independente e monárquico a partir de um Brasil mítico que ele configura no passado, gravando uma memória da nação conforme convém ao seu ponto de vista no presente. Entretanto, apesar de tudo isso, Varnhagen não deixa de considerar-se um juiz. Um juiz, inclusive, imparcial. Esta insistência na perspectiva jurídica permite relacionar Varnhagen a um terceiro papel, que não é o de advogado “verboso e florido” como ele diz, e muito menos o de um juiz imparcial.

Não pode ser deixado de lado que Varnhagen não se apresenta sempre como juiz de fato. Em vários trechos despersonaliza o juízo e, muitas vezes, se refere a um julgamento exercido pela história, temível poder do qual ele, Varnhagen, está investido. Nestes casos, é como se a história julgasse, e não ele. Assim, ao tratar do episódio da traição de Calabar, que passou para o lado do inimigo, Varnhagen diz que “Desses pecados o Todo-Poderoso lhe tomaria contas, e com sua imensa misericórdia poderá tê-los perdoado; porém dos males que causou à pátria, a história, a inflexível história, lhe chamará infiel, desertor e traidor, por todos os séculos dos séculos”.⁸²¹ O tom da avaliação assume uma conotação diferenciada. Aqui não se avalia, não se propõe, não se narra, somente. Sobretudo, se condena.

Esta é a outra face de Varnhagen: a condenação. Aqui ele, de fato, age como juiz. Mas que tipo de juiz? Um juiz que entende que trair a pátria é um crime além de qualquer redenção, um crime que não prescreve e cuja pretensão punitiva é exercida continuamente para todo o sempre pelo Tribunal da História. Um juiz que entende que a traição à nação é uma dívida para com a pátria que jamais será saldada. Ou seja, um pecado para o qual não há expiação. Em outro trecho, ao tratar de Nassau, Varnhagen novamente despersonaliza um julgamento que, de fato, é exercido por ele: “A história, mestra da vida e conselheira dos povos e príncipes do porvir, não

⁸²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. pp.98-99.

⁸²¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

pode deixar de reprovar tão feio proceder, que veio a dar motivo para justas represálias.”⁸²² A história, portanto, segundo ele, seria a instância última de julgamento dos homens. Mas se a história é um tribunal, como ela se associa com as noções de justiça, neutralidade e imparcialidade, valores a que Varnhagen tanto se refere? Qual é, afinal, o sentido do julgamento na narrativa nacional, e mais ainda, qual o sentido da condenação? Há um segmento que permite uma reflexão interessante sob este aspecto, pois é colocado por Varnhagen que

Tanto é certo que também os tribunais e congressos podem algumas vezes ser despóticos, e talvez, bem estudada a história da humanidade, se ache que mais vezes o hajam sido do que os reis, com responsabilidade direta para Deus, a própria consciência, os povos, as nações contemporâneas e a história.⁸²³

Mas e quanto ao Tribunal da História, dirigido por Varnhagen? É ou não é despótico? Será ele regido por um critério de verdade e imparcialidade absolutas, como Varnhagen tanto reitera? A primeira hipótese parece muito mais verossímil. A função pedagógica exercida por Varnhagen através do poder em que é investido como historiador da nação faz com que ele reprove os atos censuráveis e os condene ao escárnio e desprezo eternos. A história grava, registra, eterniza nomes em uma galeria de culpados verdadeiramente perene. Varnhagen emite sentenças de acordo com critérios de ordem pragmática e conservadora. O mesmo juízo pragmático que constitui o herói como modelo de comportamento, deve assim fazer com que os indivíduos que não agiram em conformidade com o que se esperava deles também assumam função modelar, com a diferença de serem exemplos negativos:

Cumpre-nos dizer que, logo depois que o Maranhão foi libertado pelo esforço de seus bravos habitantes, e dos seus vizinhos do Pará, e apenas disso se teve notícia o miserável donatário de Tapuitapera, que nenhuma ajuda havia dado aos que assim combatiam por arrancar das mãos dos holandeses a sua capitania, a estes subordinada, em vez de enviar presentes e recompensas ao seu libertador Antônio Teixeira de Melo, passou a acusá-lo ante os tribunais [...] e o miserável donatário era nada menos que um desembargador, *cujo nome deve a história deixar gravado, para memória e escarmento*. Chamava-se Antônio Coelho de Carvalho.⁸²⁴

⁸²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 322. grifos meus.

⁸²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 141.

⁸²⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 331. grifos meus.

Percebe-se em Varnhagen uma verdadeira intenção preventiva, uma função quase simbólica do ato de julgar, na medida em que condenações como esta servem de desestímulo para a prática de atos semelhantes. Entretanto, isso não faz com que em momento algum Varnhagen deixe de se considerar um juiz justo e imparcial, alusão por ele várias vezes referida. Assim, vai dizer: “E deixando que os louros da vitória ornem a frente dos principais caudilhos, justo é que deles nos ocupemos, dando a cada um, com *imparcialidade histórica*, o *quinhão de justiça* e de consideração que lhe caiba”.⁸²⁵ Todavia, apesar de sua pretensa imparcialidade, os exemplos extraídos de sua própria obra o desmentem. Sua percepção da Revolução Pernambucana, por exemplo, é de uma intolerância extremada, que revela um rigor inimaginável para quem se diz imparcial:

Sabemos que está de moda adular os anais pernambucanos com a proeza dessa revolução. Que esteja: havemos sempre de dizer a verdade, segundo no-la ditar a consciência; e, embora isso nos possa custar alguns dissabores, nunca serão eles tão grandes como seriam os do espírito, capitulando covardemente, contra as próprias convicções. Vão decorridos já quarenta anos depois desta insurreição, e os sucessos narrados com pouco exame a vão convertendo em um mito heróico de patriotismo, não brasileiro, mas provincial, sem fundamento algum. A verdade é só uma, e *há de triunfar em vista dos documentos que aparecendo* e dos protestos dos homens comprometidos, mas probos e ilustrados; e mais prudente é não elevar tantos altares, para depois se derrubarem e profanarem. A missão do historiador não é lisonjear, nem adular a ninguém, e menos aos vivos no país, ou antes neste a meia dúzia de gritadores apaixonados e parciais. [...] O historiador que esquadrinha os fatos, e que, depois de os combinar e meditar sobre eles, os ajuíza com boa crítica e narra sem temor nem prevenção, não faz mais do que revelar ao vulgo verdades, que ele naturalmente acabaria por revelar do mesmo modo, sem os esforços do historiador, dentro de um ou dois séculos.⁸²⁶

Para Varnhagen, o historiador antevê um juízo, eminentemente verdadeiro, e que acabaria por revelar-se com a passagem do tempo. Não adula e não lisonjeia, apenas se conforma a um critério de verdade. Verdade enquanto inversa ao erro, enquanto desprovida de subjetividade e estritamente produto da imparcialidade e neutralidade. Logo, inequívoca. Inclusive, Varnhagen se considerava um verdadeiro parâmetro de imparcialidade, como a afirmativa a seguir demonstra: “A latiníssima *História dos oito anos de governo de Nassau*, por mais que corram os séculos, será sempre um livro importante e digno de consultar-se. [Barlaeus] Para ser, porém, considerado

⁸²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 94. grifos meus.

⁸²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.150.

como *historiador* imparcial desse período, faltou-lhe obedecer ao preceito: *audietur altera pars*".⁸²⁷ Em outro trecho, lamenta uma falta de dados em relação a certas capitânias, "[...] as quais possam servir sequer para o *historiador imparcial* provar que não por esquecimento deixa de cuidar delas".⁸²⁸ A fragilidade em que se estrutura a imparcialidade de Varnhagen demonstra-se de forma aguda quando ele volta suas críticas a obras alheias, críticas que com imensa facilidade podem, de fato, ser voltadas contra ele mesmo:

Ao analisar a obra do Padre Mestre Fr. Manuel Calado, que trata da restauração pernambucana de 1646: "Como testemunha de vista, deve esse autor ser consultado, mas sempre com o possível tento e critério. Ministro de uma religião toda de paz e tolerância, mostra-se de *ânimo pequeníssimo contra os que não eram seus amigos*; partidário de Fernandes Viera, compromete-o, com seu pouco tino, quando mais o pretende exaltar; e *presta-se até a denegrir aos da parcialidade rival, acusando-os de assassinos*. Além disso falta muitas vezes à *dignidade histórica, dedica páginas inteiras a muitos contos sem importância*, e crê ou finge crer em todos os boatos que, para exaltar o povo miúdo contra os holandeses, se faziam correr nos acampamentos. Nem é mais feliz, nem muito mais elevado, nos cantos épicos em oitava rimada, que em favor do seu *herói*, estresssacha em vários lugares do seu livro [...]"⁸²⁹

Não são poucas as ocasiões em que Varnhagen tece julgamentos semelhantes a outros autores.⁸³⁰ Mesmo quando Varnhagen elogia suas fontes privilegiadas do Brasil Colonial no século XVI⁸³¹, ou seja, Gabriel Soares⁸³² e Fernão Cardim⁸³³, não deixa de fazer reparos, muitos deles extremamente severos. Já em relação à obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, que fez uma expedição ao Amazonas, Varnhagen afirma que "hoje de pouca importância poderia ser a maior

⁸²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 100. grifos do autor.

⁸²⁸ Ibid., pp.140-141. grifos meus.

⁸²⁹ Ibid., p. 101. grifos meus.

⁸³⁰ Varnhagen afirma, por exemplo, ao falar de D. Manuel, que ele "[...] ocupa-se de competência e jurisdição entre as autoridades de nacionalidade diferente, que tão pouco nos são hoje de nenhum interesse. Leva páginas inteiras justificando-se, de um modo apaixonado, de atos seus ou de outros, não necessários de mencionar". Ibid., pp.102-103.

⁸³¹ Para ele, "As obras de Gabriel Soares e de Fernão Cardim não só se devem considerar como grandes produções literárias de primeira ordem no século XVI, mas também, principalmente em relação ao nosso fim, como verdadeiros monumentos históricos, que nos ministram toda luz para avaliarmos o estado da colonização do nosso país, na época em que escreveram, o primeiro em 1584 e o segundo um ano antes." VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 11.

⁸³² Varnhagen diz que "Seja embora rude, primitivo, e pouco castigado o estilo de Soares, confessamos que ainda hoje nos encanta seu modo de dizer; e ao comparar as descrições com a realidade, quase nos abismamos ante a profunda observação que não cansava, nem se distraia, variando de assunto." Ibid., p. 12.

⁸³³ Aqui Varnhagen considera que "A obra de Fernão Cardim, que só viu a luz em Lisboa, em 1847, com o título posto pelo editor (o próprio autor desta história) de *Narrativa epistolar*, por constar verdadeiramente de duas cartas que dirigiu ao provincial da Companhia de Portugal, é seguramente mais insignificante e destituída de mérito científico que a precedente, entretanto, recomenda-se pelo estilo natural e fluente, e pela verdade da pintura feita com os objetos à vista, e as impressões, ainda de fresco recebidas dos encantos virgens que regalavam os olhos de quem acabava de deixar a Europa nos fins do inverno." Ibid., p. 13.

parte desses escritos, atrasados em relação às ciências, e mesquinhos pela forma com que estão redigidos, por mais ostentoso que nos apresente seu largo catálogo.”⁸³⁴

Evidentemente, ainda que Varnhagen se comporte como um advogado da nação a defender seu cliente, na medida em que rotula, condena e, portanto, exerce sanções em nome do Tribunal da História, e até mesmo reabilita personagens, ele também se comporta como juiz. Ele efetivamente transita entre tais papéis. Dessa forma, o poder exercido pela escrita da narrativa da nação possibilita, inclusive, a Varnhagen – enquanto juiz do Tribunal da História – acolher recursos não só contra si mesmo, mas invalidar juízos feitos no passado e reabilitar para a história quem ele considera merecedor:

Se com um e outro os homens estiveram demasiado rigorosos, se curtas miras de vinganças por interesses ofendidos influíram na final sentença, mais do que as razões de Estado, e se eles eram bons e queriam o bem, a justiça divina, superior a todos e a tudo, os terá por certo galardoado sempiternamente. A história por sua parte, não pode, em todo o caso, deixar de simpatizar com estas almas generosas, tratadas tão cruelmente. Manuel Bequimão subiu ao patíbulo como verdadeiro herói. Com toda serenidade, declarou nos últimos instantes que – “pelo Maranhão dava satisfeito a vida”. Palavras solenes que eternamente encontrarão eco e simpatia não só entre os maranhenses, como em todos os corações bem formados!⁸³⁵

Entretanto, se Varnhagen é um juiz, é um juiz extremamente severo e duro com aqueles que afrontam os princípios que lhe são caros, que ofendem os seus valores. Inclusive, não se furta de desmerecer os demais “juízes” para engrandecer a si próprio. Por vezes, é extremamente irônico.⁸³⁶ Varnhagen não admite contradição. Ele é, por excelência, o detentor último da verdade. Na medida em que busca matar a diferença, erradicar a heterogeneidade e estabelecer um padrão de indivíduo através da narrativa da nação, Varnhagen, de fato, se aproxima de um tipo específico de juiz: o juiz inquisidor. Aqui um raciocínio parece pertinente: assim como o modelo

⁸³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.275.

⁸³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 252.

⁸³⁶ Este é o caso quando ele comenta que “Daí a mais de meio século, quando, pelos esforços dos intrépidos paulistas, as minas rendosas começaram a ser descobertas, e que os inúteis esbanjamentos de D. Francisco estavam esquecidos, lembrou-se um seu herdeiro com proteção na corte, de requerer, *pelos serviços do seu avô*, o título de Marquês das Minas, o qual lhe foi conferido pelo rei. Ignoramos se este título *in partibus* ainda existe em Portugal. Se existe, não é por culpa nossa que a história diz que ele está bem longe de significar uma glória nacional, conforme, para a honra das nações monárquicas, convém que suceda aos títulos que se declaram hereditários.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 121. grifos do autor.

de monarquia que Varnhagen defende é o de uma monarquia absolutista nos moldes do século XVI e sua concepção de história é providencial em função do mesmo conservadorismo, seu entendimento da função de juiz e do ato de julgar também remete a outro parâmetro que não o da modernidade. Quando pensadores como Beccaria começaram – no século XVIII – a questionar o autoritarismo e lenta e gradualmente foi se impondo – a partir de pensadores como Montesquieu – uma nova concepção de julgamento, sua característica maior foi a de colocar a lei como limite. Com a idéia de legalidade, ninguém poderia mais ser condenado a não ser que praticasse uma conduta anteriormente tipificada pela lei enquanto crime, cabendo ao juiz apenas aplicar a lei, ou como dizia Montesquieu, ser a “boca da lei”. Esta concepção representou um grande avanço face ao autoritarismo dos modelos inquisitórios, onde os homens se viam indefesos diante do exercício do poder. Varnhagen está alheio a esta concepção. O seu pensar jurídico é um pensar que não conhece contradição e perante o qual não há limites. Como juiz, Varnhagen se coloca em posição única e privilegiada de atribuir o significado que bem entende aos fatos, independentemente de quaisquer freios. Varnhagen é um juiz que não está ciente da necessária separação entre as funções de julgar e acusar, característica do padrão moderno de prestação judicial. Como se isso não bastasse, é como se Varnhagen não fosse apenas o juiz, mas também o legislador, pois é ele quem determina as normas de conduta, determina o que implica sanção ou não. Dessa forma, como é o caso do legislador, Varnhagen atribui uma função simbólica, uma função de controle social à sua narrativa, na medida em que a condenação não é somente sobre o passado, mas também ameaça de juízo desfavorável no presente, o que configura o seu caráter preventivo. Raramente este juízo condenatório deixa de assumir requintes de crueldade.⁸³⁷

Dessa forma, novamente utilizando as metáforas de Varnhagen contra ele próprio, a abordagem adotada ao tratar da Inquisição permite elaborar um pouco mais a crítica às suas alusões jurídicas. Diz ele que “em Portugal a Inquisição seguia, como antes, cevando seu furor em algumas vítimas enviadas do Brasil.”⁸³⁸ A avaliação que ele faz da instituição é implacável, até porque entende que a mesma se colocava contra os objetivos do Estado, assim como havia

⁸³⁷ Uma das raras exceções é o caso de Nassau. Varnhagen demonstra rara tolerância, dizendo que “não podemos por em dúvida este fato da sua vida que nada o honra, e que veio a fazer diminuir em nós o respeito e quase estima que tínhamos por esse chefe inimigo.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 322.

⁸³⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.23.

sido com os jesuítas.⁸³⁹ Varnhagen tece críticas pesadas à forma com que eram realizados os processos.⁸⁴⁰ Assim, ele vai dizer que:

Detenhamo-nos, porém, agora um pouco, e discorramos que sociedade ou povo podia ser feliz, pensar, escrever, discutir, desenvolver-se, engrandecer-se, com uma tão monstruosa instituição, só própria para escudar a maldade e a hipocrisia, e para, com os competentes abusos dos espias ou familiares, satisfazer vinganças individuais, e produzir a desconfiança e a estagnação nas relações de comércio e nas individuais também. Nem os reis podiam domar a fúria do tribunal; e não nos devemos admirar de que, nesses tempos de superstição, não pudessem muitos reis arrostar o fanatismo religioso, quando em nossos dias alguns tiveram que deixar-se dominar pelo fanatismo político.⁸⁴¹

De fato, Varnhagen se mostra severo com a Inquisição, e seriam muito poucos os que se colocariam a favor da instituição, diante da intolerância que a mesma historicamente demonstrou.⁸⁴² Entretanto, é exatamente aí que reside o problema, pois a forma com que Varnhagen julga, sem admitir contrariedade, mostrando-se inteiramente intolerante diante dos movimentos populares e de tudo que não se conforma ao padrão de homem e de sociedade que ele estabelece, tudo isso aproxima Varnhagen, enquanto juiz, de um juiz inquisidor e o afasta inteiramente do ideal de imparcialidade que ele pretende seguir, que é por excelência,

⁸³⁹ Varnhagen afirma que “A primeira providência que acudia à mente do governo de Madrid foi uma ordem para que em Lisboa se fizessem preces, e se castigassem os delitos, inclusive pela *repartição do Inquisidor-geral*. Não nos indignemos, nem nos riamos. Eram as idéias do tempo na metrópole e na corte, e demo-nos por mui felizes de não termos vindo ao mundo no tempo em que a nossa terra estava sujeita a tais influências. O próprio rei, em meio de seus folgedos proverbiais, era escravo submisso da inquisição.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 235. grifos do autor.

⁸⁴⁰ Varnhagen relata que “Os processo da justiça eram no estilo das sentenças; tudo mistério: chamava-se o réu, e em vez de se lhe revelarem as culpas de que era acusado, intimava-se-lhe que se confessasse, que se expusesse tudo em desabono da religião que tinha dito, ou ouvido, ou praticado [...] à primeira resistência seguiam-se as algemas apertadas ao torniquete, depois os tratos de polé, de água fervente [...] por fim o infeliz começava a delatar. Tudo quanto revelava era logo escrito; todos os cúmplices de que fazia menção eram imediatamente mandados buscar, e recolher aos cárceres. Mas o acusado, tendo comprometido já muita gente, ainda não havia acertado com a falta por que fora preso. Voltava, pois, a ser perguntado: sua memória não o ajudava ou sua língua titubeava receosa de comprometer mais amigos... Era outra vez posto a tratos: ... declarava que tinha mais revelações a fazer... Novos desenganos!... e novos comprometidos!... Assim, às vezes, de uma povoação, mais de metade tinha que ser ao menos chamada a delatar. E aí do que entrava por aquelas horrendas portas! Todos daí em diante o evitavam, temerosos de adquirir nome suspeito!...” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p.25.

⁸⁴¹ Ibid., p.25.

⁸⁴² Varnhagen relata “[...] o furor com que os esbirros da Inquisição começavam a perseguir o povo, especialmente depois da chegada (em 1702) do Bispo D. Francisco de São Jerônimo, que acabava de ser qualificador da Inquisição de Évora, e aí tomara o gosto a tão sanguinolentas abominações, que melhor pode prosseguir no Rio, exercendo mais de uma vez interinamente o cargo de governador.” VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959. p. 324.

eminentemente moderno. Além disso, sobretudo, há a questão da prefiguração, e aqui parece pertinente a análise de Franco Cordero sobre o juiz inquisidor:

A solidão na qual os inquisidores trabalham, jamais expostos ao contraditório, fora dos grilhões da dialética, pode ser que ajude no trabalho policial, mas desenvolve quadros mentais paranóicos. Chamemos-os “primado da hipótese sobre os fatos”: quem investiga segue uma delas, às vezes com os olhos fechados; nada a garante mais fundada em relação às alternativas possíveis, nem esse mister estimula, cautelarmente, a autocrítica; assim como todas as cartas do jogo estão na sua mão e é ele que as coloca sobre a mesa, aponta na direção da “sua” hipótese. Sabemos com quais meios persuasivos conta [...] usando-a, orienta o êxito para onde quer.⁸⁴³

Assim como no caso dos juízes inquisidores, a verdade está prefigurada aprioristicamente na cabeça de Varnhagen, de acordo com uma série de princípios que ele estabelece como dogmas que não admitem contradição, e como tais, implicam em pesadas sanções para o herege. Eis aí o primado da hipótese sobre os fatos. Varnhagen sabe que tem uma nação a inventar, já sabe em que moldes e de acordo com o que tem que inventá-la; a partir daí, busca no passado as fontes que irão lhe permitir provar a sua hipótese. Ele já tem o guia, já tem o norteador dado pelo seu pragmatismo, extensivamente discutido nos trechos anteriores. Munido de tais verdades, ele prefigura o passado, julga, condena e estabelece continuidade onde muitas vezes não há. Trabalhando na solidão e abominando o contraditório – o qual ele jamais admitiu em relação a sua obra – e valendo-se de recursos persuasivos que produzem identificação com o todo da nação, Varnhagen elabora uma narrativa da nação, usando e abusando dos meios que tem à sua disposição. Varnhagen não é apenas um juiz. Varnhagen é o juiz inquisidor do tribunal da história, autor do grande relato da nacionalidade, destinado a eliminar a diferença, e conformar – mediante o estímulo aos bons atos e ameaça de condenação – o cidadão/súdito ordeiro do Império.

⁸⁴³ CORDERO, Franco. **Guida alla procedure penale**. Torino: UTET, 1986, p.51.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, procurei observar a elaboração de uma narrativa nacional por parte da historiografia oitocentista, articulando em minha análise o desenvolvimento do relato nacional e um horizonte pragmático que orientava a sua escrita. Este horizonte pragmático encontrava-se ligado à legitimação do Estado monárquico e da autoridade de D. Pedro II, a partir de um discurso construído por uma instituição verdadeiramente oficial: o IHGB. Com base em tais pressupostos de ordem política, a construção de um grande relato da nacionalidade procurava atribuir sentido e significado ao todo imperfeito e heterogêneo da nação, visando à erradicação da diferença e a subordinação das partes ao Império e, portanto, à autoridade centralizada da Monarquia. Buscava-se, dessa forma, contribuir para a manutenção da integridade do território nacional.

A idéia de uma história que integra e une o que é disperso é o espírito por trás de uma história geral. Por isso trata-se de um discurso que elabora a unidade e que abrange todas as capitâneas. Entretanto, é uma integração que nega seus aspectos regionais. Nega, portanto, a diferença. Esta opção se evidencia pela própria estrutura da obra, caracterizada por capítulos com títulos genéricos, que possibilitam a reunião de informações dispersas, sem relação direta entre si. Logo, é uma narrativa que não reconhece a diversidade, suprimindo-a em nome de uma unificação de ordem arbitrária que busca construir um espaço íntegro e uno no imaginário do leitor, de forma que este perceba o país como um todo onde não há lugar para a diferença, sempre tratada de forma intolerante, através de termos como “pernicioso bairrismo” ou “mandonismo local”. Este aspecto de negação da diversidade também transparece através do ideal assimilacionista, onde se espera que eventualmente o outro seja absorvido pela etnia do colonizador português, configurando assim a unidade também sob o aspecto étnico, além da sujeição no âmbito político.

Para que a narrativa desenvolvida a partir dos esforços do IHGB fosse bem sucedida nesse intuito, deveria estar ligada, sobretudo, à idéia de nação. Uma nação a ser inventada pela narrativa nacional, mas que, devido às especificidades brasileiras, deveria conter um componente de prefiguração acentuado, para ser percebida como legítima e ligada à autoridade do Estado

desde os tempos coloniais. A narrativa nacional é, assim, construída para produzir identificação, para fazer com o que o leitor se reconheça no passado por ela sistematizado, e mais ainda, que se orgulhe deste passado. A *História Geral do Brasil* é narrada como uma história de afirmação da nação brasileira, sob a égide da monarquia e como um grande Império. Todos os elementos da narrativa apontam para este fim imanente, predestinado a concretizar-se, como se concretizou, nos oitocentos, segundo o ponto de vista de seus autores.

Dessa forma, Varnhagen procura desde o princípio de seu relato atrelar a nascente nação ao Estado, associando o seu nascimento a uma colonização que contrapunha civilização e barbárie e colocando um único modelo possível: a reprodução do padrão europeu de sociedade. Este processo de imposição da civilização a uma natureza hostil é narrado por Varnhagen como uma verdadeira odisséia, onde são enaltecidos os feitos dos portugueses diante de um território dominado pela barbárie. Evidentemente, em meio a este processo de ocupação e estabelecimento de soberania, Varnhagen preserva o vínculo com Portugal, pois a ancestralidade europeia deve ser valorizada, bem como a legitimidade da autoridade do Imperador.

Além do seu horizonte conservador, a narrativa nacional desenvolvida por Varnhagen a partir dos referenciais do discurso de Barbosa e do artigo de Martius, tem como característica marcante a busca por agregar o que é disperso, através de estratégias de convencimento. Trata-se de uma narrativa munida de um conjunto de efeitos de sedução orientados para produzir um sentimento de identificação com a nação. O sentido paradigmático e exemplar do relato funciona a partir de um tripé argumentativo, que é a estrutura tragédia-inimigo-herói.

A tragédia assume conotação exemplar na medida em que aponta as terríveis conseqüências que resultam dos atos que não estão em conformidade com o modelo de nação e ação cívica colocado pelo Estado, bem como para ressaltar, através da empatia, as dificuldades com que os ancestrais se depararam e, logo, a necessidade de fazer jus às suas façanhas. Espera-se que o leitor seja tomado de comoção e simpatia, que compartilhe das dificuldades da colonização e se orgulhe do feito realizado pelos portugueses, seus antepassados.

O binômio “nossos-inimigo” possibilita outra espécie de identificação e, logo, é mais uma característica chave para a compreensão da narrativa nacional de Varnhagen. É a partir desta contraposição, onde não são colocados face a face civilização e barbárie, mas sim, soberania nacional e invasor, que Varnhagen trabalha mais a questão da identificação nacional. O binômio “nossos-inimigo” permite a fundação identitária em dois sentidos: de um lado, o reconhecimento de qualidades próprias dos “nossos” produz emancipação e logo identificação; de outro lado, o inimigo funda identidade através da contraposição ao outro, diferente e dotado de outras qualidades – geralmente pejorativas – a quem se deve resistir e, se possível, derrotar. Também é possível perceber que há uma diferença na utilização de um termo no plural e outro no singular. Os “nossos” são um plural singularizado por um objetivo comum. O inimigo é apenas singular. Os “nossos” assumem um caráter de pluralidade que age conjuntamente em nome de fins comuns, dados pelo todo, pelo Estado; “nossos” é assim empregado com caráter de coletividade e de subordinação da individualidade a ela; já no caso do “inimigo”, utilizado no singular, é negada uma referência dessa espécie, pois o termo vale somente como contraposição aos “nossos” e, logo, não há necessidade do plural.

Esta dupla dimensão de fundação identitária permite, inclusive, uma percepção melhor de como são retratados os negros e indígenas na narrativa nacional. Diante deste binômio, o não reconhecimento da qualidade de “inimigo” aos indígenas e negros e, logo, o não estabelecimento desta contraposição tão acentuada na narrativa demonstra a indiferença; neste caso não há pretensão de vitória ou emancipação, mas sim, de assimilação. A estes, não se reconhece a condição de outro, mas sim, vislumbra-se seu eventual desaparecimento. Logo, a integração é, na realidade, uma exclusão. Entretanto, este sistema comporta uma exceção: na medida em que o indígena e negro abrem mão de sua identidade, passam a estar incluídos, a fazer parte da categoria dos “nossos”. É o caso de Henrique Dias e Filipe Camarão. Todavia, esta mesma integração comporta uma dimensão de indiferença, e logo, também de exclusão, na medida em que só há inclusão quando se abre mão da condição de diferente.

Finalmente, o terceiro elemento: o papel desempenhado pelo herói na narrativa da nação de Varnhagen. Ao contrário do que já foi discutido por outros comentadores, não me parece que Varnhagen tenha elaborado uma história dos grandes homens e de seus feitos. Em primeiro lugar,

porque ele sempre subordina a ação individual aos objetivos colocados pelo Estado, e sendo assim, a glorificação de iniciativas privadas não é sequer compatível com a sua concepção de história, estruturada em torno das idéias de providência e Estado-nação. Parece claro que não sobra muito espaço de mobilidade para o indivíduo diante de tal concepção. Minha impressão é a de que Varnhagen construiu um sistema de pensamento orientado por seus objetivos pragmáticos e convicções políticas e que, de tal forma, procurou no passado os exemplos que contribuíssem para a elaboração de tal sistema. São exemplos que, em larga medida, ele constitui a partir de sua própria interpretação e subjetividade. Portanto, me parece que, acima de tudo, o herói vale pela função que desempenha na narrativa. Ele vale na medida em que é um exemplo, que estimula um determinado tipo de comportamento, que se conforma a um padrão de conduta que implica sacrifício em nome da nação, justamente o que Varnhagen quer incentivar. Ele próprio afirma várias vezes que sua intenção é escrever um livro útil e estabelecer paradigmas de comportamento. Portanto, não são os homens propriamente que importam, mas sim, o sentido que fundam, a tradição que estabelecem, enfim, a memória que permitem cristalizar. Além disso, ele deixa claro que o desprendimento em nome da nação é eventualmente contemplado pela incorporação na narrativa nacional, e assim, de certa forma, sinaliza com a possibilidade de eternização de quem se sacrifica. Nesse sentido, sua narrativa constitui-se em uma verdadeira pedagogia social, pois está revestida de uma lógica paradigmática inegável. Embora toda narrativa que se valha de argumentos contenha elementos de persuasão, no caso da narrativa nacional, tais elementos não se limitam a apenas convencer o leitor da validade da exposição; pelo contrário, os argumentos e as estratégias de convencimento procuram verdadeiramente moldar este leitor conforme o padrão desejado.

A história de Varnhagen não é uma história dos grandes homens por um motivo simples: não há espaço para uma pluralidade de protagonistas em sua narrativa nacional. Ao contrário, só há um protagonista por excelência: o Brasil uno e íntegro, sob a autoridade do Estado e prefigurado como tal desde os tempos coloniais. Quando Varnhagen se utiliza de um herói como exemplo a ser imitado, é como se este Brasil se personificasse em alguém que age em um nível micro, em função de seus objetivos oficiais. Sempre que o Brasil idealizado por Varnhagen se vê diante de um personagem que, de alguma forma, se contrapõe aos seus interesses, a narrativa tem que encontrar formas de acomodá-lo. É o caso de Portugal, dos jesuítas e dos movimentos

rebeldes. Quando é possível a compatibilização, não há problemas. Entretanto, uma vez que esta se mostra inviável, Varnhagen é intolerante. Esta perspectiva, poderia se dizer, utilitária de interpretar os fatos faz, inclusive, com que Varnhagen seja ambíguo em relação a certos personagens como o Padre Vieira e Tiradentes, oscilando entre a condenação e o elogio conforme a situação apresentada. Sob este mesmo aspecto, não é surpreendente que, para ele, exista uma equivalência entre a transferência do Estado português para o Brasil e a Independência.

É esta mesma concepção pragmática que faz com que Varnhagen subordine sua concepção de nação ao Estado. O Brasil de Varnhagen não é um Brasil-nação, mas sim, um Brasil-Estado. Varnhagen considera, a partir de uma perspectiva nitidamente hegeliana, que o sacrifício em nome do Estado é uma espécie de dever universal; e entende que este Estado, como uma realidade superior, pode inclusive reivindicar a vida do indivíduo e exigir tal sacrifício. Diante deste critério, somado à acentuada diversidade étnica do país, não é surpreendente que a sua concepção de nação aponte para a idéia de vontade e não de etnia, pois basta conformidade com a vontade do Estado para obter o reconhecimento. Nesse sentido, de fato, não há radicalismo no nacionalismo de Varnhagen, como ele mesmo aponta. O que ele chama de espírito público é esta capacidade de unir-se em torno dos interesses oficiais colocados pelo Estado, atrelando a este as noções de pátria e patriotismo. O horizonte de realização pragmática de sua obra é o de formar um leitor nacionalista. Nacionalista com esta conotação específica de sujeição ao interesse estatal.

É por isso que Varnhagen, apesar de seu ponto de vista quanto aos advogados, é um advogado do Estado-nação. Não há qualquer imparcialidade em relação aos objetivos que ele defende. Varnhagen efetivamente se coloca a serviço do Estado, como um intelectual comprometido com a realização de uma sociedade nos moldes que seu conservadorismo defende. Nos momentos mais propositivos, na prefiguração da nação e no conceito favorável emitido por quem se conforma ao padrão desejado, não há dúvida que Varnhagen se comporta como advogado. Entretanto, não é apenas esta face que as metáforas jurídicas do próprio Varnhagen permitem voltar contra ele, pois a sua escrita conhece outro lado – o da condenação – que assume caráter de verdadeira sentença. É sob este aspecto que Varnhagen demonstra toda a sua intolerância e radicalismo diante daquilo que desafia suas convicções conservadoras. O papel que Varnhagen desempenha é, nesse sentido, o de um juiz inquisidor. Seu único critério de

juízo e de formação de convicção é a sua própria idéia do que é verdadeiro e sagrado, e, portanto, dogmático. A recusa em se conformar ao padrão estabelecido, o desrespeito aos objetivos estatais, a tentativa de dar vazão a iniciativas que não se enquadram ou desafiam as suas convicções só pode significar um pecado, para o qual não há absolvição. Detentor do poder máximo e inquestionável de juiz inquisidor do tribunal da história, Varnhagen sentencia e julga, sem admitir contradição, elaborando discursivamente uma condenação já estabelecida *a priori*, de acordo com seus próprios valores, sua própria subjetividade.

A história dos oitocentos, configurada como uma narrativa nacional, como um grande relato da nacionalidade, tinha vocação pragmática por excelência, apesar de sua pretensão científica que, inclusive, permitia tal pragmatismo. Sob este aspecto, pode ser dito que a partir de uma perspectiva utilitarista, os fins justificavam os meios. Ou seja, apesar de todas as reservas que podem ser feitas ao conteúdo desta narrativa ela é, em larga medida, coerente com aquilo a que se propõe: fundar uma idéia de nação, de acordo com os objetivos do Império e legitimando a monarquia centralizada enquanto instância máxima e inquestionável do poder. O raciocínio pode, entretanto, ser invertido. Se os fins justificam os meios, o que pode, então, justificar os próprios fins? A resposta é simples: o caráter dos meios empregados. Dessa forma, a narrativa nacional elaborada nos oitocentos, com sua veemente busca de erradicação da diferença, de intolerância e recusa da heterogeneidade, de recorte e seleção arbitrária de fatos, bem como de prefiguração do passado de acordo com os objetivos de uma elite no presente, nos diz tudo a respeito de tais fins. Diz-nos tudo a respeito de uma realidade que não interessava somente apreender mas, talvez, acima de tudo, moldar, a partir de um padrão imposto de forma verticalizada: de cima para baixo. Eis o caráter da construção da narrativa nacional brasileira: trata-se de um esforço discursivo de erradicação da heterogeneidade pela historiografia oitocentista, através da elaboração de um grande relato da nacionalidade, que buscava, em última análise, legitimar uma hierarquia excludente.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES:

BARBOSA, Januário da Cunha. **Discurso**. In: Revista do IHGB, T. I, v. 1, 1839. pp.09-18.

MARTIUS, Karl Friederich Phillipe Von. **Como se deve escrever a história do Brasil** In: RIHGB: 6: 381-403, 1844; 2ª ed.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia geral do Brasil**. 3ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1927

_____. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo I. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

_____. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo II. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

_____. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo III. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

_____. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo IV. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

_____. **Historia geral do Brasil**. 6ª ed. Tomo V. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

_____. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

ABREU, Capistrano de. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878]**. In: Ensaios e estudos: crítica e história, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975,

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Varnhagen – Biografia**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=796&sid=346>>

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989

BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno**. V.1. Lisboa: Edições 70.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CEZAR, Temístocles. **Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). Escrita, linguagem, objetos : leituras de história cultural. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. **Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da objetividade na obra de Varnhagen.** In: História, São Paulo, v.24, n.2, p.207-240, 2005.

_____. **A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império : escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista.** In: Ágora. Santa Cruz do Sul Vol. 11, n. 1 (jan./jun. 2005).

_____. **Lição sobre a escrita da história historiografia e nação no Brasil do século XIX.** In: Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1

_____. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle : essai sur une rhétorique de la nationalité : Le cas Varnhagen.** v.1 e v.2 [manuscrito]. 2002

_____. **Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica.** In: Anos 90, n.11, Porto Alegre, julho de 1999.

CORDERO, Franco. **Guida alla procedure penale.** Torino: UTET, 1986,

COUTO, Jorge. **A gênese do Brasil.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999.

DOSSE, François. **Regreso al país de la historia intelectual.** In: Contrahistorias. La otra mirada de clío, n. 3, setembro de 2004-fevereiro de 2005.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: teoria do garantismo penal.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo.** Lisboa: Gradiva, 1993.

GRAHAM, Richard. **Construindo a nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado.** In: Diálogos, Maringá, v. 5, 2001.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo do séc. XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da história.** In: Acervo, v.04, n. 01.

- _____. **A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- _____. **A invenção do passado.** In: Nossa História. v.3
- _____. **História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação.** História, Ciência e Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2000.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. **Introdução: a invenção das tradições.** In: HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org). A invenção das tradições. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2002.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. **Sobre história.** São Paulo Companhia das Letras, 1989.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira).** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. **Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência.** In: MELO, Evaldo Cabral de. **Uma nova Lusitânia.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo. Senac,1999.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Idéias de Brasil: formação e problemas.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999.
- NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p.9, dezembro de 1993.
- ODALIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna.** São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. **Introdução.** In: Varnhagen. São Paulo: Ática, 1979.
- OLIVEN, Ruben George. **Mitologias da Nação.** In: FÉLIX, Loiva Otero e ELMIR, Cláudio P. (org) Mitos e heróis : construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.
- REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: FGV,

1999.

RENAN, Ernest. **Que és una nación?** Madrid: CEC, 1982

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970.

SCHWARTZ, Stuart B. "**Gente da terra brasileira da nação**". **Pensando o Brasil: a construção de um povo.** In: MOTA, Carlos Guilerme (org). Viagem Incompleta. A experiência brasileira. (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Senac, 1999.

SILVA, Helenice Rodrigues. **A história Intelectual em questão.** In: LOPES, Marco Antônio (org.). Grandes nomes da História Intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira.** Disponível em
<<http://www.biblio.com.br/conteudo/JoseVerissimo/mhistbras.htm>>

VIOTTI, Emília. **Da monarquia a república: momentos decisivos.** 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WEHLING, Arno. **Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.